



PONTO &
VÍRGULA

Conselho Editorial

Ana Amélia da Silva
Carla Cristina Garcia
Carmem Junqueira
Dorothea Voegeli Passetti
Edgard de Assis Carvalho
Edison Nunes
Edson Passetti
Eliane Hojaij Gouveia
Guilherme Simões Gomes Júnior
Lucia Helena Vitalli Rangel
Lucia Maria Bógus
Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
Maria Helena Villas Bôas Concone
Maria Margarida Cavalcanti Limena
Marisa Borin
Mariza Martins Furquim Werneck
Maura Pardini Bicudo Vêras
Mônica de Carvalho
Noêmia Lazzareschi
Rafael de Paula Aguiar Araújo
Rita Alves Oliveira
Rosemary Segurado
Salette Oliveira
Silvana Maria Totorá
Silvia Borelli
Teresinha Bernardo
Vera Lucia Michalany Chaia

Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

Lucia Maria Bógus
Vera Lucia Michalany Chaia

Editor

Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUC-SP, Brasil

Cartoon

Toni D'Agostinho

Fotografias

Sofia Cherto

Revisão de texto

Deysi Cioccarì

Arte e Diagramação

Yasmin Mancini

Ponto-e-Vírgula: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0 .

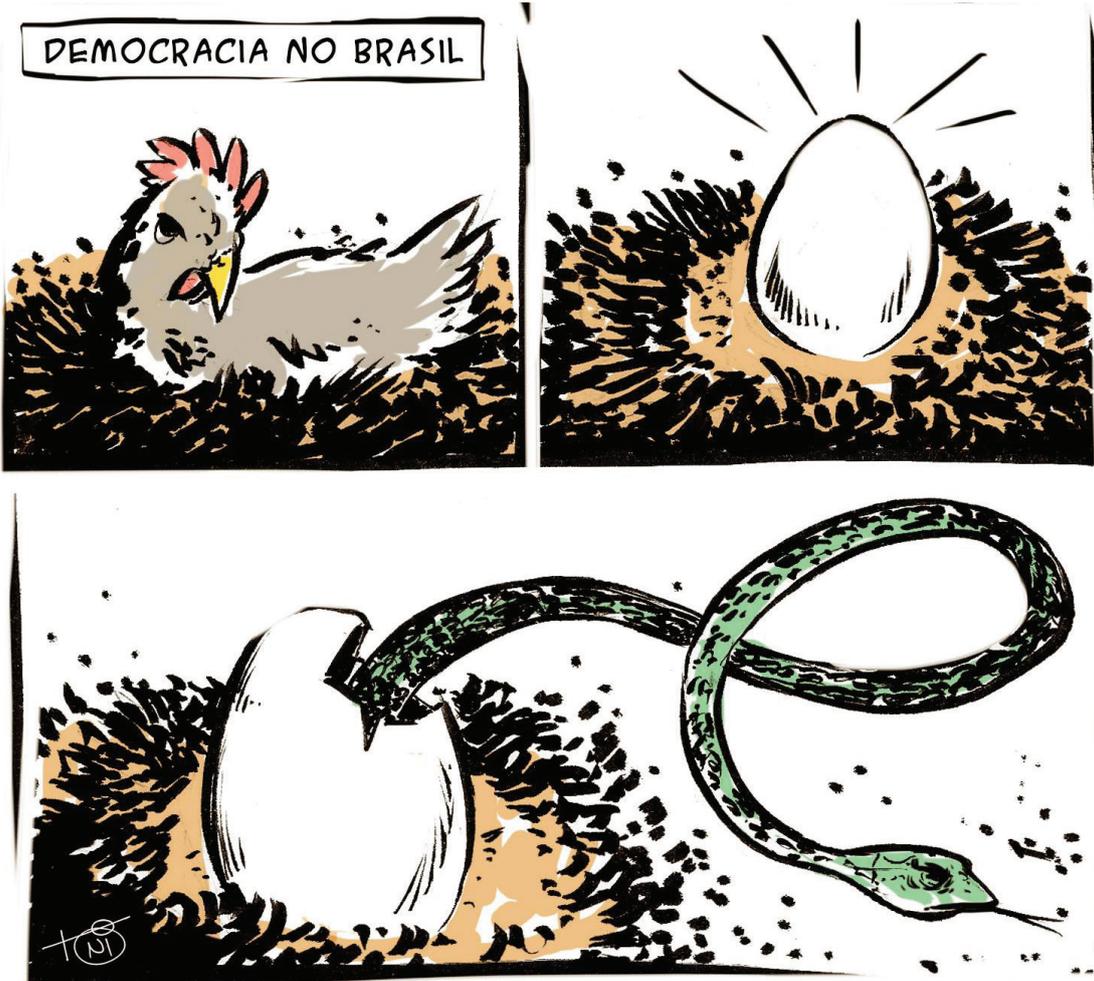
Edição “Crise Política”

No 19 - Primeiro semestre de 2016

Cartoon - Toni D’Agostinho	3
Nota dos editores	4-5
Ressoam os tambores do nacionalismo Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida	6-22
As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015 Cláudio Luis de Camargo Penteado e João Guilherme Guerballi	23-43
Orçamentos públicos, civilização e barbárie: Legalidade orçamentária e o processo de impedimento de 2016 Arthur Scatolini Menten	44-63
A crise e o golpe José Paulo Martins Junior; Hellen Cristina Silva de Oliveira; Philippe Chaves Guedon e Louise Duarte Loureiro	64-81
Framing the Crisis: the Case of the Chicago Press Fabrizio Ceglia; Bruno Carriço Reis e Sergio Rivera Magos	82-96
A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno Helcimara Telles	97-125
Fatores da crise, corrupção e saídas para a mesma: refletindo e conversando Esther Solano Gallego	126-139
Sobre golpes, autogolpes e contragolpes: dilemas de uma democracia em turbulência Marco Aurélio Nogueira	140-158
Entrevista com Renato Janine: “Crise Política” Rafael de Paula Aguiar Araujo	159-185

..... Toni D'Agostinho

FACEBOOK.COM/ARTEDETONIDAGOSTINHO



Nota dos editores

A crise política no Brasil, que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, faz parte de um processo maior, que abarca o modelo de representação política e encontra no avanço tecnológico ferramentas para novas organizações sociais. O número 19 da Revista Ponto-e-Vírgula recebeu artigos e ensaios de diferentes pesquisadores com o intuito de promover o debate sobre o momento atual.

O artigo de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida aborda, através da obra de Nicos Poulantzas, a emergência de nacionalismos e retoma a hipótese de que a ideologia nacional é uma dimensão estrutural do Estado. Em perspectiva internacional, o artigo *Framing the Crisis: the Case of the Chicago Press*, de Fabrizio Ceglia, Bruno Carriço Reis e Sergio Rivera Magos faz uma avaliação do processo de formação da opinião pública norte-americana no momento inicial da crise do subprime em 2007, que posteriormente desencadearia uma crise global. O texto aborda a relação entre a formação da opinião e o processo eleitoral que culminou em 2008 com a eleição de Barack Obama.

Olhando especificamente para a crise brasileira, o artigo de Cláudio Luis de Camargo Penteadó e João Guilherme Guerballi apresenta uma análise da movimentação ocorrida no Twitter durante os protestos em favor do impeachment em 2015. Sobre o mesmo processo, Helcimara Telles faz uma avaliação do papel da corrupção no desenrolar das mesmas manifestações. Na análise, a autora ainda investiga a expansão do pensamento conservador no país e avalia o papel dos meios de comunicação na formação da opinião pública. José Paulo Martins Junior, Hellen Cristina Silva de Oliveira, Philippe Chaves Guedon e Louise Duarte Loureiro, por sua vez, analisam a crise brasileira a partir de três vertentes; a econômica, a social e a político-partidária.

O recente processo de impeachment ocorrido no Brasil é analisado pelo professor Arthur Scatolini Menten, que escreve sobre o conceito de legalidade e o avalia em relação ao debate orçamentário. O autor pondera os fundamentos dos decretos de abertura de crédito adicional, acusação que foi utilizada para condenar a presidente Dilma Rousseff de ter cometido crime de responsabilidade, demonstrando que o processo não encontrou respaldo formal.

Esse número de Ponto-e-Vírgula inaugura uma nova seção de ensaios, com os textos da professora Esther Solano Gallego e do professor Marco Aurélio Nogueira. No primeiro texto, *Fatores da crise, corrupção e saídas para a mesma*: refletindo e

conversando, a autora faz uma reflexão sobre diferentes dimensões da crise política brasileira e apresenta os resultados de pesquisas realizadas com manifestantes em atos contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. No segundo texto, Sobre golpes, autogolpes e contragolpes: dilemas de uma democracia em turbulência, o autor analisa o recente processo de impeachment brasileiro não como o resultado de uma articulação golpista de setores conservadores, mas como desdobramento de um conjunto de crises, problemas e desacertos que atingiram o Brasil e os governos petistas a partir de 2011.

Por fim, Ponto-e-Vírgula oferece aos leitores uma instigante entrevista realizada com o ex-ministro da educação e professor titular de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo, Renato Janine Ribeiro. A densa entrevista apresenta sua opinião sobre a crise política pela qual passamos no Brasil e no mundo, além de relembrar momentos de sua passagem pelo ministério. Trata-se da perspectiva de quem conhece profundamente a política pela teoria, mas também de quem a vivenciou na prática, como parte do primeiro escalão do governo.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Ressoam os tambores do nacionalismo¹

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida²

Resumo: Neste artigo, retomamos a hipótese de que a ideologia nacional é uma dimensão estrutural do Estado burguês e, desta forma, do modo de produção capitalista. Em decorrência, as crises desta ideologia se manifestam sob a forma de nacionalismos. No plano teórico, a principal inspiração é a obra de Nicos Poulantzas, a partir da qual procuramos desenvolver conceitos por conta e risco. A referenciação empírica, longe ser exaustiva, e sistemática, visa despertar a atenção para a enorme diversidade de nacionalismos neste início de século, suas relações com a atual fase do imperialismo e a importância que muitos deles adquirem para o instável equilíbrio de poder no plano internacional. A grande contribuição de Nicos Poulantzas para o desenvolvimento da teoria política marxista, mais particularmente do Estado burguês, exerceu pouca influência direta sobre os extraordinários avanços realizados por intelectuais marxistas ou referenciados pelo marxismo, durante as duas últimas décadas do século XX, no estudo de nações e nacionalismos. O principal objetivo desta comunicação é destacar a importância das abordagens poulantzanas para a análise de questões nacionais que eclodem no presente século.

Palavras-chave: Estado burguês; Nacionalismo; Imperialismo; Poder; Ideologia.

¹ Este artigo é versão redefinida da comunicação apresentado no XXI Encontro Nacional de Economia Política, realizado na Universidade Federal do ABC – Campus de São Bernardo do Campo - em 03/05/2016.

² Departamento de Política da PUC-SP. Pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais; editor da revista *Lutas Sociais*; autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014.

Abstract: In this paper we return to the hypothesis that the national ideology is a structural dimension of the bourgeois state and thus the capitalist mode of production. As a result, crises of this ideology are manifested in the form of nationalisms. Theoretically, the main inspiration is the work of Nicos Poulantzas, from which we try to develop concepts for risk. Empirical will reference, far from being exhaustive and systematic, aims to awaken attention to the enormous diversity of nationalisms this century, its relations with the current phase d of imperialism and the importance that many of them get to the unstable balance of power in the plane International. The great contribution of Nicos Poulantzas to the development of Marxist political theory, more particularly of the bourgeois state, exercised little direct influence on the extraordinary progress made by Marxist intellectuals or referenced by Marxism during the last two decades of the twentieth century, the study of nations and nationalisms. The main objective of this paper is to highlight the importance of poulantzanas approaches to national issues analysis that hatch in this century.

Keywords: Bourgeois state; Nationalism; Imperialism; Power; Ideology.

Um enigma que se repõe

Em seu célebre texto de 1975, Norberto Bobbio dignificou o clichê sobre a inexistência de uma doutrina (uma teoria?) marxista do Estado, ao mesmo tempo em que tecia grandes elogios à uma velha tradição de estudos institucionalistas. Na época, a avaliação dos estudos sobre nações e nacionalismos poderia ser bem mais democratizada. Era quase consenso que inexistia grande contribuição teórica sobre o tema, insuficiência reconhecida por dos principais conhecedores do estado da arte, em obra publicada apenas dois anos depois do artigo de Bobbio (Setton-Watson, 1977, p.5).

Todavia, bastou meia década para o jogo virar. No “ano mágico” de 1983, apareceram contribuições fundamentais para o estudo de nações e nacionalismos, como, por exemplo, os livros de Benedict Anderson, *Imagined Communities*, e o de Ernst Gellner, *Nations and Nationalism*³. Além disso, estes avanços foram marcados por uma relação bem mais complexa entre marxistas, não marxistas e mesmo antimarxistas inveterados. Basta mencionar que Gellner teve seu conceito de nação adotado por Hobsbawm e manteve excelentes relações intelectuais com um importante marxista (de viés nacionalista) escocês, Tom Nairn.

Nova ironia da História: na década de 1980, já havia uma forte presença da teoria marxista do Estado graças, em grande parte à influência da obra de Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*, publicada em 1966. Todavia, por motivos que sinalizei em outro lugar (ALMEIDA, 2013, p.18), embora todos os autores mencionados se referissem à importância das relações entre Estado e nações ou nacionalismos, Poulantzas não foi citado por qualquer um deles.

Tenho apostado no preenchimento desta lacuna por um *motivo* e, neste artigo mencionarei outro. O primeiro é que a obra de Poulantzas, principalmente em *Poder político e classes sociais*, apresenta contribuições notáveis para a conceituação de Estado-nação, bem como para o lugar deste no conceito de modo de produção capitalista. É o caso, especialmente, da análise de duas determinações da estrutura do Estado burguês sobre as relações de produção: o chamado efeito de isolamento, ou seja, o processo de constituição dos agentes da produção como indivíduos sujeitos livres, iguais e competitivos; e o de

³ No “ano decisivo” de 1983, Hobsbawm publicou, na coletânea *A invenção das tradições*, que co-organizou com Terence Ranger, um ensaio no qual antecipa algumas de suas teses principais sobre o tema (Hobsbawm e Ranger, 1997). Todavia, como o texto não se destina centralmente a uma análise de nações e nacionalismos e o grande livro de Hobsbawm, *Nações e nacionalismos desde 1870*, aguardaria mais sete anos para vir a público, não lhe atribuo o mesmo destaque. Mas observo que Benedict Anderson reescreveu *Imagined Communities* (B. Anderson, 1991) e, a partir de agora, refiro-me a esta segunda versão.

representação da unidade, por meio do qual o Estado, no mesmo movimento em que “atomiza” as classes em uma pluralidade de indivíduos sujeitos, os aglutina em uma comunidade cuja soberania se expressa, interna e externamente, no próprio Estado (agora, um Estado-nação).

O segundo motivo tem a ver com o mundo do pós- Guerra Fria, ou seja, um período posterior ao da produção de todos os textos mencionados acima. Em geral, os que escreveram no “no ano mágico” dos estudos sobre o tema, consideravam que o nações e nacionalismos estavam condenados a um breve desaparecimento ou, no máximo, sobreviveriam sem grande relevância política. Em contrapartida, Poulantzas, ao escrever, em livro publicado sete anos antes, sobre a “a fase atual do imperialismo”, defendia ardorosamente a tese de que os Estados-nações estavam longe de perder importância. Ao contrário, embora redefinidos, eram decisivos para as novas modalidades de reprodução do capitalismo no plano internacional.

Talvez o fundamento desta diferença se encontre na teorização mais refinada de Poulantzas a respeito dos estreitos vínculos entre Estado-nação e reprodução das condições político-ideológicas relações capitalistas. Os grandes teóricos das nações e nacionalismos silenciaram a este respeito. E, em contrapartida, os teóricos da globalização tiveram um imenso déficit em relação aos dispositivos de estruturação do poder político e ao papel que desempenhavam no tocante às relações de opressão e exploração capitalistas.

É levando em conta esta complexa trajetória teórica que impulsionou o desenvolvimento dos estudos sobre o fenômeno nacional que farei um breve apanhado de alguns importantes tipos de questões nacionais que persistem ou emergem no pós-Guerra Fria, período marcado por forte expansão do capitalismo em escala planetária. Espero que, mesmo longe de ser exaustivo, este conjunto de referências contribua para a crítica às teses globalistas, como, por exemplo, as defendidas por Antonio Negri (2001) acerca do fim ou da irrelevância de nações e nacionalismos.

Com este objetivo, parte-se fundamentalmente de teses sobre o Estado burguês apresentadas em *Poder político e classes sociais*, *As classes sociais no capitalismo de hoje* e, secundariamente, em *O Estado, o Poder e o Socialismo*, apresentamos algumas formulações teóricas a respeito das diferenças e relações entre ideologia nacional e nacionalismos, o que já significa um desdobramento das teorizações do próprio Poulantzas.

Ideologia nacional, nacionalismos e variantes ideológicas

Em termos mais abstratos, pode-se afirmar que a ideologia nacional tem um peso importante no processo de desorganização do proletariado como classe antagônica à exploração e à dominação burguesas.

Nacionalismos podem eclodir tanto no interior de formações estatais nacionais como em formações sociais pré-capitalistas. No primeiro caso, materializam a percepção ideológica de que o Estado falha, de algum modo, na tarefa de zelar pela integridade da comunidade nacional. No segundo, expressam, em geral, lutas pela constituição de um Estado “próprio”, ou seja, pela autodeterminação nacional. Portanto, nacionalismos aspiram à “plena” e “autêntica” constituição ou reconstituição desta comunidade específica, a nacional.

Onde “seu” Estado-nação é um projeto, o nacionalismo luta para criar este que é o ponto máximo do afloramento da comunidade nacional. Onde tal Estado já se constituiu, o nacionalismo manifesta, no plano interno, o mal-estar de parcelas da sociedade por não se sentirem devidamente incluídas na comunidade nacional ou, ao contrário, o sentimento de que uma parcela que pretensamente faz parte desta comunidade constitui um corpo estranho cuja presença deve, de algum modo, ser eliminada.

Neste sentido, pode-se conceituar ideologia nacional como a representação de uma comunidade constituída por individualidades iguais e competitivas, cuja soberania se expressa em “seu” Estado. Se levarmos esta tentativa de conceituação às últimas consequências, concluiremos que ela produz forte interpelação no sentido de nacionalizar os portadores da força de trabalho.

Tanto no que se refere à ideologia nacional como ao nacionalismo, estamos às voltas com variantes ideológicas, cujo conceito remete, ao mesmo tempo, à autonomia relativa da ideologia nacional (como, aliás, de qualquer outra) e ao conteúdo concreto que diferentes classes, frações de classe, camadas e categorias sociais lhe imprimem (Almeida, 2014: 87). Isto permite uma dupla possibilidade de avançar no estudo das ideologias, em particular da ideologia nacional. Por um lado, tenta-se examinar variantes populares ou mesmo proletárias da ideologia burguesa. No que nos interessa mais de perto, da ideologia nacional. Por outro lado, abre-se a perspectiva de apreensão de uma importante diferença entre a matriz da ideologia nacional e as diferentes modalidades de apropriação dela por esta ou aquela fração burguesa.

O principal objetivo desta distinção consiste em evitar uma dupla unilateralidade. A primeira consiste em reduzir a ideologia nacional a uma única classe (a burguesia); a

segunda em apagar a determinação estruturalmente burguesa dessa ideologia (Id., *ibid.*). Apesar do caráter fundamentalmente burguês da ideologia nacional, nem sempre é a variante burguesa que a expressa em sua “pureza maior”. Em geral, como Hegel (1973: 270 e ss.) intuiu genialmente, é a burocracia de Estado. E Poulantzas, na contramão de certos esquematismos marxistas, demonstrou que o traço comum aos processos revolucionários burgueses inglês, francês e alemão foi precisamente a fragilidade da participação da burguesia. Ou nos termos do próprio autor, “*a ausência de capacidade política, pela sua constituição de classe, da burguesia conduzir a bom termo, a sua própria revolução*” (1986, p. 178, grifos dele). Um processo análogo ocorre com a relação entre burguesia (e suas frações) e a ideologia nacional.

Nações e nacionalismo na atual fase de transnacionalização do capitalismo

A expansão capitalista não condenou nações e nacionalismos à irrelevância (caso contrário é preciso avisar principalmente aos chineses). Nesta virada de século, convivemos com megaprocessos de acelerada constituição de formações estatais nacionais. Se chegarão a bom termo (e para quem), é uma questão em aberto.

Um dos imensos méritos de Poulantzas consistiu em negar, com bastante antecedência, aquela abordagem apocalíptica. Ele insistiu enfaticamente em que o processo de internacionalização das relações capitalistas “não suprime e não abala os Estados nacionais” nem “tende para a constituição de formas ou instâncias institucionais supranacionais e supra estatais *efetivas*” (1974, p. 78, grifos dele). Ao contrário, “*Estes Estados encarregam-se eles próprios dos interesses do capital imperialista dominante no seu desenvolvimento no próprio seio da formação ‘nacional’, a saber, em sua interiorização complexa com a burguesia interior que ele domina*” (id. *ib.*, grifos dele)⁴.

Cabe esclarecer que, neste livro, Poulantzas se volta para a análise do que denomina “nova dependência”, ou seja, as relações entre as formações sociais imperialistas sob a hegemonia da estadunidense, não abordando diretamente as relações de dominação entre as metrópoles e as formações sociais dependentes *tout court*. Mesmo assim, é possível formular a hipótese de que alguns impactos da indução da nova dependência sobre as formações sociais metropolitanas, especialmente na Europa (caso analisado centralmente

⁴ No lugar de “burguesia interior”, preferimos a tradução para “burguesia interna”.

pelo autor), são ainda mais profundos (e qualitativamente distintos) em formações sociais apenas dependentes⁵. Destaco dois deles.

Segundo Poulantzas (1974, p. 81), os Estados das formações imperialistas “neodependentes” não se encarregam apenas de suas burguesias internas, mas também “dos interesses do capital imperialista dominante e daqueles dos outros capitais imperialistas, em sua articulação no seio do processo de internacionalização”. Todavia, ainda segundo Poulantzas, “esses capitais ‘estrangeiros’ não fazem diretamente parte, *como tais*, isto é, como forças sociais relativamente autônomas, de cada bloco no poder em questão”, ou seja, nem a burguesia estadunidense nem a alemã e suas respectivas frações “estão *diretamente* presentes como tais no bloco no poder na França” ou o contrário.

Não se trata, aqui, de discutir esta hipótese teórica de Poulantzas em relação às formações imperialistas inseridas no que ele chama de “nova dependência”. Mas, no que se refere à inserção das burguesias imperialistas nas formações sociais latino-americanas, nossa hipótese vai no sentido oposto: elas integram o bloco no poder.

O segundo impacto do processo de transnacionalização do capitalismo não eliminou os Estados nacionais, mas produz modificações importantes, as quais “colocam em causa a conceptualização jurídica da soberania nacional”. Dentre as principais modificações mencionadas por Poulantzas, que centra o foco nas metrópoles imperialistas, menciono, até pela candente atualidade, “o papel que assume cada Estado na repressão da luta de classes no plano internacional (OTAN etc.); [a] “extraterritorialidade das funções e das intervenções de cada, estendendo-se essas nas formações exteriores onde se desenvolve seu capital autóctone” e “as modificações dos próprios sistemas jurídicos internos de cada Estado de maneira a cobrir a internacionalização de suas intervenções” (POULANTZAS, 1974, p. 85).

Os dois aspectos que destacamos produzem forte impacto sobre as formações sociais dependentes, impondo aos seus Estados uma forte sobrecarga na tarefa de, ao mesmo tempo, organizar o bloco no poder e encenar a soberania do povo nação nos planos interno e externo. Eis um conjunto de determinações de importantes questões nacionais no imperialismo contemporâneo. Estas eclodem, sob múltiplas e contraditórias apropriações sociais, tanto em formações metropolitanas como nas dependentes.

⁵ Em livro posterior, destinado à análise das crises das ditaduras em três formações sociais situadas na periferia do capitalismo europeu (Portugal, Espanha e Grécia), Poulantzas atribui à burguesia interna a direção deste processo de transição e também se refere a burguesias congêneres nas formações sociais latino-americanas (Poulantzas, 1976).

As formulações poulantzianas sobre o imperialismo, rigorosamente teorizado como um novo estágio do capitalismo com profundas transformações nos planos econômico político e ideológico (POULANTZAS, 1974), foram elaboradas em um contexto muito diferente do atual. Basta mencionar a existência da URSS e de importantes partidos comunistas que, de modo negativo ou positivo, a tomavam como forte referência; a inexistência da China como uma espécie de nova oficina do capitalismo; e a nova onda de “reestruturação produtiva” capitalista que foi um dos ingredientes importantes da ofensiva neoliberal. Mesmo assim, Poulantzas, apesar de seu ziguezague teórico-político, percebeu diversos processos que somente hoje ocupam o centro do debate sociopolítico, especialmente junto às esquerdas. Foi o caso, por exemplo, da extraordinária intuição no que se refere às relações entre a nova dependência e o que ele chamou de burguesia interna.

Estas formulações contribuíram para que Poulantzas se diferenciasse para melhor entre os analistas das mencionadas crises das ditaduras europeias no sul da Europa e têm sido bastante úteis em algumas análises do processo político brasileiro contemporâneo. Mas a importância deste conceito é bem mais abrangente. Ele guarda enorme congruência com as análises de Poulantzas que, no fundamental, procuram demonstrar que o processo de internacionalização desigual do capitalismo não eliminou o imperialismo nem as formações sociais estatais-nacionais. Mais ainda: é nestas espacialidades reconstituídas por determinações econômicas, políticas e ideológicas (ou seja, sociais) que a reprodução ampliada do imperialismo encontra seus pontos de ancoragem. Em suma e indo além, Poulantzas não era um globalista e sua obra proporciona contribuições fundamentais para, a partir de suas formulações sobre imperialismo e Estado burguês, abordarmos questões nacionais candentes neste início de século XXI.

Internacionalização capitalista e turbulências na ideologia nacional

A partir do exposto, apresentamos algumas formulações em torno do conceito de Estado-nação, levando em conta, como já fizemos acima, além das determinações econômicas, as político-ideológicas.

A extraordinária expansão capitalista ocorrida no pós-Guerra Fria também se expressou no aumento de Estados-nações e, ao mesmo tempo, de questões nacionais

que constituem, como também já observamos, viveiros de nacionalismos. Estes se nutrem da dificuldade que esta frenética expansão do capitalismo encontra para cumprir uma promessa básica deste modo de produção em cada formação social onde se torna dominante, promessa que, por outro lado, se propaga como se fosse um valor universal: a constituição de soberanas comunidades de *cidadãos* livres e iguais.

Ao contrário do que levaria a supor um raciocínio economicista, esta dificuldade de constituição da cidadania não é exclusiva das insuficiências do desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Processos de corrosão da cidadania ocorrem mesmo em formações sociais imperialistas e muitos deles podem contribuir para o “ressurgimento” de nacionalidades marcadas pela atribuição (inclusive autoatribuição) de características distintivas em relação à comunidade nacional. Ou, no sentido inverso, para a reafirmação de uma identidade nacional predominante, mas que se sente ameaçada.

Atualmente, o segundo caso é mais visível, até em razão das grandes correntes migratórias e, quando escrevo este artigo, do drama dos refugiados que se dirigem do Oriente Médio para os países da União Europeia. No outro lado do Atlântico, também neste momento, Donald Trump, pré-candidato a presidente dos Estados Unidos da América, faz furor com o crescente apoio que recebem seus discursos xenófobos, especialmente em relação aos “latinos” e ao Islã. Mesmo importantes líderes do Partido Republicano consideram as mensagens do bilionário estrepente na vida política institucional como expressão da barbárie.

No entanto, Donald Trump poderia, caso soubesse/quisesse, reivindicar importantes apoios intelectuais para as posições. É o caso, por exemplo, do importante cientista político estadunidense Samuel Huntington (2004), morto em 2008. O teórico do “choque de civilizações” era assumidamente nacionalista, percebia a identidade nacional “americana” como profundamente ameaçada pelo padrão de imigração mexicana; discorria sobre os múltiplos determinantes da “erosão da cidadania” nos EUA (e fora deles), alerta para o caráter excepcional da extensão e abertura da fronteira dos Estados Unidos com o México e considera os ativistas islâmicos como os principais inimigos dos EUA⁶.

Já a União Europeia, caso mais avançado de tentativa de constituição de uma comunidade supranacional sob a égide do imperialismo, tornou-se, em aparente paradoxo,

⁶ Este autor se esforça para distinguir, no que se refere às opções políticas dos EUA, por um lado, nacionalismo, posição que reivindica e que vincula a um conjunto de valores nucleados pela religião; e, por outro, imperialismo e cosmopolitismo (Huntington, 2004: passim).

um viveiro de nacionalismos também, em grande parte, fortemente regressivos. Em cada país membro, surgem movimentos ciosos de uma inatingível pureza nacional (BALIBAR, 1998), que estaria contaminada pela presença de elementos corrosivos, considerados “externos”, mesmo quando se referem a indivíduos-cidadãos nascidos lá. Ironicamente, longe das pretensões expressadas, entre outros, por Jürgen Habermas (2000), de um “patriotismo republicano”, tais nacionalismos estão em vias de constituir, no interior de determinadas formações sociais, cidadanias de segunda linha. Este mesmo tipo de constituição, no plano ideológico, da “cidadania estamentalizada” também se manifesta nas relações entre países imperialistas europeus e apenas dependentes no interior da União Europeia (caso da inglesa ou alemã em relação a poloneses, por exemplo). Em ambos os casos, a cidadania “pós-nacional” se mostra regressiva quando comparada à que pretende superar, ou seja, a nacional⁷. Também na União Europeia, ocorrem importantes atualizações de questões nacionais como, na Espanha, a basca e a catalã; e, na Grã-Bretanha, a irlandesa e a escocesa, regiões de grande desenvolvimento capitalista no contexto dos países onde se inserem. Enfim, na União Europeia, a politização da dívida pública grega sinalizou que existe um forte potencial de luta anti-imperialista na periferia desta “comunidade pós-nacional”, com possibilidade de desdobramentos em Portugal e na Irlanda.

Fora da União, mas ainda em território do “Continente Sombrio”, existe um forte nacionalismo russo (entranhado de contra-nacionalismos) cujas tensões com os EUA (estes diretamente ou por intermédio da OTAN) constituem, no momento, o principal risco de conflito com repercussões em escala planetária⁸.

Sempre sinteticamente, faremos referências a algumas questões nacionais que se manifestam neste início de século XXI fora do campo imediato das grandes potências⁹. Abordemos, em primeiro lugar, nacionalismos no interior de determinadas formações sociais dependentes latino-americanas. Aqui nos deparamos com movimentos de forte composição indígena, os quais, no pós-Guerra Fria, “zeraram o jogo” da questão nacional,

⁷ Limito-me a mencionar, sem qualquer tentativa de análise, os movimentos autonomistas que atualizam velhas questões nacionais, como a catalã e a basca, na Espanha, ou a irlandesa do norte e a da Escócia na Grã-Bretanha.

⁸ A este respeito, ver o artigo do especialista em relações internacionais Zbgniew Brzezinski (2015), ex-assessor do presidente James Carter.

⁹ Os limites deste artigo nos obrigam a deixar de lado nacionalismos de fundamental importância para a constituição de Estados-nações, como o da África do Sul e da Índia e China, bem como os que têm, desde a primeira fase da Guerra Fria, solidificado o Estado nacional norte-coreano.

pois não se sentem representados pelos Estados nacionais que lhes foram impostos, mesmo com o acompanhamento do discurso da convivência harmônica. Desta forma, talvez surpreendessem o próprio Lenin, que via a questão nacional como resolvida na América Latina, uma vez que, neste subcontinente já se haviam constituído formações sociais estatais nacionais (MÁRMORA, 1986, p.65).

Uma particularidade importantíssima é que o forte componente étnico não implicou, até o momento, contracionismo. Ao contrário, ocorreu forte articulação entre o etnicismo e os registros nacional e internacional. É o que distingue vários desses movimentos dos nacionalismos de forte componente racista na Europa¹⁰.

Alguns desses movimentos latino-americanos chegaram ao governo pela via eleitoral, o que foi precedido por intensas lutas insurrecionais. Tais processos contribuíram para dois importantes desdobramentos, todos inscritos, mesmo que de modo refratado, em novas constituições. O primeiro foi a extraordinária ampliação da participação popular na política. O segundo refere-se a uma política de Estado dotada de características anti-neoliberais sob um duplo aspecto: por um lado, contemplavam a melhoria das condições de vida das classes populares, inclusive de comunidades indígenas; e, por outro intensificaram o desenvolvimentismo. (ALMEIDA, 2010, p.11).

Como todo processo, estes não foram isentos de contradições. Onde a participação popular, especialmente indígena, foi mais intensa, como na Bolívia e no Equador, abriu-se uma contradição entre políticas desenvolvimentistas, ou seja, voltadas para o desenvolvimento capitalista sob forte presença do Estado, e as políticas do bem viver reivindicadas pelos agrupamentos indígenas mais interessados em manter sua integridade cultural (STEFANONI, 2010 ; 2016; ZIBECHI, 2010).

O caso da Venezuela é bem mais complexo. A reação da classe dominante foi mais intensa, contando, inclusive com forte adesão dos sindicatos ligados à produção petrolífera. A mais organizada base da chamada revolução bolivariana está no interior do aparato repressivo de Estado, do qual veio, aliás, o principal líder político venezuelano deste início de século. Apesar das intensas políticas sociais implementadas pelo governo de Hugo Chávez, este déficit organizacional entre as classes populares permaneceu elevado. O governo foi derrotado no referendo de 3 de dezembro de 2004 basicamente porque

¹⁰ Uma das primeiras e mais importantes expressões da articulação desses três registros foi a realização, em 1996, sob os auspícios do EZLN, do Encuentro Intergaláctico por la Humanidad contra el Neoliberalismo (EZLN, 1996).

faltaram votos dos filiados ao partido bolivariano¹¹. A morte prematura de Hugo Chávez, aliada à queda do preço do petróleo constituíram duros golpes para o governo nacional-popular na Venezuela, o qual se encontra, atualmente, em defensiva preocupante.

No pós-Guerra Fria, o Brasil foi cenário de reviravoltas importantes no que se refere à questão nacional. Ao longo de quase toda a década de 1990, esta só foi levada a sério, de modo consistente e organizado, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Este procurou articular, na teoria e na prática, a questão nacional a uma perspectiva internacionalista, especialmente latino-americanista, e conseguiu impor, com a Marcha a Brasília de 1997¹², a única derrota política sofrida pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

O acerto da política do MST comprovou-se com a extraordinária Campanha contra a ALCA, que mobilizou milhões de pessoas por todo o Brasil e proporcionou uma das raras manifestações de internacionalismo massivo na história deste país, as Marchas Contra a ALCA, em Porto Alegre, durante o II Fórum Social Mundial, em 2002.

Todavia, durante o governo Lula da Silva, a Campanha contra a ALCA foi transmutada em um movimento nacionalista que resultou, sem dúvida, em maior integração deste país com o restante da América Latina (especialmente América do Sul), mas em proveito principalmente de um novo nacional-desenvolvimentismo (BOCCA, 2013, p.59) que beneficiou, em especial, amplos segmentos da burguesia interna brasileira. O próprio MST, com suas bases enfraquecidas pela ausência de reforma agrária e pela atração das novas oportunidades criadas para o subproletariado durante os governos petistas, teve sua atuação restringida nos planos da prática efetiva e mesmo no discursivo. Em uma frase, o potencial anti-imperialismo materializou-se em neonacional-desenvolvimentismo, uma importante versão do nacionalismo na primeira década do século XXI.

A referência a estas novas questões nacionais produzidas no pós-Guerra Fria não pode excluir a menção à persistência de, no mínimo, duas questões nacionais clássicas, ou seja, de povos que lutam pela sua autodeterminação no sentido de constituírem Estados “próprios”: os povos palestino e curdo, situados naquele que talvez, nesta década e meia do século XXI, o cenário geopolítico mais instável do planeta: o Oriente Médio.

O grande problema teórico-político é que as duas questões se desdobram em múltiplas, duas das quais, as menos visíveis, talvez sejam as de maior longevidade: a

¹¹ Pinheiro (2014) e Rosa (2014) apresentam duas análises bem fundamentadas apresentam avaliações opostas do processo de organização popular na Venezuela no atual processo venezuelano.

¹² No seguinte ao massacre de Eldorado dos Carajás.

israelita e turca, que percorreram caminhos inversos. A primeira, sede de um império multiétnico, viu-se praticamente extinta e renascida sob a direção de um movimento nacionalista de caráter ocidentalizante quando findou a primeira guerra mundial. A segunda originou-se nas entranhas do continente europeu e buscou territorializar-se em um espaço que reivindicava como originalmente seu por direito divino.

Os pontos comuns a estes nacionalismos de “nação” opressora são: 1) a opressão de nacionalidades frente às quais a integração é considerada impossível: curdos e palestinos; 2) a decorrente impossibilidade de se consolidar a identidade nacional entre os próprios opressores, os quais buscam apoio em nacionalismos que se tornam tanto mais agressivos quanto mais a instabilidade da região ameaça sua integridade, a começar pela territorial. Portanto, estamos às voltas, neste caso, com quatro questões nacionais de grande contundência e difícil resolução.

Para complicar um pouco mais, o chamado Oriente Médio é marcado por extrema dificuldade de consolidação de ideologia nacional. Desde os anos 60, no bojo dos processos de descolonização de pós-guerra, ocorrem ondas cada vez mais intensas de enfraquecimento das tentativas de constituição de Estados burgueses, mesmo quando dirigidos por governos que se proclamavam socialistas. No pós-Guerra Fria, elas se materializam no ataque a processos de constituição de comunidades nacionais, o que passa, inclusive, pela desativação ou enfraquecimento de razoável quantidade de Estados laicos (ou que marchavam nesta direção).

Neste contexto, o que parece mais consistente, para delícia dos segmentos mais financeirizados do capitalismo mundial, é um punhado de pequenos Estados teocráticos que implementam políticas irresponsáveis no plano socioeconômico e patrocina conflitos militares para os quais não têm como proporcionar qualquer saída minimamente razoável. Dificilmente seriam considerados como nacionais, constituindo misturas de semiescravíssimo com aspectos do que há de mais avançado no capitalismo. No entanto, considerando-se o peso dos Estados vizinhos, a força crescente dos nacionalismos de nação oprimida e o caráter mundialmente estratégico da região, as perspectivas de legitimarem sua existência política não são muito animadoras.

A situação fica ainda mais complicada em razão da presença de um certo tipo de “questão nacional” dotado de alto grau de artificialismo. Refiro-me a movimentos fortemente apoiados por Estados imperialistas com vistas a desestabilizar governos que, mesmo tendo adotado políticas abertamente anticomunistas ou não democráticas tornaram objetos de agressividade por dois motivos principais. Em primeiro lugar, adotaram, em

momentos importantes, políticas nacionalistas contrárias aos interesses das grandes potências. E – como já mencionado, localizam-se em áreas de importância estratégica para os atuais conflitos entre as principais potências militares e, portanto, podem ser objetos de um rearranjo político de caráter global. Foi o que aconteceu com o Iraque em 2003, com a Líbia em 2011 e, agora, com a Síria¹³.

Esta desativação de tentativas de criação de Estados nacionais abre espaço para novos conflitos sectários e, ao mesmo tempo, para a reemergência de lutas nacionalistas, como a do povo curdo que – mais uma ironia da História – vê, exatamente naquela desativação, aumento da margem de manobra para a criação de um Estado nacional. Quaisquer reconfigurações geopolíticas desta região dependem não somente das forças internas a ela, mas também da balança de poder entre as grandes potências. E é altamente provável que, neste processo, nacionalismos desempenhem papel importante, embora não exclusivo. Mais particularmente, as lutas de curdos e palestinos pela autodeterminação nacional, cuja legitimidade só tende a aumentar, apresenta-se como um teste decisivo para a iniciativa política dos Estados que detêm maior capacidade de influência no cenário internacional.

¹³ Quando escrevo estas páginas, a Síria está praticamente destruída e foi assinado um cessar fogo pelos EUA e a Rússia, mas os embates prosseguem, até porque, além do interesse comum em combater o Estado Islâmico, ambos os países possuem diferentes relações com as forças regionais em conflito. A este respeito, ver Cockburn (201#)

Conclusão

Não se trata de, na atual fase de transnacionalização do capitalismo, defender uma posição simetricamente oposta à dos globalistas e afirmar que as nações se consolidam e passam muito bem. Até porque esta polarização também teria sido de pouca valia no século XX, em cuja primeira metade havia pouquíssimos Estados nacionais¹⁴), grandes impérios e fortes perspectivas internacionalistas.

O que se apresenta é um processo extremamente desigual e contraditório. Por um lado, estão em curso tentativas de construção, no curto prazo, de gigantescos Estados-nações; e, por outro, formações sociais nacionais que pareciam consolidadas entram em crise. Ambos os cenários contribuem para que o ordenamento interestatatal mostra preocupantes sinais de instabilidade.

Eis um cenário propício ao desenvolvimento de questões nacionais e decorrentes nacionalismos de vários tipos. Alguns expressam posições abertamente conservadoras e mesmo regressivas. Aí se incluem os nacionalismos classicamente chamados “de nação opressora”.

Todavia, os nacionalismos de “nações oprimidas” não podem ser homogeneamente considerados democráticos ou socialistas, inclusive no que se refere à temporalidade. Alguns podem ser profundamente antidemocráticos antes da construção do “Estado próprio”. Outros, após trilharem lutas democráticas, uma vez constituído o Estado nacional (um Estado burguês), submetem-se às determinações estruturais deste, as quais produzem impactos importantes sobre as relações de classes. Neste caso, forças outrora antissistêmicos convertem-se, total ou parcialmente, em agentes de uma ordem opressiva e exploradora. Outros, enfim, procuram novos meios de articular, na nova ordem, lutas contra a exploração e a opressão nos planos nacional e internacional.

O conteúdo democrático do nacionalismo de nações oprimidas não pode ser tomado isoladamente. É inseparável das lutas de classes nos planos nacional e no internacional, uns e outros marcados por uma forte tendência transnacionalizante do capitalismo.

¹⁴ A América Latina era uma exceção, aliás desde a primeira metade do século XIX.

Bibliografia

ALMEIDA, Lúcio F. (2010/11). Comunas e soviets: passado e futuro de um poder proletário com muitos nomes e cores. *Lutas Sociais*, 25-6.

_____.(2013). *O marxismo frente a nações e nacionalismos*. Comunicação apresentada no 37º. Encontro Anual da ANPOCS.

_____.(2014). *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC.

ALTHUSSER, Louis.(1959). *Montesquieu, la politique et l'Histoire*. Paris: PUF.

ANDERSON, Benedict. (2008). *Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

ANDERSON, Perry. (1978) *L'état absolutiste: ses origines et ses voies*. Paris, Maspero.

BALIBAR, Étienne. (1998). Racisme et idéologie. In: BALIBAR, E. e WALLERSTEIN, I. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris : La Découverte.

BOBBIO, N. 1983. Existe uma doutrina marxista do Estado ?. In: *Qual socialismo?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BOCCA, Pedro P. (2013). *Livre-comércio dependente, lutas sociais e a formação de um campo antineoliberal na América Latina*. Dissertação de Metrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

BRZEZINSKI, Zbigniew. (2015). Russia must work with, not against, America in Syria. *Financial Times*, 04/10/2015. <http://www.ft.com/cms/s/0/c1ec2488-6aa8-11e5-8171-a1968cf791a.html#axzz3nkog5SFW>. Consulta em: 07/10/2015.

EZLN. (1996). *Ivitación-convocatoria al encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*. http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_06_09.htm. Consulta em 10/05/2000.

GELLNER, Ernst (1983). *Nations and nationalism*. Oxford, Basil Blackwell.

HABERMAS, J. (2000). “Realizações e limites do Estado nacional europeu”. In: BALAKRISHNAN, G. (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto.

HEGEL, Georg. (1973). *Principes de la philosophie du droit*. Paris: Gallimard.

HOBBSAWM, Eric. (1991). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra.

_____ e RANGER, Terence. (1983). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.

HUNTINGTON, Samuel P. (2004). *Who Are We? The challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Schuster.

KAUTSKY, K. (1978). “La nacionalidad moderna”. In: BERSTEIN, E. et al., *La segunda internacional y el problema nacional y colonial* (primera parte). México: Pasado y Presente.

MÁRMORA, L. (1986) *El concepto socialista de nación*. México, Pasado y Presente.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. (2001). *Império*. Rio de Janeiro : Record.

PINHEIRO, Jair. (2014). Luta pelo socialismo no interior da revolução bolivariana. In : PINHEIRO, J. (Org.). *Marx : crise e transição – contribuição para o debate hoje*. Marília: Cultura Acadêmica.

POULANTZAS, N. (1968) *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero.

_____. (1976). *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1974). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2 ed. Rio de Janeiro : Zahar.

_____. (1978) *L'état, le pouvoir, le socialisme*. Paris, PUF.

ROSA, Flávia B. (2014). *O movimento operário na Venezuela do século XXI: Dilemas da reorganização sob o governo Chávez*. São Paulo: Sundermann, 2014.

SETTON-WATSON, Hugh. *Nations and States: an Enquiry on the Origins of Nations and the Politics of Nationalism*. Boulder: Westview Press, 1977.

STEFANONI, Pablo. (2010). Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. *Lutas Sociais*, n. 24.

_____. (2016). Cómo se explica y qué significa para Bolivia la derrota de Evo Morales en el referendo por su cuarto mandato. <http://www.lasintesis.com.ar/nota-como-se-explica-y-que-significa-para-bolivia-la-derrota-de-evo-morales-en-el-referendo-por-su-cuarto-mandato-63302>. Consulta em 06/03/2016.

ZIBECHI, Raúl. (2010). Bolivia-Ecuador: el Estado contra los pueblos índios. *Lutas Sociales*, n. 24.

As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015¹

Cláudio Luis de Camargo Penteado²

João Guilherme Guerballi³

Resumo: O artigo tem por objetivo o estudo das manifestações contra Dilma Rousseff em 2015 no Twitter. A partir do debate sobre o conceito de esfera pública, o artigo realizou uma análise das mensagens mais compartilhadas e dos perfis mais influentes nos dias dos protestos em favor do impeachment. Essa análise foi feita por meio da avaliação das manifestações dos vinte usuários e mensagens mais retweetadas em cada dia de manifestação por meio do posicionamento político, conteúdo da mensagem e análise do perfil dos usuários, a fim de obter dados acerca das interações entre diferentes posicionamentos políticos e entender qual o objetivo das mensagens em um contexto de efervescência política. Os resultados alcançados indicam que, apesar do Twitter não poder ser considerado uma esfera pública, o debate nessa rede social tem grande importância dentro da agenda política contemporânea, além da capacidade de mobilização e divulgação de atos de protestos.

Palavras-chave: Twitter; Esfera Pública; Impeachment; Manifestações; Protestos.

¹ O artigo apresenta resultados do projeto FAPESP “Disputas eleitorais no Ciberespaço”.

² Professor Associado da UFABC, Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP, atua na área de Comunicação Política. Email: claudio.penteado@ufabc.edu.br

³ Bacharel em Ciências e Humanidades na UFABC. Email: guerballi11@gmail.com

Abstract: The article intends to study the popular manifestations against president Dilma Rousseff in 2015 on Twitter. From The concept of public sphere, this project performed an analysis about the messages sent on Twitter and the most influent profiles during the protests days for impeachment. This analysis was done based on the twenty users and messages retweeted day by day during manifestation period. Each message and user was categorized through political position, message content and user profile, in order to get data about interactions between different political positions and understanding what is the objective of the message in a troubled political context. The result shows that although Twitter cannot be a public sphere, the debate in this social network is important inside Contemporary political agenda and it has potential to mobilize and share the protests acts.

Keywords: Twitter; Public Sphere; Impeachment; Manifestation; Protests.

Introdução

A internet demonstra a cada dia que chegou para modificar o modo de vida de toda sociedade e esta mudança afeta inclusive a esfera política. O destaque do uso colaborativo da *web* nas eleições norte americanas de 2008 é percebido principalmente pela campanha de Barack Obama, tornando possível a interação do mesmo com seus apoiadores, simpatizantes e eleitores. Dessa forma angariou fundos, apoio e grande mobilização *online* a seu favor (GOMES et al, 2009; WATTAL et al, 2010). Tal fato iniciou uma nova compreensão acerca da comunicação política, principalmente em relação ao uso da internet e seus dispositivos de comunicação.

Além de campanhas eleitorais, a internet também pode ser utilizada em diferentes tipos de ação política como a divulgação de informações políticas com ações e serviços de governo eletrônico, como espaço para debate político (esfera pública), espaço para ações e práticas de ciberativismo e para a comunicação política em geral (PENTEADO et al., 2011), assim como espaço para atuação de organizações da sociedade civil e para desenvolver suas atividades e influenciar o processo de políticas públicas (ARAUJO et al., 2015).

A internet utiliza uma lógica diferenciada dos meios tradicionais de comunicação, isso se deve à sua estrutura em rede e ao seu caráter interativo corroborado com o surgimento da *web 2.0*⁴ que torna a rede mais dinâmica e com um fluxo informacional mais difícil de ser controlado por conta da interatividade que os usuários possuem. Dentro da *web 2.0*, as redes sociais de internet ganharam popularidade e se configuraram como um importante espaço da sociabilidade contemporânea para seus usuários, permitindo novas formas de interação entre os cidadãos comuns e os políticos (AUSSERHOFER & MAIREDER, 2013).

A fluidez encontrada no ambiente digital permite a quebra da monopolização dos meios de expressão e de exposição que caracterizava a mídia tradicional (AGUIAR, 2014). O crescimento das redes sociais como o *Facebook*, *Whatsapp* e *Twitter* permitiu que os diversos usuários pudessem criar e expor informações que se relacionam aos mais diferentes temas, entre eles, o político. O debate político se torna, portanto, mais aberto para novas interações e mais difuso. O incentivo à quebra da monopolização da informação e a maior participação do cidadão no debate político nas mídias sociais é o que Dahlgreen (2005) irá chamar de esfera pública ampliada.

⁴ Web 2.0 se diferencia da Web 1.0 pelo uso de ferramentas e aplicativos interativos (WATTAL et al, 2010)

No Brasil, como em todo o mundo, as redes sociais tiveram uma rápida expansão que permitiu uma maior sociabilidade e debate no ambiente virtual. No Brasil, mais de 85,9 milhões de pessoas utilizam a internet segundo pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic). O *Twitter*, objeto de estudo desse artigo⁵, tem no território nacional cerca de 33,3 milhões usuários cadastrados⁶. O *Twitter* é diferente de outras redes sociais, pois limita em 140 caracteres as publicações dos usuários. Esta característica dificulta a exposição de textos longos, contudo é uma das redes sociais mais populares do mundo.

A importância das redes sociais não se limita a experiências políticas como as eleições e os debates, mas também a grandes acontecimentos políticos, como a Primavera Árabe. Nesta série de revoluções políticas e sociais a internet e principalmente as redes sociais serviram como ambiente de articulação dos grupos que protestavam (ALMEIDA, 2013). No Brasil, as manifestações de junho de 2013 também tiveram como fator determinante as redes sociais que foram utilizadas como ferramenta de mobilização e divulgação de informações (PERUZZO, 2013). Essas manifestações contaram com uma ampliação das fontes de notícias que eram divulgadas pelas redes sociais de forma complementar ao jornalismo *online* (RECUERO, 2012).

Castells (2013), ao estudar os movimentos sociais em rede, identifica as redes sociais de internet (RSI) como ferramentas para a mobilização, organização, deliberação e coordenação de diversos grupos sociais que atuam dentro do ciberespaço. Além destas funções os usuários se tornam responsáveis além da produção do conteúdo, como também no estabelecimento de vínculos com outros usuários, grupos e ativistas.

Embora se reconheça a relevância das Redes Sociais de Internet nos movimentos políticos contemporâneos (CASTELLS, 2013; PARRA, 2013; KONDKER, 2011; HARO BARBA & SAMPEDRO BLANCO, 2011), muito ainda se questiona sobre a formação da opinião nesse meio e sobre o papel da internet como uma esfera pública de debate e enfrentamentos políticos. Nesse contexto, o presente trabalho apresenta um estudo, a partir do debate crítico das RSI como esfera pública e do comportamento dos usuários do *Twitter* nas manifestações anti-Dilma Rousseff em 2015, buscando identificar os principais usuários e seus posicionamentos político dentro da *Twitteresfera*.

⁵ Apesar do *Facebook* e o *Whatsapp* serem mais populares que o *Twitter*, a política de dados dessas redes sociais limita o tipo de pesquisa realizado.

⁶ Disponível em: < http://semiocast.com/en/publications/2012_01_31_Brazil_becomes_2nd_country_on_Twitter_supersedes_Japan. Acesso em: 14 de mar 2015.

O conceito de esfera pública em debate

O conceito de esfera pública de Jürgen Habermas contribuiu para a maior compreensão da sociedade, mais especificamente do espaço público e dos ambientes que podem ser considerados como extensões dele, como é o caso dos meios de comunicação de massa, da internet e, contemporaneamente, das redes sociais de internet. Para entender melhor o conceito de esfera pública é necessário o conhecimento de alguns fundamentos da teoria do agir comunicativo.

O agir comunicativo evidencia a necessidade da deliberação entre os participantes de uma sociedade, desta possibilidade de deliberar e se chegar a resultados construtivos. Deste preceito, surge uma concepção de democracia deliberativa, que é uma alternativa criada pelo autor (Habermas) para as duas concepções políticas abordadas nos Estados Unidos: o liberalismo e o republicanismo. Habermas (1991) fez uso de características destas duas correntes para criar uma terceira, que foi denominada democracia deliberativa, com foco na pluralidade de atores e vozes, as quais devem ser ouvidas e geridas a fim de atingir um fim benéfico a todos.

[...] a noção de democracia deliberativa se enraíza no ideal intuitivo de uma associação democrática, no seio da qual a justificação dos termos e das condições de associação procede de uma argumentação e de uma racionalização pública de cidadãos iguais. Os cidadãos, numa tal ordem, partilham um engajamento comum frente à resolução de problemas de escolha coletiva através de uma racionalização pública, e consideram suas instituições de base legítimas na medida em que elas estabelecem um quadro favorável a uma deliberação pública livre. (HABERMAS, 1990, p. 17)

Habermas (1990) inicia sua análise da esfera pública focando em países como a Alemanha, Inglaterra e França, onde surge uma esfera pública de dimensão restrita, a qual é chamada de esfera burguesa, que era caracterizada pela constante leitura, pela busca de uma mídia politizada e que apesar de haver discussões e deliberações, esta era excludente para a plebe - que cria uma esfera plebeia - e para mulheres por conta da força que possuía a sociedade patriarcal da época. Foi, porém, somente com a crescente autonomia dos menos favorecidos proporcionada pela propriedade privada que estes conseguiram influenciar esta arena de debates. O Estado, por sua vez, deveria participar da deliberação como outro ator, entretanto, não poderia manter o controle total neste ambiente, pois se isso ocorresse perderia o caráter de debate popular que visa a mudança de baixo para cima e seria apenas mais uma arena governamental controlada pelo mesmo (PERLATTO, 2012; HABERMAS, 1990; MAIA, 2000).

O autor deixa clara a importância das mídias tradicionais – que eram veiculadas inicialmente a um preço mais baixo em comparação a grandes textos literários – na reestruturação ocorrida na esfera pública. Dentro do ecossistema de comunicações, existe a possibilidade de se questionar qual seria o papel dos meios de comunicação como esfera pública, porém alguns pontos fracos aparecem quando analisada mais a fundo (MAIA, 2000). Um primeiro problema que pode ser encontrado na análise é a infiltração da dinâmica (lógica) do poder dentro da funcionalidade da esfera pública, o que diminui o caráter democrático da esfera; outra questão que pode ser levantada é a vassalização sofrida pela mídia, que passa por sua vez a defender a visão de mundo de seus donos e filiados por meio da publicidade e da moldagem que fazem na opinião pública. É por conta destes problemas que Habermas (1990) argumenta em fomento da teoria do agir comunicativo, a fim de aumentar a racionalidade dos debates efetuados cotidianamente (LUBENOW, 2007).

Com o domínio causado pelas mídias de massas que atuam de forma polarizada na esfera pública, o potencial de racionalização dos seus participantes é afetado, e isso se deve ao fato do espaço de crítica e deliberação estar dominado por indivíduos com interesses claros e com capacidade de mudança na opinião pública. A esfera pública perde aos poucos a politização de seus membros, característica essa fundamental para uma deliberação, logo, ela se torna a arena de deliberação de interesses particulares (LUBENOW, 2007), desviando do ideal *habermasiano*.

A politização da esfera pública é uma questão relevante para o entendimento de seu funcionamento. Muitas vezes os indivíduos que estão inseridos nessa esfera não têm uma forte politização, e mesmo que haja algum nível, ainda há vazamentos por conta de pessoas que são excluídas do processo deliberativo ou pela influência daquilo que Habermas (1990) chama de sistema sobre o mundo da vida. O mundo da vida é o ambiente de socialização, de onde a cultura é disseminada, portanto, instituições têm de preservar suas características e mantê-las afastadas do sistema com suas características advindas do capitalismo e do mercado, que produzem uma dinâmica e lógica própria, diferenciada do mundo da vida (HABERMAS, 1990; LUBENOW, 2007).

Uma esfera pública que atue de forma eficiente deve conter indivíduos que sejam considerados livres e iguais, que tenham uma consciência política, que não sofram interferência de fatores externos e por meio de uma mediação eficiente consigam atingir resultados que sejam frutos da racionalização e do entendimento das partes. Entretanto, a mídia que adota uma postura polarizada e invade o sistema, com suas características

capitalistas, influencia a esfera pública tirando o caráter de deliberação racional entre as partes iguais, por este motivo o autor propõe a separação entre os diferentes mundos (LUBENOW, 2007; PERLATTO, 2012)

A esfera pública mudou com o passar do tempo. No século XVIII tinha uma força de convencimento, no século XIX o número de indivíduos que tinham acesso ao debate e que queriam se fazer ouvir aumentou, no século XX apesar do número de indivíduos ser ainda maior, também é grande a interferência de fatores econômicos (PERLATTO, 2012). A internet surge hoje como uma das formas mais importantes de comunicação e expressão da opinião, mas muitos problemas ainda são levantados, entre eles a questão da interferência do mercado e o fato de que muitas das ferramentas hoje utilizadas são propriedades privadas e, portanto, afetam o caráter de deliberação livre que possui a esfera pública.

No século XXI a internet se mostrou de início como uma porta para a democracia, mas como Rousiley Maia (2000) já demonstrou, essa democracia muitas vezes não é real, e a internet pode proteger um extremismo político-ideológico que não é aceito em outras esferas da sociedade. Dentro desse quadro, abaixo apresentamos uma discussão sintética a respeito da internet como esfera pública.

A Internet como esfera pública

A internet é vista por muitos autores como um ambiente propício para se dialogar sem a interferência econômica ou estatal, se aproximando assim de uma esfera pública (DAHLBERG, 2001 apud BARROS E SAMPAIO, 2011). No entanto, para se posicionar em relação a este assunto as características desta esfera devem ser esclarecidas. A esfera pública é, segundo Habermas (1997), um ambiente de debate e deliberação no qual os indivíduos não podem ser excluídos, não podem sofrer a interferência das esferas econômicas ou serem controlados pelo Estado. Este ambiente deliberativo serve como uma pressão dos governados sobre os governantes visando ampliar as discussões sobre determinado tema para abranger diferentes públicos e instaurar uma política pública que os beneficie (SAMPAIO E BARROS, 2011).

A internet é um ambiente que possui diversas ferramentas que possibilitam a expressão da opinião dos indivíduos (SAMPAIO E BARROS, 2011). Os fóruns, *blogs* e as redes sociais são os exemplos desta nova arena de debates, no entanto, o problema mais claro destes meios é a ausência de uma mediação eficiente – atualmente os mediadores

são indivíduos que já possuem uma ideologia política e estão inseridos no meio do debate político, o que impossibilita uma mediação imparcial – e também a limitação do debate político na internet àqueles que já o efetuam cotidianamente (OLIVEIRA, 2012; SAMPAIO E BARROS, 2011).

Sampaio e Barros (2011) defendem que apesar dos pontos negativos, a internet tem uma força política que ganha cada vez mais espaço, porém, não é uma esfera pública, mas sim um espaço auxiliar na deliberação que carece de uma moderação eficiente, conforme já destacado. Nesta mesma linha argumentativa, Oliveira (2012) defende a internet como um revitalizador da consciência e crítica política na população. A internet revigora o potencial deliberativo da esfera pública, mas ele defende que ainda há a ausência de uma mediação livre e imparcial, que impossibilita de classificá-la como um espaço aberto de deliberação.

Daniilo Rothberg (2008) concede ao meio digital uma visão diferenciada. Ele acredita que a internet é importante para o debate político e é uma ferramenta imprescindível para os que desejam se informar mais. Mas, em seus estudos, percebe que a questão política tem causado cada vez mais desinteresse por parte dos usuários. Mesmo assim, ele afirma que esta ferramenta pode possibilitar uma maior eficiência na gestão pública, pois com o maior acesso e o maior interesse pela deliberação, a internet seria mais utilizada para tal fim aumentando assim a deliberação. Rothberg (2008) não considera este meio como uma esfera pública em si, mas um conjunto de microesferas, que ajudam na deliberação.

Rousiley Maia (2000), apesar de creditar à internet um papel importante na geração de opiniões, de um debate direto sem obstáculos e de pressão sobre os políticos, também concede ao meio digital um caráter autoritário, dado que as mídias sociais que são utilizadas, como por exemplo o *Facebook* e o *Twitter*, são propriedades privadas e que por meio de algoritmos de programação determinam o que o usuário verá. Logo, a mediação se torna parcial e exclui o usuário de muitas informações que seriam pertinentes a um debate mais construtivo e igual. Maia (2000) cita a proteção da identidade como um fator importante deste meio, mas que embora ajude as pessoas se pronunciarem sem medo de sofrer uma retaliação, ajuda que crimes e ofensas sejam disseminados, logo o debate se torna irracional e gera o conflito o que não é benéfico para a construção deliberativa.

A internet possui inegáveis liberdades de deliberação, de expressão e de contato entre seus usuários, mas a sua classificação como uma esfera pública ainda é polêmica e a divergência entre os autores é clara. A moderação, que caracteriza um fator determinante

para uma deliberação justa, ainda não atingiu um nível de excelência, e provavelmente nunca alcançará. O meio digital deve se tornar mais acessível, mas mesmo assim, ainda exclui grande parte da população, principalmente a população mais pobre. Ainda, os recentes embates políticos e ideológicos nas redes sociais de internet entre grupos políticos, que marcaram as eleições de 2014 e o ano de 2015, evidenciam a falta de racionalidade no processo de debate político no ciberespaço. Por fim, para a constituição de uma esfera pública livre, a internet não pode sofrer a influência do sistema econômico, pois essa interferência influencia os rumos de uma deliberação igual entre os cidadãos. A colonização do ciberespaço pelas empresas (*Google, Facebook, Microsoft* etc) leva à modulação da sociabilidade (SILVEIRA, 2016) e interferência no fluxo de informações que impedem a fundamentação de um espaço de deliberação.

Metodologia

Nessa segunda parte, a pesquisa realiza uma investigação empírica do *Twitter* como espaço de debate político contemporâneo, a partir do estudo das manifestações pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff que ocorreram em 2015.

Por meio de uma ferramenta de extração de dados do *Twitter*, foram coletados *tweets* referentes aos protestos no período entre os meses de março a agosto de 2015, meses de maior mobilização contra o governo de Dilma Rousseff⁷. A captura destes dados se deu por meio de *hashtags* e palavras-chave que remeteriam ao objeto de estudo.

Para a análise dos dados extraídos foi feita uma lista de dados com as vinte mensagens mais *retweetadas* e os vinte usuários mais *retweetados* nos dias dos protestos, ou seja, 15/03/2015 e 16/08/2015. Devido a problemas técnicos no recolhimento de informações referente à manifestação do dia 12/04/2015, optou-se por utilizar os dados do dia anterior ao do protesto, dia 11/04/2015, para manter a análise comparativa e a série histórica para a pesquisa. Ao total foram analisadas 60 mensagens mais *retweetadas* e 60 perfis de usuários mais *retweetados*.

As mensagens mais *retweetadas* foram analisadas por meio de três tópicos, sendo eles: o perfil do usuário, posicionamento em relação ao governo de Dilma Rousseff e o tema da mensagem.

⁷ Em dezembro (13/12/15) também ocorreu uma manifestação organizada pelos grupos pró-impeachment. Contudo, essa manifestação não gerou grande mobilização dentro do Twitter e de participantes nas ruas. Nesse sentido, optou-se por não utilizar esses dados.

Os perfis dos usuários podiam se enquadrar como: Usuário comum, Candidato, Político, Partido, Empresa, Sites/ Blogs Notícias, Movimento Social, Sindicato, ONG, Governamental, Jornalista, Twiteiro-Humorista, Mídia Tradicional, Religioso, Engajado, Celebridade, Twiteiro, Twiteiro-Jornalista e usuário inexistente. Além disso, foram criadas as categorias Outros para perfis que não se encaixassem nessas descrições.

A análise do tema da mensagem tem por objetivo identificar as temáticas que foram alvo de maior compartilhamento e conseqüentemente de maior contato entre os usuários. Uma mensagem poderia ter mais de um tema, a temática era classificada como: Pessoal (ataque à Dilma Rousseff), Ataque ao PT, Saúde, Educação, Mídia em Geral, Segurança, Lava Jato, Economia, Pesquisa, Veja, Debate, Globo, Petrobras, Internet, Corrupção, Internacional, Religião, Mobilização e Humor. Assim como na análise do perfil, a categoria Outros foi também utilizada. Por fim, o posicionamento do usuário que postou a mensagem era classificado da seguinte maneira: antigoverno, pró-governo, inativo, antinativo, pró ou inexistente.

Os usuários mais *retweetados* não tiveram necessariamente as mensagens mais *retweetadas*, sendo assim, categorizou-se estes indivíduos quanto ao perfil do usuário e ao posicionamento político em relação ao governo federal, nos mesmos termos explicitados acima.

Os resultados apresentados estão organizados por dia de manifestação (15/03/15, 11/04/15 e 16/08/15) e a totalização dos resultados, apresentadas nos gráficos abaixo.

Resultados

As manifestações contrárias ao governo de Dilma Rousseff no ano de 2015 tiveram três momentos de maior importância, nos meses de março, abril e agosto. Apesar de um grande público no primeiro protesto, o segundo não consegue manter a força que é parcialmente reestabelecida no de 16 de agosto. Os protestos tiveram um caráter nacional, com ocorrências em diversas cidades do país, contudo a cidade de São Paulo concentrou o maior número de manifestantes.

No mês de março de 2015 ocorreu a primeira e maior manifestação contrária ao governo, segundo números da polícia militar aproximadamente 1 milhão de pessoas ocuparam a Avenida Paulista, em São Paulo. O Datafolha estimou em 210 mil manifestantes para esta mesma ocupação. Apesar da disparidade numérica, ambos os dados corroboram para a afirmação de que tal manifestação foi a maior de 2015 e conseguiu mobilizar uma

grande massa de cidadãos descontentes com o governo Dilma Rousseff. A manifestação ocorreu em outras capitais do país e em algumas cidades de outros países.

Nos dias que antecederam a manifestação de março, movimentos pró-governo se organizaram, e na sexta-feira, 13 de março, ocuparam avenidas em diversas cidades do país. Tal manifestação permitiu um maior confronto entre os grupos nas redes sociais, onde cada lado procurou além de mobilizar para a participação nos eventos, também se buscou deslegitimar a demanda de seus oponentes (CARVALHO et. al. 2016).

Em Abril de 2015 as manifestações ainda tiveram grande adesão, porém menor em relação as três aqui analisadas. Segundo dados da Polícia Militar, 275 mil pessoas participaram das manifestações na cidade de São Paulo, enquanto que o Datafolha contabilizou 100 mil manifestantes na mesma região. Apesar de menores, as manifestações ocorreram também em diversas cidades do país.

A última manifestação, analisada no presente trabalho, ocorreu em 16 de agosto de 2015 e foi a segunda maior manifestação, ocorreu após um grande período sem movimentações nas ruas, entretanto, o debate se manteve ativo na internet, o que permite o acesso e a participação de um número maior de pessoas em relação a abril. De acordo com o Datafolha, 135 mil pessoas participaram do protesto na região da Avenida Paulista; a Polícia Militar afirmou que 350 mil pessoas estavam em São Paulo protestando. Assim, como as demais manifestações, também houve protestos em diversos pontos do país.

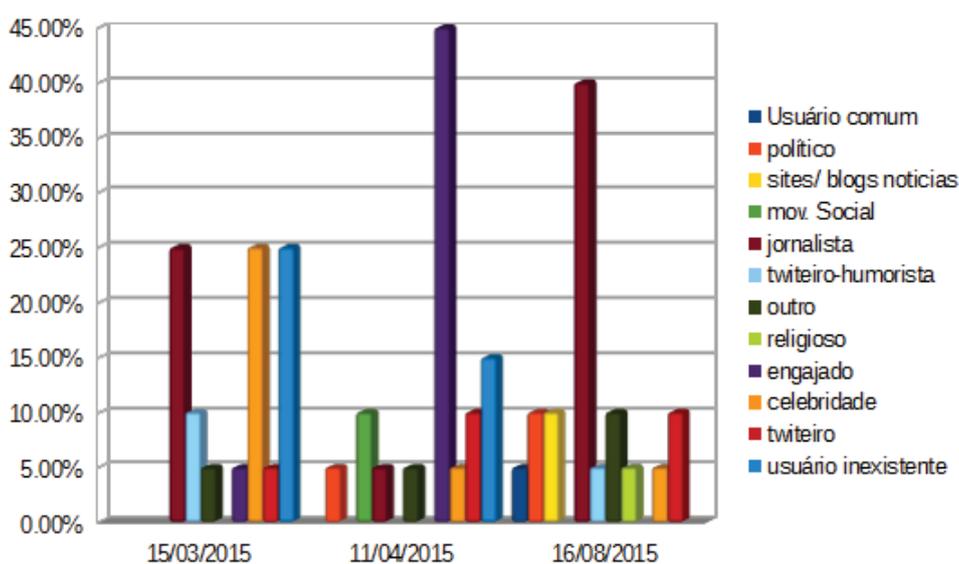


Figura 1 - Usuários das mensagens mais RTs (por dia)

A figura 1 demonstra a frequência com que se apresentam os diferentes perfis das mensagens mais *retweetadas* de cada uma das manifestações analisadas. No dia 15 de

março, o número de jornalistas, celebridades e usuários inexistentes representaram ao todo 75% dos usuários mais *retweetados*. Os usuários inexistentes (25%) são importantes neste caso, pois podem representar robôs que foram programados para postar regularmente a fim de mobilizar os usuários do *Twitter*; as celebridades, por sua vez, possuem um número vasto de seguidores o que facilita a disseminação de suas mensagens. Já no dia 11 de abril, o número de usuários inexistentes ainda se mantém elevado, representando 15% dos perfis analisados, porém, o número de engajados cresceu chegando a 45% no dia 11 de abril, as celebridades apresentaram grande queda, passando a representar 5%. Em abril o surgimento de movimentos sociais e de políticos é uma novidade, mas que não cresce tão fortemente na manifestação seguinte. Na última manifestação analisada, a distribuição do tipo de perfil que possuía as mensagens mais *retweetadas* é mais homogênea e os perfis se mantiveram entre 0 e 10%. Os jornalistas, no entanto, ganham força novamente e representam 40% dos usuários mais *retweetados*. Quando a análise se deu no dia das manifestações, o número de jornalistas era alto, principalmente pela cobertura em tempo real propiciada pelas diferentes mídias sociais, o mesmo não ocorreu em dias que antecederam as manifestações como é o caso do dia 11 de abril.

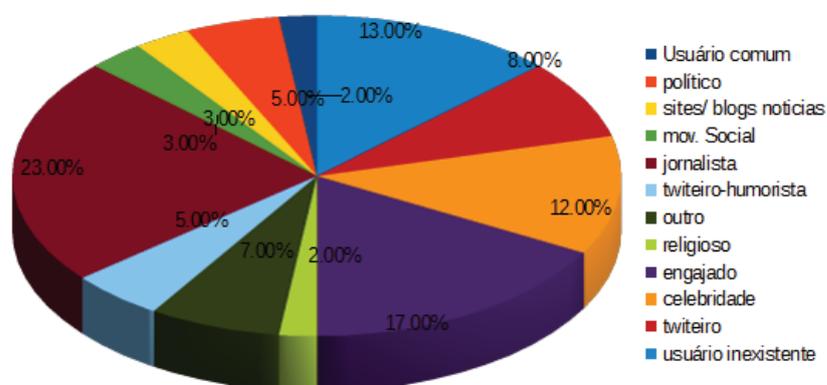


Figura 2 – Perfil dos usuários das mensagens mais RTs (total)

Ao analisar o total dos dados referentes aos perfis das mensagens mais *retweetadas* fica evidente que apenas quatro perfis (usuários inexistentes, celebridades, engajados e jornalistas) representam 65% dos perfis coletados na pesquisa (com ocorrência acima de 10%), ou seja, grande parte das postagens mais *retweetadas* e dos debates nos dias das manifestações se pautam por indivíduos que se encaixam em uma das quatro categorias acima citadas. O debate, apesar de aberto para a participação ampla, acaba sendo mais ativo dentro desses quatro perfis.

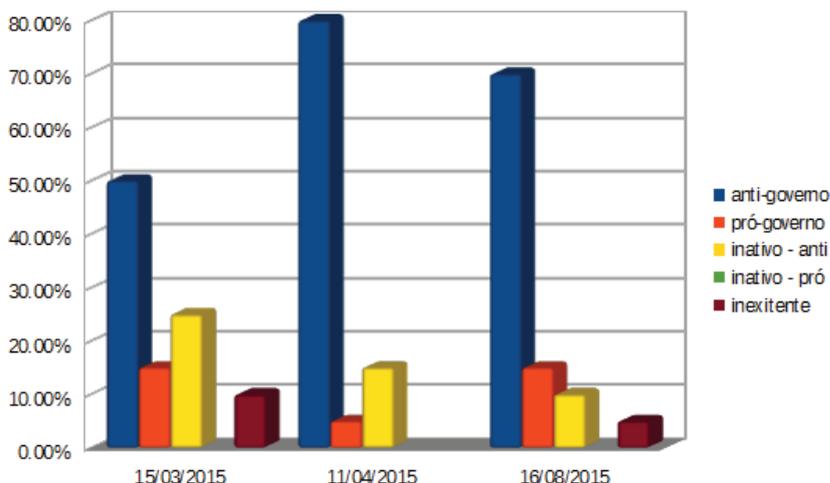


Figura 3 – Posicionamento político das mensagens mais Rts (por dia)

A análise do posicionamento é importante para entender como ocorre o debate entre os diferentes posicionamentos no *Twitter*. Na primeira manifestação de 2015 é possível perceber uma tentativa de debate entre posicionamentos divergentes, mas tal tentativa é muito fraca. Indivíduos pró-governo e ativos na rede social representam 15%, enquanto contrários ao governo e inativos são 50%. Quando somados os inativos (aqueles que abandonaram o Twitter) a porcentagem de indivíduos antigoverno chega a 75%. O leve debate ocorrido neste dia refere-se às manifestações pró governo que ocorreram dois dias antes e permitiram o confronto de ideias. Na segunda manifestação, o debate foi praticamente inexistente. Os indivíduos com as mensagens mais *retweetadas* contrários ao governo (antigoverno e inativo- anti) representavam 95% do total analisado para este dia. Na última manifestação, apesar de crescimento dos perfis pró-governo (15%), o debate ainda se mostrou mínimo, com o predomínio de RTs contrários ao governo Dilma Rousseff.

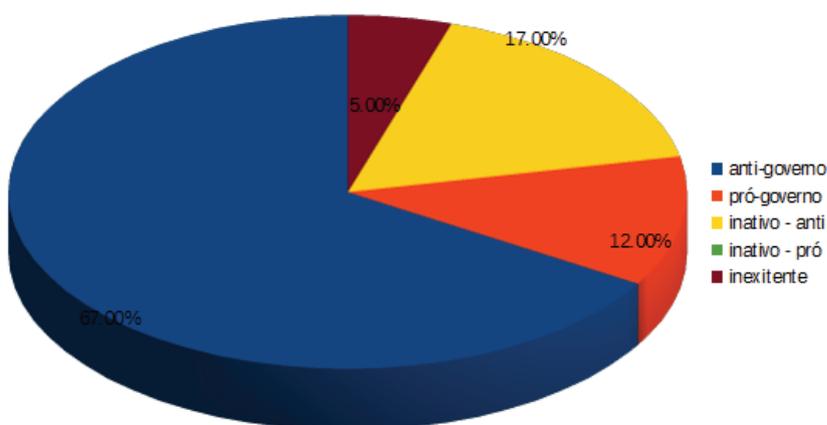


Figura 4 – Posicionamento das mensagens mais RTs (total)

Quando analisado o total dos posicionamentos entre os usuários, é possível perceber que quase não houve um debate entre as posições políticas dos grupos. Apesar de existir um intenso enfrentamento discursivo nas redes sociais, os dados mostram que praticamente não ocorreu uma disputa discursiva entre as duas posições, uma vez que aproximadamente 83% das mensagens mais *retweetadas* eram antigoverno e inativo-anti. Por ser um evento organizado pelos apoiadores do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff era esperado uma maior ocorrência de posições contra a presidente e seu partido (PT).

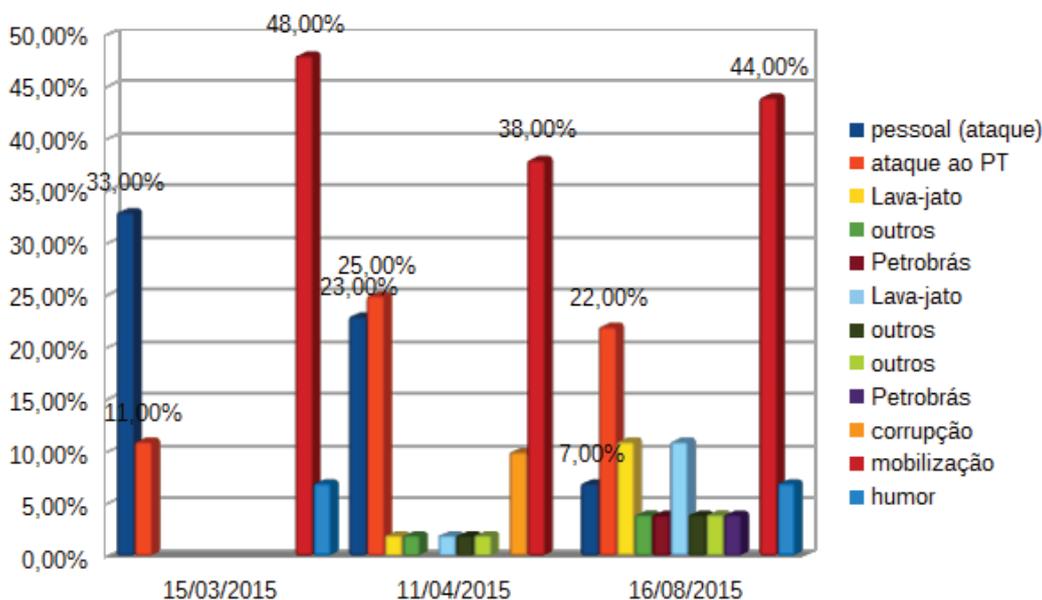


Figura 5 – Tema das mensagens mais RTs (por dia)

Os temas das mensagens mais retweetadas foram analisados para entender qual assunto gerou maior popularidade nesses dias. Em 15 de março o tema “mobilização” representou 48% do objetivo dos *retweets* e os ataques pessoais à presidente foram 33% dos *retweets*. Na manifestação seguinte, o tema “mobilização” ainda foi o principal tema das mensagens, com 33%, e os ataques pessoais diminuíram (23%). Porém, o ataque ao PT mais que dobrou em relação à primeira manifestação e atingiu 25%, enquanto a corrupção (tema que seria a causa dos protestos) foi o tema de 10% das mensagens. Na última manifestação, o ataque pessoal caiu para 7%, o ataque ao PT atingiu 22% e pauta a mobilização novamente cresceu para 44%. No entanto, outro tema (muito comentado na mídia tradicional) que não teve a mesma repercussão foi a Lava Jato, que foi tema apenas na última manifestação e de apenas 11% das mensagens.

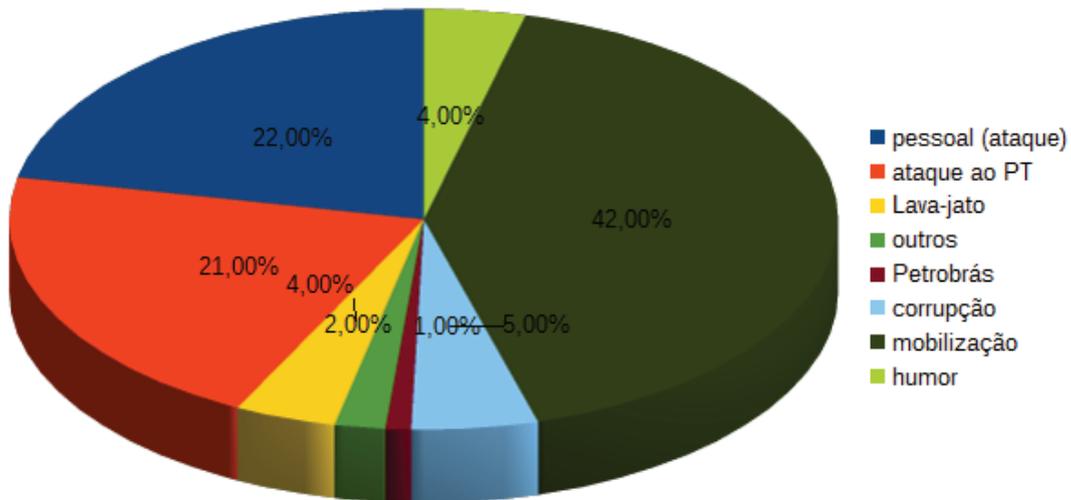


Figura 6 – Tema das mensagens mais RTs (total)

Ao analisar o total da temática das mensagens mais *retweetadas* é fácil perceber como os temas com maior ocorrência são mobilização, ataque à presidente e ataque ao partido dos Trabalhadores, totalizando 85%. Temas que são muito debatidos pela mídia tradicional, como Lava Jato e corrupção foram muito pouco *retweetados* durante as manifestações. Enquanto que temas sociais (educação, saúde, segurança etc) não tiveram nenhuma ocorrência dentro das mensagens mais RTs durante os dias de protestos.

Abaixo apresentamos os resultados da análise dos perfis mais *retweetados* durante os dias de protestos. Ao contrário dos resultados anteriores que foram voltados para o estudo das mensagens mais *retweetadas*, os dados abaixo são voltados para identificação dos perfis que mais foram *retweetados* durante o período. Estes perfis, a partir de uma leitura de análise de rede, possuíram maior centralidade dentro da mobilização em favor do impeachment, sendo importantes nodos difusores de informações.

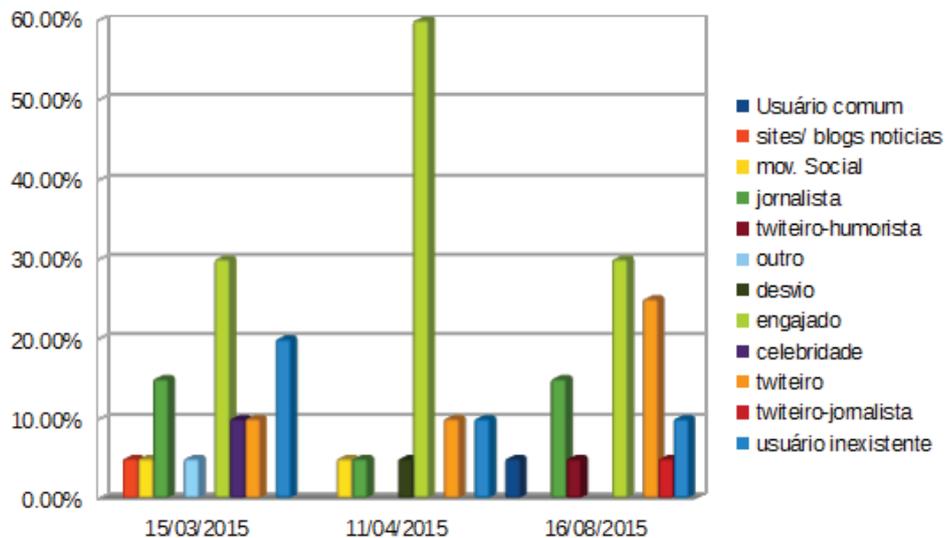


Figura 7 – Usuários mais RTs (por dia)

É possível identificar que os usuários mais *retweetados* possuem diferenças dos que tiveram as mensagens mais *retweetadas*. Na manifestação de março, os perfis engajados, usuários inexistentes, jornalista, celebridade e *twiteiro* representam 85% dos mais *retweetados*. No dia 11 de abril, os perfis de engajados dobram e atingem 60%. Isso se deveu à importância desses indivíduos para mobilizar e convocar as pessoas para as movimentações. Os usuários inexistentes (10%) ainda representam porcentagem relevante para entender a mobilização nas redes sociais. Nas movimentações de agosto, os engajados ainda mantêm importância, os jornalistas ressurgem e os *twiteiros* comuns ganham maior relevância no ambiente virtual.

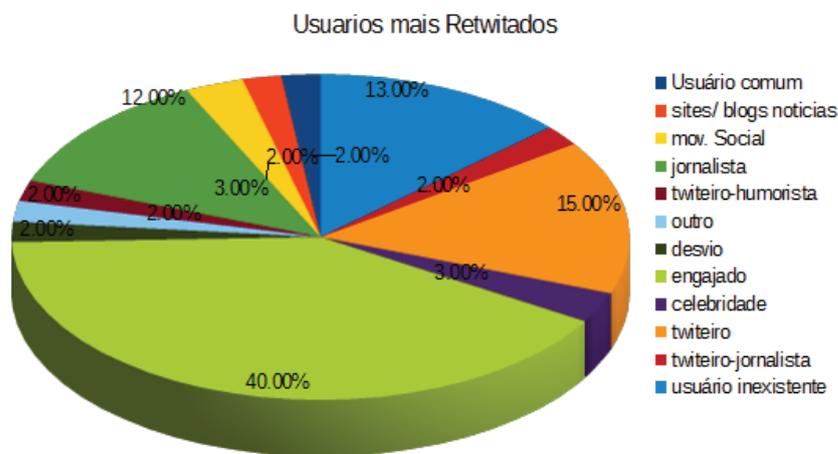


Figura 8 - Usuários mais RTs (total)

A análise do total mostra que a maioria dos perfis mais *retweetados* são engajados (40%). Esses dados permitem observar que esse tipo de perfil possui importante funcionalidade para a mobilização e difusão de informações políticas. Também vale destacar a ocorrência de twitteiros comuns (15%), usuários inexistentes (13%) e jornalistas (12%).

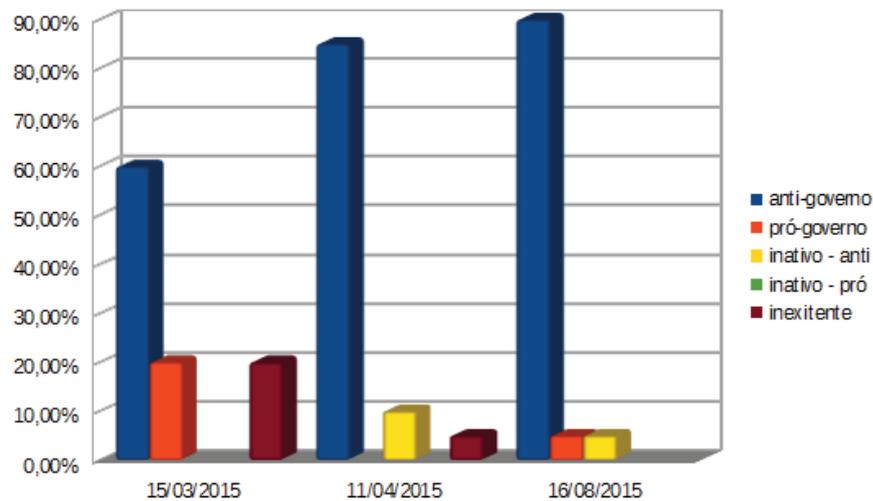


Figura 9 – Enquadramento dos usuários mais RTs (por dia)

No posicionamento dos usuários mais *retweetados* há uma crescente do posicionamento antigoverno, que parte de 60% na primeira e sobe 80% da primeira para a segunda manifestação, e 90% na última. Somente na primeira manifestação de março, é possível identificar algum tipo de debate, nas outras duas datas os grupos *pró-impeachment* são dominantes.

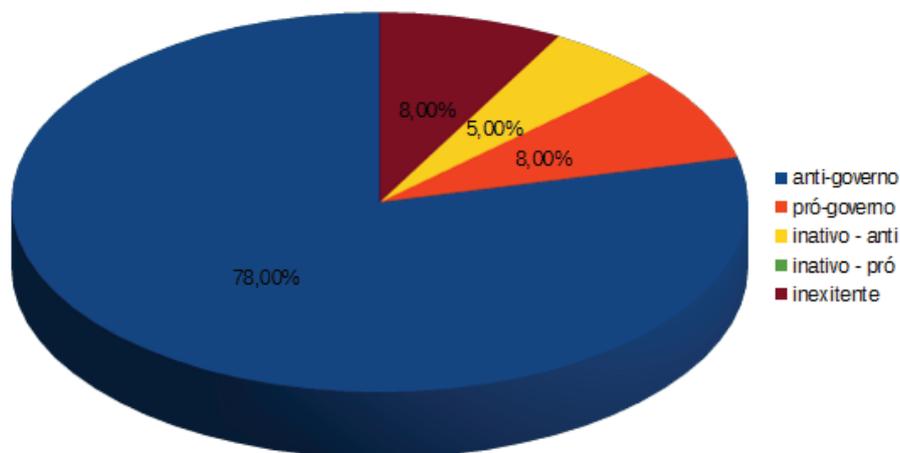


Figura 10 – Enquadramento dos Usuários mais RTs

Na análise do total percebe-se que apenas 8% representam os indivíduos pró-governo, ou seja, o debate e a interação entre os diferentes perfis e também a taxa de *retweets* não propiciam o debate político efetivo entre os grupos de usuários. As posições antigoverno (ativas e inativas) totalizam 83% dos perfis mais RTs.

Considerações finais

A análise dos gráficos obtidos no estudo das manifestações em prol do *impeachment* de Dilma Rousseff, que ocorreram em 2015, forneceu uma ampla base de dados para se entender o comportamento político dos usuários do *Twitter* e a existência de alguma forma de debate entre os usuários no ambiente virtual.

Os dados permitem observar que este meio digital funcionou como forma de estimular as mobilizações, mas não serviu como fonte de questionamento a acontecimentos importantes como a Lava Jato ou a corrupção, ou ainda temas sociais (educação, saúde, transporte etc) e econômicos que não apareceram entre os assuntos mais *retweetados*. Também é possível perceber que grande parte da motivação está associada a uma rejeição à figura de Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores.

Ainda percebe-se que o embate de ideias praticamente não ocorre. Os nichos de compartilhamento de ideias se mantêm praticamente fechados sem o intercâmbio de informações e sem o debate, o que dificulta a caracterização das mídias sociais como esfera pública no sentido imaginado por Habermas. Além de grande parte da população não ter acesso à internet, o debate no *Twitter* foi pautado pela ausência de enfrentamentos de posições políticas, mas pela afirmação de posições não abertas para o enfrentamento.

Habermas (1990) defende a não interferência do mercado na esfera pública, contudo, o *Twitter* é uma empresa privada que possui interesses financeiros e por meio de algoritmos influencia o que o usuário terá em sua *timeline*. O próprio *design* de redes sociais, como o *Twitter*, está voltado para a formação de nichos, isto é, o fechamento em torno de perfis com semelhanças de comportamento, criando uma situação que Norris (2003) vai chamar de “pregando para convertidos”, restringindo a uma comunicação com pessoas com pensamento semelhantes. Nesse caso, o *Twitter* é um excelente meio para mobilização de eventos, como os dados demonstram.

Muitos dos perfis de usuários que foram analisados são encontrados em mais de um dia, o que reforça a ideia que quem mantém o debate na rede são indivíduos já inseridos no meio e adaptados à discussão e expressão política (OLIVEIRA, 2012; SAMPAIO E BARROS, 2011).

O fato de grandes empresas monopolizarem as mídias sociais na internet corrobora para afirmação de que as mídias sociais não podem ser consideradas esferas públicas, elas podem atuar como revitalizadoras desta, mas não possuem a mediação livre e imparcial necessária para a construção e fortalecimento do debate político.

No caso das manifestações em favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2015, pode-se observar que a twittersfera operou como um espaço de mobilização e divulgação dos protestos, assim como um espaço para expressão de ódio e reprovação e rejeição a sua gestão e a seu partido. A disputa política em torno da legitimidade das manifestações entre os apoiadores do então governo ficou praticamente limitada ao primeiro protesto, de março de 2015, no qual ocorreu um evento pró-governo dois dias antes. Nos outros dois protestos, praticamente só aparecerem nos dados posições favoráveis ao impeachment de Dilma.

Referências Bibliográficas

- AGGIO, Camilo. (2010) “Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009”. *Opinião Pública*, v.16, n. 2, p. 426-445.
- AGUIAR, Sonia. (2014) “Discursos anti-midiáticos na web: entre a contra-informação e a contracomunicação”. *Revista online Mídia e Cotidiano*, ano, 1.
- ALMEIDA, Helga. (2011) “Cyberativismo e primavera árabe: um estudo sobre o uso da internet no Egito para a construção da grande ruptura de 2011”. *Revista de discentes de ciências políticas da UFSCAR*, vol. 1-n. 2. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/download/17/14>>. Acessado em 27 de março de 2015.
- ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. (2015) “Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas”. *Hist. ciênc. saúde-Manguinhos*, 22.supl: 1597-1619.
- AUSSERHOFER, Julian; MAIREDER, Axel. (2013) “National politics on Twitter: Structures and topics of a networked public sphere”. *Information, Communication & Society*, 16.3: 291-314.
- BARROS, Chalini T. G. de; SAMPAIO, Rafael C. (2011) “Internet como esfera pública?”. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/5114>>. Acesso em 20 de novembro de 2014.
- CARVALHO, C. S. ; DE FRANÇA, F. O.; GOYA, D. H.; PENTEADO, C. L. C. (2016) “The People Have Spoken: Conflicting Brazilian Protests on Twitter”. In: Hawaii International Conference on System Sciences, Kauai. *Hawaii International Conference on System Sciences*. NY: IEEE, 2016. v. 49. p. 1986-1995.
- CASTELLS, Manuel. (2013) “*Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*”. São Paulo: Jorge Zahar Editor.
- DAHLGREN, Peter. (2005) “The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation”. *Political communication*, v. 22, n. 2, p. 147-162.
- GOMES, Wilson et al. (2009) “A campanha on-line de Barack Obama em 2008”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p. 29-43.
- HABERMAS, J. (1997) “*Direito e Democracia: entre facticidade e validade*”, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J. (1991) “*Três modelos normativos de democracia*”. Texto de apresentação no seminário “teoria da democracia” na universidade de Valência.
- HABERMAS, J. (1990) “*O espaço público 30 anos depois*”. Prefácio da 17ª edição alemã de “o espaço público”.

HARO BARBA, Carmen; SAMPEDRO BLANCO, Víctor. (2011) “Activismo político en Red: del Movimiento por la Vivienda Digna al 15M”. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, v. 8, n. 2, p. 157-175.

KHONDKER, Habibul Haque. (2011) “Role of the new media in the Arab Spring”, *Globalizations*, 675-679.

LUBENOW, Jorge Adriano. (2007) “A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, vol. 10, p. 103-123.

MAIA, Rousiley C. M. (2001) “Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação”. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/20948114/1363606935/name/Democracia+e+a+internet+como+esfera+publica+virtual.pdf>> Acessado em 20 de novembro de 2015.

NORRIS, Pippa. (2003) “Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites”. *Party politics*, 9.1: 21-45.

OLIVEIRA, José Aparecido de. (2012) “Redes sociais e participação política na esfera pública”. *Revista Eptic*. v.14, n. 1.

PARRA, H. Z. (2013) “Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência”. Dossiê: O papel da Teoria Marxista da Dependência no Pensamento Social Latino-Americano, *Revista Pensata*, v.3, n. 1.

PENTEADO, Claudio L. C. (2011) “Marketing político na era digital: perspectivas e possibilidades”. *Revista USP*, n. 90.

PENTEADO; Cláudio; Santos, M. B. P.; Araújo, R. A., & da Silva, S. J. (2011) “Ação política na internet brasileira”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n.1: 111-132.

PERLATTO, Fernando. (2012) “Habermas, a esfera pública e o Brasil”. *Revista Estudos Políticos*, número 4; p.78-94.

PERUZZO, Cicilia. (2013) “Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (i). *MATRIZES*, v. 7, n. 2: 73-93.

RECUERO, Raquel. (2012) “Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão”. *Metamorfoses jornalísticas*, 2: 37-55.

ROTHBERG, Danilo. (2008) “Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica”, *Opinião Pública*, v. 14, n.1: 149-172.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. (2016) “Economia da intrusão e modulação na internet”. *Liinc em Revista*, vol. 12, n. 1.

WATTAL, Sunil; SCHUFF, D.; MANDVIWALLA, M.; WILLIAMS, C. B. (2010) “Web 2.0 and Politics: The 2008 US Presidential Election and an E-Politics Research Agenda”. *Mis Quarterly*, v. 34, n. 4.

Orçamentos públicos, civilização e barbárie: Legalidade orçamentária e o processo de impedimento de 2016

Arthur Scatolini Menten¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a identificação da possibilidade de aplicação dos conceitos de civilização e barbárie à noção de legalidade orçamentária de modo geral e às razões que estão sendo colocadas para o impedimento da titular da Presidência da República em 2016. Para tanto buscamos a identificação das ideias de violência, civilização e barbárie bem como investigamos o desenvolvimento do conceito de legalidade, de modo amplo e especificamente em relação ao orçamento. A fim de refinar a compreensão a respeito da legalidade orçamentária, buscamos identificar o conceito de meta fiscal e investigamos a classificação das receitas e despesas públicas. Em relação ao caso concreto, foi elaborada uma análise dos fundamentos dos decretos de abertura de crédito adicional, que correspondem, neste momento, à única acusação de crime de responsabilidade que encontra qualquer vago fundamento de legitimidade. A conclusão é que o processo não encontra respaldo formal adequado para conclusão pelo afastamento, razão pela qual é possível concluir que, em se consumando, consistirá em um golpe de Estado.

Palavras-chave: Legalidade orçamentária; Meta fiscal; Receitas públicas; *Impeachment*.

¹ Advogado e professor universitário (UNIP). Doutorando em Direito (USP) e Mestre em Direito (PUC/SP).

Abstrac: This article aims to identify the possibility of application of civilization and barbarism concepts to the notion of budgetary legality in general and the reasons placed for impeach President of Brazil in 2016.

For achieving this goal, we seek to identify the ideas of violence, barbarism and civilization as well as investigate the development of the concept of legality, wide and specifically in relation to the budget mode.

In order to improve the understanding on the budgetary legality, we seek to identify the concept of ‘fiscal target’ and investigate the classification of government revenue and expenditure.

The fundamentals of some decrees were analyzed, considering that so far it’s the only accusation of responsibility for crime is any vague grounds of legitimacy.

The conclusion is that the process does not find material support suitable for an impeachment decision, which is why it can be concluded that, if consummated, will consist of a coup.

Keywords: budget legality; fiscal target; public revenues; impeachment

Introdução

Entre as muitas heranças que temos do período clássico, especificamente de Roma, pode ser identificada a relevância do direito legislado como uma forma de manter uma cultura marcada por preocupações com a moral e de assegurar o controle do uso da violência para as soluções dos conflitos privados; em contraposição a essa situação, os romanos consideravam bárbaras as civilizações que não se pautavam por estes padrões culturais e jurídicos, que caminhavam juntos.

Assim, em Roma Antiga, o termo bárbaro, bem como o substantivo que dele deriva - barbárie - eram utilizados de modo bastante etnocêntrico para designar aqueles que não falavam a língua latina, mas que também não compartilhavam da cultura que entendiam os responsáveis por esta atribuição de significado ser a mais avançada daquele tempo; usariam a violência de modo incompatível com a civilização, não conheceriam as sutilezas da política romana e os elementos *evoluídos* de sua cultura.

Estas linhas podem descrever a criação do par civilização - barbárie; no que dizem os termos, implicam outro elemento de suma importância para a compreensão de suas consequências práticas: o direito se apresenta ao mesmo tempo como um instrumento de limitação da força quando aplicada àqueles que estejam submetidos às suas regras², e, ao mesmo tempo, depende da existência desta mesma força para fazer valer o quanto determina³.

Esse par passa a ter um significado diverso com o advento do Estado de Direito, após o sucesso das Revoluções do Século XVIII, vez que a partir da implantação de seu projeto o mesmo direito que ainda depende da força para ser efetivo regula de modo restritivo seu uso por parte daqueles que detém o poder político⁴; daí se poder concluir que o uso contemporâneo do par esteja relacionado diretamente aos valores defendidos especialmente pelos revolucionários daquele período.

Para ilustrar a adequação das aproximações feitas acima, útil recorrer à síntese feita por Hobsbawm, à guisa de explicar o que vem a ser barbárie: [1] ruptura e colapso dos sistemas de regras e comportamento moral pelos quais todas as sociedades controlam as relações entre seus membros, e, em menor grau extensão, entre seus membros e de outras

² FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 31

³ BOBBIO, Norberto. *Teoria generale della politica*. Torino: Einaudi, 1999. p. 183.

⁴ BOBBIO, Norberto. *Teoria generale della politica*. Torino: Einaudi, 1999. p. 203.

sociedade; [2] reversão do projeto do Iluminismo do Século XVIII, a saber, o estamento de um sistema de universal de tais regras e normas de comportamento moral, corporificado nas instituições dos Estados e dedicados ao progresso racional da humanidade: à Vida, Liberdade e Busca da Felicidade, à Igualdade, Liberdade e Fraternidade.⁵

Essa visão, que tem pretensões universalistas que acompanham as próprias declarações iluministas, implica afastar o caráter etnocêntrico originalmente presente na formulação do conceito; a barbárie, nesse quadro, pode ser apontada como aquilo que diminui a dignidade da pessoa humana, no uso de qualquer poder para reduzir o potencial de desenvolvimento das pessoas, e de maneira mais expressiva quando isso implica o uso de violência.

Há, com efeito, uma alteração qualitativa no conceito de barbárie, assim como no conceito de civilização: seria esta última aquela que corresponde aos ideais proclamados - ainda que não necessariamente cumpridos - pela Revolução Francesa e suas congêneres. A barbárie, por sua vez corresponderia à negação destes valores; fica, entretanto, mantida no que diz respeito à relação entre direito e força, que, ficam ainda mais consistentes em decorrência da inclusão da ideia de estado de direito entre os princípios que devem ser observados.

O pensamento de Benjamin coloca em xeque a questão da violência, mostrando que, na verdade, há violência no âmbito do Estado de Direito, considerado modernamente, seja pela manutenção das estruturas jurídicas quanto em determinadas situações em que o próprio direito é colocado em questão.

Um dos principais reflexos da implantação do Estado de Direito - filho ilustre das Revoluções - é a legalidade⁶, como um instrumento de fazer com que seja impedido que existam desmandos por parte daqueles que exercessem qualquer autoridade pública, implantada como princípio reitor de toda atividade do poder público, incluída aí aquela que seja relacionada à execução do orçamento, aparece como meio de limitar a conduta do poder público, protegendo o cidadão contra o arbítrio e o abuso de uma posição que é manifestamente dominante. Toda atuação estatal, desde aquelas que implicam limitação de direitos até aquelas que levariam à sua ampliação, dependem da autorização do Legislativo para sua implementação.

⁵ HOBBSAWM, Eric. *Barbárie: manual do usuário*. In *Sobre a história*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. p. 269

⁶ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 99.

A partir deste conjunto de elementos, analisaremos a questão da segurança jurídica e da legalidade orçamentária, como instrumentos de viabilização de uma conduta mais próxima ou mais distante daquilo que pode ser chamado de projeto iluminista; questionaremos o conceito de responsabilidade fiscal, tal qual vem sendo repetido como mantra por muitas pessoas que se dedicam ao estudo do direito financeiro.

Ademais disso, procederemos ao debate quanto à classificação das receitas públicas e quanto à definição de quais devem ser consideradas para apuração das chamadas metas fiscais, considerando-se especialmente a respectiva finalidade.

Essa apreciação tem relação direta com a função que se espera do Estado, ou seja, um instrumento de promoção efetiva do projeto iluminista de sociedade, que implica, em primeiro lugar, um espaço em que cada qual possa ser capaz de usar seu próprio juízo a respeito das questões que se colocam para a apreciação da humanidade⁷.

Assim, a construção das condições para que essa realidade deixe de ser meramente uma quimera depende de condições como trabalho decente, educação, saúde, assistência e previdência social, ou seja, de ações positivas do Estado; enquanto as liberdades negativas, relacionadas à ausência de impedimento para o exercício de qualquer ofício ou profissão implicam deveres negativos ao Estado.

A legalidade, e, especialmente, a legalidade orçamentária implicarão elementos relevantíssimos para assegurar ou impedir que estes valores sejam alcançados, e a contradição entre o que se pretende do Estado fará com que surjam tensões entre os conceitos quando aplicados ao Estado de direito.

Finalmente, devemos identificar como os instrumentos de controle se comportam em razão das condutas que sejam adotadas pelas autoridades responsáveis pela realização destas atividades, e, finalmente, à luz destas considerações, apreciaremos se os padrões adotados pelo controle são efetivamente *civilizatórios* e se é possível identificar uma ruptura democrática nas providências que determinaram o afastamento da presidenta eleita em 2014.

Violência e direito, civilização e barbárie

Existe, inexoravelmente, como pano de fundo do juízo de valor que contém o par civilização – a barbárie, uma apreciação quanto à legitimidade da violência; como já se

⁷ A respeito deste caráter do projeto iluminista, ver: KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é esclarecimento. disponível em <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf> acesso em 10/07/2016.

pode observar, que não está negada como possibilidade, mas seu uso deve ser limitado àquelas situações em que seja compatível com finalidades tidas como adequadas.

Essa apreciação está associada a uma tentativa de dissociar o homem dos demais animais, que foi aceita de modo bastante tranquilo pelo pensamento filosófico até o século XX⁸, quando houve questionamentos a respeito da efetiva dissociação entre a condição humana e a natureza que lhe é subjacente.

Observando a fase inicial do capitalismo, há o desenvolvimento de que a exploração do homem pelo homem, que é algo natural do capitalismo, implica uma forma moderna de barbárie, trazida pela mesma força que produziu diversos avanços revolucionários relacionados, por exemplo, ao fim das distinções decorrentes do nascimento; que são decorrências do mesmo processo a produção de civilização e barbárie.

Essa situação de reificação do humano é identificada pelo pensamento marxista quando retoma o uso do termo barbárie para se referir ao modo como as classes que não detinham os meios de produção eram exploradas pela classe dominante⁹; isso ainda que reconhecendo o caráter civilizatório que decorria das revoluções burguesas. Capitalismo como modo de produção que implica a exploração do homem pelo homem.

De mais a mais, considerações sobre o aumento da produção de bens necessários à vida durante a fase inicial do capitalismo, que não implicou numa distribuição dos insumos necessários à vida, pelo contrário, faz surgir então o pensamento a respeito da chamada questão social - que não tem relação com o pensamento marxiano, sendo construída pelos reformistas que entendiam a possibilidade de assegurar mais civilização por meio de alterações no contexto do próprio capitalismo. Como consequência desse viés de pensamento tem-se a implantação do estado de bem estar social, que fenece com o neoliberalismo que se implanta quanto há um descenso da economia.

A violência¹⁰, assim como a própria barbárie¹¹, não é elemento estranho à condição humana ou à existência do direito; pelo contrário, estes elementos são presentes na vida

⁸ A natureza se manifesta o tempo inteiro no homem, inexistindo segregação entre o que é cultura e o que é natureza; esta se forja a partir daquela e mantém uma relação imbricada, conforme GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Civilização e barbárie. in Mutações: fontes passionais da violência*. São Paulo : SESC, 2015. p. 95.

⁹ LÖWY, Michael. *Barbárie e modernidade no século XX*. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25798-25800-1-PB.pdf>. Acesso em 11/03/2016.

¹⁰ BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte : Autêntica, 2013. p. 69.

¹¹ GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Civilização e Barbárie. in Mutações: fontes passionais da violência*. / Aduino Novaes (org). São Paulo : SESC, 2015. p. 104.

do homem e desencadeiam o próprio surgimento do direito. A civilização se constitui a partir da divinização da violência; o autor descreve a formação do estado como uma bando de bárbaros loiros que parte para a conquista¹².

De modo muito sintético, estes elementos fazem com que a principal oposição entre os termos do par civilização e barbárie, presente no sentido que se lhe atribui classicamente, não podem mais ser considerados adequados ao pensamento filosófico contemporâneo; tem-se aqui uma grande virada de uma oposição sistemática para uma concorrência necessária.

De posse dos fundamentos que dão conta de que a barbárie junto como a civilização, estão presentes na humanidade, em cada um de seus atos, cabe voltar os olhos para a aplicação do direito, entendida por Benjamin como aqueles atos que estão voltados para sua concretização, e que têm na violência seu pressuposto¹³. Benjamin busca identificar a adequação da violência que subjaz a estes atos; para tanto constrói as categorias de fins de direito, assim entendida aquela que consta do direito positivo; e fins naturais, que são fins em si mesmos, para concluir que este debate quanto à finalidade não levaria à conclusão a que pretende.

É possível encontrar uma justificativa para esse abandono na consideração de que cada visão moral de mundo vai enxergar legitimidade num tipo e numa manifestação de violência¹⁴.

Este autor vê o direito como algo originado na esfera do destino, que consiste em algo que não é individual ou pessoal, mas institucional, coletivo:

destino é o contexto de culpa em que se inserem os vivos e que corresponde à sua condição natural, aquela aparência ainda não completamente apagada de que o ser humano está tão afastado que nunca conseguiria mergulhar nela, limitando-se a permanecer invisível sob seu domínio e apenas na sua melhor parte; não é portanto o ser humano que tem um destino, o sujeito do destino é indeterminado¹⁵.

Observa então que a violência pode acontecer para instituir ou manter o direito. Na primeira situação temos a implantação de um direito decorrente da revolução, no segundo se pretende manter uma ordem jurídica existente.

¹² GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Civilização e Barbárie. in Mutações: fontes passionais da violência.* / Aduino Novaes (org). São Paulo : SESC, 2015. p. 97.

¹³ BENJAMIN, Walter. *O anjo da história.* Belo Horizonte : Autêntica, 2013.

¹⁴ GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Civilização e Barbárie. in Mutações: fontes passionais da violência.* / Aduino Novaes (org). São Paulo : SESC, 2015. p. 107.

¹⁵ BENJAMIN, Walter. *O anjo da história.* Belo Horizonte : Autêntica, 2013. p. 53

Para o autor, a aplicação da pena de morte é uma conduta que mantém o direito, e que busca um exemplo das autoridades àquelas pessoas que estão submetidas a seu comando; trata-se de ato de manutenção do direito, assim como é ato de manutenção do direito a atuação da polícia quando faz cumprir as determinações da ordem jurídica.

A polícia, entretanto, pode ter atuação instituidora do direito quando atua em descompasso com a ordem jurídica, fazendo um uso da força real de um modo com esta incompatível, inaugurando assim um direito novo; assim como a guerra, que faz surgir relações que anteriormente não existiam.

A greve é um ato de violência de pessoas estranhas ao estado que é admitida, a abstenção não retira da greve o caráter de violência. O proletariado organizado tem uma autorização para exercer violência vez que pode buscar a criação de direito novo - o que depende da violência sob o ponto de vista do autor. Nesse sentido, diferente da violência aplicada pelo assaltante, a conduta dos operários em greve implica um desejo de transformação da ordem jurídica.

O direito decorre da força, da possibilidade que o vencedor tem de dar respostas violentas ao vencido, carregando assim essa herança de violência, assim como de organização social; essa dupla natureza faz com que deva ser admitido que “se as relações de poder mudam substancialmente, direitos desaparecem e surgem outros”¹⁶.

O direito surge do equilíbrio das forças que estiveram em tensão, facultando ao vencedor atos de violência contra o vencido - o que implica referência à justiça comutativa, no sentido aristotélico - e por sua sacralização fica a violência que lhe deu parto escondida - ainda que Nietzsche compare a violência crua dos sacrifícios humanos com aquela que está latente nas cortes de justiça.

Há, a partir deste momento, a instauração de um discurso de verdade em que vencidos atribuem aos vencedores os poderes que lhes permitirão determinar a extensão de seus direitos; ausente esta situação todo direito deixa de ser possível, o que também fala contra a igualdade.

Registre-se, ainda, que a visão que se tem de violência não decorre da aplicação da sanção pelo descumprimento do direito, visto que esta não é sequer necessária, na visão de Nietzsche, quando o sistema é considerado forte¹⁷.

¹⁶ Friedrich Nietzsche, apud GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Civilização e Barbárie. in Mutações: fontes passionais da violência.* / Aduino Novaes (org). São Paulo : SESC, 2015. p. 99.

¹⁷ GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Civilização e Barbárie. in Mutações: fontes passionais da violência.* / Aduino Novaes (org). São Paulo : SESC, 2015. p. 98.

Benjamin tenta identificar uma alternativa à violência, tendo esta alternativa no diálogo, que tem como requisitos: delicadeza, simpatia, amor da paz; afastar a sanção pela mentira. Sua expressão máxima, sua viabilidade é tida como incerta, vez que os parlamentos - lugares onde o diálogo existe por natureza - perdem sua importância à medida em que perdem a referência desta violência.

A história do direito é pródiga em momentos em que a civilização e a barbárie conviveram, eventualmente no mesmo ato. Caso exemplar é a Constituição Imperial, em que a escravidão convivia com valores extremamente liberais; a arte lustra a questão quando num tempo em que a igualdade é um discurso que não encontra resistência direta, a canção que diz que o macho adulto branco sempre está no comando - mesmo perfil dos narradores de Machado, na virada do século passado - ainda é verdadeira.

Uma minoria numérica fala, a respeito de uma sociedade que quer se colocar como moderna mas naturaliza a barbárie; quer abolir alguns privilégios sem sequer reconhecer outros, tidos como direitos, ainda que não previstos em qualquer texto legislativo.

Por outro lado, aquilo que caracteriza o estado de exceção é também frequentemente visto como manifestação da barbárie: a supressão de direitos tidos como mínimos, a existência de pessoas que vivem em determinado país mas que nunca poderão ser consideradas como integrantes do respectivo povo por força de determinações de direito, a vida nua, despida de qualquer proteção contra a violência contra sua existência.

Nestes termos, sempre que o Estado - ou qualquer de seus aparelhos - deixar de se comportar com a finalidade de assegurar a todos uma existência digna (ou transigir em relação e isso) temos uma situação em que são colocados de lado os princípios das revoluções, logo, estamos diante de atos de barbárie, preponderantemente.

Retomando a questão do diálogo, que é apresentado como alternativa à violência, tem-se que o Parlamento é o *locus* privilegiado onde o mesmo ocorre, como apontado acima, mas, ao mesmo tempo, a ausência de uma referência direta à violência faz com que esse espaço de decisão perca a sua relevância, num universo em que esta é tão importante para a configuração de todo o ambiente político - e mesmo jurídico¹⁸.

Aqui está um ponto nodal para o desenvolvimento das ideias subsequentes do presente texto: um dos marcos do Estado construído após as Revoluções é a legalidade; a lei, aprovada por representantes do povo é a única forma de vincular o comportamento dos cidadãos - *rule of law* ou legalidade - e, ao autorizar a atuação do Estado, sob

¹⁸ BENJAMIN, Walter. O anjo da história. Belo Horizonte : Autêntica, 2013. p. 70

qualquer forma ou justificativa, aí incluindo a autorização para os gastos - assim como as balizas para que o Estado aplique a violência, de que é titular.

Noutros termos: exatamente o espaço onde é debatido o orçamento, a norma que determinará como e onde o Estado atuará quanto à efetiva garantia das condições para o desenvolvimento dos cidadãos, que viabilizarão, em última instância, a concretização do projeto moderno, é um espaço desprestigiado.

Nesse cenário, o orçamento passa a ser um despojo a ser atribuído àqueles que detêm o poder Executivo, dotado de todo aparato de violência do Estado e a aprovação orçamentária passaria a ser mera chancela, sem maiores efeitos práticos.

A questão que se coloca, noutros termos, é a seguinte: cada escolha orçamentária implicará civilização e barbárie, e esta escolha ficaria - a partir do quanto se colheu acima, mas também facilmente identificável pelo processo ordinariamente verificado para a aprovação das peças, e, especialmente, sua execução - a cargo do Chefe do Executivo.

Nesse sentido, até mesmo os direitos humanos, que foram colocados como ponto fora do debate pelos revolucionários franceses enfrentaria questões severas - o direcionamento dos recursos públicos implicará o atendimento ou desatendimento destes.

A legalidade

Partindo das considerações acima, adentramos no campo do direito positivo. O ponto a ser apreciado é a legalidade, princípio reitor de toda atividade administrativa e mesmo de todo direito público. Trata-se de expressa proteção ao cidadão - que tem em seu favor a liberdade de somente fazer ou deixar de fazer tudo, ressalvada disposição expressa da lei - implicando ao Estado, que exerce função, realizar apenas e tão somente o que está autorizado pelo mesmo instrumento¹⁹.

Em vista de ter o direito positivo brasileiro prestigiado o critério funcional de divisão das competências estatais - à moda do ensinamento de Montesquieu - interessa verificar como opera a legalidade no âmbito do exercício da função administrativa, eis que é neste campo que poderá ocorrer ou deixará de ocorrer a interferência na realidade e a concretização ou afastamento do projeto iluminista de fazer com que cada cidadão seja capaz de pensar por seu próprio juízo.

¹⁹ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 100.

Com efeito, tanto a produção de normas gerais e abstratas, assim como a aplicação destas normas aos casos concretos a partir de situações que normalmente envolvem conflitos de interesse, são atividades que se encerram no universo jurídico, e dependerão, sempre, da intervenção de unidades vinculadas ao Poder Executivo para que sejam cumpridas as suas determinações - independentemente de serem gerais e abstratas ou individuais e concretas.

Em relação à legalidade, sustentou-se que somente aquilo que decorresse de previsão legislativa poderia ser objeto de qualquer ação no âmbito da função administrativa; atualmente, há uma visão mais permeável: há princípios e comandos constitucionais que são capazes de determinar a ação do Estado-Administração, de modo que a legalidade deve ser vista não como uma vinculação à lei tomada em seu sentido formal, mas com uma vinculação ao direito tomado de modo mais amplo.

Essa alteração no posicionamento está vinculada àquelas questões que surgiram em decorrência da existência de previsões constitucionais que não encontravam eco nas disposições legislativas: a apreciação do direito como um sistema de normas implica a necessidade de reconhecer que sejam construídas interpretações que contemplem não somente o quanto determina o legislador ordinário, mas também o constituinte.

Essa situação implica reconhecer também que a atuação administrativa não deve implicar qualquer agravamento, sob o ponto de vista jurídico, da condição do cidadão que não esteja anteriormente previsto em norma aprovada pelo Legislativo; entretanto, por força de princípios e outros dados de ordem normativa, é possível que a Administração implante ações que tenham como efeito a melhoria da condição de determinados cidadãos - mantida a observância de outros princípios, dentre os quais os da impessoalidade e da moralidade, que não serão objeto de maiores digressões neste trabalho. O orçamento, que em nosso sistema jurídico consiste em norma jurídica formal, dá também balizas para a atuação do estado, constituindo um elemento que dá forma aos parâmetros de sua atuação.

Sobre a legalidade orçamentária, interessante registrar o pensamento de Sousa Franco, para quem:

a execução do orçamento exige respeito pela *legalidade substancial*. Ela resulta do respeito pelo acto ou actos que integram o orçamento (lei e orçamentos de serviço) e por todos os outros actos praticados pela administração; tanto como *leis sobre a organização e funcionamento* da administração, como porque a adequação orçamental é uma forma de legalidade que se projecta nas relações entre os particulares e a administração (*leis definidoras de direitos*:

dos contribuintes, dos funcionários, dos beneficiários de despesas, etc). A autorização política tem, no plano das relações do Estado com os cidadãos, um conteúdo genérico, mas também um conteúdo específico; é isso que decorre do princípio do Estado de Direito Democrático e do fundamento liberal-individualista do orçamento. Por isso a execução do orçamento deve respeitar as leis em geral (*legalidade genérica*) e o próprio orçamento (*legalidade específica*)²⁰

Esse excerto, ainda que redigido à luz da Constituição Portuguesa, poderia ser perfeitamente transposto para as disposições da Constituição Brasileira de 1988, pelos seguintes motivos: a legalidade é reiterada em diversos momentos do texto constitucional²¹; existe a consagração dos mesmos princípios atinentes à relação do Estado com a iniciativa privada, a teor do art. 170 e 174 do texto constitucional, além da previsão de que sejam editadas normas gerais de direito financeiro, art. 163.

O quadro normativo da execução orçamentária não fica completo sem que se tenha uma palavra quanto à lei de responsabilidade fiscal, que traz diversas diretrizes para que seja executado o orçamento, dentre as quais a determinação de que sejam estabelecidas metas fiscais a serem observadas durante o período.

A LRF define que os orçamentos serão executados em vista de metas fiscais, cujo estabelecimento constará de anexos dos textos respectivos; caso seja identificado que as metas não estejam sendo atingidas, devem ser limitados os empenhos - ou seja, restringida por ato administrativo a autorização de despesa que fora concedida pela lei de orçamento²².

Ainda que não exista menção expressa no texto, está claro que a limitação de empenho somente pode atingir as despesas denominadas discricionárias, ou seja: aquelas a respeito das quais há a possibilidade de escolha por parte do gestor, no momento de encaminhamento da proposta orçamentária, quanto à sua realização ou não realização.

Quais são estas despesas? São as despesas relacionadas aos investimentos, ao desenvolvimento de programas que ainda não estejam implantados - exatamente aquelas que são necessárias ao atendimento dos direitos sociais; é manifestamente inviável que

²⁰ SOUSA FRANCO, António L. de. *Finanças públicas e direito financeiro*. 4. ed. Coimbra : Almedina, 2010. p. 429.

²¹ Tem-se a legalidade genérica, como direito do cidadão no art. 5.º, II; a legalidade, como princípio da administração, no art. 37, *caput*; a legalidade tributária, art. 150, I; podem também ser consideradas disposições a fundamentar essa tese aquelas do art. 167, I e II, ainda que sem menção expressa à lei vedam o dispêndio sem prévia inclusão no orçamento, a ser aprovado por lei formal.

²² Conforme LRF art. 9.º

atos desta natureza prejudiquem despesas que estejam contratadas, como aquelas que decorrem da dívida pública ou do pagamento que é devido aos servidores.

Retomando o quanto foi exposto acima, o direito faz uma escolha clara pela busca de recursos para o civilizado pagamento aos credores do Estado, ainda que isto implique o sacrifício ao atendimento aos direitos dos cidadãos, por mais que isso possa implicar situações de inexorável barbaridade; verificamos, assim, que no mesmo ato há civilização e barbárie, como foi preconizado pelos elementos de filosofia que foram colhidos acima.

Do que foi dito acima já fica claro que o próprio legislador reconhece que o orçamento, como peça prospectiva, tem em sua execução uma incerteza inafastável, e deve ser constantemente objeto de acompanhamento e de alterações; por esse motivo autoriza que sejam modificados os valores que se consignou para cada uma das despesas que foram autorizadas, esta autorização decorre de previsão expressa da Constituição²³, e da lei geral de orçamentos²⁴.

A construção do argumento do presente texto não pode deixar de observar ainda um outro dado jurídico, referente à classificação das receitas públicas. Diferentemente do que parece à primeira vista, a aplicação das receitas públicas não corresponde, sempre, a ato de gestão: há receitas que são desvinculadas de qualquer despesa específica ao passo em que há receitas que devem necessariamente ser aplicadas em determinadas atividades.

Trata-se de uma informação relevantíssima que condiciona toda a destinação de dinheiros públicos, e a própria construção do orçamento, senão vejamos: há recursos que podem ser aplicados em quaisquer despesas públicas, e sua vinculação a qualquer despesa específica é mesmo uma afronta a disposições constitucionais - em tal categoria temos a receita decorrente de arrecadação de impostos²⁵, para as quais existe uma ressalva relacionada à formação de determinados fundos e a identificação de percentuais mínimos de aplicação em políticas estratégicas, sempre com fundamento direto no próprio texto constitucional; há outras receitas que podem ser vinculadas a despesa específica, mas em muitos casos tal vinculação não é feita pela legislação, como as receitas originárias da Administração; há, entretanto, receitas que podem ser vinculadas e efetivamente são, por força de lei.

²³ Conforme CF, Art. 165, § 8.º

²⁴ Conforme Lei 4.320/64, art. 43.

²⁵ Conforme CF, art. 167, IV.

Assim, desde o momento de elaboração do orçamento, são identificados dois grupos de receitas: aquelas de livre aplicação e aquelas cuja aplicação está vinculada a determinada despesa; a capacidade de decidir a respeito do destinação que será dada a cada uma delas é objeto de diferentes limitações. No primeiro grupo, somente valerão as limitações relativas às normas aplicáveis à atividade financeira da administração, podendo o gestor encaminhar parcelas dessas verbas a qualquer despesa necessária à administração pública, desde o pagamento de benefícios de prestação continuada a hipossuficientes até ao pagamento de encargos da dívida; a aplicação das receitas vinculadas depende do nível de vinculação que está presente nas normas específicas de regência: é possível que somente determinado órgão ou somente dada atividade possa ser custeada com os valores arrecadados.

Juntando as informações acima, relacionadas à existência de metas fiscais, resta claro que a finalidade da meta somente pode ser atingida pela restrição de aplicação das receitas que possam ser aplicadas ao pagamento da dívida pública, sob pena de haver um gigantesco contrassenso, a saber: economiza-se recursos para o pagamento ou a redução de uma dívida, para atender a determinada norma jurídica, para em seguida proclamar que este valor não poderá ser aplicado no pagamento de qualquer despesa com dívida, por força de outra norma jurídica.

Com efeito, trata-se de situação em que nem se atende ao interesse público consistente na prestação de serviços mais adequados, decorrentes da aplicação de novos recursos públicos, nem se atende ao objetivo de reduzir o endividamento ou assegurar que sejam efetivamente pagos os encargos da dívida; a leitura da norma que reconhece a possibilidade de que sejam formados esses superávits como forma de demonstrar responsabilidade fiscal afronta à razoabilidade, noutras palavras.

Isso não significa que possa ser feita tábula rasa de qualquer disposição, apenas que na aplicação é necessário que sejam separados os recursos que efetivamente podem, dado seu regime jurídico, atender às demandas; e o silêncio do texto que determina a instituição da meta não pode implicar que os efeitos desta distinção, que também tem fundamentos jurídicos de igual relevância, não sejam observados.

Análise do caso concreto

De acordo com perícia apresentada no âmbito de processo instaurado perante do Senado Federal, entendeu-se que:

(...) há três decretos de crédito suplementar cujas alterações na programação orçamentária mostram-se incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015 e vigente à época da suplementação, quais sejam: dois decretos não numerados publicados em 27 de julho de 2015, publicados em 28 de julho de 2015, nova valores de R\$ 1.701.389.028,00 e R\$ 29.922.833,00, e um decreto não numerado de 20 de agosto de 2015, publicado em 21 de agosto de 2015, no valor de R\$ 600.268.845,00.

(...)

Pelo já exposto, à época de sua edição, os decretos promoviam alterações na programação orçamentária incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para 2015.

A seguinte tabela²⁶ ilustra a operação orçamentária realizada:

Data do decreto	Valor total dos créditos	Anulação de outras dotações	Excesso de arrecadação	Superávit financeiro
28.07.2015	R\$1.701.389.028,00	R\$441.088.922,00	R\$594.113.666,00	R\$666.186.440,00
28.07.2015	R\$29.922.832,00	R\$29.557.106,00	R\$365.726,00	
20.08.2015	R\$600.268.845,00	R\$106.683.043,00	R\$262.173.117,00	R\$231.412.685,00
Total	R\$2.331.580.705,00	R\$577.329.071,00	R\$856.652.509,00	R\$897.599.125,00

A afirmação de que os decretos, de modo geral, promoviam alterações na programação orçamentária estabelecida para 2015 é um tanto açodada, visto que as alterações que têm como fundamento a anulação parcial de outras dotações é um indiferente em relação à meta; assim como aquelas que decorrem se superávit financeiro. São indiferentes aquelas alterações de programação que simplesmente transferem recursos, visto que mantém a quantidade total de gastos autorizados, e a meta é estabelecida pela diferença entre o gasto realizado e o valor da arrecadação; somente o que amplia a autorização para gasto poderá implicar qualquer impacto à meta.

São indiferentes, por outro lado, as suplementações com fundamento no superávit financeiro, eis que se trata de operação que traz recursos autorizados em outros orçamentos que não foram aplicados em seu curso; considerando que os recursos que são trazidos correspondem a dinheiro disponível em caixa, não demandando nada da arrecadação em curso, não têm impacto sobre a meta.

Passemos, então, à análise dos fundamentos apresentados para o excesso de arrecadação²⁷:

²⁶ Elaboração própria a partir do texto dos decretos mencionados.

²⁷ Elaboração própria, a partir do texto dos decretos mencionados.

Data do decreto	Recursos próprios financeiros	Recursos próprios não financeiros	doações	recursos de convênios
28.07.2015	R\$7.037.311,00	R\$12.909.477,00	R\$561.772.708,00	R\$12.394.170,00
28.07.2015				R\$365.726,00
20.08.2015	R\$20.000.000,00	R\$84.406.627,00	R\$18.040.000,00	R\$139.726.490,00
Total	R\$27.037.311,00	R\$97.316.104,00	R\$579.812.708,00	R\$152.486.386,00

Classificam-se como recursos próprios aqueles que sejam receitas originárias, ou seja, decorrente do próprio patrimônio da administração, não decorrentes de exigência de impostos ou outros tributos; serão financeiros quando decorrentes de aplicações no mercado financeiro, a exemplo do que ocorre com o recebimento de juros.

As receitas financeiras não são incluídas no cálculo do resultado primário, por definição, devemos observar.

Duas questões se colocam: estas receitas efetivamente ocorreram e superaram, em relação ao inicialmente orçado? Qual o nível de vinculação destas receitas?

A apreciação pormenorizada da primeira questão, elemento imprescindível à se reconhecer qualquer responsabilidade em decorrência da edição dos decretos não é sequer objeto de debate - tanto público quanto da parte do parecer apresentado por ocasião da perícia apresentada à Comissão Especial instaurada no Senado para apreciar a denúncia.

Com efeito, considerando-se que o excesso de arrecadação deve ser apurado por fontes, e não de modo global, somente a partir do cotejamento entre a previsão de cada uma das dotações estimadas inicialmente e os eventos que determinaram as suplementações seria possível identificar eventual desvio no fundamento dos atos.

Quanto ao grau de vinculação das despesas, ainda que estejamos diante de situação bastante semelhante à inicial, recomendando a necessidade de que sejam cada uma analisadas de modo isolado, é possível inferir que as doações e os recursos decorrentes de convênios sejam, se não integralmente, em sua grande maioria vinculados a determinada ação, o que inviabilizaria, sob o ponto de vista lógico, sua aplicação em pagamento da dívida.

Estes elementos conduzem à conclusão de que qualquer impacto fiscal que possa, potencialmente, ter ocorrido, decorreu do valor correspondente à suplementação com fundamento em excesso de arrecadação que tenha como fonte os recursos não financeiros, no valor total de R\$ 27 milhões, apontados acima.

Com efeito, pretender atribuir à apuração da meta fiscal caráter orçamentário é, em princípio, um desvio da finalidade inicial da medida.

Deveras, ainda que seja claro que o conteúdo da autorização contida na lei orçamentária deverá orientar para o cumprimento da meta, assim como as alterações promovidas por decretos, não é possível, sob qualquer hipótese, tirar da edição de um ou outro ato isolado a violação deste compromisso.

Isso por uma questão absolutamente simples: as autorizações são concedidas com base em receita estimada, futura; as alterações, do mesmo modo, também tem fundamentos em previsões e estimativas.

Se, e somente se, houver negligência técnica na elaboração destas previsões, de modo a descaracterizar a possibilidade de em sendo utilizadas as autorizações constantes do sistema normativo - não só a emissão do decreto de suplementação, mas também a edição dos decretos de contingenciamento de dotações, por exemplo - é que se poderá cogitar a violação ao sistema de metas.

De mais a mais, há uma evidente contradição quando se permite a apropriação de receitas vinculadas a despesa específica ao valor disponível para o pagamento de despesas com juros da dívida pública. Este elemento de elaboração implicará a realização de uma falsa impressão de economia, vez que os recursos estarão disponíveis, mas não para o destino que deles se espera.

Considerando-se estes elementos, considerar que é possível que dos decretos em questão exista atentado à lei orçamentária é um esforço que não pode ser incluído entre aqueles que estão destinados à manutenção do direito, mas à criação de um novo direito.

Considerações Finais

A aplicação do direito, nos termos do quanto foi exposto acima, deve ser considerada compatível com a civilização, quando acompanhada dos padrões decorrentes da aplicação dos princípios iluministas; de modo contrário, se a aplicação do direito, por qualquer forma, romper com estes elementos, deve ser considerada um modo de exercício do poder que implique a produção de barbárie.

Um ponto inequívoco desta postura iluminista é exatamente a realização de um cotejamento dotado da objetividade possível entre o quanto se apura de uma conduta de determinado sujeito e os padrões jurídicos que podem ensejar a aplicação de uma penalidade; esta medida deverá ser objeto de zelo em relação a qualquer situação pessoal, mas quando a situação interfere com os grandes pilares do próprio projeto da modernidade, como a democracia, estes cuidados precisam ser redobrados.

O debate a respeito da aplicação de uma penalidade como o impedimento de uma autoridade não pode passar, por estas razões, ao largo de um debate que seja público e profundo a respeito dos elementos que possam dar ensejo à penalidade; o caráter democrático da outorga do mandato implicam a necessidade de que seja tomado este cuidado.

Afastar a aplicação da norma de sua finalidade - a proteção à atuação fiscalmente responsável do Estado - é ato de nulidade manifesta; suprimir informações relevantes do debate público e em larga medida da própria fundamentação das decisões das autoridades responsáveis e ato que implica a inviabilidade do diálogo, fazendo com que o conflito seja necessariamente violento nos termos do quanto consideramos supra; essa violência não está fundamentada no direito em vigor, pelo contrário, busca a criação de um novo direito.

Nestes termos, a alteração jurídica acontece sob duas formas: uma mudança de compreensão do titular do Poder Executivo quanto ao alcance dos conteúdos jurídicos da Constituição Federal em vigor, conforme se verifica da circunstância de haver sido apresentado um novo programa de governo - alteração esta que somente seria possível à luz do direito por meio de escolha do eleitorado, à luz do princípio democrático; assim como uma mudança no próprio quadro jurídico que viabiliza o impedimento de uma autoridade investida em mandato eletivo.

Estas alterações, realizadas com a supressão do diálogo, implicam atos de violência juridicamente inadmissível sob o ponto de vista dos valores consagrados pelas revoluções do Século XVIII.

Essa barbárie, destinada a supressão de uma mandato popular encontra no vocabulário político um termo que lhe corresponde: golpe de estado.

Referências

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **Discricionariedade e controle judicial**. 2 ed 9 tir. São Paulo, Malheiros : 2008.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica editora, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 7 ed. Brasília : Editoria UNB, 2006.

_____. **Teoria generale della politica**. Torino: Einaudi, 1999.

BOULEY, Dominique. **Les standards internationaux de la bonne gouvernance selon le Fond Monétaire International**. In BOUVIER, Michel (direction). *La bonne gouvernance des finances publiques dans le monde*. Paris: LGDJ, 2004, pp. 15-22.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Laudo pericial oferecido à Comissão de *Impeachment* 2016. Disponível em: < <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/27/laudo-da-junta-pericial>> Acesso em: 29/06/2016.

CAMARGO, Guilherme Bueno. **Governança republicana e orçamento**: as finanças a serviço da sociedade. In CONTI, J. Mauricio; SCAFF, Fernando F. (coords.). **Orçamentos públicos e direito financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, pp. 769-784.

DOMINGUES, José Marcos. A receita da despesa: democracia financeira e bem-estar. *In Direito financeiro, econômico e tributário: estudos em homenagem a Regis Fernandes de Oliveira*. Horvath, Stevão; Conti, José Mauricio & Scaff, Ferna'do Facury (coords) São Paulo : Quartier Latin, 2014. (p.445-464)

DALLAVERDE, Alexsandra Katia. Execução do orçamento. *In Orçamentos públicos: a lei 4.320/1964 comentada*. Conti, José Mauricio (coord). São Paulo : RT, 2008.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANCO, António L. de Souza. **Finanças públicas e direito financeiro**. Volumes I e II. 4.ª ed. Coimbra, Almedina : 2010.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Civilização e barbárie. *In Fontes passionais da violência*. São Paulo : Edições SESC São Paulo, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Barbárie**: Manual do usuário. in *Sobre a história*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

KANT, Imanuel. Resposta à pergunta o que é esclarecimento. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf> Acesso em: 10/07/2016.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. São Paulo : Marins Fontes, 1993.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Angelina. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. In **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, IUPRJ, out-dez, ano-vol 48, n. 004, 2005, pp. 737-776.

LÖWY, Michael. Barbárie e modernidade no século XX. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25798-25800-1-PB.pdf>. Acesso em: 11/03/2016

LUIS, Alessandro Serafin Octaviani. Nota sobre direito e planejamento econômico no capitalismo contemporâneo. In **Direito financeiro, econômico e tributário: estudos em homenagem a Regis Fernandes de Oliveira**. Horvath, Stevão; Conti, José Maurício & Scaff, Fernando Facury (coords) São Paulo : Quartier Latin, 2014. (p. 39-48)

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 2 ed. Rev. Atual. São Paulo : RT, 2008.

SLOMSKI, Valmor; PERES, Úrsula D. **As despesas públicas no orçamento: gasto público eficiente e a modernização da gestão pública**. In CONTI, J. Mauricio; SCAFF, Fernando F. (coords.). **Orçamentos públicos e direito financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, pp. 911-932.

A crise e o golpe

José Paulo Martins Junior¹

Hellen Cristina Silva de Oliveira²

Philippe Chaves Guedon³

Louise Duarte Loureiro⁴

Resumo: A crise política brasileira teve início com as manifestações de 2013. Desde então diversas crises aconteceram. Houve uma crise econômica que se intensificou a partir de 2015, uma crise social que foi exposta nas grandes manifestações de rua que ocorreram entre 2013 e 2016 e uma crise política que foi aberta com a não aceitação da derrota eleitoral de 2014 por parte da oposição e pela incapacidade do governo em manter uma base aliada. Esse artigo visa analisar a crise a partir dessas três vertentes, a econômica, a social e a política-partidária.

Palavras-chave: Crise política; Crise econômica; Crise social; Eleições.

Abstract: Brazil's political crisis began with the manifestations of 2013. Since then several crises happened. There was an economic crisis that intensified from 2015, a social crisis that was exposed in the big street manifestations that took place between 2013 and 2016 and a political crisis that was opened with the non-acceptance of electoral defeat in 2014 by the opposition and the government's inability to maintain a allied base. This article aims to analyze the crisis from these three aspects, economic, social and political partisan.

Keywords: Political crisis; Economic crisis; Social crisis; Elections

¹ Professor do departamento de estudos políticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio – jose.martins@unirio.br.

² Graduanda em Ciência Política pela Unirio – hellenoliveiracp@gmail.com.

³ Graduando em História pela FGV-RJ e em Ciência Política pela Unirio - philippe.guedon@fgv.br.

⁴ Graduanda em Ciência Política pela Unirio – Louise.loureiro@hotmail.com.

Todos membros do grupo de estudos em partidos políticos da Unirio.

Introdução

Estamos vivendo uma situação de crise no Brasil. Ela se desdobra em diversas dimensões, é uma crise política, mas também econômica e social. O cenário é de grande instabilidade e poucos são os que se arriscam a traçar prognósticos sobre o que pode acontecer, uma vez que diariamente novos desdobramentos surgem com consequências imprevisíveis.

Se não é possível traçar um cenário futuro, é mais fácil identificar o ponto de partida da crise. Tudo começou em meados de 2013 com as manifestações em São Paulo contra o aumento de R\$0,20 nas passagens de ônibus. Naquele momento, a presidente Dilma Rousseff gozava de ampla popularidade e tanto a situação política, quanto a econômica pareciam sob controle.

O primeiro efeito das grandes manifestações de 2013 foi o acentuado declínio nos níveis de popularidade dos governantes, seguido do aumento da rejeição aos partidos políticos. Ao longo de 2014 ocorreram manifestações daqueles que eram contrários à realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. As eleições gerais realizadas no final do ano não puseram fim à crise, pelo contrário.

A vitória apertada da candidata à reeleição introduziu mais um capítulo na crise. A oposição não aceitou a derrota e, impulsionadas pela crise econômica, pela mídia e pelas ações do Poder Judiciário, milhões de pessoas saíram às ruas para pedir e, finalmente, obter o impedimento da recém reeleita Dilma Rousseff.

Esse artigo visa dar conta das múltiplas facetas da crise. Iremos explorar o impacto da crise econômica, das manifestações de rua e da crise política que levou ao desgaste dos partidos políticos, à perda da capacidade do Executivo em controlar o processo decisório e ao golpe que depôs a presidente em 2016. Para tanto, o artigo está dividido em três partes: além dessa introdução e das considerações finais, cada uma com o objetivo de avançar na compreensão de três aspectos da crise, quais sejam, a econômica, a social e a político-partidária.

Crise econômica

Para analisar a economia brasileira e suas implicações sobre a crise atual, torna-se importante investigar de que maneira o assunto economia atingiu o cidadão. Serão consideradas duas maneiras pelas quais a economia ganhou relevância no debate nacional:

a sensação dos trabalhadores de perda do poder de consumo, desemprego e de piora na qualidade de vida e o enquadramento da grande mídia acerca dos acontecimentos econômicos.

Inicialmente, é importante resgatar que as críticas à condução econômica brasileira não surgem em 2015. Ainda em período eleitoral, as análises de conjuntura produzidas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) traziam prognósticos sob a luz da eleição que viria. Em edição de novembro de 2014, a Revista Conjuntura Econômica discute os desafios que a presidenta reeleita teria adiante. Segundo essa edição, a presidente já sentia os resultados macroeconômicos piores e, mesmo assim, decidia postergar ajustes a fim de ter fôlego na disputa eleitoral. Também nessa edição, são colocados dois desafios que a presidenta deveria enfrentar; a realização das correções macroeconômicas para combater o crescimento da inflação e aumentar as chances de crescimento econômico e a correção da economia, mantendo o combate à desigualdade.

Em relação aos indicadores econômicos, a conjuntura brasileira já anunciava dificuldades. A inflação de 2014, segundo IPCA, produzido pelo Banco Central, chegou a 6,4%, mesmo com a meta sendo de 4,5%. Em 2015, esse número chegou a 10,7%, mais do que o dobro da meta. A taxa de desemprego, medida pela PNAD, esteve em 6,6% em outubro de 2014 e atingiu o ponto mais alto no mês de janeiro de 2016, com 11,2%. Desde dezembro de 2014 esse índice não apresentou qualquer redução. No segundo semestre de 2014, o IBGE anunciou que o Brasil entrou em recessão técnica, ou seja, o PIB brasileiro apresentou, por dois trimestres consecutivos, encolhimento.

O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE/FGV) entende que a crise econômica brasileira teve início com o fim da expansão econômica que durou, ao todo, 20 trimestres, compreendendo o segundo trimestre de 2009 e o primeiro de 2014. Segundo os pesquisadores da instituição, o segundo trimestre de 2014 sinalizou a entrada do país em recessão econômica.

Em 2015, os indicadores também não apresentaram melhora. Ou pior, seguiam a mesma tendência de alta nos preços e redução do poder de consumo. Nesse ano, o IPCA marcou 10,67%, maior índice desde o ano de 2002. Em relação ao desemprego, o ano de 2015 fechou com desocupação média de 8,5%.

Com a inflação elevada nos últimos anos, o Banco Central do Brasil veio, repetidamente, aumentando a taxa de juros que havia abaixado no primeiro governo de Dilma (SINGER, 2015). Porém, essa medida não foi muito efetiva para combater a inflação. O aumento de juros, a dificuldade de acesso ao crédito, o aumento do endividamento das

famílias e a taxa de inflação perto de dois dígitos aliados ao crescimento do desemprego contribuíram para a redução do poder de compra do consumidor.

Os indicadores apenas reforçam a ideia de que houve piora na qualidade de vida do cidadão. Partimos, nesse sentido, para um tipo de análise sobre aprovação de governo e voto econômico, como sugere Carreirão (1999). Apesar de não haver a competição pelo voto do eleitor, a satisfação do eleitor acerca da economia interferiu positivamente no seu ativismo no movimento de apoio ao processo de *impeachment*. Embora as razões do *impeachment* verssem sobre questões técnicas sobre a contabilidade pública, por certo, a percepção de que a economia estava piorando contribuiu para o apoio popular.

Para além das percepções do cidadão mediano, é importante caracterizar a atuação de setores industriais e com grande capital econômico, social e político. A ação da FIESP, por exemplo, impulsionadora dos movimentos contra o governo, é um retrato dessa prática. A sinalização por parte dos membros do Executivo, incluindo Guido Mantega, então Ministro da Fazenda, sobre o aumento de impostos, sobretudo a CPMF, gerou uma onda de reações sobre o lema de “não vamos pagar o pato”.

Singer (2015) apresenta uma cronologia que segue desde 2011-2014 buscando explicações sobre a inflexão da política desenvolvimentista de Dilma Rousseff frente ao capital financeiro, aos bancos privados e aos setores produtivos. A sua cronologia conta com a discussão em torno da redução do *spread*, da pressão para a redução dos lucros dos bancos e do forte ativismo estatal, principalmente. Segundo ele, todas as medidas do ensaio desenvolvimentista de Dilma Rousseff fizeram com que ela “cutucasse as onças com varas curtas”, uma vez que não havia planejamento estatal para a resposta dos setores que tiveram lucros e planos ameaçados. Nesse sentido, argumenta que a burguesia industrial encontra novo parceiro, o bloco rentista, “para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores” (SINGER, 2015).

O enquadramento midiático da crise econômica teve importante papel de ativação da insatisfação da população. Dahl (2012) defende que a percepção da desigualdade não se transforma automaticamente em ação. Da mesma forma, a percepção de piora na qualidade de vida não resulta em oposição imediata ao governo. Sugerimos, portanto, que esse papel de ativação contra o governo da presidenta teve como participantes, além dos grupos empresariais, como afirma Singer (2015), os grandes grupos midiáticos.

Um levantamento do *Manchetômetro* no período que antecedeu o início das campanhas dos candidatos apontou que o assunto economia foi enquadrado negativamente no Jornal Nacional por mais de duas horas, enquanto que os enquadramentos positivos e

neutros somados não ultrapassaram os 55 minutos. Ademais, nos grandes jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, as citações enquadrando a economia brasileira de forma negativa também foram mais frequentes.

Compartilhamos a percepção de Feres et al. (2014) de que os meios de comunicação possuem a capacidade de determinar os assuntos da agenda pública de discussão. Dessa maneira, o eleitor foi abordado, desde período anterior ao eleitoral, por questões como inflação, desemprego, ajuste fiscal e descontrole nas contas públicas, além da questão da corrupção.

Nesse mapeamento das razões para o apoio ao processo de *impeachment*, vê-se que a abordagem negativa da economia brasileira está presente desde 2014. O papel da grande mídia na amplificação da percepção de piora na qualidade de vida por parte dos trabalhadores e da queda nos índices macroeconômicos, aliado à ação orquestrada de grupos financeiros e produtivos contribuíram para a adesão a um quadro de ruptura institucional pelo qual passou a presidenta.

Crise social

Para analisar a mobilização civil contrária ao governo Dilma, é necessário destacar a perspectiva do discurso presente nas manifestações e nas forças sociais que as compunham. Compreender de onde surgem as revoltas é compreender a quem serve a mobilização e qual o objetivo. As diversas esferas da sociedade foram afetadas pelas ações do governo num contexto de crise econômica e governamental, seja pela perda de poder de compra da classe trabalhadora, seja pela perda da capacidade de investimento da classe empresarial. Assim, é necessário entender como se colocam estas diferentes esferas e traçar um perfil dos articuladores e dos participantes dos movimentos nas ruas.

Diferente das jornadas de junho de 2013, a revolta de 2015 não foi contra as instituições, mas centrava-se nas articulações políticas dentro das mesmas. A correlação de forças entre sociedade civil e Estado toma uma outra característica. Se em 2013 os movimentos sociais se colocavam a fim de uma mudança na formação das políticas públicas, reivindicando seu papel decisório nas ações políticas, em 2015 se buscava exercer influência em um processo de decisão detido nas instituições político-partidárias. Desta forma, uma mobilização emergia das ruas para as instituições, enquanto a outra estava contida no jogo institucional.

Um recorte de classe é necessário para compreender as manifestações e o cunho das demandas vindas das ruas. Em 2015, os cidadãos foram insuflados às ruas pelos discursos das empresas do monopólio midiático. Elas expunham à exaustão os escândalos de corrupção e os erros de gestão, sempre atribuídos ao PT. O perfil das organizações componentes destes movimentos e dos manifestantes agregados correspondiam majoritariamente às classes mais abastadas, formadores de opinião e personalidades políticas da oposição ao então governo.

Os motivos pelos quais estes aglomerados se colocaram contra o PT e o governo Dilma não se relacionam com a corrupção, ainda que o combate a ela tenha sido levantado como fator mobilizador. O discurso não abarca todos os partidos e a disputa do controle político e econômico através dos acordos ilícitos entre estes e empresas, mas um descontentamento das elites em relação às medidas tomadas durante o governo.

Pode-se assim ilustrar através das reações a redução das taxas de juros ao consumidor desde 2012, que fez com que os bancos públicos se sobressaíssem frente aos privados, passando de 35% para 55% de atuação no mercado financeiro (CAVA, 2016). As ações foram recebidas como um enfraquecimento da elite empresarial, que se colocou numa campanha contra o governo.

Pode-se entender que a mobilização pró impeachment não é organicamente formada através da sociedade civil, mas um fenômeno do capitalismo de laços, descrito por Lazzarini (2011) como uma rede diversa de contatos e alianças para fins políticos e econômicos.

Torna-se necessário mobilizar um conceito que vai além da noção das relações de capital social, pela falta de espontaneidade das manifestações contra o governo Dilma. Há necessidade de compreender como as relações do capital econômico influenciam para a agenda do capital social. As relações anteriormente orgânicas e de correlação de poder entre as classes sofrem uma transformação, onde estas ganham o incentivo econômico para serem construídas. Desta forma, em 2015 não se fala de uma mobilização social que busca um ganho para a sociedade civil, e sim um benefício econômico pessoal, tal qual se dariam as relações econômicas no capitalismo de laços.

Para Lazarini (2011), as aglomerações se intensificaram bastante entre 2013 e 2015, além disso, emergiram atores de ligação com elevada centralidade, isto é, atuando como ‘conectores’ de aglomerações diversas. Os proprietários que mais exibiram papéis de conexão foram, justamente, atores ligados direta ou indiretamente ao governo.

Por centralidade podemos entender um núcleo que se posiciona de maneira relevante na prática decisória dessa rede, tendo seus conectores, que se relacionam com

outras redes, que possuem diversos núcleos ou núcleos em comum. Assim, o capital financeiro atua como ente centralizador e mobilizador deste movimento, que através da mídia – o conector entre o cerne das articulações e as demais classes da sociedade civil – pautou outros grupos empresariais e partidário e mobilizou movimentos de diferentes convicções dentro da oposição, com o objetivo comum de enfrentar o governo.

Existe uma conexão entre os entes centralizadores do capital financeiro e os demais campos sociais onde as pautas daquele setor fariam sentido como eixo da revolta. Há um momento de recorte claro entre quais pautas estão sendo articuladas por uma elite centralizadora e formadora de agenda e quais estão sendo articuladas por outros componentes da sociedade civil, a fim de que a única reivindicação possível seja a que compactua com as manifestações contra o PT e suas políticas no governo.

A heterogeneidade é uma das marcas do movimento, no qual grupos organizados buscam colocar seus interesses acima de outros. O que existe, então, são os interesses de classes dominantes numa disputa de quais desses interesses serão priorizados dentro da ordem institucional. Essa é a peculiaridade do movimento de 2015. Mais do que um arranjo da sociedade civil, se trata de um arranjo institucional transposto para as ruas com a função de reiterar a ideologia e a demanda da classe oligopolista dominante.

As classes mais fragilizadas, também atingidas pelos desgastes da economia nacional, ficaram alienadas do debate feito pelas elites no que concerne ao enfrentamento ao governo e a organização dos movimentos. Aos olhos da elite, estas classes não têm capital social, econômico ou político para disputar o espaço da revolta, excluindo assim uma série de críticas ao PT e à presidente Dilma, que emergem das suas perspectivas.

Apesar das diferenças entre contextos e atores, o movimento de julho 2013 marca a saída de um estado permanente de passividade que a sociedade se encontrava frente aos problemas políticos, o que foi aproveitado pelo movimento atual que apoia o processo de *impeachment*. A mobilização da população mais jovem, organizadas através da internet, teve seu marco nesse período, onde foi possível observar a constante circulação de certos enunciados ligados aos protestos como “Vem pra Rua” e “Não Vai Ter Copa”. Como podemos ver, o que acompanha essa tensão entre representação política e democracia faz com que a forma de entendimento da institucionalidade representativa esteja cercada de lacunas pelas quais a sociedade tenta fazer ouvir e ver atendidas suas manifestações.

Sob a ótica de Rosanvallon (2001), a relação entre o social e o político nos mostra uma perspectiva singular do processo de representação, em forma de política expandida. O autor observa que é necessário debater sobre duas características do governo representativo:

a legitimidade e a confiança. Tal dualidade transcende o resultado das urnas, uma vez que a legitimidade é entendida com uma qualidade jurídica, adequadamente produzida pelas eleições. Já a confiança - classificada pelo autor como instituição invisível –permitiria a manutenção da legitimidade ao longo do tempo.

Sendo assim, além de expressar sua representatividade nas urnas, as práticas de manifestações sociais têm como objetivo compensar a erosão da confiança nas instituições insuflada pelas empresas do monopólio midiático, uma vez que seu posicionamento expunha apenas uma versão dos fatos. Ao longo de 2015 e em 2016 tivemos a instauração e a prática de pannels. No Brasil, as formas da ação coletiva presentes na ação dos movimentos sociais desde a década de 1980 - abaixo assinados, manifestações públicas, greves – deram lugar ao ato de classe média de bater pannels enquanto a presidenta dava seus pronunciamentos públicos. O motivo do pannel consistia na interdição da fala do outro, ilustrando a não disposição em ouvir o governo.

A mobilização social no Brasil passou a se pluralizar desde 2013. Foram ampliadas a ocorrência tanto de manifestações progressistas quanto de conservadoras. A presença do conservadorismo se tornou ainda mais forte no decorrer da articulação do *impeachment*. Seu discurso moralizador articulou a corrupção como motor dos protestos. Após a destituição da Presidenta, escândalos e notícias de corrupção não pararam de aparecer envolvendo novos atores a cada dia, enquanto que o *verde-amarelismo* desapareceu das ruas.

Crise político-partidária

Os partidos políticos estiveram no centro dos debates sobre a crise brasileira. A negação a eles pautou boa parte das manifestações populares a partir de 2013. Os grandes monopolizaram a disputa de 2014, tendo, mais uma vez, o protagonismo de PSDB e PT nas eleições presidenciais, e do PMDB no Congresso Nacional. Vamos tratar da crise dos partidos enquanto organizações que atuam em duas arenas, a eleitoral e a governamental/parlamentar.

Na arena eleitoral, um dos principais gritos ouvidos durante as manifestações de junho de 2013 foi o de “Sem Partidos”. Os meios de comunicação mostravam repúdio às bandeiras de partidos e essa postura foi entendida como uma das evidências da fragilidade dos partidos políticos brasileiros. Ainda assim, estudos, como o de Martins Junior (2007), mostram que, mesmo com declínio na identificação partidária, os partidos políticos continuam a desempenhar um papel central em eleições.

A análise das estruturas partidárias, do seu padrão de alianças eleitorais e da identificação partidária pode revelar importantes chaves explicativas para a atual crise política brasileira.

A pesquisa do impacto exercido por partidos no comportamento eleitoral deve considerar dois pontos de vista: dos atores mais diretamente envolvidos nas disputas, os partidos e os políticos; e dos eleitores. As variáveis políticas adquirem conotações diferentes para cada qual desses atores. Para os primeiros, os partidos devem ser investigados tendo-se em vista as estruturas partidárias e as alianças eleitorais. Para os eleitores, os partidos funcionam como atalhos de informação, os quais podem decidir em quem votar.

Diversos autores apontam para a fragilidade dos partidos políticos enquanto estruturadores da disputa eleitoral. Kinzo (2004) apontou a grande quantidade de partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados. A fragmentação amplia a possibilidade de se observar elevados índices de volatilidade. De fato, Lima Jr. (org., 1997), Nicolau (1998) e Peres (2000 e 2002) apontam que a volatilidade no Brasil é superior à observada em países europeus e americanos. Esses aspectos importantes indicam que os partidos não conseguiram estabelecer um padrão definido de apoio. Ao nível do Executivo, a situação parece ser um pouco diferente, uma vez que a disputa é mais concentrada e os partidos, apesar das alianças, são mais visíveis. Tanto é assim que PSDB e PT dominam a eleição presidencial desde 1994, contando sempre com apoio do PMDB, a despeito da fragmentação e volatilidade.

As estruturas partidárias são importantes para compreender a dinâmica da crise. Braga e Pimentel (2012) analisaram dados sobre a estrutura e a organização partidária nas eleições municipais de 2012. Eles mostram que os partidos se organizam de forma desigual pelo território nacional. Dos mais de 30 partidos existentes, apenas dez estão presentes em mais de dois terços dos municípios. Dentre eles, os destaques são o PT, com 96% de presença, o PMDB, com 95% e o PSDB, com 89%. Esse dado revela que os partidos importantes na disputa política e eleitoral são os que detêm uma organização mais extensa, fundamental para o enfrentamento das eleições e pode ser explicado pela presença desses partidos em postos-chaves da administração federal desde a redemocratização brasileira. Também mostram a potencialidade de conflito que pode existir entre as legendas.

Com a forte presença local, não seria estranho supor que os grandes partidos concorram em muitos pleitos e realizem toda a sorte de alianças nas eleições municipais. De fato, Dantas (2012) mostra que o PMDB disputou eleições, seja como cabeça de

chapa, seja apoiando alguma candidatura, em 96% dos municípios em 2012. O PT seguiu logo atrás com capilaridade de 91%, seguido do PSDB com 87%.

Tão importante quanto a ampla penetração desses partidos ao nível local é a expansão que eles realizaram ao longo dos anos. Nesse sentido, o PT expandiu em 86% entre 2000 e 2012. Em 2000, o partido participou da disputa de 2.722 municipalidades e passou para 5.075 em 2012. As expansões de PMDB e PSDB foram mais modestas nesse mesmo período, 6,6% e 11,5%, respectivamente. No poder, o PT atingiu uma capilaridade que igualou a de PMDB e PSDB o que ampliou a competição.

As disputas locais são complexas em termos de alianças eleitorais. A rigor, todos os partidos se aliam a todos os partidos, conforme mostra Dantas (2012). Como as disputas na grande maioria dos municípios é majoritária em turno único, existe uma forte tendência bipartidária. Como temos mais de 30 partidos, é lógico que deve haver alianças entre eles não respeitando a mesma lógica das alianças nacionais. Por exemplo, nas eleições municipais de 2012, PT e DEM estiveram aliados em 1.041 disputas e PSDB e PT em 1.104. As alianças de DEM e PT aumentaram mais de 445% e as de PSDB e PT mais de 144% entre 2000 e 2012. A aliança entre o PMDB e PT foi realizada em 2028 municípios, tendo sido a mais frequente dentre os partidos políticos. Os principais parceiros no plano nacional eram os principais parceiros no plano municipal.

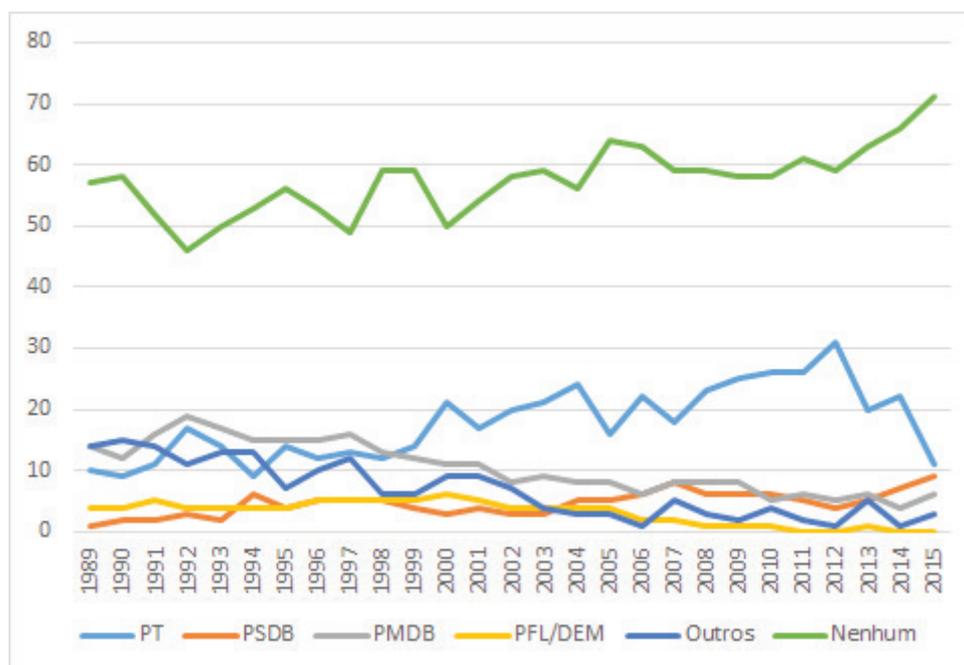
A eleição de 2012 abre a crise política brasileira. Foi o auge da aliança presidencial entre PMDB e PT. Desde então, os dois somente se distanciaram e as eleições presidenciais de 2014. A aliança presidencial entre PMDB e PT foi formalizada em 2010, em torno de Dilma Rousseff e Michel Temer, com o apoio de 80% dos votos na convenção do PMDB. O prestígio de Lula, a situação econômica interna favorável, o farto dinheiro vindo das empresas privadas com negócios com o governo levou os dois partidos a candidatura governista imbatível.

Dilma comandou o terceiro termo presidencial sob o controle petista. A primeira mulher presidente consolidava a estratégia de expansão do partido. Martins Jr mostra (2009) que a probabilidade de voto no PT entre as mulheres é historicamente mais baixa do que entre os homens. O PT buscava uma nova estratégia para consolidar e expandir seu eleitorado. A expansão política do PT parece ter atingido um limite de tolerância dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. O gráfico 1 mostra que a preferência pelo PT atingiu o pico de 31% no primeiro semestre de 2012. Isso fez necessário para os setores oposicionistas agir por outras arenas diferentes da eleitoral.

O contexto das eleições municipais de 2012 foi francamente negativo contra o PT. Elas aconteceram durante o julgamento da Ação Penal 470 que condenou alguns líderes petistas no STF com transmissão ao vivo pela principal rede de televisão brasileira. Mesmo assim, o PT conseguiu aumentar o número de prefeitos eleitos e levar Fernando Haddad à prefeitura da cidade de São Paulo. Ou seja, mais uma vez o PT mostrou a importância da expansão organizacional e simbólica.

A partir de 2013, as manifestações de rua e o seu veto aos partidos e os escândalos de corrupção levaram a uma intensa erosão da preferência pelo PT e a um aumento da ausência de preferência por partido. O Datafolha chegou a medir 71% de eleitores brasileiros sem preferência partidária em 2016.

Gráfico 1: Preferência partidária no Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Datafolha disponíveis nas edições do Jornal Folha de São Paulo e em Carreirão e Kinzo (2004).

As eleições de 2014 sinalizaram que a crise política poderia se tornar mais aguda. A avaliação do governo e da presidenta declinaram, assim como o apoio no PMDB. Menos de 60% dos convencionais peemedebistas endossaram a chapa Dilma/Temer. Diretórios estaduais importantes do PMDB se colocaram como opositores do PT, principalmente na região Sul do país. A aliança se esgarçou no Rio de Janeiro, onde o PT lançou candidatura própria contra um PMDB dividido entre Dilma e Aécio.

Essa fissura no bloco governamental foi intensificada por conta do resultado da eleição ter sido mais apertado do que nas eleições anteriores. O PSDB, derrotado, não aceitou o resultado e questionou a lisura do pleito. As queixas sobre o processo eleitoral foram amplificadas pela mídia e pelas redes sociais.

Przeworski (1994) define a democracia como um regime em que os partidos perdem eleições. Os derrotados na disputa acreditam que as instituições políticas lhes darão oportunidades para vitórias futuras e preferem não subverter a ordem. Após a quarta derrota consecutiva, os setores conservadores do Brasil optaram pela subversão da ordem e reeditaram uma campanha antiga contra Getúlio Vargas. Dilma não deveria concorrer, se concorresse não poderia ser eleita, se fosse eleita não poderia governar. Ela concorreu, venceu, mas foi impedida de governar por aqueles que deveriam ser seus principais aliados.

No início dos anos 90 existia um diagnóstico sombrio sobre a governabilidade no Brasil. Os cientistas políticos, com destaque para Lamounier (1994) e Mainwaring (1995) alertavam que a combinação de partidos fracos na arena eleitoral com listas abertas para a eleição para deputados federais conduziria a uma situação em que o que valeria seria a vontade individual dos parlamentares ocasionando uma ausência de coesão e disciplina partidária, imprevisibilidade nas votações e na incapacidade do governo de levar à cabo sua agenda legislativa.

De fato, as crises políticas e a hiperinflação do final dos anos 80 e começo dos anos 90 levavam a crer nessas análises catastróficas. Contudo essas análises não consideravam a capacidade de centralização do processo decisório no Executivo Federal. O Presidente da República possui amplos poderes legislativos e a prerrogativa da execução orçamentária. Além disso, em geral, consegue colocar aliados nas mesas diretoras das casas legislativas.

As graves crises começaram a ser superadas a partir do governo de Itamar Franco quando se intensificou a centralização do processo decisório em favor do Executivo. Em pouco tempo foi possível estabilizar a economia e engendrar uma coalizão capaz de dar um suporte estável ao governo. Os oito anos do governo de Fernando Henrique foram uma continuidade bem sucedida do governo Itamar. Desde a campanha eleitoral, FHC foi apoiado por uma sólida e coesa frente que reunia desde a centro-esquerda até a direita que permitiu a aprovação de diversas emendas constitucionais, a quebra de monopólios e a condução de um extenso programa de privatizações.

A estabilidade alcançada nos anos FHC levou os cientistas políticos a repensarem o antigo diagnóstico da ingovernabilidade. Novas análises, principalmente as conduzidas

por Figueiredo e Limongi (1999), mostraram que a despeito das regras eleitorais e partidárias que estimulavam o comportamento individual, existem grande coesão e disciplina partidária. A partir dos posicionamentos dos líderes partidários era possível estimar com boa precisão quais seriam os resultados das votações nominais. Tanto os principais partidos de governo, PSDB e PFL, como o de oposição, PT, ultrapassaram os 95% de disciplina.

Em certa medida, o governo Lula conseguiu manter a estabilidade política. Mesmo com os escândalos de corrupção, o Presidente conseguiu vencer 95% das votações nominais realizadas na Câmara dos Deputados, conforme mostra a Tabela 1 com dados do Basômetro.

A situação se torna muito diferente no governo Dilma. Martins Junior (2014) mostra que até a primeira metade do primeiro mandato da presidenta, o índice de vitórias na Câmara era muito próximo ao alcançado no governo Lula, 93%. Em 2013, Eduardo Cunha foi eleito líder do PMDB na Câmara dos Deputados e a situação de Dilma passou a ser muito mais difícil. Com dados de todo primeiro mandato, vemos na tabela 1 que o índice de vitória do governo caiu para 86%, ainda alto, mas significativamente abaixo da média.

A crise entre Executivo e Legislativo se intensificou com a vitória de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados. Durante esse período, o governo venceu menos de 80% das votações nominais na casa legislativa.

Tabela 1: Vitória do governo na Câmara dos Deputados

		Governo				Total
		Lula I	Lula II	Dilma I	Dilma II	
Vitória do governo	Não Contagem	19	18	40	50	127
	% Governo	5,2	3,9	13,6	20,4	9,3
	Resíduo ajustado	-3,1	-4,9	2,8	6,6	
	Sim Contagem	344	443	255	195	1237
	% Governo	94,8	96,1	86,4	79,6	90,7
	Resíduo ajustado	3,1	4,9	-2,8	-6,6	
Total	Contagem	363	461	295	245	1364
	% within Governo	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Basômetro/Estadão Dados

As derrotas do governo são explicadas por um racha na base governista. PMDB e PSB, principalmente, passam a votar contra o governo, conforme mostra a tabela 2. Além da ampliação das derrotas, as vitórias passam a acontecer por pequena margem de votos.

Tabela 2: Governo Dividido

		Governo				Total
		Lula I	Lula II	Dilma I	Dilma II	
Governo dividido	Não					
	N	241	362	199	66	868
	% Governo	66,4	78,5	67,5	26,9	63,6
	Resíduo ajustado	1,3	8,2	1,5	-13,2	
	Sim					
	N	122	99	96	179	496
	% Governo	33,6	21,5	32,5	73,1	36,4
	Resíduo ajustado	-1,3	-8,2	-1,5	13,2	
Total	N	363	461	295	245	1364
	% Governo	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Basômetro/Estadão Dados

Em dezembro de 2015, Eduardo Cunha aceita o pedido de impeachment da Presidenta Dilma e em março de 2016, o PMDB rompe formalmente com o governo. O fim da aliança em PMDB e PT ficou selado definitivamente em abril com a aprovação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados com o apoio das bancadas governistas do PR e do PP. O golpe foi dado, a deserção do PMDB ocasionou no desmantelamento da base de sustentação do Executivo no Legislativo. Como se fosse um voto de desconfiança parlamentar, Dilma foi tirada da Presidência e substituída por seu Vice, Michel Temer, que sem legitimidade está promovendo uma verdadeira política de terra arrasada, procurando retirar direitos dos menos favorecidos e premiar a minoria do setor financeira e oligopolista que lhe emprestou apoio.

Considerações Finais

Os elementos apresentados neste presente artigo permitem a visualização do processo de *impeachment*, não considerando apenas sua configuração institucional, mas os processos de motivação e apoio em que este esteve envolvido. Dessa maneira, articula-se a partir do entendimento de três esferas contributivas para a crise institucional e política vivida: as implicações da economia, as manifestações sociais e as questões político-partidárias.

No primeiro ponto citado, são reconstruídos momentos em que a população, de maneira geral, sentia os efeitos da crise político-institucional, principalmente no que tange as relações econômicas. Nesse ponto, a piora nos indicadores econômicos, tanto para os consumidores quanto para os produtores conduzia para uma piora na avaliação do governo. No papel de condução dessa insatisfação com a situação é ressaltado o papel do enquadramento negativo da mídia, principalmente nos grandes meios, como no Jornal Nacional, como bem mostram os dados do Manchetômetro. A situação econômica marcada pela inflação, recessão, desemprego e baixo investimento eram massificadas de forma a responsabilizar somente o governo de Dilma Rousseff.

As implicações sociais são pautadas a partir do entendimento da ação da sociedade civil como um processo de envolvimento com as manifestações sociais nas ruas, a partir de junho de 2013. Embora as razões para os dois momentos sejam díspares, a argumentação trazida reflete a insatisfação de segmentos populacionais frente aos caminhos tomados pelos atores políticos. Nas manifestações de 2013, a razão motivadora estava na orientação das políticas e serviços públicos, enquanto a segunda, apoiava-se na oratória dos grupos opositores ao governo Dilma Rousseff, tanto nos partidos quanto nos grupos econômicos que tinham interesse nesse processo.

Esse discurso dos opositores advém do moralismo anticorrupção, que conseguiu colocar a classe média e as classes mais abastadas – em sua maior parte, contra o governo presidido pelo PT. No mais, a orientação para as manifestações conversadoras pró-*impeachment* seguem a lógica de apoio a mudança de *status quo* que já não mais interessava os detentores de capital econômico. O que serve de apoio a essa argumentação é o fato de que o *verde-amarelismo*, característica das manifestações desse ano, não interessa-se pelos escândalos de corrupção do atual governo e, tampouco, com as novas notícias que tratam da articulação de membros do atual governo de Michel Temer para interromper o mandato de Dilma e barrar a operação lava jato.

No que tange ao processo marcado na institucionalidade da representação, o apoio à presidente eleita Dilma Rousseff é uma das chaves explicativas para a ruptura que se apresentou. O percentual de derrotas no período *Dilma 2* é 11% maior do que o do primeiro governo. Razão para isto é a postura da antiga base governista, principalmente PMDB, PP e PSB, que iniciaram a votar contra o governo. Aliado a isso, o comportamento da oposição em não aceitar o resultado das urnas fez crescer um sentimento de animosidade nas disputas políticas nacionais. O que esse ponto busca elucidar é a participação dos partidos políticos como atores de deslegitimação do processo democrático, como na oposição ao resultado da eleição, bem como na articulação desses movimentos, com participação de antigos apoiadores no governo, para produzir derrotas em votações e criarem instabilidade política. O peso dos partidos é destacado nas suas arenas organizacionais, legislativas e eleitorais a fim de reivindicar significância no processo de impeachment.

Portanto, para analisar o golpe de 2016 é preciso que tenhamos em mente que ele não é descolado de outras atividades sociais, como as manifestações e o sentimento de perda econômica. O apoio a determinado contexto institucional é fundamental para que ele ocorra, como de fato foi nesse processo.

À luz dessa discussão, abre-se caminho para interpretações da ação de atores individuais envolvidos nesse processo, o que, certamente, contribuirá para uma análise mais totalizante do evento discorrido. Para além das questões econômicas, sociais e partidárias, atores individuais como Sérgio Moro e Eduardo Cunha, por exemplo, precisam ser levados em conta na compreensão do golpe. Processo este que foi traduzido na forma de impeachment.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (1979). *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva.

BRAGA, M. S. & PIMENTEL, J. (2013). “Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012”. In: *Cadernos Adenauer*, XIV, n.º 2.

CARREIRÃO, Yan de Souza (1999). “Avaliação do Governo e “Voto Econômico””. In: *Lua Nova*, n 48.

CARREIRÃO, Y. de S. & KINZO, M. D. G. (2004). “Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)”. In: *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 47, nº 1.

CAVA, Sílvio C. (2016) “A disputa é nas ruas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 105.

CURY, A.; QUAINO, L. “Inflação fecha 2014 em 6,41%, abaixo do teto da meta”. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/inflacao-fecha-2014-em-641.html> (consultado em 12/06/2016)

CURY, A.; RODRIGUES, M. “Inflação oficial fica em 10,67% em 2015, a maior desde 2002”. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/inflacao-oficial-fica-em-1067-em-2015.html> (consultado em 12/06/2016)

DAHL, Robert (2012). *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

DANTAS, Humberto. “Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras”. In: *Cadernos Adenauer*, XIV, n.º 2.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O.; BARBABELA, E.; CANDIDO, M. R.; SILVA, T. S. MIGUEL, L. (2014). “A (in)clemente mídia das eleições”. *Insight Inteligência*, v. XVII.

FIGUEIREDO, A., e LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio Janeiro: Editora FGV.

LAMOUNIER, B. (1994). “A democracia brasileira de 1985 à década de 90: a síndrome da paralisia hiperativa”. In: VELLOSO, J. P. R. *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio.

LAZZARINI, S. G. (2011). *Capitalismo de laços*. Rio de Janeiro: Elsevier.

LIMA JR., Olavo Brasil de, org. (1997). *O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências — 1982-1994*. Rio de Janeiro: FGV.

MAINWARING, Scott. (1995). “Brazil: weak parties, feckless democracy”. In: MAINWARING, S. & SCULLY, T. (eds.) *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.

MARTINS JR., J.P. (2007). *A disputa entre o PSDB e PT nas eleições presidenciais brasileiras (1994-2007)*. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

MARTINS JR., J.P. (2009). “Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil 1994-2006”. In: *Revista Debates*, v.3, nº 2.

MARTINS JR., J.P. (2014). “Governistas e oposicionistas: padrões de votação nos governos Lula e Dilma”. In DANTAS, H., TOLEDO, J.R., e TEIXEIRA, M.A.C.. *Análise Política e Jornalismo de Dados: ensaios a partir do Basômetro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

NICOLAU, Jairo Marconi. (1998). “A volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados brasileira (1982-1994)”. In: *XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu. mimeo.

PERES, P. S. (2000). *O espectro da instabilidade: sistema partidário e volatilidade eleitoral no Brasil democrático*. Dissertação (Mestrado) — Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

_____. (2002). “Sistema partidário e instabilidade eleitoral no Brasil”. In: SANTOS, A. M. dos & PINTO, C. R. J. (orgs). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

PRZEWORSKI, Adam. (1994). *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Relatório do Banco Central do Brasil – Histórico de metas para a Inflação no Brasil (2015). <http://www.bcb.gov.br/Pec/metase/TabelaMetaseResultados.pdf> (consultado em 12/06/2016)

ROSANVALLON, P. (2011). *La Contrademocracia: La política em la era de la desconfianza*. Buenos Aires: Manantial.

SINGER, André (2015). “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. *Novos Estudos*, edição 102.

Framing the Crisis: the Case of the Chicago Press

Fabrizio Ceglia¹

Bruno Carriço Reis²

Sergio Rivera Magos³

Resumo: Neste artigo propomos o deslindar do processo de formação da opinião pública norte-americana no momento inicial da crise do subprime (2007), que posteriormente desencadearia uma crise global. Para o efeito cruzamos sincronicamente a percepção da população acerca do tema, por via de sondagens de opinião, com o discurso mediático que ia sendo produzido. Desta forma tentamos perceber como a opinião pública se deixava permear pela agenda mediática e vice-versa. A questão da crise marcaria inapelavelmente a campanha eleitoral de 2008 e a discussão pública. Como estudo de caso, optamos por analisar a imprensa de Chicago já que o candidato que melhor se posicionava para ser eleito presidente era o senador por Illinois, Barack Obama. Como conclusão substantiva, podemos sublinhar que a opinião pública formulou a sua compreensão do fenómeno da crise atendendo a aspectos de natureza emocional/subjetiva, relativizando para segundo plano argumentos de natureza mediática e institucional.

Palavras-chave: Opinião Pública; Subprime; Imprensa.

¹ Atualmente colabora com a Università degli Studi di Salerno (Itália) e com a revista italiana Comunicação Política (Compol). Já trabalhou como assistente de pesquisa na Universidad Rey Juan Carlos de Madrid (Espanha) e da Universidade de Illinois, em Chicago (EUA).

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. É Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa e no Instituto Universitário da Maia, onde lecciona nos cursos de Ciências da Comunicação. É professor convidado no mestrado de “Culturas Digitales” da Universidad Autónoma de Querétaro (México).

³ Professor e pesquisador em tempo integral na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Autónoma de Querétaro. Doutor em Comunicação da Universidad Rey Juan Carlos (Espanha). Mestre em Negócios e Comunicação Institucional da Universidade Complutense de Madrid (Espanha).

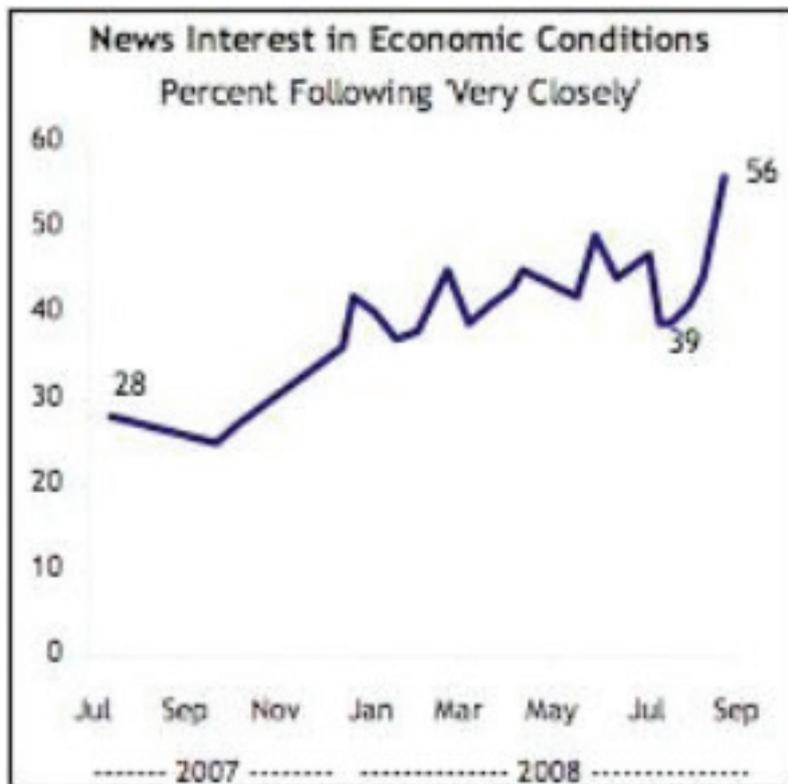
Abstract: In this article, firstly we lay out a simple framework for understanding the process of formation of the American Public Opinion at the beginning of the subprime crisis (2007), which would trigger a global crisis. We crossed, synchronously, population perception of the crisis, using opinion polls, with the media discourse that was produced at the time. By using this methodology we tried to understand the extent to which public opinion was being permeated by the mediatic agenda and vice-versa. The 2007 mortgage crisis had a strong impact on the 2008 election campaign and in the public discussion. To understand the extent of the impact we decided to analyse the Chicago press, considering that Barack Obama, Senator for Illinois, was the best-positioned Presidential candidate. At the end, we will show that public opinion formation permeated emotional aspects/ subjective arguments, rather than mediatic and institutional arguments.

Keywords: Public Opinion; Subprime; Press.

Introduction

The subprime mortgage crisis (2007) represents one of the most important issues of the last several years (Acharya & Richardson, 2009). Even if it started at the end of the 20th century, it became more evident in the last years during the global crisis (Cable, 2010). Actually, the dramatic events of September of 2008 represent only the tip of the iceberg of a deeper crisis started with the new economy and its consequent financial speculations (Claessens & Kose, 2013). For this reason, in order to understand the reaction of the media and public opinion on the most difficult crisis of the U.S. since the 1930s, it's useful to understand the context where these facts arose. According to a study by the Pew Research Center, the interest of the American media in the economic conditions of the U.S. has spiked significantly in 2008 (Fig.1).

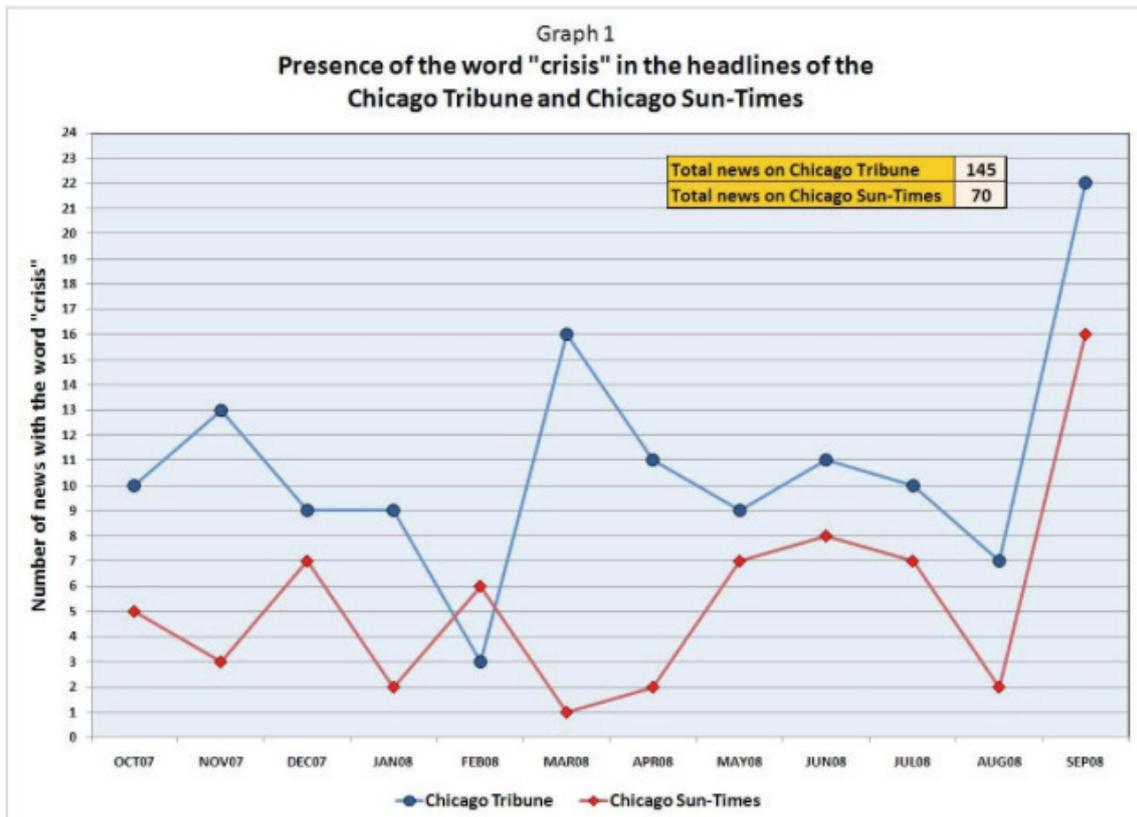
Fig.1. News Interest in Economic Conditions



Pew Research Center, October 2008

As shown on Fig. 1, despite different fluctuations, the growth of the interest in economic news seemed to be constant during the second half of 2007 and the beginning of 2008. The last peak corresponds to the news of Lehman Brothers bankruptcy and the consequent worsening of the financial crisis. The aim of this paper is to understand the impact of these dramatic events on the Chicago press.

In order to understand that, we started to make a superficial analysis of the context where these facts developed trying to measure the climate of the news during the year before the economic failure of the bank. In particular, we searched all the news that contained the word “crisis” in their headline, within the two main newspapers of the Chicago area: The Chicago Tribune and The Chicago Sun Times. The period selected was from October 2007 to September 2008 and we found a total of 145 news in the Chicago Tribune and 70 articles in the Chicago Sun-Times. Even if this data in itself is not sufficient to permit any conclusion, on the other hand it seems very interesting to report them in order to make observations about the emerging climate that the media collaborated to foment.



The Graph 1 shows the first element that is highlighted is the apparent “mirror image strategy” used by the two newspapers from October 2007 until May 2008. It seems that both newspapers tended to use the crises switching from an alarming climate to a

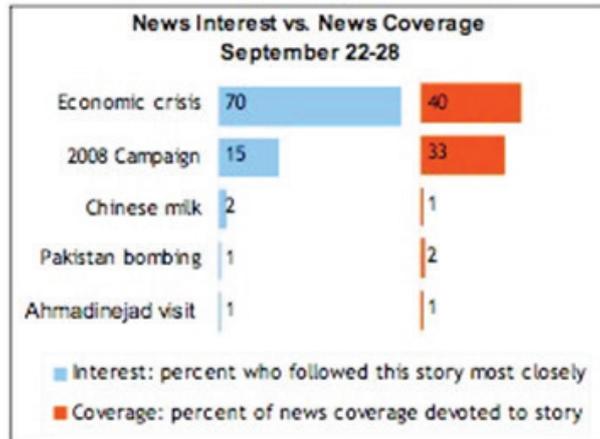
more reassuring atmosphere. In other words, when one newspaper employed fear in order to attract new readers, the other one tried to calm down the public with more reassuring news avoiding the use of the word “crisis” in their headline, and vice-versa.

Using the Altheide’s concept (2002, 2006), we can define that tactic as “strategy of fear.” According to this author, fear is not just an inescapable element of all crises of western societies, but an interpretative frame through which people define their identities and interact with the world. The result is that on one hand government uses this element to reinforce their role of leaders and control public opinion during the crisis. On the other hand, media encourages this feeling in their representation of reality in order to improve the consuming of information. As Altheide (2006:89) says, explaining the “politics of fear” in the media “fear supported consumption as a meaningful way for audiences to sustain an identity of substance and character”.

We can also observe that from May 2008 the communication strategies of the Chicago Tribune and Chicago Sun-Times seem to converge until the peak of the crisis of September 2008. One of the reasons can explain that phenomenon is the beginning of the pre-campaign for the presidential elections. In fact, just at the end of May, Barack Obama was elected as candidate of the Democratic Party against the Republican, John McCain. Thus, the newspapers started to conform their agenda according to the political and electoral news.

This brief introduction can be useful to contextualize our analysis in a very complicated period of the American history and to picture the climate of opinion when the financial crisis reached its climax. With this study, we want to discover if the issue that we selected, the financial crisis, received the coverage that people expected on the press. To determine it, we started from a poll of the Pew Research Center (Fig. 2) that compares the interest of public opinion on specific issues and their respective coverage on the press.

Fig.2. News Interest vs. News Coverage



Pew research Center, September 2008

As we can see on the Fig. 2, even if the interest of public opinion about the economic crisis increased much in the last period, it doesn't seem that the percentage of the media coverage reflected the rise of people's interest in that issue. Instead, media dedicated much of their space to the campaign, offering more than double the coverage that public opinion expected. Starting from that, we analyzed the coverage of the Chicago Tribune and the Chicago Sun-Times during the same week of the poll, from September 22nd until September 28th of 2008.

For this reason, we selected all the news (78 in the Chicago Tribune and 57 in the Chicago Sun-Times) having as the main argument, the economic crisis or the election campaign. We divided the news in different categories. First of all, we separated them by the section of the newspaper: News Section or Business Section. Then, we differentiated the news into: pieces of opinion or information. Next, we analyzed the main arguments of the news, conscious of the fact that in some pieces we could have found the issue of the financial crisis mixed with the issue of the presidential campaign. For this reason, we differentiated between main and secondary themes dividing into: Crisis and Campaign.

Moreover, in establishing the quantity of the coverage of the two issues, we wanted to go deeper and try to understand how the media messages could reach public opinion. Conscious of the fact we cannot have any reliable result about how people react and interpret the news, without starting an analysis of media reception, we tried to focus our attention on a specific issue. In particular, we decided to analyze one of the most debated issues of this financial crisis: the bailout. In fact, this represents the perfect

case of study, focusing the attention of public opinion and influencing the choices of politicians in the middle of the campaign. For this reason, we decided to analyze the valuation that journalists made of this issue. We divided the news on the bailout according to their level of critique in three groups: negative, neutral and positive. The question that we tried to answer is if the interpretation of the media on a particular issue gives priority to the audience opinion or, on the contrary, gives more credit to the position of the political leaders.

At the end of this qualitative analysis, we realized that another way to approach this study could be a frame analysis of the news. In particular, we found a predominant interpretative frame of the bailout, seen as an “unfair solution” that compels the taxpayers, victims of this crisis, to make up for the mistakes of the Wall Street managers, the true perpetrators. On the other side, the government tried to contrast this interpretation with a counter-frame that described the bailout as “bad but necessary solution;” in other words, as an obliged choice to save the American economy from the crisis.

Thus, all the arguments expressed from journalists in favor or against the bailout fluctuated between these two main interpretative frames, giving the news a negative, neutral or positive valuation. To understand which frame received more space in the news, we can try to use the model employed by Robert Entman to describe the dynamics of the news during the crisis of foreign policy. The Entman’s (2003) model of cascade activation explains how officials could easily impose their frames to the media, using their powerful position as privileged sources and interpreters of the facts. Even if Entman used his model to explain the coverage of foreign policy, we think it could be a good model also for this analysis. In fact, as in the cases studied by that scholar, we are analyzing a context of crisis where media is generally more dependent on the official sources. On one hand, they need exhaustive information about the gravity of the crisis; and on the other hand, the subject is so complex that it’s necessary for assistance from field specialists and authoritative sources to interpret the phenomenon/solution.

Results

Even if this represents only a preliminary study and we cannot consider these results as exhaustive, we tried to infer some consideration about the relationship between media, political systems and the audience.

First of all, we can compare the interest of the audience with the coverage of the Chicago Tribune. For this reason, we considered just the two main issues in the poll of the Pew Center Research (Fig. 2) comparing with the same issues of our analysis: the economic crisis and the campaign 2008. Analyzing this Graph, we can see that media gave more attention to the financial crisis (54.8 per cent) than to the campaign (45.2 per cent).

The content analysis of the Chicago Tribune gave similar percentages for the coverage of those two issues: 52.8 per cent for the financial crisis (38 news) and 47.2 per cent for the campaign (34 news). Similarly, the Chicago Sun-Times had a percentage of 50,9 per cent of news regarding directly the financial crisis and a 49.1 per cent concerning the electoral campaign.

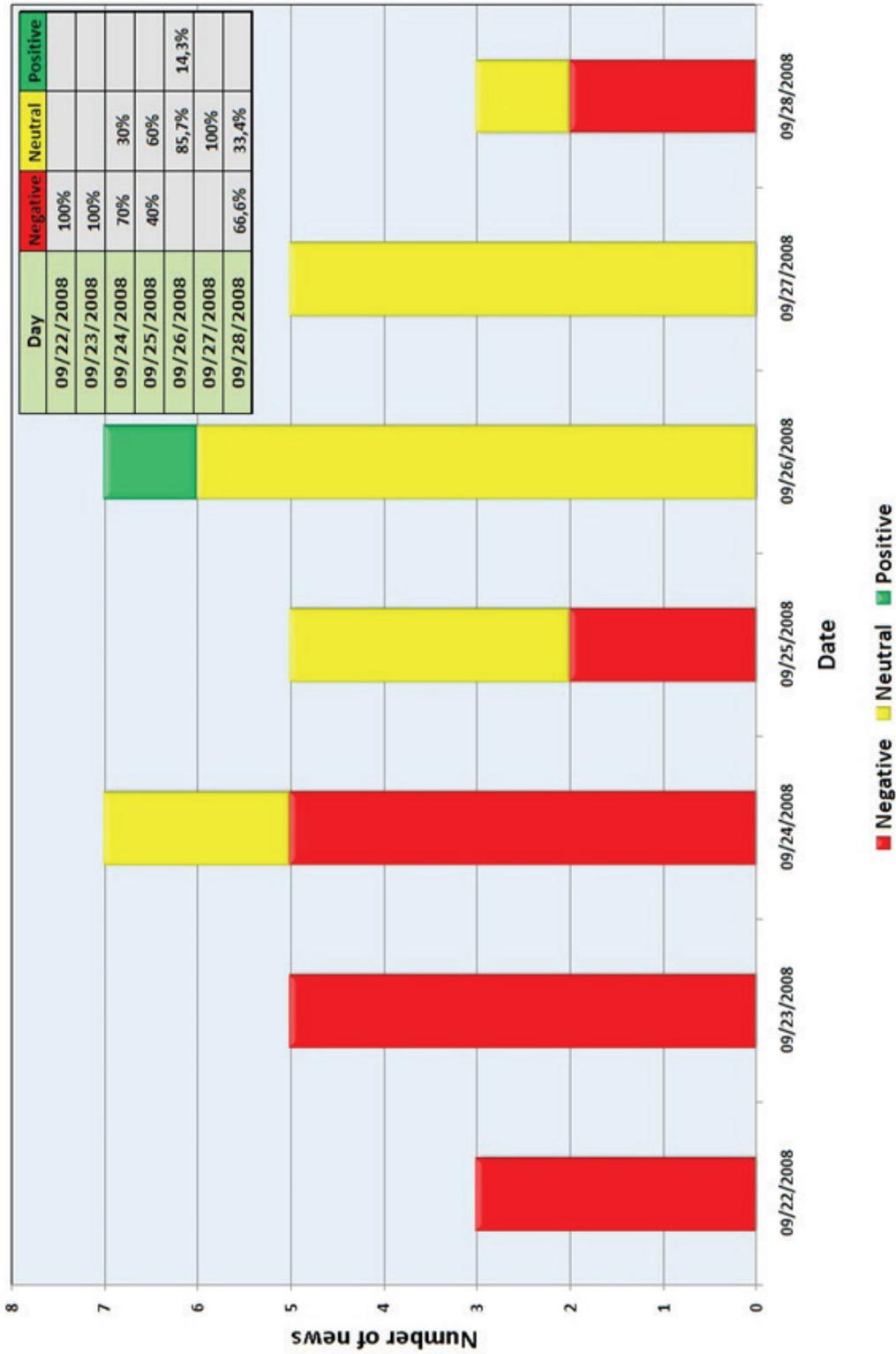
Consequently, we can deduce that the analysis of the two newspapers seems to confirm the study on the news interests realized by the Pew Center (Fig. 2). In fact, even if we did not analyze the whole coverage of the news, we can presume that the two Chicago newspapers, as the rest of the media, did not cover the financial crisis as public opinion expected (70 per cent of interest of news interest). Instead, a considerable space of the information was dedicated to the election campaign.

Moreover, we can observe that in the Chicago Tribune only a 15.8 per cent of the news regarding the financial crisis (as the main theme) made references to the presidential campaign. However, the 32.4 per cent of the news concerning the campaign as a main issue applied to the economic crisis. This element explains how journalists interpreted that crisis as a crucial issue for the results of the next vote and how the election of a new president was considered strictly connected with the solution of the crisis.

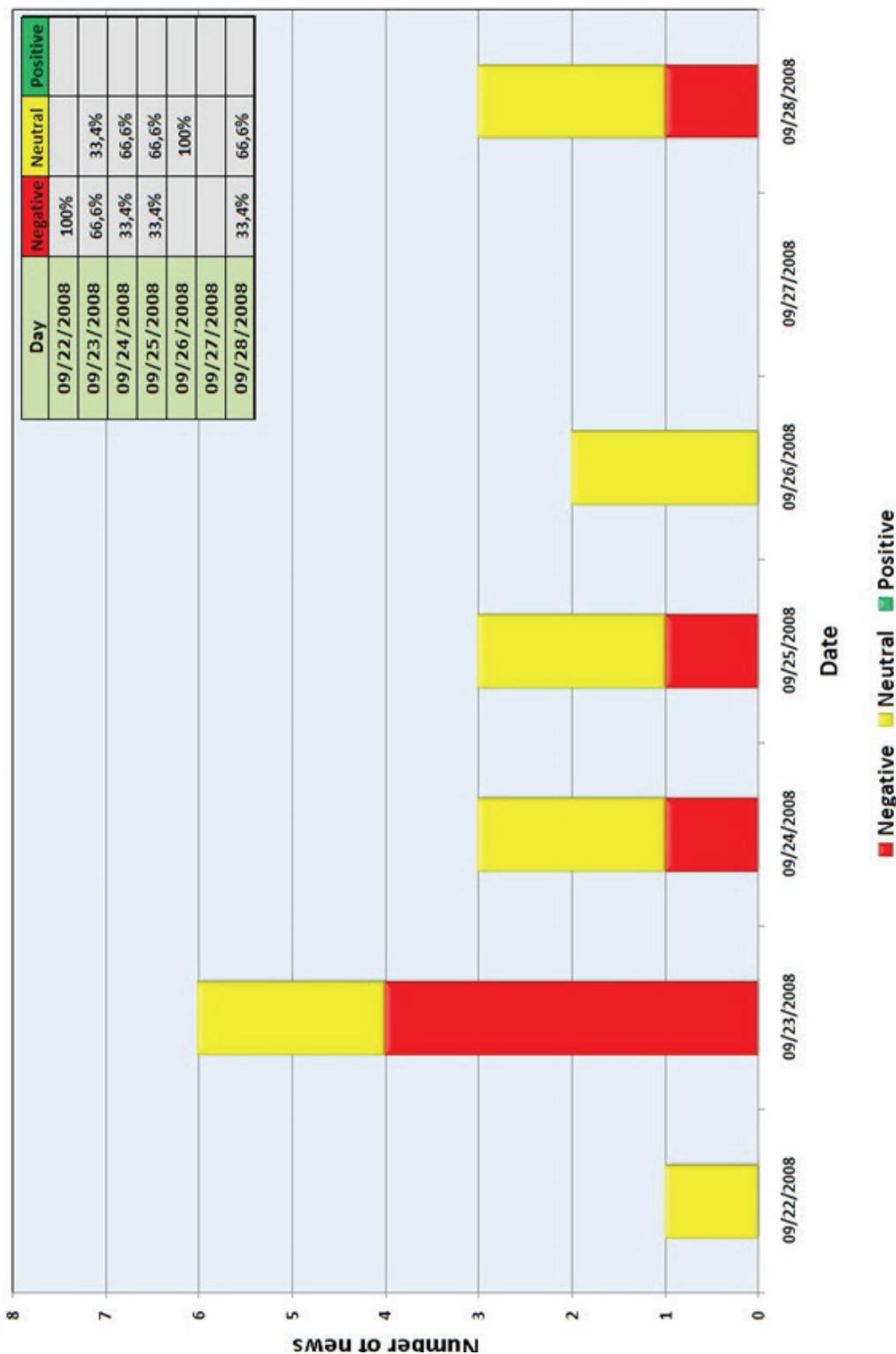
On the other hand, the study of the Chicago Sun Times gave us a more balanced result: 10 per cent of the news, regarding the financial crisis or the electoral campaign as a main issue, made references to the other theme as a second issue. Another consideration about the evaluation that the media gave of the bailout can clarify how strong the interpretation of this economic crisis was connected to the opinion of the officials and the political system. If we look at the distribution of the news during this week and their interpretation of the bailout (negative, neutral or positive), we can observe some interesting elements.

The Graphs 2 and 3 describe the distribution of the negative, neutral and positive news about the bailout and their evaluation as a measure of contrast to the crisis.

Graph 2
Chicago Tribune Coverage of the Bailout



Graph 3
Chicago Sun-Times Coverage of the Bailout



As we can see on the Graphs (2 and 3), the beginning of the week, the negative evaluation about the bailout was predominant and the frame of the bailout as “unfair solution” was prevalent in all the news.

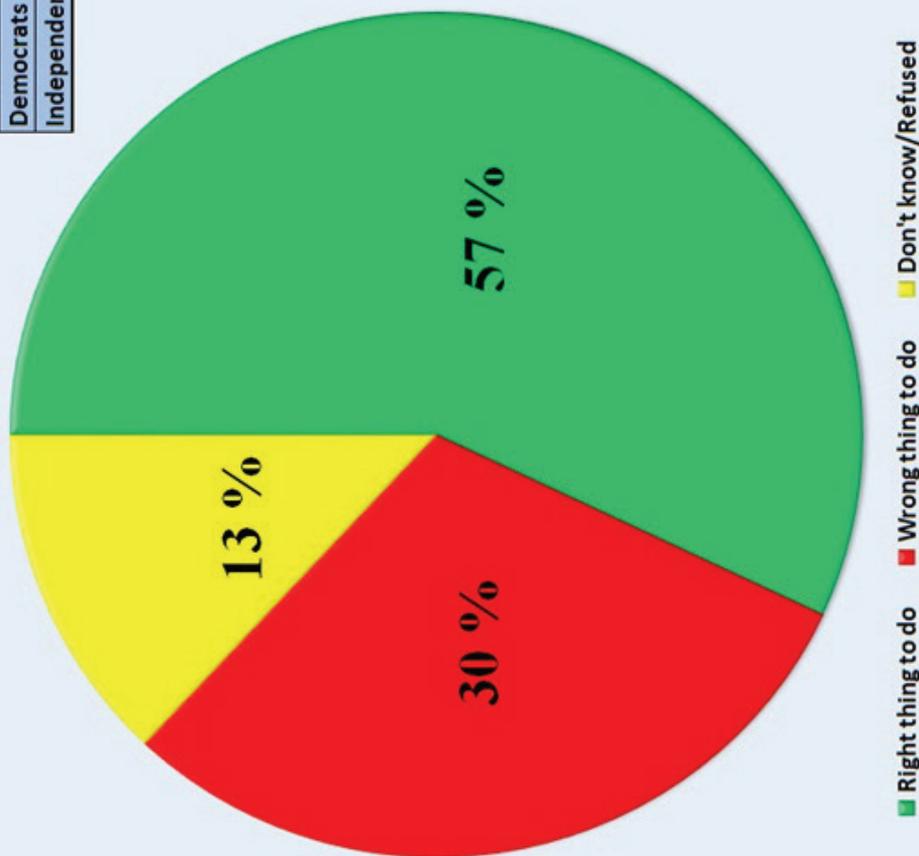
The bailout was presented, according to public opinion, as an unhelpful measure that helps the banks and the big corporations, responsible for the crisis, penalizing the middle and lower class of the population, the true victims of the economic slump. However, in the middle of the week, we can observe that the initial negative interpretation of the federal bailout started to change into a more neutral frame that described this solution as “bad but necessary” for the economy of the US. In some news, we can also find a few positive interpretations that described the bailout as a useful measure for resolving this financial crisis and start the economic growth of the country.

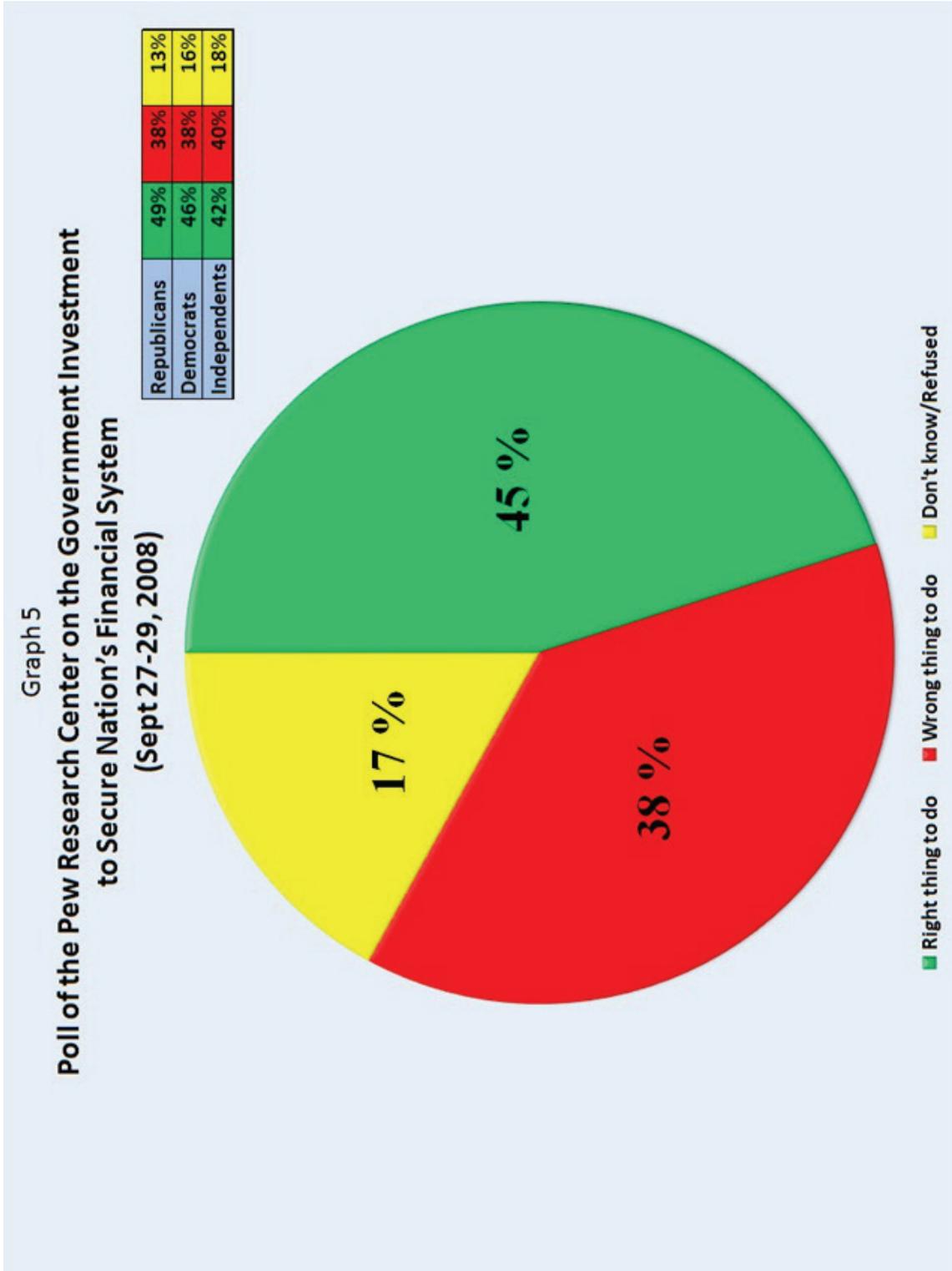
In order to explain this change of evaluation of the newspapers is useful to understand the climate of the debate on the federal bailout and the role of the political leaders and their capability to influence the media. After the announcement of this unpopular measure and in view of its approbation in Congress, the government and the opposition were much divided within their same parties. A few weeks before the elections, this issue could have changed the opinion of a lot of voters and affected the electoral outcomes. For this reason, at first nobody in Congress wanted to assume the responsibility of this unpopular choice. On Wednesday, 24th of September 2008, President George W. Bush made his speech to the nation explaining the reasons for the federal bailout and its urgency, reassuring American citizens about the utility of that measure. The idea of the bailout as a “bad but necessary” solution was clearly exposed to the American audience and at the same time imposed to the media.

Watching the Graphs (2 and 3) and borrowing the metaphor of the cascade model, we can describe this change as a “wave” that goes from the top of the cascade (the officials) down to the lower level (the media) and then, probably, into the audience. In fact, according to the Entman’s model (2003, 2004) we can suppose that a similar effect can also affect the public opinion that will start to interpret the bailout in a different way. The audience could start to look at this measure if not with a positive judgment, at least with less reticence. Two polls, realized by the Pew Research Center -- one during the period of this analysis and the other one the week after -- explain us how the idea of public opinion changed (Graphs 4 and 5).

Graph 4
 Poll of the Pew Research Center on the Government Investment to
 Secure Nation's Financial System
 (Sept 19-22, 2008)

Republicans	64%	28%	8%
Democrats	56%	29%	15%
Independents	54%	32%	14%





These polls demonstrate the percentage of people agreeing with the bailout decreased from 57 per cent to 45 per cent in a few days, just after the speech of the President. As we can see on the Graphs 4 and 5, if the cascade models seems to work well when explains the relationship between the political and the media system, it doesn't seem to clarify the dynamics of public opinion and the relationship of interdependence between media and audience.

The fact that the percentage of supporters of the economic plan that decreased more were Republicans, explains another element not present in Entman's model. In fact, the dynamics of public opinion not always reflect the exposition to the messages of the media. On the other hand, people, especially in situations of crisis, react emotionally conditioned more by their core values than their opinions or political socialization.

Therefore, if the cascade model seems to work well when explains the relationship between the political and the media system, it doesn't seem to clarify the dynamics of public opinion and the relationship of interdependence between media and audience. In fact, during a period of crisis produced by the political and economic system, the official sources could have lost their power of persuasion on people. In that context, public opinion could have become more suspicious and also the speech of the president (very unpopular in that moment) could have had the opposite effect on the audience.

Conclusions

This financial crisis happened at the end of a long period of alarm in a confused context of public opinion, a few weeks before the elections, without a clear leadership able to carry the country out of this economic catastrophe.

With the lack of guidelines, the interest of people in the development and a possible solution of the crisis increased much. At the same time, media increased the coverage of the crisis, but not so much as the audience expected. The starting of the presidential campaign of 2008 imposed specific issues to the agenda and the media starting to connect the problem of the crisis to the possible electoral outcomes.

The decision to finance a bailout of the banks, destroyed by the crisis, was received with scarce support by the press and public opinion. At first, also the Congress members of both parties did not support the measure, worried by the possible repercussions in the elections. President George W. Bush intervened to convince the media and public opinion on the absolute urgency of the bailout's approbation. Due to the strong dependence

of the media with the official sources, the government succeeded in toning down the resistance of the media to the financial plan. On the contrary, the lack of a clear leadership and a convincing solution for the crisis produced an opposite effect. The percentage of supporters of the bailout decreased quickly, increasing the feeling of anger against a plan considered as unfair for the American population.

That result demonstrates again that public opinion responds to internal dynamics, where the influence of the media is just one of the elements that compose the opinions. The core values and rooted beliefs are predominant when people react to situations of panic such a huge financial crisis like this. Also sentiments, such as the anger against the privileged classes responsible for the crisis, could influence the decision of the people more than political opinions. In addition, some social and political values, such as, the importance of a free market or individualism (typical of the American culture), may have valued more than the national speech by the President of the United States.

Bibliography

ACHARYA, Viral and RICHARDSON, Matthew (2009). *Restoring Financial Stability: How to Repair a Failed System*. New Jersey: John Wiley and Sons Inc.

ALTHEIDE, David (2002). *Creating Fear. News and the Construction of Crisis*. New York: Aldine de Gruyer.

ALTHEIDE, David (2006). *Terrorism and Politics of Fear*. Lanham: Alta Mira.

CABLE, Vince (2010). *The Storm: The World Economic Crisis and What it Means*. London: Atlantic Books.

CLAESSENS, Stijn and KOSE, Ayhan. (2013). "Financial Crises: Types, Explanations, and Implications". Working Paper IMF.

ENTMAN, Robert. (2003). "Cascading Activation: Contesting the White House's Frame After 9/11". *Political communication*, 20, p. 415-432

ENTMAN, Robert. (2004). *Projections of Power: Framing News Public Opinion and U.S. Foreign Policy*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno¹

Helcimara Telles

Resumo: O objetivo deste artigo será o de realizar algumas reflexões sobre as relações entre a corrupção e os recentes protestos chamados pelos grupos de oposição ao governo da presidente Dilma Rousseff, em 2015. Ele examinará o juízo sobre os partidos políticos, as instituições e os programas deste governo, e a adesão destes manifestantes à democracia, que podem oferecer indícios de uma expansão do pensamento conservador no país. Em seguida, serão apresentadas algumas hipóteses sobre as razões que permitiram que a família ideológica de direita crescesse no país, a partir da combinação entre campanhas personalistas baseadas em valências, piora dos indicadores econômicos, a reduzida institucionalização do sistema partidário e o crescimento do antipetismo. O ensaio discutirá ainda sobre a influência das redes sociais na organização destes protestos, que apenas ecoa porque parcela da opinião pública focada nos setores médios está predisposta a assumir posições ideológicas de direita.

Palavras-chave: Democracia; Corrupção; Direita; Antipetismo; Dilma Rousseff.

¹ Este artigo é uma versão do texto originalmente publicado na Revista Interesse Nacional, em julho de 2015. Agradeço a Renato Janine Ribeiro pela atenta leitura e sugestões à primeira versão, a Roberto Rocha e Marina Siqueira pela intensa participação na pesquisa e organização dos dados e a Fernando Vaz, Diretor da Agência Press, pela parceria para a consecução do trabalho de campo. Os erros são de minha inteira responsabilidade.

Abstract: The purpose of this article will be to carry out some reflections about the relationship between corruption and the recent protests called by opposition groups to the government of President Dilma Rousseff in 2015. It will examine the judgment of the political parties, institutions and programs of this government, and their adherence to democracy, that can provide evidence of an expansion of conservative thought in the country. Then we will present some hypotheses about the reasons that allowed the ideological right family to grow up in the country, from the combination of personalistic campaigns based on valences, worsening economic indicators, reduced institutionalization of the party system and the growth of antipetismo. The text will also discuss the influence of social networks in organizing these protests, which only echoes because portions of public opinion focused on the middle class is predisposed to take ideological positions of right.

Key-words: Democracy; Corruption; Right; Antipetismo; Dilma Rousseff.

Corrupção e Protestos Pós-Eleitorais

Existem evidências de que o pensamento de direita, o antipetismo e a ambiguidade em relação ao apoio à democracia se encontram disseminados entre os manifestantes contra o governo Dilma Rousseff, e que parcelas das camadas médias estão atentas e sensíveis às propostas ideológicas de direita. O posicionamento à direita se expressa numa posição contrária às políticas públicas de inclusão social promovidas pelos governos. As opiniões e as atitudes políticas do público que compareceu aos protestos contra a Presidente Dilma, em 12 de abril, em Belo Horizonte, foram pesquisadas através de um *survey*². Os dados que serão apresentados cobrem apenas esta cidade e não destacam todos os temas associados à direita. Ainda assim, será possível verificar a agenda referente à economia, à moral, além da questão dos direitos sociais.

A principal diferença entre direita e esquerda reside em concepções distintas entre, de um lado a ação individual e a escolha voluntária – destacadas pela direita -, e a ação coletiva, preferida pela esquerda. De uma forma geral, as correntes da direita querem “repensar e propor novos parâmetros para as sociedades capitalistas avançadas frente à crise do Estado de Bem-Estar, seja através da justificativa teórica do anti-igualitarismo ou de propostas de cortes nas políticas de bem-estar social” (ALVES, 2000, p. 189). Os temas que marcam as diferenças entre a direita e a esquerda giram sobre a intervenção estatal na economia e no comportamento social dos indivíduos.

A direita tem uma concepção não-intervencionista na economia, desejando reduzir o Estado de bem-estar e, por este motivo, aceita um mercado sem regulação. No entanto, o tema da pobreza é central, uma vez que para a direita “o aumento da eficiência econômica e a geração da riqueza é prioritário, se for necessário escolher entre isto e a redistribuição de riqueza a favor dos mais pobres. A pobreza é um problema individual, cada um deve buscar melhorar sua renda por meio de trabalho e existe o combate às políticas de cotas e à ação afirmativa” (ALMEIDA, 2001, s/p). Outra *proxy* é a intervenção do Estado no comportamento social: a direita aceita mais intervenção, por isso acolhe menos a descriminalização do aborto e da maconha, a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo e considera a religião importante para a vida das pessoas.

No Brasil, os quadros políticos à direita geralmente não se assumem como tal e tendem a se apresentarem como liberais, com o objetivo de se distanciarem de uma

² A metodologia e os resultados aqui citados podem ser verificados na web page do Grupo Opinião Pública: https://drive.google.com/file/d/0B1_d2uNS-ZSvLURXdTdISTNLY3M/view?pli=1

velha direita, associada ao período militar. Falar de uma direita no país não significa a referência a um projeto de organização institucional na forma de um partido conservador. Ao contrário, a direita brasileira nunca conseguiu se instituir com êxito em um único partido. Ela é fragmentada e seus quadros disputam eleições proporcionais em múltiplas legendas. A direita se organiza na temporada pós-eleitoral para coordenar as suas ações, a partir da formação de bancadas legislativas, que fazem lobbies por interesses específicos, como a Bancada Ruralista, a Bancada da Bala, a Bancada Evangélica.

Em Belo Horizonte e no restante do país, os protestos foram convocados principalmente por três grupos com face pública nas redes sociais: o “Vem pra Rua”, o “Movimento Brasil Livre”, o “Revoltados *Online*”. Eles foram mais exitosos na capital paulista e mineira, territórios da oposição nas eleições presidenciais de 2014. Uma primeira questão a ser destacada é o forte antipetismo nas mensagens compartilhadas, inclusive nos espaços *off-line*. Outra novidade é a organização não-institucional destes grupos, que não se encontraram liderados por “políticos tradicionais”.

Os manifestantes eram, em sua maioria, indivíduos brancos, com alto grau de escolaridade, renda média superior a 5 salários mínimos, muito interessados na política e usam, especialmente, a Internet para se informar sobre a política. Eles foram convocados a participar através das redes sociais. Apesar da maior parte desconhecer quem eram os líderes das manifestações, eles compartilhavam os conteúdos e atenderam aos chamados dos grupos que atuam *on line*. Além disso, demonstraram pouca confiança nos meios de comunicação³.

Gráfico1: Antipetismo



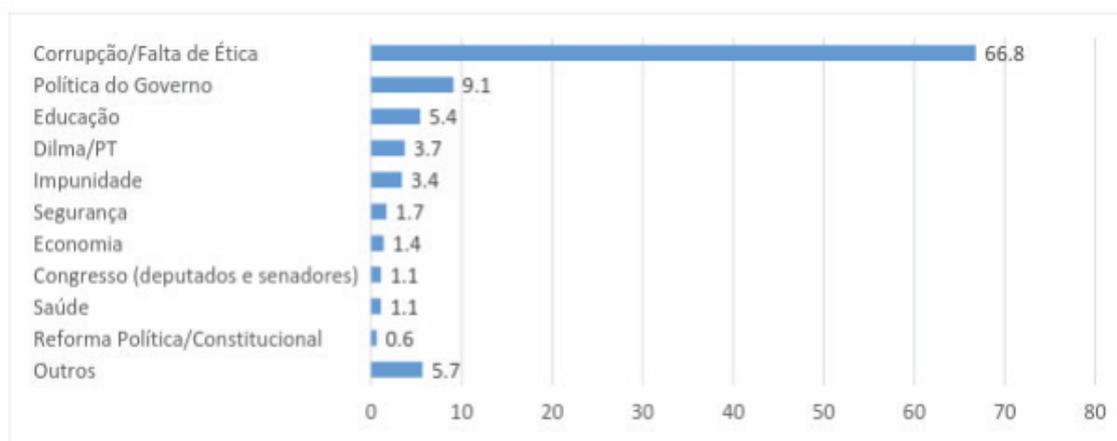
Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

³ A partir desta pesquisa, o Grupo Opinião Pública e o Centro de Convergências em Novas Mídias, ambos da Universidade de Minas Gerais, produziram um vídeo destacando os principais achados da pesquisa. O filme pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=H80gq1pZBNs>

Este público afirmou que se manifestava pela indignação com a corrupção (36%), mas também pela insatisfação com a política (18%) e para pedir a saída da Presidente Dilma e do PT (16%). Contudo, mais do que a corrupção, o tema que mais os conectou foi o antipetismo. Para eles, os principais males do Brasil são atribuídos aos governantes identificados como petistas. 91% declararam que o PT fez um grande mal ao país e 82% deram nota 0 ao PT.

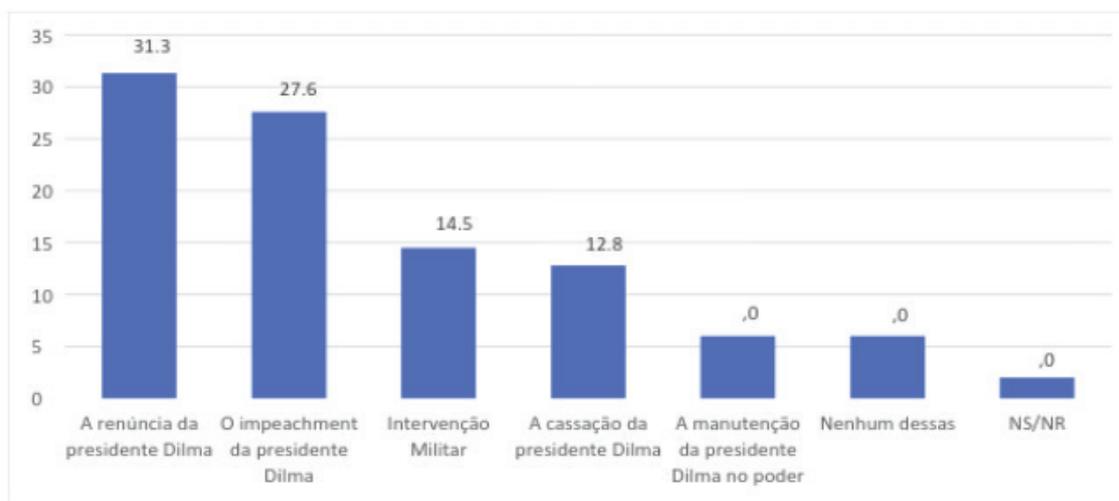
O antipetismo também pode ser encontrado no julgamento que fazem dos seus quadros políticos: 81% consideram que Lula é um dos principais malfeitores do país, 82% concordam que Dilma também é uma das malfeitoras e 24% afirmaram que Jair Bolsonaro, principal líder da direita radical, poderia ser um bom Presidente para o Brasil. Para completar o posicionamento político, quase a totalidade dos que protestavam eram constituídos por eleitores do candidato derrotado à Presidente pelo PSDB, Aécio Neves (81%).

Gráfico 2: Principal problema do país



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Para os participantes dos protestos, o principal problema do país é a corrupção. E, apesar de se pronunciarem insatisfeitos com a piora da economia e com a política, estes temas não estão no centro de suas preocupações e motivações para os protestos: o Congresso Nacional, a Reforma Política e a economia não alcançam juntos 4% das citações sobre os principais problemas do país. E, o petismo se associa à corrupção, quando analisadas as administrações mais corruptas do país, desde o governo militar. 80% dos manifestantes citaram o governo de Dilma ou Lula como os mais corruptos; somente 2,8% mencionaram os governos militares e 1,7% mencionaram a administração de Fernando Henrique Cardoso.

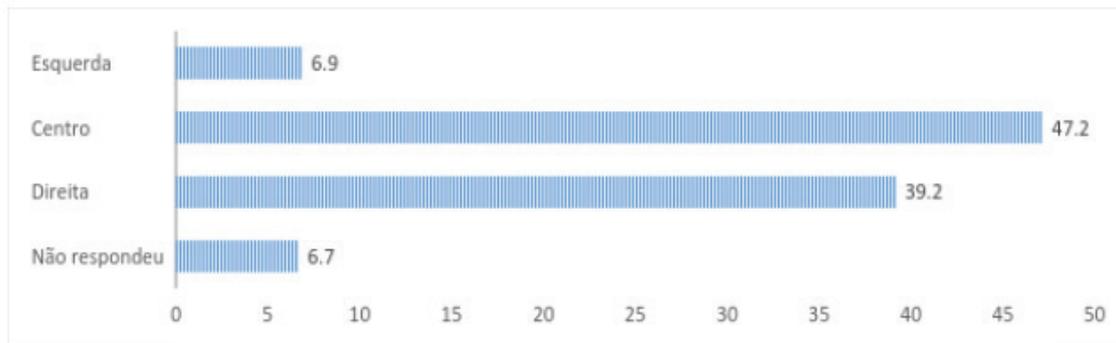
Gráfico 3: O melhor para o país

Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Eles foram às ruas também para pedir pela saída da Presidente Dilma, e estão dispostos a retirá-la do poder, seja pelo uso de medidas legais ou ilegais, como a cassação, o impeachment e, mesmo, pela intervenção militar. Em relação à conjuntura, eles percebem a economia com contornos ruins, mas se observam menos impactados pela piora da economia em sua vida pessoal. Obviamente, são muito pessimistas em relação à administração da Presidente, ainda que quase 1/3 considere que a agenda do governo se assemelhe ao programa que foi proposto durante a campanha pelo candidato do PSDB.

Os manifestantes foram convidados a se situarem em uma escala ideológica de esquerda-direita. Antes de passar aos dados sobre esta posição ideológica dos manifestantes, é importante revelar o perfil médio dos eleitores da cidade. Belo Horizonte sempre foi governada por partidos de centro-esquerda e o Partido dos Trabalhadores – PT-, e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) se revezaram na Prefeitura desde 1993. Contudo, se observou em pesquisas anteriores, que a maioria do eleitorado da capital se posicionava no centro (50%), em seguida à direita (25%) e por último, à esquerda (14%). O Índice de Incentivos Capitalistas, mostrava que os eleitores identificados com partidos à esquerda estavam mais de acordo com a reforma agrária e com o apoio ao Movimento dos Sem-Terra - MST. Já os eleitores do PSDB eram os que mais aderiam tanto à manutenção do *status quo* do regime da propriedade privada quanto aos valores políticos democráticos (TELLES & STORNI, 2011).

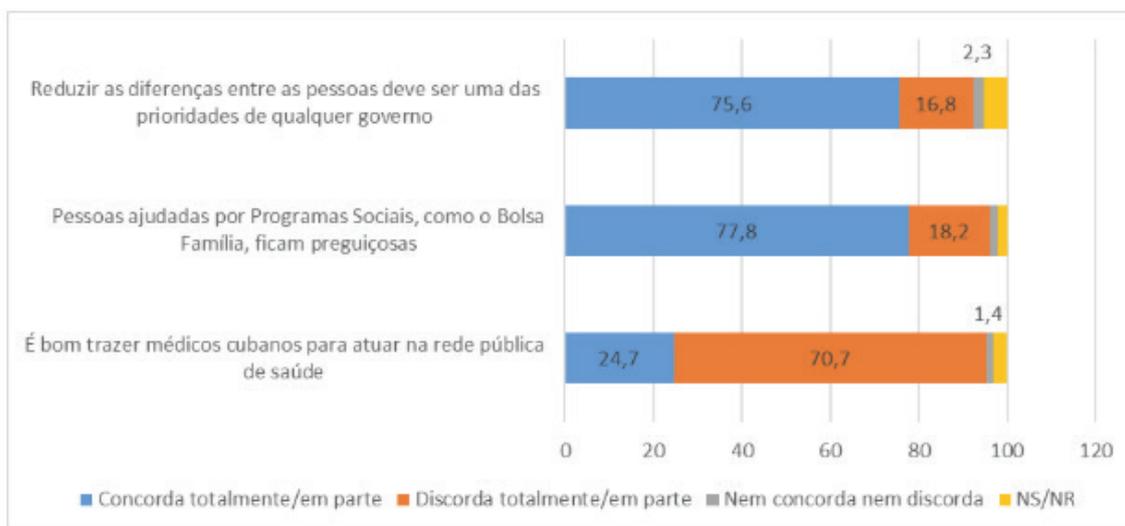
Gráfico 4: Distribuição Ideológica na Escala Esquerda - Direita



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – 12 de abril de 2012

Já a distribuição dos manifestantes os situou ao centro (47%) e à direita (39%) e, neste campo 7,7% se colocaram na extrema-direita. A distribuição à direita entre os manifestantes é maior do que a encontrada na população da capital mineira (25%) e ela podem ser constatadas pelos outros dados coletados sobre a percepção da economia, do mercado e dos direitos. Eles prezam a liberdade individual e econômica, avaliam que os impostos cobrados são muito altos e estão de acordo que o direito à propriedade é fundamental para a sociedade e jamais deve ser ameaçado, o que os leva a serem desfavoráveis ao MST, que querem a redistribuição da propriedade fundiária. Completa este perfil, a crença que a única justiça perfeita é a feita por Deus e se mostram contrários à retirada de símbolos religiosos e crucifixos dos espaços públicos.

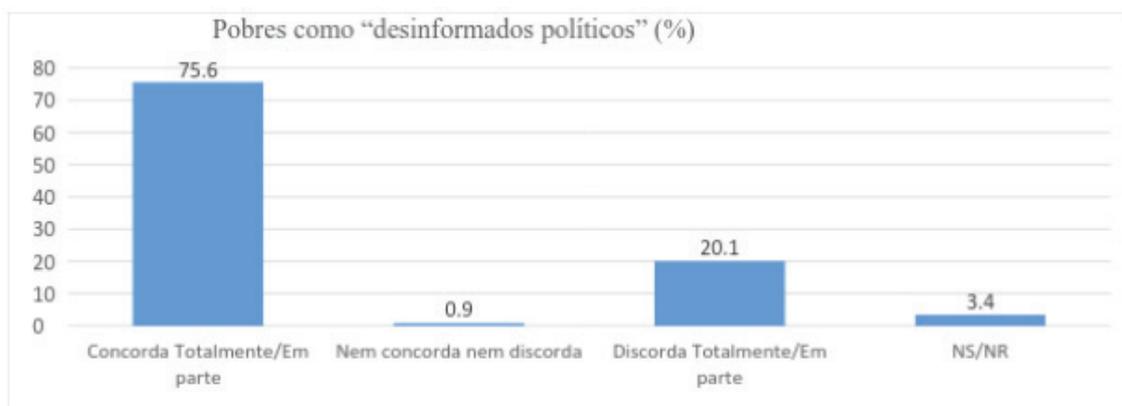
Gráfico 5 – Avaliação de Políticas Inclusivas do Governo Federal



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

O perfil ideológico é acrescido com outros subsídios ao redor dos direitos sociais. Apesar de a maioria concordar com a proposta de que reduzir a diferença entre as pessoas deve ser a prioridade de qualquer governo, comprovaram elevada resistência aos programas relativos à igualdade e expansão dos direitos das minorias. A maior parte discorda das políticas governamentais de inclusão social, tais como o Bolsa Família (77,8%). Eles opinam que pessoas assistidas por programas sociais podem “se tornar mais preguiçosas”. 37% dos que protestavam alegaram que minorias como negros, mulheres e homossexuais têm direitos demais no Brasil e as cotas raciais são contestadas pela maioria, pois 70,1%, declararam que elas deveriam ser eliminadas. A presença de médicos cubanos nos programas de atenção à saúde primária também é reprovada por 70,7%.

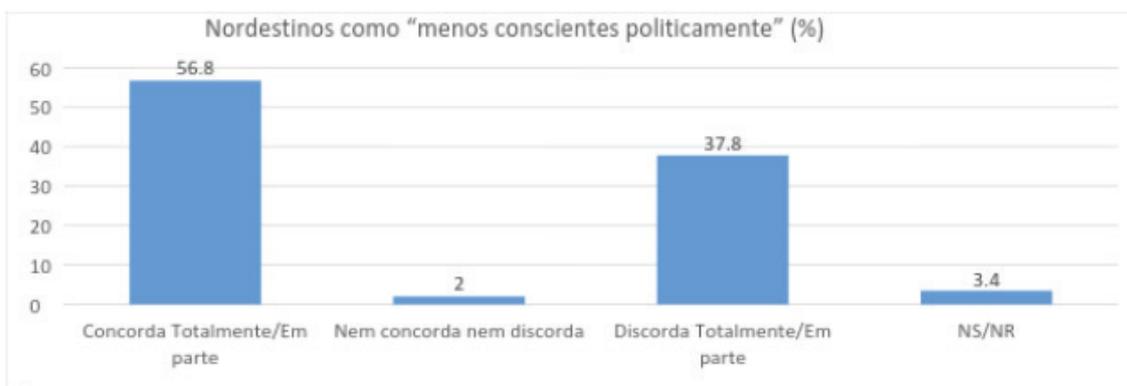
Gráfico 6: Hierarquia social: Percepção sobre os pobres



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Em relação às classes sociais, o grupo demonstrou uma percepção hierarquizada do conhecimento produzido pelas camadas populares e concordância com a superioridade política de seu território em relação a outros espaços: a maior parte (75,6%) declarou que os pobres são desinformados na tomada de suas decisões políticas e que os nordestinos têm menos consciência do voto do que os moradores de outras regiões do país (59,3%).

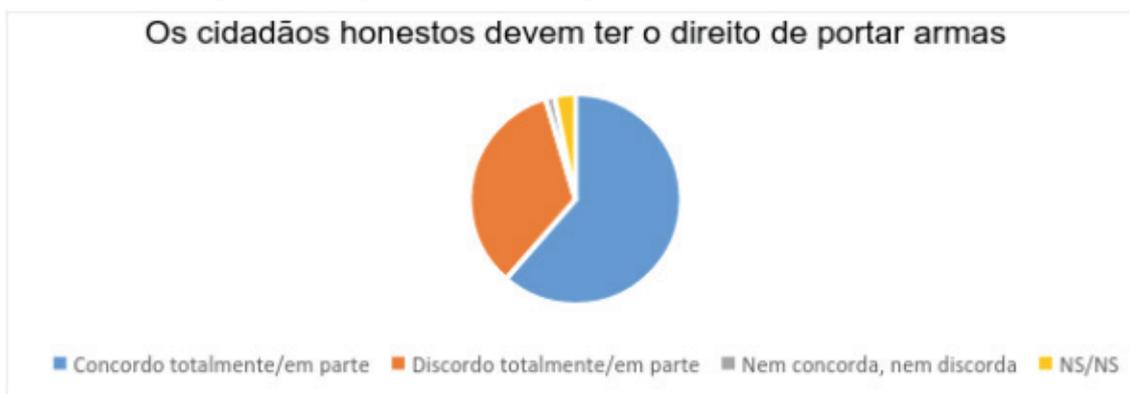
Gráfico 7: Hierarquia territorial: percepção dos nordestinos



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Todavia, aceitam as políticas de punição e têm uma compreensão de segurança pública que castiga aos infratores com métodos que não passam pela socialização. Eles se dividem em relação à pena de morte, mas a maior parte não é favorável à legalização do aborto. Existe uma elevada aceitação ao tema da redução da maioria penal e ao direito dos cidadãos ao porte de armas. A política de drogas também deve ser proibitiva, pois são desfavoráveis à liberação do consumo da maconha. No entanto, os manifestantes aceitam majoritariamente a união entre as pessoas do mesmo sexo e possuem um conceito um pouco mais liberal sobre a constituição da família.

Figura 8 – Opinião sobre a legalização do Porte de Armas



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Democracia: Ambiguidades

Na América Latina, o maior nível de satisfação também com o desempenho do governo aumenta a crença de que os partidos representam eleitores (CORRAL, 2010).

A percepção mais positiva sobre a eficácia do governo tende igualmente a aumentar a intensidade do partidarismo (MORENO, 2014). Estes manifestantes têm péssima avaliação do atual governo e, conseqüentemente, de sua eficácia, o que pode explicar o antipetismo e o anti-partidarismo, visíveis neste grupo. 42% não tem simpatia por nenhuma legenda, e nota-se o profundo desencanto com os partidos políticos em geral. Eles afirmam, em sua maioria, que alguns ou todos os partidos deveriam ser eliminados, para que novos sejam criados, indicando uma negação às legendas atuais. O PSDB, alcançou em uma escala de 0 – 10, notas muito mais positivas que o PT e o PMDB, mas as avaliações destes partidos foram, em geral, bastantes negativas.

A insatisfação com os partidos se traduz numa espécie de democracia no qual cidadãos desconfiados dos agentes institucionais, têm consciência de seus direitos políticos. Os manifestantes eram majoritariamente favoráveis ao direito às manifestações públicas, quando autorizadas. Contudo, idealizam que podem ser representados exclusivamente por governos nos quais tenham dado o seu voto. A noção de direitos políticos, no entanto, não transcende para o âmbito do direito à justiça social, pois, como observado, há forte desagrado com políticas inclusivas para os mais pobres.

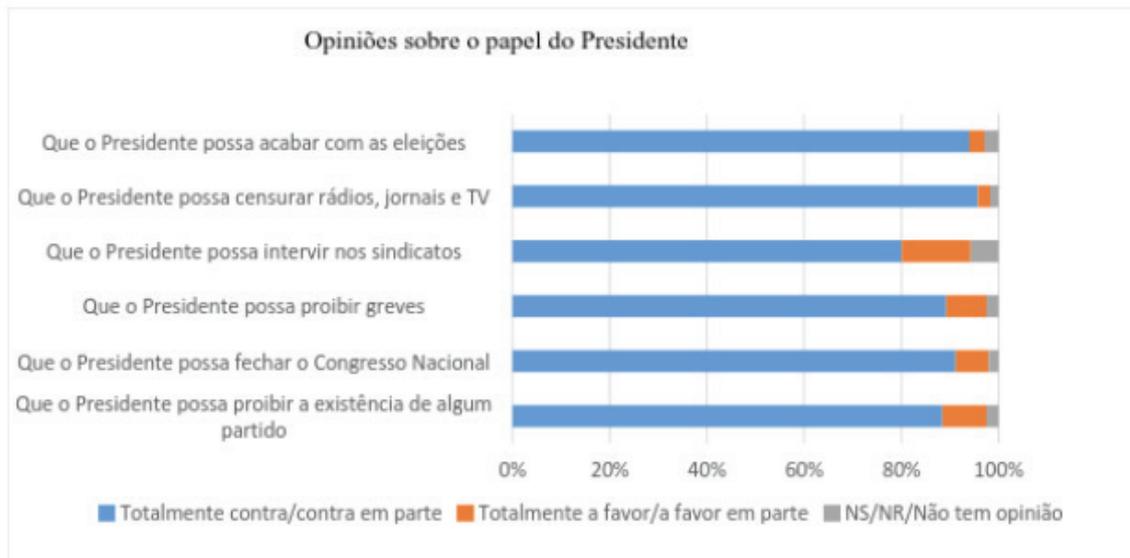
Estudos realizados pelo Programa Nacional das Nações Unidas - PNUD – em 2004, em 18 países da América Latina, revelou que a preferência dos cidadãos pela democracia é relativamente baixa na região. Grande parte dos latino-americanos prefere o desenvolvimento à democracia e, inclusive, retiraria seu apoio a um governo democrático, se ele fosse incapaz de resolver os seus problemas econômicos. A partir de um Índice de Adesão à Democracia – IAD-, a pesquisa encontrou 3 grupos que se distribuem de modo diferente no Mercosul e Chile, nos Países Andinos e na América Central e México: os democratas, os autoritários e os ambivalentes.

Os indivíduos de perfil autoritário opinam que atingir o desenvolvimento do país é uma meta mais importante do que a de preservar a democracia, e não acreditam que a democracia seja indispensável para atingir esse objetivo. Eles se inclinam a preferir a substituição de qualquer tipo de democracia por outro sistema de governo. Os ambivalentes são pessoas com opiniões ambíguas. Eles em geral expressam conceitos delegatórias da democracia; concordam com a democracia, mas julgam que pode ser apropriado decisões não democráticas, se tal caso for exigido pelas circunstâncias.

A princípio, a estimativa negativa sobre os partidos parecia não influenciar a o apoio à democracia, pois os manifestantes declararam que eram desfavoráveis a que o Presidente possa fechar o Congresso Nacional, censurar a imprensa, interferir nos

sindicatos e impedir greves. Neste sentido, têm adesão aos procedimentos democráticos.

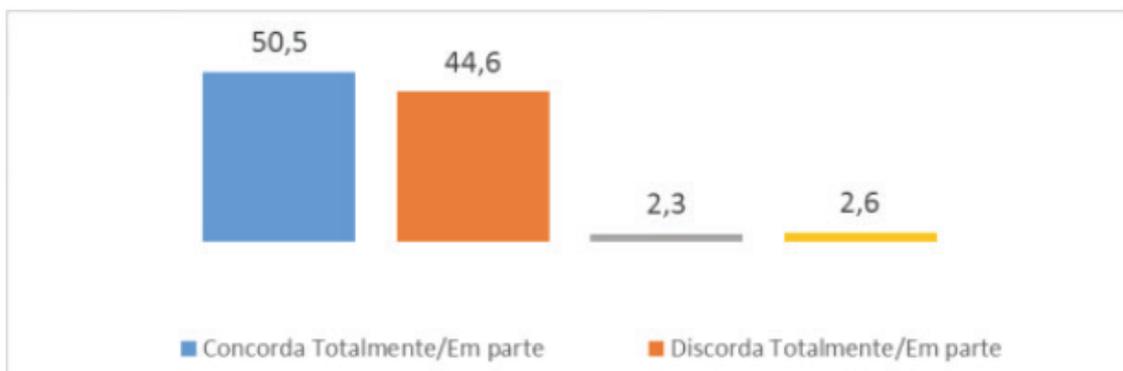
Gráfico 9: Adesão à Democracia



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Contudo, ao serem perguntados sobre a intervenção das Forças Armadas, metade afirmou que “os militares podem ser chamados a tomar o poder, em caso de desordem no país”. De acordo com o modelo proposto pelo Índice de Adesão à Democracia, feito pela pesquisa do PNUD, pelo menos 50% destes manifestantes podem ser classificados como ambivalentes, pois, em algumas condições eles podem aceitar regimes não democráticos.

Gráfico 10: Autoritarismo: Apoio aos militares “em caso de desordem” no país



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Outro traço que aponta para a imprecisão em relação à democracia é o anticomunismo, que remonta à Guerra Fria, e que já foi distinção dos grupos ideologicamente de direita, no período que precedeu à articulação do Golpe Militar no Brasil: os manifestantes acreditam que o país está a caminho de uma *venezualização* e cada vez mais parecido com o regime cubano. A preferência dos Democratas ambivalentes por uma liderança de base democrática, mas com traços que, embora autoritários, introduzam a eficácia na sua gestão, pode ser eventualmente capitalizada pelos adversários da democracia. As seções a seguir apresentarão uma discussão sobre as razões que permitiram a relevância do tema do combate à corrupção na política brasileira e quais as causas para que ela tenha se tornado capaz de mobilizar grupos insatisfeitos com a política. O argumento é o de que a corrupção, atualmente, é uma valência que congrega indivíduos posicionados à direita do espectro ideológico, que se expressam no antipetismo.

A Corrupção nas Campanhas Eleitorais

A corrupção não é indicador de identidade ideológica, tampouco se constitui numa clivagem que reparta os eleitores em dimensões políticas díspares. A condenação da corrupção pode ser interpretada como uma valência. Valências são entendidas como questões neutras e sobre as quais existe consenso, tais como a paz, o desenvolvimento econômico etc. Os partidos e os cidadãos, distribuídos em qualquer ponto de uma escala política, garantem serem contrários à corrupção. Durante as eleições, os representados não necessariamente se posicionam em uma escala unilinear da direita à esquerda; assim, os partidos procuram valências que agreguem os votantes (STOKES, 1963). E, é pela razão dos debates políticos serem esvaziados de ideologia que as valências, tais como o combate à corrupção, adquirem força política. Elas passam a ser centrais nas campanhas eleitorais, ocupam o lugar antes reservado aos conteúdos programáticos e podem definir os resultados das eleições.

Em sociedades com alta volatilidade eleitoral, reduzidos vínculos entre partidos e eleitores e elevado número de independentes, como no caso da brasileira, candidatos que conseguem se integrar positivamente a uma valência, seja por seus atributos funcionais ou pessoais, têm maiores chances de êxito eleitoral. A oportunidade de vitória dependeria, então, menos da ocorrência de proposições políticas diferenciadoras entre os partidos, e mais das suas associações a uma questão conjuntural apoiada pela maioria da opinião pública. A ‘política de valências’ necessita de desenhar um personagem-símbolo, portador

de qualidades tais como a integridade e a competência, que solucione um problema específico. Por isso, neste modelo, o personalismo é uma heurística mais importante que a preferência partidária. A personalidade alegórica ativa o voto e aciona a participação não-convencional.

O personalismo e o uso de valências têm sido frequentes nas últimas campanhas presidenciais brasileiras. O prestígio de Lula foi a principal valência em 2010 e o seu capital político foi pleiteado, inclusive pelos opositores que competiam por um imaginário popular desejoso de um nome que representasse o “terceiro mandato” de Lula. O prestígio do ex-Presidente foi mobilizado no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) para ativar o eleitor *lulista* e convertê-lo em apoiador da candidata petista. O concorrente que se associasse positivamente ao ex-Presidente, aumentaria potencialmente suas chances de vitória, em função da alta confiança depositada nele pelo eleitorado e, também, porque estas eleições se constituíram sob o signo da manutenção do *status quo* – o continuísmo do governo (TELLES & PIRES, 2014; TELLES & RUIZ, 2011). O apelo personalista, o destaque do apoio de Lula e a supressão de citações das siglas partidárias, condicionaram a vitória de Dilma Rousseff (PT), eleita sob denúncias dos grupos de oposição que, como ocorrido em eleições anteriores, destacaram nas campanhas o tema da corrupção, vinculando-a, sobretudo, ao partido do governo – o PT.

A relevância das valências e de uma persona que a representasse não foi diferente nas eleições de 2014. Com a economia crescendo em ritmo mais lento, foram aumentadas a incerteza e as expectativas pessimistas sobre o futuro. Associados a estes fatores, o desgaste provocado por 12 anos de mandato executivo pelo mesmo partido (PT), a cobertura negativa da mídia que, no período de pré-campanha, constantemente responsabilizava a esfera federal pelas obras incompletas e superfaturadas feitas para a Copa do Mundo, e a ausência de Lula como incumbente, facilitaram que a corrupção política adquirisse o estatuto de principal valência organizadora dos debates propostos pelos candidatos oposicionistas. Integrado à redução da maioria penal, a denúncia de corrupção governamental foi a principal mensagem exibida pelos candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em seus programas diários no horário eleitoral, nas redes sociais e nos debates, o candidato Aécio Neves verbalizou a seguinte fórmula para o combate à corrupção: “Fora PT!”, o que condicionava a extinção da corrupção ao afastamento deste partido dos cargos representativos proporcionais e majoritários.

De um lado, Dilma valeu-se do forte capital político de Lula para se eleger Presidente em 2010, quando conquistou seu primeiro mandato. Em sua campanha para

reeleição, ela mostrou a necessidade de continuar o mandato para avançar os “Governos de Lula e Dilma”, optando pela personalização da agenda política. Mas, em função do forte componente anti-petista disseminado pela campanha de seu principal adversário, a mensagem da candidata foi, no segundo turno, adquirindo contornos mais políticos. Ela foi obrigada a introduzir pautas mais à esquerda, como a justiça, a igualdade e a inclusão social, uma vez que a polarização política passou a exigir posicionamentos mais ideológicos, capazes de distingui-la do seu principal concorrente.

Da parte do PSDB, as mensagens foram alinhadas, nas diversas eleições presidenciais disputadas, em torno da suposta corrupção na administração federal, com poucos debates sobre as políticas públicas. Todavia, em 2014, unido ao tema da corrupção, o partido optou por destacar o antipetismo, que passou a ser um elemento central em suas peças e spots de campanha. Para se distinguir do PT, caracterizado como elemento exógeno e perturbador da ordem e dos interesses nacionais, optou-se pelo uso de uma linguagem nacionalista na qual transbordavam imagens e declarações que asseguravam que a missão da nova Presidência a ser eleita seria a de “Devolver o Brasil aos brasileiros”.

O candidato Aécio tentou ser o personagem simbólico do combate à “corrupção promovida pelo PT”, e garantia que ele seria capaz de ‘Livrar o país dos políticos corruptos’. Ele pretendia associar o PT à corrupção e, ao ativar o antipetismo, colocar-se como o personagem-simbólico representante da ética. Por isso, as suas atividades de campanhas convocavam os cidadãos a se mobilizarem em defesa da “Libertação do Brasil”. Diferente do ocorrido em 2010, a corrupção e o antipetismo ecoaram na opinião pública e deram ao PSDB o seu melhor resultado na série histórica das eleições presidenciais, após a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em 1998.

As decisões e as percepções do eleitorado são suscetíveis às questões levantadas durante as campanhas políticas. Assim, em janeiro de 2015, os principais problemas do país, citados espontaneamente pelos brasileiros, estavam ligados à saúde (26%) e corrupção (21%)⁴. Mas, quando comparado ao registrado em dezembro de 2014, a indicação da saúde caiu 17 pontos e a dos que mencionaram corrupção cresceu 12 pontos (era de 9%). A população passou a acreditar que os casos de corrupção que envolve os políticos e funcionários vinculados à Petrobras colocavam em risco a estatal e os negócios brasileiros e, para 52% da população, a Presidente Dilma sabia da corrupção na empresa petroleira e permitiu que ocorresse. Concomitante ao tema da corrupção na Petrobrás, a popularidade da Presidente em seu primeiro mês de mandato caiu para somente 23% de aprovação, uma queda brusca, comparando-se ao mês anterior de dezembro, quando a sua avaliação positiva alcançava 42%.

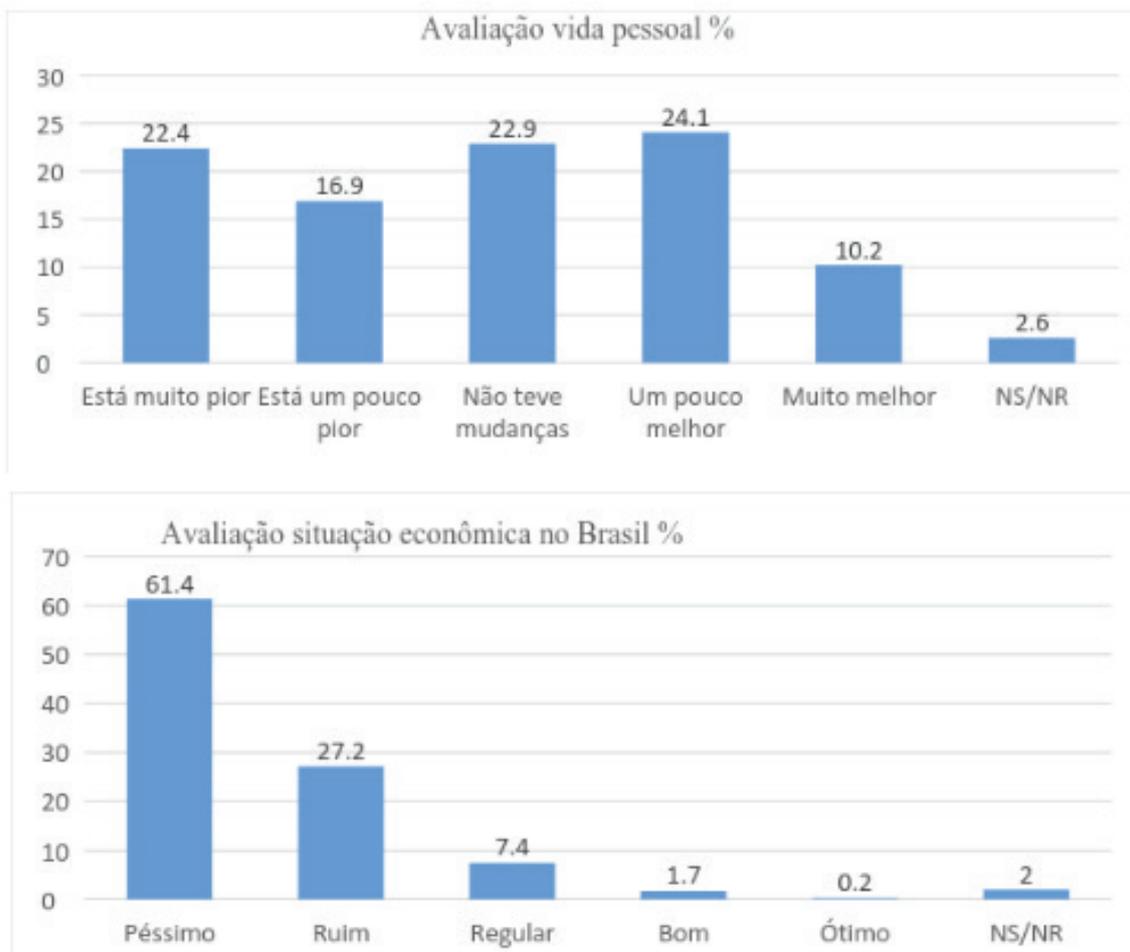
A baixa popularidade da mandatária foi acompanhada de uma expectativa bastante negativa em relação aos indicadores econômicos do país, como a inflação e o desemprego. Do total da população adulta, 81% imaginavam que a inflação iria aumentar e o crescimento do desemprego era esperado por 62%. A maioria (57%) dos brasileiros acreditava que o poder de compra dos salários iria diminuir nos meses seguintes e 55% entendiam que a situação econômica do país iria piorar, valor este que era o dobro do registrado em dezembro de 2014 (Instituto Datafolha, op. cit.).

A retração econômica tende a dilatar a insatisfação popular, dando vazão à intolerância à corrupção, pois os cidadãos se inclinam a responsabilizar a piora de sua situação pessoal aos desvios de recursos públicos promovidos pelo poder público. Em circunstâncias nas quais há uma retração do Produto Interno, seja esta autêntica ou acreditada, os eleitores procuram explicações para o baixo crescimento e podem associar a falta de investimentos do Estado em serviços públicos – que é onde inicialmente se cortam os gastos em períodos de crise –, à recorrência de corrupção por parte dos funcionários públicos e dos políticos. A perspectiva de agravamento do quadro econômico provocou mais dúvidas em relação à competência do gestor público eleito e foi um fator facilitador para a disseminação da crença de que o governo federal, a pessoa do governante e seu partido eram corruptos.

⁴ Instituto Datafolha, janeiro de 2015.

Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>. Acesso em 01 de junho de 2015.

Gráfico 12 – Avaliação da vida pessoal e da economia



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

O destaque da corrupção foi intensificado nos meses seguintes ao término das eleições presidenciais e, atualmente, além de ser a principal agenda dos grupos de oposição ao governo federal, é assunto dos mais frequentes nas coberturas das mídias tradicionais e alternativas. A exposição permanente deste foco nos enunciados dos líderes oposicionistas e nos meios alargaram os sentimentos dos cidadãos de que o sistema político é o reino da falsificação e do prebendalismo. Se de um lado a piora dos indicadores econômicos produz mais intolerância à corrupção, por sua vez a ampliação da percepção à corrupção se configura como um dos principais motivos para a elevada desconfiança dos cidadãos em relação aos atores do sistema político e das instituições representativas - os partidos políticos, a classe política e o Congresso Nacional.

Neste quadro, que combina perspectiva de crise econômica, em que a própria legitimidade do processo decisório passou a ser questionado pelos líderes da oposição, associado ao intenso volume de notícias que transformaram a corrupção em um escândalo

político midiático, a preferência partidária no país foi drasticamente reduzida a tão somente 25% em janeiro de 2015 (Instituto Datafolha, op. cit.).

Corrupção e *Outsiders*

A legitimidade das democracias ocidentais estabelecidas é cada vez mais dependente do seu desempenho econômico (KLINGEMANN & FUCHS, 1995) e outros estudos concentraram-se mais especificamente sobre a eficácia percebida. Muitos autores sustentam que as avaliações do “desempenho da democracia” são fortemente contaminadas pelo partidarismo. Os cidadãos que apoiam o partido do governo tendem a serem substancialmente mais positivos nas suas avaliações sobre o “o desempenho da democracia”, com a situação política em geral e com a condição da economia, enquanto os apoiadores do partido da oposição tendem a serem mais negativos em todas as três dessas avaliações. Em contraste, atitudes de desafeto político são extremamente duráveis e são empiricamente distintas de apoio democrático e satisfação com o desempenho da democracia (MATTES, 2015).

Nas últimas pesquisas realizadas para aferir a opinião pública brasileira, os partidos passaram a ser mais questionados em relação às suas funções essenciais, como canalizadores ou intermediadores dos interesses das sociedades, e como agentes capacitados para transformar as demandas sociais em estratégias políticas eficientes. As disputas atuais ocorrem mais entre pessoas do que entre partidos e os representantes eleitos se sentem livres em seu mandato, resultando em separação entre a elite política e os representados. Vale dizer que em janeiro de 2015, 75% dos brasileiros afirmaram não possuírem vínculos com os partidos políticos. Pode-se observar nestes valores, indícios de crescimento de um sentimento antipartidário. Os partidos são importantes como organizações de mediação política, mas a democracia representativa tem sido posta em dúvida no Brasil, fazendo com que os cidadãos se interroguem sobre a relevância das organizações partidárias e a sua centralidade

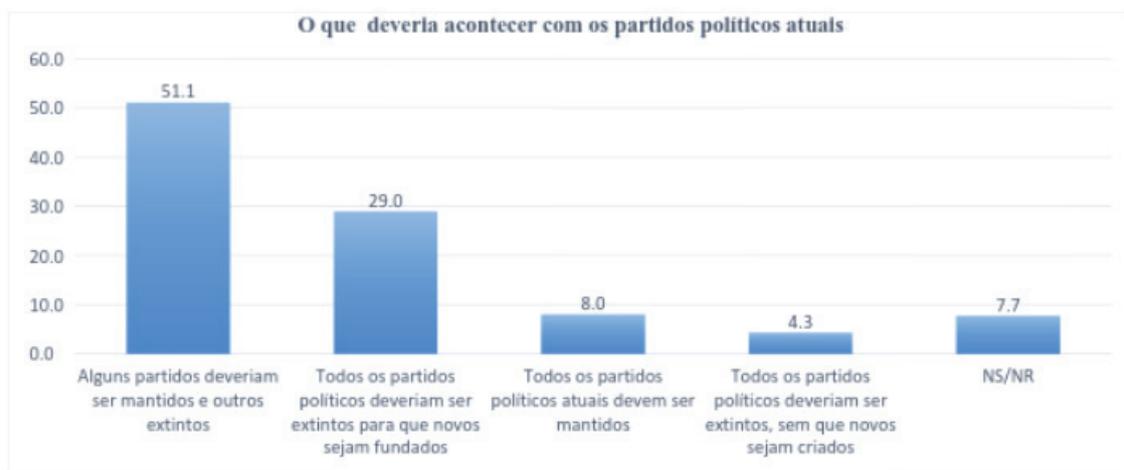
E, da insatisfação com a política e com a economia, por grande parte dos brasileiros, emerge o antipartidarismo reativo. Este significa uma posição crítica adotada pelos cidadãos, como resposta ao descontentamento com as elites partidárias. Os partidos políticos fazem promessas e aumentam as expectativas que os eleitores têm da política. Mas, eles não são capazes de cumprir seus compromissos declarados. Uma vez que as declarações dos partidos e das elites não são preenchidas, aumenta-se a desagrado com

o sistema político. O antipartidarismo reativo é produto do *gap* entre as inconsistências das promessas dos partidos e a alta expectativa que os cidadãos têm sobre a eficácia das instituições e das elites políticas.

Estudando o sul da Europa, Torcal e seus colegas (2007) descobriram que na Espanha, no final dos anos 80 e 90, surgiu um número grande de casos de escândalos de corrupção que afetaram setores do governo e líderes partidários, assim como na Grécia que, até metade dos anos 90, foi movida por escândalos e propostas demagógicas dos líderes. Também a Itália passou por décadas de instabilidade governamental e de imobilismo político, em função da ocorrência de corrupção. Nestes países, a reação à crise política foi o surgimento do antipartidarismo e o conseqüente descrédito nas instituições e na democracia. Este antipartidarismo foi explicado como uma resposta ao fracasso dos partidos, envolvidos em casos de corrupção, mas que antes elevaram as perspectivas dos eleitores ao ponto de não conseguirem desempenhar seus compromissos.

Observa-se, entre estes manifestantes, uma percepção bastante negativa dos atuais partidos brasileiros. Apesar de um número significativo deles terem preferência pelo PSDB, somente 8% acreditavam que todos os partidos atuais deveriam ser mantidos.

Gráfico 13 – Avaliação dos partidos políticos



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

O antipartidarismo reativo e o desagrado com o funcionamento das instituições podem motivar o surgimento de políticos *outsiders*, que são candidatos com estilos e discursos antipartidários, que aspiram à presidência e que participam nas eleições sem o apoio de um importante partido nacional em que tenham desenvolvido suas carreiras políticas fora dos tradicionais canais partidários (CRESPO & GARRIDO,

2008). Os *outsiders* podem chegar ao poder com menos obstáculos em função da baixa institucionalização do sistema partidário e da reduzida identificação com os partidos. Um sistema institucionalizado possui regularidade da competição partidária, estabilidade nas conexões entre partidos e eleitores e a aceitação dos partidos como organizações legítimas. Como foi destacado por Berglund *et al* (2005:107, apud MORENO, 2014), “como a força da identificação partidária está relacionada à estabilidade do apoio partidário, tanto a nível individual como a nível associativo, a evolução do nível de identificação partidária é um indicador da estabilidade do sistema de partidos”. E, quando os sistemas não são estáveis em função do antipartidarismo, os *outsiders* podem organizar a opinião pública ao redor de um tema que lhes seja sensível.

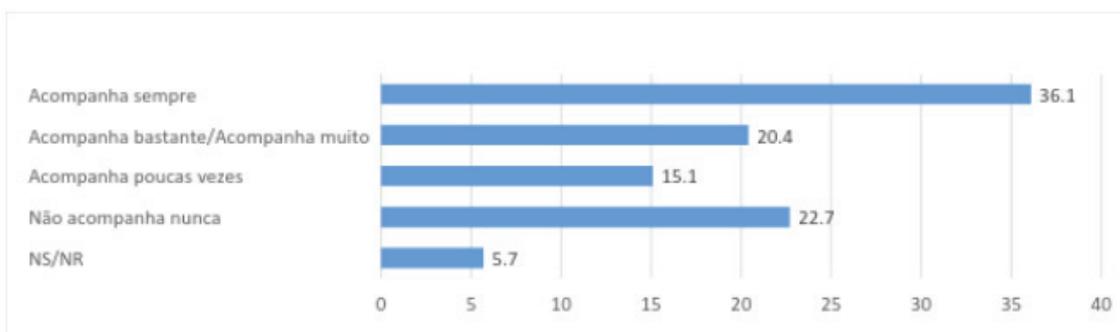
No sistema presidencial, como o brasileiro, o apoio amplo que é necessário ser obtido pelos candidatos, pode fazer com que as ideologias sejam desfeitas e que os líderes se sustentem em bases clientelistas e personalistas. Para obter a maioria dos votos, são levados a selecionar as valências em suas campanhas. Deste modo, quando o uso de valências, tais como a corrupção, ocupam o lugar da política, e os partidos passam a ser apresentados como ilegítimos, pode ser instalado o antipartidarismo reativo. No Brasil, está se disseminando a ideia de que a corrupção é um atributo das elites partidárias e, por esta razão, elas são ineficazes e ilegítimas para exercerem as funções governativa e representativa. E, com isso, a institucionalização do sistema partidário são enfraquecidos, abrindo-se lacunas para o nascimento de *outsiders* e de lideranças neopopulistas.

Os *outsiders* podem assumir um subtipo de populismo, denominado “populismo eleitoral”, que organiza suas clientelas fora dos partidos e das associações, a partir de seus atributos pessoais e de promessas de benefícios coletivos ou individuais. Além de antipolítica, a mensagem neopopulista é polarizadora, antiplural e intolerante e nela prevalece a lógica do “nós contra eles”. No neopopulismo latino-americano, nota-se a presença de um discurso polarizador que “objetiva “destruir” o opositor com sua lógica antiplural e intolerante, uma vez que este transforma a competição, natural da política, em uma luta entre combatentes fora da arena eleitoral (CARNEIRO, 2009, p. 58).

O partidarismo e a legitimidade do processo decisório através das eleições foram postos à prova durante e após as eleições de 2014, sobretudo nas redes sociais. As novas tecnologias, ao permitirem um enorme número de cidadãos interligados, são facilitadores para a participação política não-convencional. Mas, através delas, podem ser reforçados tanto a mobilização cívica quanto o antipartidarismo daqueles cidadãos que são interessados, porém insatisfeitos com a política. Os usuários da Internet que possuem

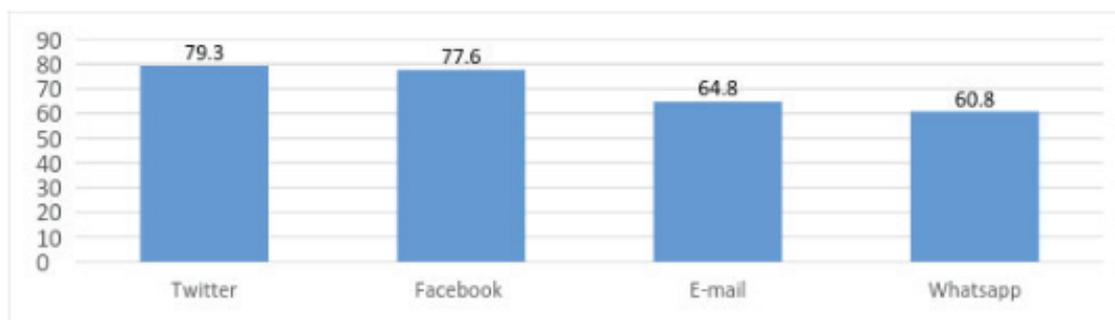
muita atenção política, mas que têm pouco engajamento cívico e desencanto com as instituições, podem ser atraídos por *outsiders*, que ao se comportarem como ‘novos líderes’ que negam o papel das instituições, robustecem o descrédito com a política, sobretudo em democracias com características delegativas, como a brasileira.

Gráfico 14 – Veículos para obtenção de informações sobre as manifestações



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Gráfico 15 - Redes sociais acessadas

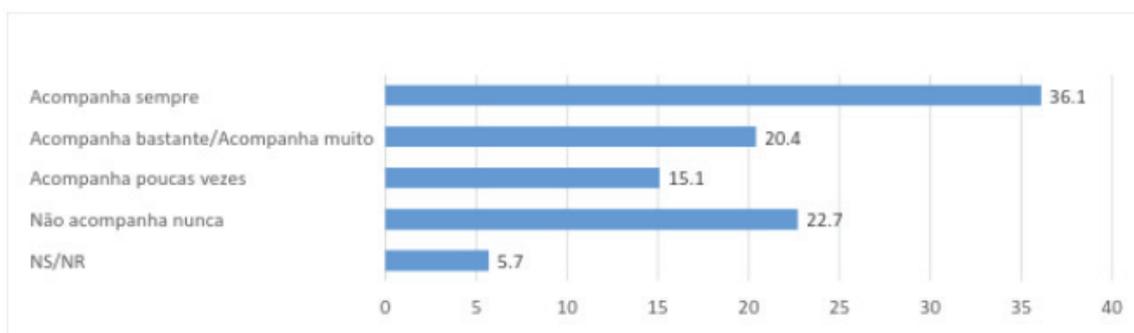


Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

A estratégia informal de grupos de oposição foi a de articular os segmentos insatisfeitos com a política através da internet – que são locais virtuais frequentados por indivíduos de maior escolaridade, mas com predisposição negativa em relação ao governo federal. Estes grupos, que se apresentam como partidários (ou mesmo contrário aos

partidos) e sem líderes, usaram os *twitters* e os *WhatsApp* para noticiarem fatos e boatos desfavoráveis ao governo e aos políticos. E, foram criados no Facebook, perfis como o Vem Pró Rua, o Movimento Brasil Livre – MBL e o Revoltados *On line*, grupos que se especializaram na divulgação de casos de corrupção, conferidos unicamente à esfera política e, sobretudo, ao partido do governo. Eles também questionaram a credibilidade daquelas pesquisas eleitorais que indicavam a vitória da candidata petista e a segurança das urnas eletrônicas, antes mesmo do final do processo eleitoral. Posteriormente, passaram a protestar sobre a legitimidade dos resultados das urnas.

Gráfico 16: Acompanhamento do Perfil Vem Pra Rua (Facebook)



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

A consequência desta articulação virtual foi o aumento da percepção da corrupção, a mobilização de usuários das redes para o antipartidarismo reativo e a organização de protestos pela saída da Presidente eleita. De modo que o antipartidarismo das mensagens compartilhadas facilitou a emergência de lideranças com marcas neopopulistas, portadoras de preleções salvacionistas dirigidas aos grupos mais insatisfeitos, como os setores de classe média. Elas dispensam as intermediações e se comunicam diretamente com o “seu povo” através de mídias alternativas, com um discurso polarizado entre corruptos vs éticos, fomentando a intolerância e pregando o combate contra os políticos, sobretudo dos quadros vinculados ao PT.

Conclusões

A principal particularidade deste grupo de manifestantes analisados é, além da crítica aos casos de corrupção, o profundo sentimento contrário ao PT, aos seus líderes e às agendas de inclusão social.⁵ O que mudou entre 2010 a 2014? Por que somente presentemente o tema de corrupção passa a alterar as atitudes dos eleitores, a ser associada como um atributo natural do petismo e a organizar as ruas? Em primeiro lugar, a explicação para os protestos pela saída da Presidente e o antipetismo não decorrem somente da cobertura que a mídia faz casos de corrupção que envolvem o PT. De fato, há parcelas do antipetismo que podem ser explicados como uma reação da opinião pública aos casos de corrupção dos quadros do PT, amplamente divulgados pela mídia. Mas, o sentimento negativo em relação ao PT não é resultante apenas da narrativa da mídia.

Um ponto importante diz respeito ao papel que as mídias têm na formação da opinião pública. A distribuição desigual do público se reflete na agenda da mídia, pois, como todo produto, as notícias também são pensadas para aprazer os seus consumidores. Dessa forma, não é a simples adesão a um veículo que altera a percepção dos cidadãos sobre o governo e a política, pois esses, ao compararem os fatos narrados com a sua realidade podem simplesmente descartar o noticiário (TELLES et al, 2014, p. 18). Contudo, os efeitos de mídia existem, mas influenciam de modo diferente os eleitores, que não são homogêneos. A cobertura política negativa da corrupção tem tido maior peso para alterar as atitudes das classes medias, pois, alguns fatores, como as políticas sociais, a sensação de bem-estar econômico, puderam funcionar como elementos de resistência à cobertura da imprensa, em outros setores da população. Em relação aos protestos, trata-se do fato de que a mídia, mais do que agendar uma pauta, visibiliza e dá voz às disposições, crescentes na opinião pública, de um pensamento ideologicamente à direita. As notícias são geradas para serem consumidas, e pode-se dizer que já existe um mercado político no país à procura de um porta-voz que expresse a ideologia de direita que se traduz pelo antipetismo.

As indagações sobre os efeitos políticos da corrupção são diversas e um ponto atualmente bastante debatido é sobre a capacidade da mídia brasileira para produzir atitudes negativas na opinião pública em relação aos atores políticos ao visibilizar casos de

⁵ A posição política negativa dos manifestantes em relação ao governo federal, aos partidos políticos e o antipetismo, bem como a ambiguidade em relação à democracia pode ser ainda corroborada pelas pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abramo e pelos pesquisadores Jairo Pimentel (USP) e Pablo Ortellado (USP), na cidade de São Paulo, durante os eventos de 15 de março e de 12 de abril.

corrupção (TELLES et al, 2014; MENEGUELLO, 2011; MOISESS, 2010; COIMBRA, 2010). A questão consensual nesta discussão é a de que a mídia é a principal fonte de informação dos brasileiros. ⁶ A primeira hipótese para verificar o papel da mídia sobre as atitudes é a de que a mídia seleciona temas e sugere como eles devem ser interpretados. O julgamento que os eleitores fazem da política decorre não somente dos discursos emitidos pelos partidos e por seus líderes, pois a imprensa tem um papel importante na formação da opinião pública, na medida em que vincula uma agenda e interage com a vida cotidiana das pessoas.

Para avaliar a política, o cidadão necessita de informações e estas são obtidas, sobretudo, pelas notícias sobre política veiculadas nos meios. As impressões constituídas servem para o cidadão formar opiniões sobre as habilidades dos políticos, decidir seu voto e mesmo julgar o sistema político e os partidos. Deste modo, a avaliação da política seria volátil e dependeria da agenda da mídia, pois a relevância dos problemas nacionais depende da exposição aos noticiários. A mídia poderia alterar o interesse dos eleitores, ao repercutir na forma como o Presidente atuará e em como ele será conceituado, pois os meios de comunicação poderiam modificar os critérios utilizados pelos eleitores no julgamento do desempenho do Presidente, dos partidos e dos sistemas políticos.

No entanto, esta hipótese pode ser ponderada. Os sujeitos não são atores isolados e com memória limitada, não são apenas consumidores de informações e atribuem responsabilidade ao governo e aos partidos políticos de acordo com as suas predisposições. Os efeitos da mídia sobre a percepção e a tolerância à corrupção não são homogêneos nem agem sobre todo o eleitorado de igual modo. O tema da corrupção sempre esteve presente nas campanhas *on line* e *offline*, mas o seu enquadramento atingiu de modos diferentes, e em momentos distintos, o eleitorado, pois a avaliação depende também de conceitos prévios sobre os atores políticos.

No entanto, atualmente a corrupção é um tema capaz de agrupar cidadãos, que saíram às ruas protestando e exigindo a saída da Presidente. A explicação para a competência que a questão da corrupção teve para organizar os protestos reside menos na exposição deste assunto nos meios de comunicação e mais no crescimento de um perfil ideológico de direita, desejoso de uma referência negativa ao governo, representação que

⁶ A literatura procura saber em que medida a percepção da corrupção pode se expandir na sociedade a partir do volume de casos expostos nos meios de comunicação. Em seguida, se a ampliação da percepção pode fazer variar - aumentar ou reduzir -, a tolerância à corrupção. Finalmente, se a percepção e intolerância à corrupção tem implicações sobre a legitimidade da democracia. Mas, existem hipóteses alternativas sobre o papel da mídia em relação a sua capacidade de fomentar o antipartidarismo e reduzir a adesão à democracia.

está presente entre os manifestantes que foram as ruas em 12 de abril.

Pesquisadores do LAPOP - Projeto de Opinião Pública da América Latina, da Universidade de Vanderbilt (USA), proporcionaram uma justificativa teórica e empírica para temas como legitimidade política, tolerância política, apoio a uma democracia estável, vitimização da corrupção e etc. Eles encontraram fortes evidências para a região latino-americana, que podem explicar a presença de movimentos no Brasil destituídos de crenças democráticas. Qual a razão para a emergência de intolerância e adesão ao autoritarismo, no país? A explicação, baseada em dados do Barômetro das Américas, já havia sido testada há mais de uma década, quando se encontrou que “uma maior experiência pessoal com a corrupção e avaliações negativas da economia nacional diminuam a possibilidade de uma pessoa preferir a democracia liberal sobre o autoritarismo”. As pessoas que acreditavam que a economia do país estava pior que há um ano atrás tinham menor probabilidade de apoiar a democracia. Os maiores níveis de tolerância e baixas predisposição ao autoritarismo social incrementavam o apoio à democracia liberal.

Portanto, o que parece ter ocorrido à primeira vista e que parece ser surpreendente – a emergência de uma direita mais intolerante -, já havia sido examinado e demonstrado há mais de uma década atrás: a combinação de crise econômica e corrupção promovem as opções por soluções autoritárias e estas, por sua vez, levam à intolerância. O que então está colocado é “como sair” desta crise, uma vez que a operação Lava Jato é a principal agenda do país, que a elevou a escândalo político midiático, combinado com uma economia em retração? A solução seria mais participação e novos partidos? Se depender dos mesmos estudos do LAPOP, há algumas luzes: o movimento “que se vayan todos” (a desconfiança extrema nos partidos) não significaria um rechaço incondicional aos partidos políticos, mas provavelmente somente aos atores contemporâneos do sistema. Economia e corrupção - se a primeira não melhorar e a percepção da segunda piorar -, a tendência é de busca de soluções autoritárias, o aumento da intolerância e desejo de líderes *outsiders*. Em resumo, a saída para a crise pode passar por um “novo líder”, que gere mais confiança no sistema político, consiga melhorar a economia e lide com a corrupção, sem transformá-la num escândalo.

O antipetismo e o antipartidarismo – encontrados entre os manifestantes -, não procedem simplesmente de uma reação à corrupção. Eles são do mesmo modo proveniente da divergência dos participantes dos protestos com os projetos das políticas de redistribuição de investimentos aos grupos mais pobres. O antipetismo se conforma também como resistência de parcelas de cidadãos às políticas de intervenção do Estado

para a promoção de maior igualdade, inclusão social, redistribuição de rendas e expansão dos direitos das minorias, agenciadas pelo governo federal. O filósofo Renato Janine Ribeiro (2014) sustenta que, desde as manifestações de 2013, foram abertas outras agendas democráticas que se concluídas poderão consumir o aperfeiçoamento da democracia brasileira. No entanto, a terceira agenda proposta pelo autor, a de inclusão social, iniciada em 2003, parece que não é compartilhada pelos manifestantes que foram às ruas em abril de 2015.

Um ponto importante é o papel das redes sociais e dos *outsiders* nos protestos. A Direita encontra nas redes sociais um espaço para expandir sua clientela. Esta família ideológica renovou suas estratégias: migraram para os espaços *on line* - onde se localizam setores de alta escolaridade e que desaprovam o governo -, e neles disseminaram intensamente o tema da corrupção, tratando-a como um Escândalo Político Midiático, concentrado sobre o PT e seus políticos. E, como mostrado, os eleitores que foram às ruas protestar obtiveram informações sobre os eventos em perfis das redes coordenados por líderes *outsiders* que compartilhavam mensagens intolerantes e polarizadas.

Os protestos demonstram que novas representações ideológicas emergem, os grupos de Direita têm aprendido a ter visibilidade nas ruas e o PT delas se distanciou. Como também alegado por Eliane Brum, em artigo publicado no Jornal *El País*⁷, o espantoso não é a direita ir às ruas, é a esquerda sair delas. Ou seja, uma direita que, embora tendo votado em Aécio Neves, passa a apresentar um forte antipartidarismo e tomou um espaço desproporcional nas ruas, graças à contrariedade deles com as acertadas políticas públicas de justiça social, graças também aos equívocos políticos do governo e da esquerda. Pelo perfil dos manifestantes traçados nesta pesquisa, pode-se concluir que estamos diante de um fenômeno no qual os grupos de Direita moderada e radical tomaram as ruas e a sua coesão reside no forte antipetismo, seja pela corrupção denunciada neste partido, seja pelas próprias políticas exitosas de inclusão social, que geram resistências ideológicas a estas.

Os partidos políticos têm se distanciado da sociedade e se equivocado na comunicação com os seus representados. E, se a crítica da sociedade é neste momento dirigida ao grupo que governa, a frustração com os partidos políticos parece produzir desafeto com a política institucional. Tal fenômeno é revelado pela perda de confiança

⁷ Conforme BRUM, Eliane. “A mais maldita das heranças do PT”. *El País Brasil*, 16/03/2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426515080_777708.html. Acesso em 01 de junho de 2015.

nas instituições representativas e na própria classe política. Em um contexto de crise de representatividade e de piora dos indicadores econômicos, podem emergir lideranças *outsiders*, com discursos mais radicalizados à Direita, prometendo mais “eficácia e ética” na gestão pública e organizando a opinião pública por fora das instituições partidárias. Embora afirmem aceitar os procedimentos democráticos, devido à ambiguidade destes manifestantes em acolher a democracia, um político com características desta envergadura pode encontrar apoio neste grupo, que possui pouco engajamento cívico e frágeis vínculos partidários.

Nestes protestos de 2015, a proposta de uma ausência de mediação – a relação virtual entre líderes e os cidadãos –, o predomínio de uma ‘lógica da opinião’ e a criação de uma popularidade acima das estruturas partidárias, põem na agenda política a pauta sobre o que fazer com as organizações partidárias e nos levam a interrogar se uma democracia improvisada somente pelas ruas, baseada na opinião pública e que não reconhece a legitimidade dos resultados das decisões processadas por um maioria em eleições livres e transparentes, é efetivamente uma democracia desejável.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alberto C. Comportamento eleitoral e ideologia. In: **ANAIS DO 25º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2001, Caxambu/MG.

ALVES, Maria T. G. “Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys”. **Opinião Pública**, v. 6, n. 2, 2000, pp. 187-225.

ANTUNES, Rui J. da S. **Identificação Partidária e Comportamento Eleitoral: factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido do voto**. 2008. 508f.. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.

CARNEIRO, Gabriela P. **A nova maioria: determinantes do apoio político ao neopopulismo na América Latina**. 2009. 157f.. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COIMBRA, Nuno. *Jornal Nacional, democracia e instituições democráticas*. In: Moisés, J. A. (org.) **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp, 2010, pp. 185-216.

CORRAL, Margarita. 2010. Partidos políticos y representación en América Latina, **Perspectivas desde el barómetro de las Américas**, núm. 36.

CRESPO, Ismael; GARRIDO, Antonio. *Outsiders*. In: CRESPO, I.; GARRIDO, A. G. **Elecciones y sistemas electorales presidenciales en América Latina**. Ciudad de México: Editora Porrúa, 2008.

KLINGEMANN, Hans-Dieter; FUCHS, Dieter. (Eds.) **Citizens and the state**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MATTES, Robert. et. al. *Parties, Elections, Voters and Democracy*. In: GUNTHER, R.; BECK Paul A.; MAGALHÃES, P.; Moreno, A. **Voting in Old and New Democracies**. New York: Routledge, forthcoming August, 2015.

MENEGUELLO, Rachel. *O lugar da corrupção no mapa de referência dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia*. In: AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. **Corrupção e sistema político no Brasil**. Civilização Brasileira/Konrad Adenauer, 2011, pp. 63-82.

MUNDIM, Pedro. *Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006: efeitos realmente limitados*. In: **RBCS**, v. 29, n. 86.

MOISÉS, José Álvaro. *Political corruption and democracy in contemporary Brazil*. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 1, 2010, pp. 103-123.

MORENO, Alejandro. *Partidarismo e ideologia nos eleitorados latino-americanos*. In: TELLES, H.; LAVAREDA, A. (orgs.) **Voto e Estratégia de Comunicação Política na América Latina**. Curitiba: Appris, 2015, pp. 41-59.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. 2004. A democracia na América Latina, Estados Unidos.

RIBEIRO, R. Janine. 2014. Eleições 2014 – A Quarta Agenda da Democracia Brasileira (Ou: o que 2013 Trouxe). *Interesse Nacional*, abr/jun. 2014.

Disponível em <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/eleicoes-2014-a-quarta-agenda-da-democracia-brasileira-ou-o-que-2013-trouxe/> Acesso em 01 de junho 2014.

SELIGSON, Mitchell A. *Desafios para la democracia en Latinoamerica y el Caribe: evidencias desde el Barómetro de las Americas 2006 – 7*. Vanderbilt: Vanderbilt University, 2008.

STOKES, Donald E. “Spatial Models of Party Competition”. *American Political Science Review*, n. 57, 1963, pp. 368-377.
TELLES, Helcimara de Souza; FRAIHA, Pedro; LOPES, N. . *Escândalos midiáticos de corrupção e pragmatismo: campanhas e voto para prefeito em Belo Horizonte*. In: Antonio Lavareda; Helcimara Telles. (Org.). **A lógica das eleições municipais**. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016, v. 1, p. 203-248.

TELLES, Helcimara de Souza; SAMPAIO, T. ; Érica Anita Baptista Silva . *Os limites da agenda-setting na popularidade do presidente: consumo de notícias e escolaridade na avaliação do governo Dilma Rousseff (2013)*. **Revista Debates**, v. 9, p. 119-142, 2015.

TELLES, Helcimara.. *Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: o Boom da Direita na Política nacional?* **Revista Interesse Nacional**. Ano 8, número 30 - julho/setembro de 2015. Pp. 37 - 46

TELLES, Helcimara; FRAIHA, Pedro; LOPES, Nayla. *Meios de comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil*. In: FERIN, I.; SERRANO, E. (orgs.) **Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos, enquadramentos legais**. Lisboa: Aletheia, 2014, pp. 421-457.

TELLES, Helcimara; STORNI, Tiago. *Ideologias, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de esquerda*. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 1, 2011, pp. 87-146.

TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard. *Los sentimientos antipartidistas en el Sur de Europa*. In: MONTERO, J. R.; GUNTHER, R.; LINZ, J. (eds.) **Partidos Políticos: Viejos Conceptos y Nuevos Retos**. Madrid: Trotta, 2007.

Fatores da crise, corrupção e saídas para a mesma: refletindo e conversando

Esther Solano Gallego¹

Resumo: O artigo apresenta reflexões sobre as múltiplas dimensões da atual crise política brasileira desde o ponto de vista internacional e doméstico, enfatizando os fatores econômicos, as crises de representatividade e problemas do projeto petista no governo Dilma, e reforçando a falta de legitimidade do processo de *impeachment* colocado em prática. Paralelamente serão comentados também os resultados de pesquisas feitas com manifestantes anti e pró-*impeachment* para mostrar que o conceito de corrupção é essencial na percepção política de ambos grupos, e as possíveis saídas que estes colocam para a crise desde as mais autoritárias e personalistas até as mais participativas e democráticas.

Palavras-chave: Política; Governo Dilma; Corrupção; Crise; Representatividade.

Abstract : The paper presents some thoughts on the multiple dimensions of the current Brazilian political crisis from the international and domestic point of view, emphasizing the economic, representativeness crisis and problems within PT project and Dilma government, and reinforcing the lack of legitimacy of the impeachment process put in practice. At the same time also will comment the results of surveys with anti and pro-impeachment protesters to show that the concept of corruption is essential in politics perception of both groups and possible ways out they think for the crisis from the most authoritarian and personalist ways to the most participatory and democratic.

Keywords: Policy; Dilma's Government ; Corruption; Crisis; Representativity.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Complutense de Madri e professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. Prof.esther.solano@gmail.com

Introdução

O Brasil está num momento dramático. Não só por estar sofrendo um processo político de *impeachment* fortemente ilegítimo, se não também porque suas instituições estão passando por um momento de intenso enfraquecimento e esgotamento, o que é muito perigoso para a estabilidade democrática. Paralelamente, um dos efeitos mais sinistros desta crise são dinâmicas sociais e políticas autoritárias cujo objetivo de silenciar ao outro e aniquilá-lo pelo fato de que aquele com opiniões diferentes não é um adversário político, é um inimigo, e com o inimigo não se dialoga, não se debate, tenta-se sempre destruí-lo. Esta dinâmica bélica está tomando conta das redes, das ruas e das instituições. Rótulos, simplificações, desqualificações, empobrecimento e infantilização de um debate que deveria ser feito em termos reflexivos, profundos e cautelosos.

A academia é o espaço da reflexão e da crítica. Nos dias de hoje temos um papel fundamental que é refletir com honestidade e maturidade sobre os últimos acontecimentos políticos e sociais para sair deste círculo vicioso de tendências autoritárias que tem como consequência o desgaste e a corrosão de uma democracia ainda por construir.

A crise representativa pela qual Brasil está passando não é uma característica local ou regional. Nas mais diversas partes do planeta vemos o aumento do descontentamento e a desconfiança com o atual sistema de representatividade. Diante desta situação de apatia política para uns, e de raiva política para outros, para muitos cidadãos as alternativas progressistas estão numa situação complicada. Vivemos um momento de um grau extremo de centralização capitalista. A democracia é refém absoluta do desempenho democrático. Quanto maior a instabilidade econômica maiores os desafios que enfrenta a democracia. Parece que as propostas mais heterodoxas, mais anti-hegemônicas não encontram espaço nenhum na macropolítica. Vejamos como exemplo Syriza, na Grécia, que depois de tentativas de propor vias diferentes para a recuperação econômica da Grécia que não passassem por um regime de austeridade e ajuste fiscal com consequências muito graves em perdas de direitos e retrocessos que acabam vitimando mais ainda os mais vulneráveis, teve que claudicar diante das imposições europeias. O exemplo do *Podemos*, na Espanha, que também está sendo uma grande decepção para muitos cidadãos desde o momento em que se aproximou do poder e se institucionalizou, deixando de ser uma estrutura centralizada, hierárquica e que pouco tinha ver com os discursos horizontais e anti-velha política que o fizeram explodir.

Por outro lado, temos muitos desafios, criados pela lógica perversa de acumulação incontrolada do capital, mas que não poderão ser resolvidos dentre estes. Por exemplo, as migrações, o drama do meio ambiente, populações em situação cada vez mais vulnerável. Necessitamos uma visão de esquerda (se é que ainda podemos utilizar este termo), ou pelo menos uma visão progressista, que atue dentro do paradigma dos direitos, articulada nacional e internacionalmente. Porém, o cenário e a conjuntura atuais não deixam abertura para estas propostas, que nascem já como pouco futuro. O capitalismo tem a capacidade de asfixiar, de sufocar alternativas que desafiam o *status quo*.

Nesta época pós-política, pós-democrática, tantos adjetivos para algo ainda pouco definido, é cada vez mais evidente que para muitos cidadãos a democracia transformou-se numa máquina burocrática, num instrumento de poder, excludente, rígido, que não é capaz de acompanhar as vontades da população. Um abismo cada vez maior entre representantes e representados e uma desconexão emocional e ideológica entre eles. No coração desta crise de representatividade está a crise partidária, o partido como modelo tradicional em decadência, uma velha estrutura autocentrada, hierárquica, personalista, que não dá conta das mudanças sociais. O partido tradicional cada vez menos ideológico e cada vez mais fisiológico, incapaz da autocritica ou da reformulação, e que precisa de uma militância-soldado mais do que uma militância exigente. Ainda mais num país como Brasil com esta brutal pulverização partidária, fica mais em evidência que as siglas são instrumentos de projetos de poder personalistas. Nesse sentido é interessante começar a problematizar a necessidade do partido tradicional. Não estamos falando de uma democracia sem partidos, mas sim de debater novas formas de representação pós-partido, ao estilo das plataformas cidadãs que ganharam as eleições de Madri e Barcelona, por exemplo. Não devemos ter medo de discutir alternativas, porém não acreditamos que a saída sejam as candidaturas avulsas, pois passam pela lógica do individualismo. Acreditamos firmemente que a lógica é a contrária, ou seja, construir soluções coletivas de participação popular, que sejam inovadoras, inclusivas, que realmente representem toda essa juventude que quer se engajar, mas está carente por novas formas políticas.

O Partido dos Trabalhadores nasceu fora desta lógica tradicional partidária como uma estrutura que inicialmente representava os interesses da população e não das oligarquias políticas históricas brasileiras, mas foi engolido pela governabilidade, foi engolido pelo PMDB, foi engolido pela lógica de se manter no poder, pela corrupção, pela institucionalização, pelo sistema, por Brasília e substituiu seus princípios ao necessitar se aliar com certas forças obscuras e conservadoras. Se já no governo Lula optou-se pela

conciliação e se deixaram de lado muitas pautas que mexiam com poderes tradicionais oligárquicos como a reforma agrária, tributária ou a reforma dos meios de comunicação, o governo Dilma agora é absolutamente incapaz de levar adiante estas mudanças. O PT, portanto, não representa mais o progressismo no âmbito dos valores, o PT não representa mais a esquerda, a luta pela inclusão e a igualdade política e jurídica e é incapaz de pautar questões de agenda de direitos indígenas, LGBT, direitos das mulheres, descriminalização das drogas e genocídio negro nas periferias. É incapaz de frear as imposições da bancada evangélica ou da bancada da bala. Vendeu-se à governabilidade. Infelizmente Dilma se afastou totalmente dos movimentos de base e das reivindicações populares por mais direitos individuais e coletivos.

O excessivo personalismo de Lula que sufocou a presença de novos quadros dentro do partido e a falta de autocrítica com os escândalos de corrupção foram motivos que se somam à inabilidade do partido. Por muito que a mídia brasileira seja parcial, a corrupção petista existe, sim, e o partido deve cortar na própria carne e fazer intensa autocrítica. Neste sentido o regresso de Lula em 2018 seria dramático, pois supõe que em tantos anos o partido tem sido incapaz de se regenerar, de construir algo novo.

Esse envelhecimento partidário na verdade não é só característico do PT. O PSDB continua com suas históricas lutas fratricidas entre Serra, Alckmin e Aécio, sem deixar caminho a novos nomes. O que dizer do fisiologista PMDB, com Temer, Cunha, Jucá e Renan. Não estamos em um bom patamar de originalidade política quando Marina Silva é a representante do “novo”, ela, que pode ter outras qualidades como candidata, mas certamente não representa nada de novo. Os próprios partidos esmagaram suas possibilidades de futuro porque são intensamente opacos à mudar seu sistema feudal, vertical e seus velhos caciques. O partido encontra uma resistência muito grande a absorver as mudanças e as dinâmicas sociais e neste sentido se descola da população sendo cada vez menos um real instrumento de representação.

Se o PT teve estes problemas típicos dos partidos que já têm uma trajetória no poder, o governo Dilma teve outros gravíssimos problemas que todos conhecemos. Além desse afastamento com a base social e com os princípios que definiram a ideologia petista no começo de sua trajetória, a falta de diálogo foi dramática. Entre a demagogia e o tecnocracismo antidialogante existe um meio termo. Dilma é o protótipo de governante que se isola na sua tecnocracia e que menospreza o diálogo político e social, características altamente destrutivas, ainda mais num momento de crise onde a capacidade de articulação e diálogo com os representantes políticos e também com a população são fundamentais.

Um país como Brasil, com suas complexidades, com sua altíssima pulverização partidária não pode ser governado desde um gabinete e sim, em base ao diálogo. A tecnocracia pode ser um erro fatal. Não escutar o próprio partido, a base aliada, não saber negociar com a oposição, se afastar das ruas, são comportamentos pelos que Dilma, e o Brasil, estão pagando um preço muito caro.

Finalmente, não podemos deixar de citar o ilegítimo e trágico processo de *impeachment* pelo qual o país está passando. Talvez o fator mais revoltante do processo seja que utilizou-se de um conceito grandioso mas vazio como era o da luta contra a corrupção. Um grupo de caciques viu a janela de oportunidade perfeita de tirar Dilma do poder, fazer um acórdão e se salvar da Lava Jato. Estas não são palavras inferidas na nossa pesquisa, são as palavras do senador Romero Jucá nas conversas gravadas da delação de Sérgio Machado. Agora é evidente, nítido, que a causa do *impeachment* não foi “limpar o Brasil de corruptos”, e sim uma tentativa desesperada de fugir da sangria da Lava-Jato, ou seja, perpetuar uma dinâmica política essencialmente corrupta. Para isto, não hesitaram em tirar do poder uma presidente que, mesmo com seus inúmeros erros e incapacidade, tinha sido legitimamente eleita.

Até o dia em que este texto é redigido, três ministros de Michel Temer caíram por envolvimento direto na operação Lava Jato. Romero Jucá, Ministro do Planejamento; Fabiano Silveira, da Transparência, Fiscalização e Controle e Henrique Alves, do Turismo; todos pegos na delação de Machado. Um ministério corrupto que conseguiu o poder em nome da luta contra a corrupção.

Um processo sujo, apoiado por grande parte da população que canalizou sua revolta contra a política numa intensa raiva antipetista. Raiva que parece ter vários fatores explicativos. O primeiro, sem dúvida, é o desempenho econômico ruim do país. Convencidos de que a felicidade encontra-se no consumo, de que a cidadania encontra-se no consumo, nos desesperamos quando vemos nossa capacidade de consumo cair e não ir em ascensão como tínhamos esperado. Se não formos capazes de consumir cada vez mais nosso ideal de felicidade se afasta. Quem é o culpado por este drama econômico? Diante da dificuldade que a população tem de uma análise mais conjuntural, mais complexa, o culpado sempre é o partido no governo, que, sem dúvida, teve um papel fundamental com uma política econômica equivocada e caótica. Por outro lado, durante nossas entrevistas com os grupos pró-*impeachment*, captamos continuamente um certo sentimento de mágoa de classe que nos parece definitivo para entender este antipetismo. A ideia de que a classe média, a que sustenta o país com seus impostos, tem sido vítima de tantos anos

de governo petista em prol de uma política paternalista e eleitoralista voltada aos mais pobres, aos destinatários das cotas, do bolsa família, dos cuidados do governo. A distância entre a classe média e os setores mais desfavorecidos diminuiu, começaram a frequentar alguns espaços iguais nas nossas cidades que são altamente segregadas e fiéis seguidoras da lógica do condomínio.

Descrevemos aqui alguns resultados de uma pesquisa que realizamos junto com aos professores Pablo Ortellado e Márcio Moretto nas manifestações pró e anti-*impeachment* de 2015 e 2016². Nelas se evidencia que a frustração e os discursos antipetistas tem muito a ver com um corte de classe muito claro que rejeita as políticas de inclusivas e de distribuição de renda que definiram totalmente os governos petistas.

Durante as manifestações pró-*impeachment* de 12 de abril de 2015 e 16 de agosto de 2015 perguntamos questões relativas a estas políticas. Dos entrevistados, 70,90% afirmavam que cotas nas universidades geram mais racismo; 60,40% pensavam que bolsa família só financia preguiçoso; 74,80% eram contrários ao programa Mais Médicos; 70,40% afirmavam total ou parcialmente que **é justo que quem estudou e se esforçou mais na vida tenha alguns privilégios e 79,50%**, que negros não devem usar a cor da pele para conseguir privilégios como cotas raciais. Fica bastante claro, então, que além da indignação contra a corrupção dos governos petistas e contra uma situação econômica dramática, ambos fatores perfeitamente compreensíveis, existe uma indignação de classe, de quem se sente desfavorecido, excluído. O argumento, muito escutado nas manifestações pró-*impeachment*, de que a classe média é a que paga maior carga tributária (“a que paga o pato”) e não recebe direitos sociais em troca, ao contrário dos mais pobres que são beneficiários das políticas assistencialistas e redistributivas do governo, oferece uma visão de Estado essencialmente clientelista e explicita um enorme sentimento de mal estar. Curiosamente são poucos os que reclamam de que a carga tributária para as grandes fortunas é proporcionalmente menor propondo que então essas grandes fortunas e patrimônios deveriam ser muito taxados. O protótipo do cidadão-consumidor, a ilusão de que a felicidade é alcançada pelo poder de compra e pela acumulação de bens materiais, faz com que a insatisfação por não conseguir aumentar esse poder de compra e inclusive vê-lo decrescer durante esta crise, esteja também na raiz desta raiva contra a população mais economicamente desfavorecida.

² Para acessar todos os dados, <https://gpopai.usp.br/pesquisa/>

A corrupção e a crise

A corrupção se transformou num *slogan* como enorme capacidade de mobilização social, devido ao populismo mediático da operação Lava Jato e do próprio Sérgio Moro. O certo é que a corrupção é um filtro pelo qual a política é percebida pela maioria da população.

O cidadão pensa que a política é corrupta em si, que não é tanto uma questão de nomes e sobrenomes, e sim de como sistema está estabelecido. Fica claro esta percepção generalizada de corrupção nas manifestações em torno da questão do *impeachment*. Quando perguntados sobre os principais escândalos de corrupção, os manifestantes pró-*impeachment* afirmam que de fato, casos envolvendo o PSDB, como CPTM em São Paulo, ou Mensalão Tucano em Minas Gerais, são muito graves. Ou seja, embora sua bandeira propagandística fosse contra a corrupção petista e essencialmente contra as figuras de Lula e Dilma, esses manifestantes pensam que o partido no qual eles majoritariamente votam também esteve envolvido em graves escândalos de corrupção. A operação Zelotes ainda é pouco conhecida, mas a maioria dos que a conhecem a consideram muito grave.

Tabela 1: Gravidade de escândalos de corrupção (%) Pró-impeachment

	Lava Jato	Mensalão PT	Metrô/ CPTM	Mensalão tucano	Zelotes
Grave	99,00	99,30	87,40	80,20	58,80
Não grave	00,50	00,20	04,90	06,70	03,00
Não sei	00,20	00,20	07,40	12,60	38,00
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,50	00,20

As figuras políticas tampouco são poupadas. Além da percepção da corrupção no PT, as principais figuras do PMDB atingem patamares muito altos. Os líderes peemedebistas aparecem neste quesito altamente desacreditados. Diante dos tucanos, a percepção melhora, mas, de novo, levando em consideração que os manifestantes eram na sua grande maioria votantes dos mesmos, isso tampouco é uma situação ótima. Cabe lembrar que estes questionários foram aplicados em 2015 antes que o nome de Aécio Neves saísse recorrentemente citado em vários escândalos que seriam públicos posteriormente. Com grande probabilidade se fizessemos hoje a pergunta sobre o mineiro, o número de manifestantes que pensam que ele é corrupto teria aumentado.

Tabela 2: Percepção do envolvimento de políticos com corrupção (%). Pró-impeachment

	Michel Temer	Dilma Rousseff	Fernando Haddad	Eduardo Cunha	Geraldo Alckmin	Aécio Neves
Sim	93,80	89,60	77,00	70,90	41,70	37,80
Não	00,70	04,70	09,60	08,10	36,30	35,80
Não sei	05,20	05,40	13,10	20,70	21,70	26,20
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20

Paralelamente repetimos esta pergunta na manifestação contra o *impeachment* acontecida em 31 de março de 2016, também em São Paulo. Nossa ideia era comprovar a hipótese de que petistas e apoiadores de manter a presidente Dilma no poder também tinham a percepção de que escândalos de corrupção envolvendo o PT eram graves. Lava Jato e Mensalão petista tiveram uma percepção de gravidade muito alta, desmontando a credibilidade entre estes entrevistados da tese de que são só escândalos criados pela imprensa e pelos donos do *mainstream* para atingir o PT.

Tabela 3: Gravidade de escândalos de corrupção (%) Anti-impeachment

	Lava Jato	Mensalão PT	Metrô/CPTM	Mensalão tucano	Zelotes
Grave	89,90	75,00	96,10	92,90	74,00
Não grave	6,10	16,10	00,60	02,60	03,70
Não sei	3,50	08,50	03,00	03,90	22,00
Não respondeu	00,60	00,40	00,40	00,60	00,20

Neste sentido, não podemos deixar de falar do poder Judiciário. Na última manifestação pelo *impeachment* do dia 13 de março de 2016, das entrevistas realizadas com os manifestantes concluíram-se as seguintes observações: o hiper-personalismo da figura do juiz Sérgio Moro e as narrativas messiânicas sobre ele estavam ganhando cada vez mais terreno; os discursos de legitimidade das atuações mais polêmicas do juiz, como sua relação com a imprensa, assim como a justificativa da restrição de direitos em nome da luta anticorrupção eram comuns entre os manifestantes. Num momento de crise política profunda, o populismo jurídico enfraquece o próprio poder judiciário estabelecendo dinâmicas excepcionais como normais opostas ao que seria a rotina democrática. A relação extremamente promíscua entre judiciário e imprensa assim como a politização

da atividade judicial fazem com que a justiça seja enxergada pela população não como um poder imparcial, e sim como um instrumento político. As devidas garantias no direito de defesa são relativizadas nos discursos sociais em nome da luta anticorrupção, um conceito vazio que empobrece o debate político e serve como justificativa para legitimar abusos dos mais diversos tipos.

Durante a manifestação fizemos algumas entrevistas na Avenida Paulista com os manifestantes sobre as decisões mais polêmicas do juiz Sérgio Moro, como a utilização da delação premiada ou a condução coercitiva. Nossa pergunta era se este tipo de estratégia criticada por muitos juristas por não respeitar as devidas garantias penais eram justificadas pelos manifestantes. Todos os entrevistados responderam que sim, justificavam e legitimavam este tipo de ações. O argumento também era convergente, de novo em relação ao discurso do inimigo. O essencial não é a garantia de direitos, e sim “limpar” o país da corrupção, portanto, se em nome da luta anticorrupção algumas medidas polêmicas são levadas a cabo a alguns direitos ignorados, não importa, o bem é maior. Um assunto que impressionou nas falas foi a ausência do termo justiça em contraposição com os verbos *limpar* e *salvar*. Um conteúdo salvacionista que muito mais tem a ver com revanche do que com justiça. Os manifestantes perguntados também defendiam a utilização da imprensa como parte estratégica na Operação Lava Jato, de novo porque na cruzada anticorrupção a intimidade é um direito que passa a um segundo lugar e a população “deve saber tudo”. A publicidade, a exposição dos nomes envolvidos na operação faz parte da mesma, transformando-se num espetáculo coletivo que mais lembra um julgamento em praça pública do que o que deveria caracterizar toda operação: cautela, moderação e baixo perfil público para não correr o risco de linchamentos institucionais.

Entrevista: homem, 45 anos, médico

-Qual é a opinião do senhor sobre o juiz Sérgio Moro?

-Muito boa. Ele é o único que está fazendo alguma coisa por Brasil. Ele está limpando esta zona de políticos corruptos. Todo meu apoio a ele. Tomara que ele consiga colocar o PT na cadeia.

-E sobre algumas questões que têm sido polêmicas como as delações premiadas ou a condução coercitiva? O senhor acha que respeitam os direitos?

-Direitos? Lula é o maior bandido da história!! Essa condução não foi nada. Preso, ai sim, Cadeia nele a pronto. Papo de direitos. O cara roubou que pague, não me interessa como

-E sobre a imprensa? Acha que tantas coisas devem ser públicas?

-Claro, o povo tem direito de saber de tudo. Tudo transparente. O cara roubou eu vou querer saber. A gente tem direito de saber

-Votaria no juiz Moro se ele se apresentasse em 2018?

-Sim, porque me parece o único honesto nessa merda toda. O único que pode salvar o país.

Saídas para a crise

Diante de uma situação de instabilidade política existem tendências de saídas autoritárias, antidemocráticas ou saídas que apostam por uma participação política mais ativa e por um maior envolvimento cidadão nos processos. Testamos estas alternativas com os manifestantes pró e anti *impeachment* e os resultados demonstraram perfis muito diferentes. A maioria dos manifestantes pró-*impeachment* ainda acredita que a melhor alternativa é que um político honesto assumo o poder. Quanto questionados sobre que figura pública consideravam honesta a maioria não respondeu, mas entre os que o fizeram, a resposta foi: Jair Bolsonaro, Sérgio Moro e Joaquim Barbosa.

Tabela 4: Figuras públicas não corruptas (%) Pró-impeachment

Jair Bolsonaro	Sérgio Moro	Joaquim Barbosa	FHC	Geraldo Alckmin
09,63%	09,14%	08,64%	07,65%	07,65%

Pela dificuldade de encontrar esta figura, se assume que um juiz honesto seria uma boa alternativa, alguém de fora do jogo político também, assim como reforçar a participação cidadã. Desde junho de 2013 se percebe uma tendência da população a se envolver em debates políticos e expressar sua opinião. Assim mesmo, o hiperpersonalismo se retoma ciclicamente na figura messiânica dos “heróis” que podem salvar o país, como o caso do juiz Barbosa durante o Mensalão ou o juiz Moro, atualmente e como o caso de Lula para o petismo. É o personalismo excessivo que centraliza tudo na figura do líder e esvazia as instituições. Situação esta muito perigosa porque canaliza e concentra os anseios sociais numa figura carismática quando o verdadeiro fortalecimento da democracia não passa por colocar certos nomes e sobrenomes na categoria de heróis da pátria e sim, por nos empenhar em ter instituições construídas num consenso de direitos, que funcionem de forma cada vez mais independente destas tendências personalistas.

Tabela 5: Alternativas para a crise política (%) Pró-impeachment

	Entregar o poder para um político honesto	Entregar o poder para um juiz honesto	Tomar decisões políticas por consulta popular e plebiscitos	Fortalecer organizações como ONGs movimentos sociais	Entregar o poder para alguém fora do jogo político	Entregar o poder para os militares
Concordo totalmente	64,20	43,70	40,50	27,90	27,70	13,10
Concordo em parte	23,50	20,00	36,30	31,40	28,90	15,10
Não concordo	10,60	32,80	21,00	39,80	38,50	71,10
Não sei	01,70	03,00	02,00	00,50	04,70	00,20
Não respondeu	00,00	00,50	00,20	00,50	00,20	00,50

Personagens como Jair Bolsonaro, portanto, estão capitalizando esta insatisfação com o sistema político-partidário no seu conjunto por serem percebidos como honestos. O *Trump* brasileiro sabe muito bem manipular o discurso da insatisfação, o discurso punitivo, radicalizado, do medo e, claro, a dicotomia do inimigo e do salvador. Nas manifestações pró-*impeachment* algumas pessoas entrevistadas afirmavam que votariam no possível candidato Bolsonaro porque ele é “um cara honesto”. Imaginem o perigo que supõe este argumento.

Um dado interessante é comparar este resultado com o da manifestação contra o *impeachment* realizada em 31 de março de 2016. Lá, fizemos a mesma pergunta sobre saídas autoritárias ou democráticas diante da atual situação de crise política. Podemos afirmar que os anti-*impeachment* têm uma tendência de participação democrática mais sólida que os pró-*impeachment*, já que acreditam que a saída para a crise política não é colocar no poder alguém de fora do jogo político, um juiz ou a volta dos militares, e sim fortalecer a participação popular e o papel das ONGs e movimentos sociais.

A caracterização socioeconômica dos anti-*impeachment* é muito parecida à de seus adversários políticos, com menos presença de jovens e periferia do que o esperado. Na manifestação de 31 de março de 2016, 77.5% dos entrevistados tinham formação universitária (77.0% nos pró-*impeachment*) e 44.4% com idade superior a 40 anos (53.9% nos pró-*impeachment*). Portanto, ambos grupos com um nível de educação formal muito superior à média nacional e com baixa presença de jovens. Sobre a renda familiar, dia 16

de agosto a maior concentração era de R\$ 7880 a R\$ 15760, com 28.9% dos entrevistados, e dia 31 de março a maior concentração, era de R\$ 4400 a R\$ 8800, com 31.9%. As manifestações na Avenida Paulista ainda são economicamente mais excludentes do que os protestos contra o *impeachment*, mas as contrárias tampouco representam a distribuição de renda nacional. Porém, o perfil socioeconômico de ambos os grupos é bastante parecido, quando questionados pelas alternativas à crise podemos ver que as respostas são muito diferentes³.

Tabela 6: Alternativas para a crise política (%) Anti-impeachment

	Entregar o poder para um político honesto	Entregar o poder para um juiz honesto	Tomar decisões políticas por consulta popular e plebiscitos	Fortalecer organizações como ONGs movimentos sociais	Entregar o poder para alguém fora do jogo político	Entregar o poder para os militares
Concordo totalmente	20,90	03,50	49,60	67,70	03,70	01,20
Concordo em parte	31,30	06,50	39,20	27,00	11,20	00,60
Não concordo	45,50	88,80	09,80	04,70	83,70	96,90
Não sei	2,00	00,80	01,20	00,40	01,00	00,60
Não respondeu	00,40	00,40	00,20	00,40	00,40	00,80

Considerações Finais

Diante deste cenário o que mais preocupa é a batalha pelos valores. A ascensão do fundamentalismo religioso, o conservadorismo punitivo e classista, o risco permanente de retrocesso em termos de liberdades individuais e coletivas. O estado penal e punitivo avança com muita força. Os discursos do inimigo, do medo, ganham espaço tanto no Congresso como num certo pseudojornalismo irresponsável que divide a sociedade entre “nós” e “eles”. As manifestações de 2013 e 2014 foram um exemplo claro disso. Uma sociedade exigindo ações policiais violentas como se os protestos fossem questão de segurança pública, uma questão policial e não o coração de toda democracia. Atitudes

³ Notar também no conteúdo completo da pesquisa outras diferenças entre grupos pró e anti-impeachment sobre credibilidade de partidos e figuras políticas e conservadorismo-progressismo

moralizantes também preocupam. Discursos simplórios do bem contra o mal, os argumentos da ordem pública, da nação, a busca pelo salvador e a condenação em praça pública do vilão. Enfim, opções politicamente muito vazias que em nada contribuem para o amadurecimento do sistema mas muito perigosas pelo seu grande potencial mobilizador.

A sociedade civil tem um papel cada vez mais importante. Se os partidos estão tão fragilizados, nós devemos nos mobilizar, ocupar espaços e ir à luta. São muitos questionamentos, mas uma coisa fica clara, a saída não passa pelo hiperindividualismo, a saída passa pelo coletivo, pela sociedade civil, sua organização e participação política. Vivemos numa sociedade de consumo que privilegia o cidadão-consumidor, que fomenta a solidão e o isolamento, que detesta as organizações coletivas que não tenham fins produtivos. Devemos continuar criando redes, ocupando as ruas, as cidades, fazendo nossas demandas serem ouvidas. Não é honesto ficarmos nos lamentando sobre o mal que funciona o sistema, e não assumir nossa responsabilidade como cidadãos.

Os argumentos da antipolítica, da negação de tudo o que for política podem ser muito perigosos porque deixam espaço a alternativas autoritárias e inclusive antidemocráticas. É assustador ver figurar como *Trump* ganhando milhões de votos nas primárias de EUA ou como se sobressaem os partidos xenófobos de ultradireita na Europa. Não podemos cair nessa armadilha porque então estaremos destruindo todo nosso legado em vez de construir alternativas ainda mais democráticas. É perfeitamente compreensível esta frustração geral com a política partidária, mas devemos fazer o esforço de pensar além dessa lógica, devemos entender a política como atividade cidadã, diária, que vai muito além da participação partidária. Diante da política medíocre, personalista, corrupta de muitos de nossos representantes, nós devemos contrapor uma política de participação, de envolvimento cotidiano, de lutas diversas.

Nosso descontentamento, nossa frustração deve se transformar em força criativa, em originalidade, inovação para pensar como modernizar as formas de representação política para que nos representem com legitimidade. Nosso descontentamento não pode nos afastar da participação, e sim deve nos engajar mais nela porque se nós ficarmos quietos, como seres políticos passivos, alguém ocupará nosso lugar e talvez as consequências de nossa passividade acabem sendo muito negativas. Não existem vazios em política, estes sempre são preenchidos.

Por outro lado, o PT passa por um momento de inegável decadência, como partido e como força simbólica progressista. Esta é uma situação complicada porque o PT é muito hegemônico na esquerda brasileira e portanto agora sua crise supõe também a crise de

um enorme campo da esquerda brasileira que acabou se atrelando ao projeto petista e ao governo. O desafio do partido é pensar em formas de regeneração, de autocrítica, de reconexão com a população, nomes novos, retomada de sua luta pelos direitos, se não quiser acabar sua história como mais uma estrutura vertical e de caciques corroída pelo poder. Nosso desafio é pensar em formas de organização das forças progressistas que não passem pela lógica petista, formas nas quais a juventude se sinta representada, formas que dialoguem com a institucionalidade, mas também com as organizações autonomistas. Formas que consigam colocar em contato a nova e a velha política e que superem a lógica das organizações tradicionais que cada vez são mais questionadas.

Instituições enfraquecidas, atuando numa anomalia que se transforma em cotidiana e valores cada vez mais punitivos e conservadores imperando na sociedade e discursos polarizados, infantilizados, raivosos, intolerantes, empobrecidos politicamente devem ser esquecidos. Representantes políticos com projetos personalistas de poder, mas sem projeto de Estado não podem mais ocupar espaço.

A saída para nós, da universidade, é uma academia que forme cidadãos e não operadores, uma população participativa e que não aceite as imposições dos caciques. Uma universidade que saiba conversar com as diferenças, que saiba construir diálogo e argumentos e não se deixe levar pela vontade de linchamento coletivo. Uma universidade que lute por saídas progressistas, por levantar as pautas dos direitos individuais e coletivos.

Sobre golpes, autogolpes e contragolpes: dilemas de uma democracia em turbulência

Marco Aurélio Nogueira ¹

Resumo: O texto procura analisar o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff não como o resultado de uma articulação golpista de setores conservadores, mas como desdobramento de um conjunto de crises, problemas e desacertos que atingiram o Brasil e os governos petistas a partir de 2011. Sua base argumentativa apoia-se na postulação de que golpes e manobras políticas somente podem frutificar na medida em que um lado “forte” (em armas, recursos de poder, capacidade de mobilização, comunicação e articulação política) conseguir se impor a um lado “fraco”, ou seja, desprovido de envergadura, ideias e recursos para resistir àqueles que o atacam. Eventualmente, o lado “fraco” pode ter legitimidade, votos e apoio popular mas nem assim conseguir compensar sua fraqueza no terreno propriamente político. A partir desta base, procura-se mapear os principais fatores que produziram enfraquecimento e inoperância no governo Dilma e no próprio PT.

Palavras-chave: Conservadorismo; Governo Dilma; Golpe; Democracia, *Impeachment*.

¹ MARCO AURÉLIO NOGUEIRA é Professor Titular de Teoria Política e Coordenador Científico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais-NEAI da UNESP, em São Paulo (SP). Doutor em Ciência Política pela USP, com pós-doutorado na Universidade de Roma (1984-1985), foi Diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais-IPPRI da UNESP (2011-2015, diretor da Editora Unesp (1987-1991) e da Escola de Governo e Administração Pública da Fundap, SP (1991-1995). Colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*, é autor, dentre outros, dos livros *Em defesa da política* (São Paulo, Editora Senac, 2001), *Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática* (São Paulo, Cortez, 2004), *Potência, limites e sedução do poder* (São Paulo, Editora Unesp, 2008), *O Encontro de Joaquim Nabuco com a política* (São Paulo, Paz e Terra, 2010) e *As ruas e a democracia. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo* (Brasília/Rio de Janeiro, Contraponto, 2013). Email: nogueiramarcoa@gmail.com

Abstract: The paper analyzes the president Dilma Rousseff’s impeachment not as the result of a coup articulation of conservative sectors , but as a development of a set of crises, problems and mistakes that have hit Brazil and the PT governments from 2011. His argumentative base rests on the postulation that coups and political maneuvering can only bear fruit in that one side ‘strong’ (weapons , power resources , mobilization capacity , communication and policy coordination) has been successfully established the first “weak “ie , devoid of scale , ideas and resources to resist those who attack . Eventually , the “weak “ side may have legitimacy , popular support and votes but not so able to compensate their weakness in properly political terrain . From this base , we try to map the main factors that produced weakening and inefficiency in government Dilma and the PT itself .

Keywords: Conservatism ; Dilma’s Government ; Blow ; Democracy , Impeachment .

Introdução

Narrativas de combate sem criticidade são boas para mobilizar tropas militares. Para mobilizar cidadãos, ou seja, para fazer política, sempre é indispensável alguma dose de racionalidade crítica e perspectiva pedagógica. Caso contrário, as narrativas produzem autômatos, não pessoas autônomas. Uma política de esquerda que faça questão de honrar seu nome, além do mais, não pode abrir mão nem da visão dialética totalizante, nem da postura crítica, do esforço para romper com a pseudoconcreticidade e a malha de aparências que vedam o acesso ao real e envolvem os atores nas brumas da ilusão e da auto-ilusão. Tal política não tem como se limitar ao acadêmico, à instância teórica, abstrata – até porque é uma política comprometida com a transformação, uma política que “toma partido” – mas tem poucas chances de seguir em frente se se dedicar tão somente a fazer a agitação passional dos elementos presentes na realidade.

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff nasceu ou não de um golpe? A pergunta tem martelado a opinião pública desde que o processo de impedimento começou a ser cogitado, em meados de 2015 e mais acentuadamente quando teve início efetivo, com a aceitação em dezembro, pela presidência da Câmara dos Deputados, de proposta encaminhada pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal.

O argumento, ontem e hoje, tem sido recorrente: Dilma Rousseff está sendo vítima de uma perseguição política revanchista e conservadora, destinada a impor a prevalência política dos que foram por ela derrotados em 2014, eliminar o PT da vida pública e alterar a agenda governamental, substituindo a generosidade social petista, apoiada em um benéfico assistencialismo e na preocupação com os mais pobres, pelo egoísmo neoliberal inerente a uma articulação “de direita” hostil aos trabalhadores e aos direitos sociais. Uma governante eleita com 54 milhões de votos e “comprovadamente honesta” somente poderia ser afastada caso houvesse praticado um crime de responsabilidade devidamente provado e comprovado. O argumento sustenta que a prática adotada pelo governo – forçar o Tesouro Nacional a atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, com o objetivo de melhorar artificialmente as contas federais –, as chamadas “pedaladas fiscais”, não deveria ser vista como constituindo crime, já que configuraria procedimento usual entre governantes e não acarretaria particular ônus ao erário público. O processo, portanto, careceria de base jurídica adequada. Em decorrência da ausência de crime, o impedimento expressaria um desejo ilegítimo de poder por parte dos que foram derrotados em 2014, devidamente

impulsionados por uma mídia insaciável e disposta a descarregar sobre a esquerda todo o seu arsenal de dispositivos bélicos.

A polêmica se estabeleceu e cresceu, com argumentos jurídicos e políticos se confrontando, sem que se pudesse chegar a uma conclusão nítida e clara. Com o afastamento preliminar da presidente pelo Senado Federal, em 17 de maio, a temperatura ficou ainda mais elevada. Levas de defensores e de adversários da legalidade do pedido de impedimento presidencial saíram a campo, dramatizando a situação.

Para enfraquecer o argumento do “golpe de Estado”, tornou-se progressivamente mais evidente que o principal artífice da operação foi o PMDB e a ampla base que dava sustentação política a Dilma no Congresso. Com o que se teria, no fundo, uma espécie de “autogolpe”, desferido por quem até ontem era a situação e que se descolou do governo, seja para evitar preventivamente uma perda de poder, seja para conquistar novos espaços e promover uma inflexão conservadora nas orientações governamentais, seja ainda para frear uma conduta governamental que se mostrava inconveniente e perigosa para o país.

A hipótese do golpe, portanto, encontraria um primeiro complicador nesta configuração do “autogolpe”, devidamente qualificada com o reconhecimento de que se tratou de uma manobra desferida por uma parte da situação contra outra. Tanto que seu piloto operacional foi o PMDB e seu executor, o vice-presidente da República, que conseguiram se compor com as oposições políticas propriamente ditas. Pouca relevância teria a questão de saber se foi Michel Temer e seu grupo quem arrastou as oposições ou se o vice-presidente é que teria sido por elas arrastados. O evento central permaneceria o mesmo: um pedaço do sistema se voltou e se rebelou contra a cabeça do sistema, separando-se dela. O questionamento jurídico feito pelos defensores de Dilma acabaria por ir a pouco e pouco perdendo força.

Tal fato forçou os defensores mais convictos da tese do golpe a agregarem uma qualificação adicional: tratar-se-ia de um “golpe constitucional”, um “golpe parlamentar” que violaria o presidencialismo, que não prevê afastamentos presidenciais por razões de ordem política. Passar-se-ia a falar em golpe branco, sem armas e sem sangue, contra a democracia e o sistema vigente.

Acontece que, para turvar mais um pouco o argumento, o processo de *impeachment*, desde o início, transcorreu dentro da normalidade institucional e constitucional, com o devido espaço para a defesa da acusada, o respeito aos ritos procedimentais e o apelo sistemático à manifestação do Supremo Tribunal Federal. Mesmo depois de consumado o afastamento preliminar da presidente, ela em nenhum momento foi alvo de perseguições

ou restrições à palavra, às prerrogativas do cargo ou à livre movimentação pelo território nacional e internacional. Deste ponto de vista, tudo tornaria mais difícil sustentar que o ataque a ela estaria a atingir a democracia.

Nem por isso, porém, a tese do golpe arrefeceu. Ao contrário: quanto mais o processo avançou e a situação de Dilma Rousseff foi-se tornando frágil, quanto mais o Congresso caminhou rumo à aceitação preliminar do pedido de *impeachment*, mais a tese do golpe foi sendo vocalizada, dentro e fora do país, como parte de um contragolpe. Sempre com o mesmo ardor e a mesma estridência, em meio a uma forte disputa política, midiática, teórica e jurídica que pôs frente a frente dois aguerridos “partidos”.

Convém, portanto, para facilitar a análise que seguirá, admitir que houve um golpe político no país. Não se tratou, porém, de um golpe de Estado destinado a depor um governo constitucional e instalar uma ditadura, e no qual a violência institucional serve de ferramenta para substituir uma classe por outra – um bloco social, uma coalizão partidária ou uma correlação de forças por outra – na estrutura de poder. Tratou-se bem mais de um golpe no sentido de manobra política, de artimanha posta em prática para buscar soluções para uma situação de crise política ou para reacomodar relações intrassistêmicas ou presentes no âmbito de uma dada correção de forças.

Pode-se não gostar disso e se avaliar que a manobra contém elementos pouco democráticos, ou que ela contaria com uma indevida participação da grande mídia corporativa, que teria ajudado a insuflar milhões de cidadãos para que fossem às ruas se manifestar. Mas não há como negar que manobras políticas fazem parte do jogo político e da dinâmica democrática, sendo equivocado desqualificá-las categoricamente de antemão ou por princípio. Bem mais importante que isso é compreendê-las, entender suas determinações e seus desdobramentos potenciais.

Nesta variante de golpe como manobra política, não há somente um fator determinante e um fator determinado, um agente ativo e outro passivo, um lado que erra e outro que acerta. Dado que manobras ocorrem no âmbito de um sistema, elas somente podem ser compreendidas se visualizadas no quadro abrangente. Os diferentes atores compartilham entre si defeitos e virtudes operacionais, falhas e acertos. Eventuais “vencedores” podem não estar alinhados do lado “justo”, assim como os “perdedores” nem sempre podem ser tratados como “vítimas” da ação conspiratória de golpistas impiedosos.

O avesso do golpe

Aceitemos pois que tenha havido um golpe contra Dilma e o PT, uma manobra política feita com o objetivo de promover o afastamento de um governo que se isolara do sistema político, se afastara da opinião pública e perdera a capacidade de governar.

Golpes costumam derivar de situações em que um lado “forte” (em armas ou recursos de poder, capacidade de mobilização, comunicação e articulação política) age contra um lado “fraco”, ou seja, desprovido de envergadura, ideias e recursos para resistir ao lado oposto. Eventualmente, o lado “fraco” pode ter legitimidade, votos e apoio popular mas nem assim conseguir compensar sua fraqueza no terreno propriamente político.

A questão, portanto, é saber o que deu força ao lado “forte”, golpista, e o que fez o outro lado – em tese legitimado por urnas e mandatos – se tornar “fraco”.

A fraqueza de Dilma sempre foi de natureza política, gerencial e operacional. Sua postura olímpica de menosprezar as articulações parlamentares, de não se dedicar à luta cotidiana (muitas vezes miúda) por ocupação de espaços e pelo convencimento da opinião pública, e dentro dela da indústria cultural, das empresas e órgãos de comunicação, funcionou como seu limite tanto para governar quanto para imprimir orientações progressistas ao governo. Na mesma direção caminhou sua dificuldade crônica de *comunicar* decisões à opinião pública, problema que esteve muito além dos erros e das falhas retóricas que fizeram sua fama. A dificuldade, neste caso, não se deveu a nenhum desconhecimento da língua pátria ou a deficiências intelectuais, mas derivou de um estilo político, moldado tanto pela trajetória juvenil da presidente (a luta armada, a resistência à tortura, o revolucionarismo voluntarista), quanto pelo caminho por ela seguido em sua passagem para o terreno propriamente político: uma via eminentemente técnico-burocrática, na qual o critério dominante é mais o da execução que o da negociação, mais o da convicção racional que o da dúvida razoável, uma via, em suma, na qual chefes mandam e subordinados obedecem, numa dinâmica cujos tempos são específicos e bem distintos dos tempos da política. Por certo, não se tratou de uma escolha aleatória, fortuita, mas de uma trajetória que se coadunou com a biografia e a personalidade de Dilma.

Sua chegada à Presidência da República não representou o desfecho ou o coroamento de uma carreira política ou partidária, no sentido de que não foi impulsionada por uma ação fixada no terreno político ou por uma militância partidária particular, mas sim por uma escolha externa, imposta por quem tinha peso político e que desejava seguir governando por via indireta, por meio de um executor de ordens que lhe deixasse

desimpedido o terreno para voltar alguns anos depois. A manobra de Lula deu certo, mas Dilma fugiu do controle, forçou a reeleição e passou a adotar medidas cada vez mais descoladas da lógica política e social do próprio PT.

Trata-se de um episódio que ainda precisará ser mais bem investigado, mas que pode, desde já, ser tomado como um critério importante para se compreender como é que, de repente, em um curto período de tempo, Dilma conseguiu demolir um extraordinário patrimônio político e uma das mais amplas coalizões partidárias da história republicana brasileira. Uma hipótese dentre outras poderia apontar que, em seus dois mandatos presidenciais, em vez de prezar o diálogo e a persuasão – ferramentas típicas da política –, e por esta via organizar consensos, Dilma optou por enfatizar a *transmissão*, expediente para impor suas próprias opções independentemente da opinião e do entendimento de seus aliados e apoiadores, às vezes até mesmo daqueles mais próximos, integrados ao círculo íntimo do poder. Para falar com os termos que empregados em outra ocasião (NOGUEIRA, 2004), a Dilma presidente valeu-se mais da política dos técnicos do que da política dos políticos, com o que não conseguiu avançar no terreno da política dos cidadãos.

Agindo de modo tecno-burocrático, isolou-se nos meandros da administração e contribuiu para que se abrisse um fosso entre ela e o sistema político, perdendo espaço para interagir democraticamente com a sociedade.

Foi assim, por exemplo, em junho de 2013 (NOGUEIRA, 2013). Diante das ruas revoltas e revoltadas, Dilma anunciou cinco “pactos” tirados da cartola, não precedidos de negociações ou da busca de entendimentos. Foram iniciativas “comunicadas” no calor do embate, como tentativa de romper o cerco a que estava submetido o Palácio. Não buscou apoio nem dos governadores e prefeitos, nem do sistema político em sentido estrito, eles também sujeitos ao mesmo repúdio das ruas. Em decorrência, a presidente ficou falando sozinha e nada prosperou em sentido favorável para ela.

Poder-se-á argumentar que a fraqueza presidencial foi relativa e mostrou força nas eleições de 2014, pois afinal de contas Dilma delas saiu vitoriosa. Trata-se de uma ilusão, típica das competições democráticas. Seu desempenho nas eleições não mostrou força, mas fragilidade, tanto porque a vitória foi por pequena diferença (estreitando expressivamente a folga que a mesma Dilma havia obtido nas eleições de 2010), quanto sobretudo porque a campanha governista valeu-se de todos os artifícios, expedientes e recursos concedidos pelo poder e foi impulsionado por uma campanha de marketing extremamente negativa, agressiva e mentirosa – o que ensejou que logo no início de seu segundo mandato (janeiro de 2015), com o anúncio de medidas que contrariavam o discurso de campanha, sua

vitória fosse logo estigmatizada como “estelionato eleitoral”. Feita por um partido que se proclamava de esquerda, a campanha de 2014 foi vergonhosa e contribuiu de forma determinante para agravar a condição de fraqueza política do governo: ele venceu, mas não teve como fazer da vitória um recurso de governança. Ao contrário.

A fraqueza governamental ficou ostensiva no *day after* das eleições, momento que poderia ter sido aproveitado para refundar e atualizar o ciclo petista, mediante a melhoria das relações do governo com o campo progressista e com a opinião pública. Em vez disso, optou-se por acirrar as tensões, reiterar o discurso maniqueísta da campanha e deixar ao largo, como causa perdida, a interlocução com as classes médias, que passaram a ser sistematicamente hostilizadas tanto pelo “Estado” petista – seus dirigentes e órgãos de direção – quanto pela “sociedade civil” do partido, a começar de parcelas expressivas de sua intelectualidade. Com isso, cresceram as duas tendências que levariam o governo ao *impeachment*: ele perdeu o pouco que tinha de capacidade de articulação política no Congresso e simplesmente implodiu as pontes com a opinião pública.

A diáspora das bases parlamentares do governo não se deveu, assim, a um golpe das oposições, mas sim à inapetência e à incompetência do próprio governo e de seu núcleo político de sustentação. Basta lembrar, a propósito, que o principal motor do processo de impedimento foi o PMDB, partido que ocupava a vice-presidência da República. Houve sim “traição”, mas ela foi fomentada com a colaboração do próprio personagem traído. O golpe nasceu e cresceu nos ambientes governistas, ainda que tenha obtido apoio (tardio, diga-se de passagem) do PSDB e do DEM e tenha encontrado sua peça técnico-processual em uma iniciativa de juristas não diretamente envolvidos com as oposições. Quando o governo se deu conta, o processo já havia avançado. Mas houve, evidentemente, muito mais do que isso.

A crise econômica

A crise e a desorganização da economia apresentaram suas credenciais em 2012. Bloquearam o crescimento e, com isso, passaram a roubar base de apoio para a reprodução do pacto econômico-social entre empresários, bancos e trabalhadores, fechando ao mesmo tempo a torneira que viabilizava as políticas sociais do governo.

Houve indução externa para o desencadeamento da crise: a retração chinesa, os problemas globais do capitalismo, o rebaixamento dos preços do petróleo, a complicação generalizada dos termos das transações comerciais. Não se tratou, portanto, somente de

erros de concepção de política econômica, mas esses tiveram peso decisivo no processo, fazendo com que os fatos externos reverberassem no interior de modo particularmente perverso. A crise internacional não conseguiu encontrar barreiras que a administrassem, já que as orientações políticas internas seguiram as mesmas pegadas de antes ou derivaram para modalidades “criativas” de gestão fiscal e financeira que acabaram, com o tempo, por se mostrar impulsionadoras da própria crise, turbinando-a em vez de refreá-la. O governo Dilma, no fundo, perdeu o controle da gestão econômica.

A crise econômica foi um problema em si e teve efeito político demolidor. Antes de tudo porque reprimarizou a economia, bloqueou a expansão industrial e inviabilizou qualquer modalidade de crescimento sustentável, atropelando até mesmo os esforços ambientalistas de regulação de florestas e terras indígenas. Deixou-se impulsionar quase que tão somente pela alta internacional dos preços das *commodities*. Optou por financiar e subsidiar a ação internacional de algumas poucas grandes empresas, com o que sugou parte da energia nacional e desagradou o empresariado. Sobrecarregou artificialmente as finanças públicas, desorganizando a dimensão fiscal do Estado.

Até 2012, o modelo econômico adotado pelo governo Lula se reproduziu com alguma suavidade, mantendo a expansão e promovendo real melhoria dos salários populares, graças ao aumento do salário mínimo e do emprego.

O grande problema foi que o modelo teve pernas frágeis e artificiais: confiou demais na ampliação do crédito e do consumo popular, insistiu na depreciação do real frente ao dólar (o que barateou certos bens) e, mais grave ainda, não propiciou o aproveitamento das vantagens oferecidas pelo ciclo expansionista inicial (entre 2004 e 2012, aproximadamente) para impulsionar reformas de caráter estruturante, com que teria sido possível consolidar os avanços. Não houve democratização da propriedade, salto industrializante ou sofisticação da estrutura produtiva, por exemplo, com o que a economia permaneceu basicamente a mesma e o padrão do trabalho não se alterou, mantendo-se sem maior qualificação (e, portanto, pouco produtivo e mal remunerado). Os efeitos disso foram arrasadores, tanto na economia quanto na sociedade e na política.

A aliança de classes projetada como base de apoio pelo PT, em 2005, foi, na verdade, um pacto conciliador, feito para dar sustentação ao governo de um partido que dificilmente poderia obter maioria no Congresso. Representou a passagem do PT para o campo da política democrática e das coalizões, depois de uma longa fase de retração e recusa a esta modalidade de conduta. Dadas as circunstâncias, foi uma estratégia inteligente e justificável. O partido, porém, errou na dosagem, não condicionou programaticamente

as coalizões e não adotou uma orientação voltada para a construção de hegemonia: para estabelecer e ampliar capacidade de direção política e moral (GRAMSCI, 2000). O pacto destinou-se a acomodar os muito ricos e os muito pobres, sem reservar papel mais significativo para as classes médias tradicionais, a não ser a de funcionar como via de chegada dos setores mais pobres e como saco de pancadas da retórica “revolucionária” do partido. O governo Lula e, depois, o governo Dilma trabalharam para dar vazão a uma “nova classe média”, que nunca chegou a se formar de modo sustentável mas que foi contaminada ideologicamente pela convivência com a classe média tradicional, encorpando o que viria a se converter gradualmente numa plataforma antipetista. Como o pacto social que sustentou tudo isso foi predominantemente rentista, baseado em concessão de crédito e incentivo ao consumo, ele tendeu a ruir quando seus próprios termos começaram a mostrar dificuldade de reprodução. A “velha” e a “nova” classe média terminaram, assim, por confluir para um mesmo tipo de descontentamento, ainda que com sinais distintos.

A falta de sustentabilidade desta orientação política se combinou, também, com a baixa produtividade no terreno das políticas sociais, seja quanto ao tamanho do gasto público voltado às políticas de bem-estar mais típicas (educação, saúde, previdência), que permaneceu basicamente inalterado ao longo do tempo, seja quanto à redução da desigualdade. A crise representou, por seus efeitos de curto e médio prazo, a impossibilidade de dar sequência às políticas assistenciais e contribuiu decisivamente para que se reproduzisse o padrão modesto de distribuição de renda. O perfil brasileiro, neste quesito, permaneceu inalterado, com o país não se afastando do grupo dos países mais desiguais do mundo.

Faz sentido, portanto, perguntar: “o que foi feito de política social, além das políticas compensatórias de distribuição de renda — e nem se gasta tanto com isso? O resto foi salário mínimo e aumento do emprego. Fora o salário mínimo não houve nenhuma política social: na saúde, o que foi feito? Na educação, o que foi feito? Não houve política industrial, não houve política de inovação e desenvolvimento”. (QUADROS, 2015)

Conforme dados e análises do *Boletim de Conjuntura* publicado em junho de 2016 pela Fundação João Mangabeira, a renda brasileira permaneceu extremamente concentrada nos últimos quinze anos. A distribuição foi quase residual, tímida e facilmente reversível, travada pela ausência de reformas. Regrediu rapidamente quando a crise despontou e finalmente, por volta de 2013, se instalou em definitivo.

A partir de então, a mobilidade social das camadas mais baixas da população e a melhoria dos salários populares estacionaram e passaram a cair. “A grande novidade da Pnad 2014, correspondente aos dados de 2013, é que a mobilidade social diminuiu ou reverteu: em vez de ascensão, tem-se um rebaixamento das camadas populares. Em 2013 a baixa classe média continuou crescendo: representava 43% da população e subiu para 44,2%. Mas cresceu porque houve uma queda na alta classe média e, principalmente, na média. A mobilidade social foi descendente, principalmente na média classe média, que caiu para baixo. Cresceu também pela primeira vez a classe dos miseráveis. Isso significa que vai havendo uma queda em cascata: da alta cai para média, da média cai para a baixa, da baixa cai para a massa trabalhadora, e da massa trabalhadora cai para os miseráveis”. Tudo passou a indicar que se poderia estar às vésperas de um retrocesso social, sobretudo porque o crescimento econômico declinou expressivamente em 2014 e se converteu em recessão a partir de 2015. (QUADROS, 2015).

Efeitos sistêmicos e da Lava Jato

A Operação Lava Jato desempenhou função determinante na crise que catapultou o governo Dilma, sobretudo pelo que revelou dos mecanismos de financiamento político por meio do uso irregular de empresas (Petrobras, sobretudo) e pelo que pôs de pressão sobre os políticos, a coalizão governamental e o sistema político. Quanto mais ela avançou, mais foi produzindo efeitos desorganizadores sobre o governo Dilma. A rigor, a operação foi equânime em sua produção: todos perderam com ela, ainda que o ônus maior tenha caído sobre os esquemas que mantiveram o PT como força ativa de 2003 em diante. A operação também desvendou os caminhos seguidos por partidos e grupos políticos para financiar suas atividades e suas campanhas eleitorais, cortando os dutos que alimentavam o modo predominante de prática política no país. Além do mais, como se não bastasse, deixou evidente que parte da atividade ilícita de financiamento via relações entre particulares e empresas públicas serviu para o enriquecimento de pessoas físicas, fato que dramatizou ainda mais a operação.

A situação crítica também foi determinada pelos efeitos cruzados do presidencialismo de coalizão e do sistema político-eleitoral, sobretudo naquilo que apresentam em termos de cultura política, de um padrão de prática política inteiramente apoiada na extração de vantagens do governo e no acúmulo predatório de recursos de poder. Trata-se de um sistema que desafia a todos, mas que afeta de modo negativo os

partidos de caráter mais programático e menos fisiológico, por um lado onerando seus custos operacionais e por outro embaçando suas identidades, que com o tempo terminam por ficar comprometidas. Aconteceu isso com o PSDB e com o PT, para mencionar as duas forças que polarizaram a política nacional nas últimas três décadas.

O PT reagiu aos obstáculos sistêmicos de forma inadequada. Para poder privilegiar o controle do governo central, optou por obter a adesão fisiológica das correntes e personalidades políticas que compunham o que se convencionou chamar de “centrão”, um agregado sem perfil definido e disposto a aderir a qualquer governo, desde que obtidas algumas regalias. O episódio do “mensalão”, que é de 2005, demonstrou a determinação com que o PT se entregou a este jogo, que foi reinventado e ampliado nos anos subsequentes.

Em segundo lugar, como decorrência dessa busca de cooptação das alas mais fisiológicas, o partido também procurou cooptar sua base social e institucional tradicional, consubstanciada nos movimentos sociais e em parte da estrutura sindical, que foram convidados a atuar como correias de transmissão das orientações governamentais.

E por fim, em terceiro lugar, o partido e seus governos abriram mão da proposição e da execução de reformas de tipo estrutural, as únicas que de fato poderiam embasar um reformismo vigoroso pela esquerda. Pouco foi feito nessa direção, seja em termos de política econômica, seja em termos de política social. Perdeu-se uma extraordinária oportunidade histórica, especialmente durante os anos em que a economia nacional pode se beneficiar de uma fase de crescimento.

Deve-se registrar, também, que o sistema presidencialista brasileiro passou a conviver com uma multiplicação errática do número de partidos políticos, fato que aumentou expressivamente a fragmentação partidária, onerando os custos de gestão do sistema. Além disso, dadas as facilidades existentes para a proliferação das legendas, elas passaram a ser criadas com propósitos muitas vezes escusos, para funcionar, por exemplo, como vitrines de projetos estritamente pessoais. O acesso facilitado ao rádio e à TV, bem como a inexistência de qualquer cláusula de barreira e as injeções recebidas do fundo partidário, funcionaram como poderosos incentivos para a prática. E ela, ao se generalizar, comprimiu ainda mais a vida dos partidos mais bem estruturados e de tipo programático, contribuindo para rebaixar o padrão das disputas eleitorais e para diminuir o valor da política aos olhos dos cidadãos.

Nenhum governo teria como extrair benefícios dessa situação. O governo Dilma, já fragilizado por sua dificuldade intrínseca de administrar coalizões e apetites políticos, foi

literalmente abandonado pela “classe política”, tão logo se configurou o aprofundamento da crise.

A inoperância reformadora do PT

A adaptação taticista do PT ao jogo fisiológico do presidencialismo de coalizão significou, em última instância, o abandono pelo partido da atuação programática e da formulação substantiva de novos desenhos de sociedade, aquilo que nos habituamos a associar à ideia de “projeto nacional”. Enfeitiçado pela perspectiva de controle do poder central – instância a partir da qual imaginou erguer o partido e dar materialidade às suas intenções reformadoras –, o PT parou de desenvolver esforços de teorização política do país e, por extensão, deixou de atuar como organismo vivo e com perfil pedagógico, voltado para a luta de ideias, a ativação cultural da sociedade civil e a busca de maior presença hegemônica. Entregou-se de corpo e alma à luta eleitoral, caminhando mais pela via do marketing que do debate democrático. Conseguiu ser bem sucedido nesta operação – venceu as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014 –, mas a um custo alto demais: não educou a cidadania que lhe transferiu o voto, limitando-se a “treiná-la” para agir defensivamente e atacar de forma maniqueísta os adversários do partido. A falta de um trabalho teórico e cultural manifestou-se com clareza no empobrecimento dramático do discurso político do partido, de seus representantes parlamentares, de suas lideranças e de sua militância, um discurso invariavelmente desinteressado de promover a qualificação do debate político e dedicado a disseminar uma interpretação em que os “outros” seriam sempre os responsáveis pelos equívocos e pelas dificuldades do partido.

Nem sequer na área central das disputas hegemônicas da sociedade contemporânea o PT buscou interferir: a imprensa e o universo da comunicação de massa. O partido, por um lado, se afastou da grande imprensa, que ele, quando na oposição, sempre cortejara em busca de espaços de intervenção. Passou a hostilizá-la e a vê-la como um “aparato” a serviço da reprodução do capital, um agente pernicioso que precisaria ser denunciado e combatido sem tréguas. A má vontade da grande imprensa, que já existia, aumentou. E quanto mais cresceram as dificuldades operacionais do partido na área política e governamental, mais ele recrudescer a crítica à mídia corporativa. Ela passou a ser tratada em bloco como um “monopólio antidemocrático” e o partido se concentrou neste ataque, deixando de lado qualquer esforço dedicado a edificar um sistema próprio de comunicação, que disputasse em condições de pluralidade democrática o circuito das informações e das

narrativas. Desinteressou-se de criar uma imprensa partidária efetiva, que pudesse não só fazer o contraponto do que se considerava a “campanha midiática adversária”, mas fornecer informações e cultura aos cidadãos, aos eleitores e aos militantes. Defendeu a regulação dos meios de comunicação, mas nunca deixou clara a distinção que deve existir e ser claramente estabelecida entre regulação e controle. Perdeu a batalha das ideias não só por não ter ideias, ou tê-las em dose insuficiente, mas sobretudo por não ter como difundir-las a não ser pela palavra do Poder Executivo.

O PT não buscou a inovação e nem se renovou. Fez exatamente o que todos haviam feito, dando-se o direito de aumentar a intensidade das piores práticas. Abusou, por exemplo, do expediente de fortalecer os “anéis burocráticos” que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso havia denunciado ainda nos anos da ditadura (CARDOSO, 1975), patrocinando o aprofundamento dos laços entre o empresariado e a máquina pública (especialmente bancos oficiais, empresas públicas e fundos de pensão), com o que beneficiou alguns grandes grupos empresariais com créditos subsidiados e isenções em troca do apoio destes ao jogo político tradicional, de corte fisiológico, e ao padrão vigente de financiamento eleitoral. Incluiu neste sistema, com peso específico não desprezível, parte dos movimentos sociais e do sindicalismo. O clientelismo acabou, assim, por ser turbinado, em detrimento da vida partidária, do Parlamento, da democracia e da sociedade civil. Tudo passou a ser feito sempre mais mediante o Poder Executivo ou diretamente por ele.

O efeito disso nos ambientes partidários foi intenso. Os “anéis”, assim como o envolvimento direto de dirigentes e militantes na gestão das grandes empresas públicas e dos fundos de pensão, facilitaram e ampliaram o trânsito entre dirigentes sindicais, gestores públicos e dirigentes partidários, cimentando e impulsionando uma aliança tecnoburocrática que invadiu o partido, impondo a ele a adoção de critérios conservadores e defensivos a partir de sua própria direção nacional. O PT se deixou impregnar de novos interesses sociais, abriu suas portas para muitos carreiristas e para as novas elites que se constituíam no sindicalismo e no próprio aparelho de Estado. Quanto mais o partido de se tornou uma máquina poderosa, mais este processo se fixou, de algum modo corroendo sua identidade e, pior, amarrando-o de forma trágica ao Estado e ao grande capital. A perspectiva adotada pelos governos Lula e Dilma de promover farta distribuição de cargos superiores de assessoria (os DAS-6) a sindicalistas e dirigentes partidários fez com que eles se tornassem administradores de grandes orçamentos, fato ampliado por seu envolvimento na gestão dos fundos de pensão e em empresas públicas. O sistema

enriqueceu alguns e se converteu em via de ascensão social para muitos. O sindicalismo foi “empoderado” pelo Estado e de algum modo alterou seu perfil de classe e seu modo de atuação. Não foi por acaso que Chico de Oliveira avançou a tese de que uma “nova classe” estaria a surgir deste reenquadramento da burocracia sindical. (OLIVEIRA, 2003). O problema do partido, portanto, foi ter feito tudo igual, sem ousar mudar o sistema: alimentou-o e o intensificou, terminando por ter de digeri-lo e por ir sendo gradualmente devorado por ele.

Além do mais, o PT foi vítima de certo tipo de soberba, nos termos consagrados por Gramsci, quando escreveu que a “ vaidade ” que Vico identificara em algumas nações poderia ser estendida também ao mundo dos partidos, que creem estar prontos e descuidam de sua constituição (GRAMSCI, 2000, p. 316). Ao crescer e se fortalecer, o PT acreditou que conseguiria fazer com que tudo ficasse dominado e sob controle. Nada abalaria sua dominância generalizada entre os empresários, os movimentos sociais e os políticos da base aliada. Esnobou o Parlamento, tratando-o mais como um problema e um obstáculo do que como um interveniente estratégico, por onde devem passar soluções. Achou que tudo seria possível a partir do Executivo, cuja força neutralizaria o dinamismo parlamentar e o faria seguir as ordens do chefe. Deixou-se aprisionar pelo mesmo autoritarismo que, antes, não se cansara de denunciar.

Com tal convicção, iludiu-se com a adesão de massas expressivas de eleitores e simpatizantes, que compuseram aquele “elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizacional”, sem os quais um partido não poderia existir, mas que são insuficientes para fazer com que um partido exista, pois só constituem uma força “na medida em que existe quem os centraliza, organiza e disciplina – na ausência dessa força de coesão, eles se dispersariam e se anulariam numa poeira impotente”. Descuidou do “elemento de coesão principal, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais”, e também do “elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só ‘físico’, mas moral e intelectual”. (GRAMSCI, 2000, pp. 316-317 – caderno 14, § 70).

O PT sofreu, ainda, com a prisão e o cerceamento da atuação de seus quadros históricos e emergentes, processo que se iniciou em 2005 e só fez crescer, deixando o partido refém da liderança de Lula, personagem pouco interessado na construção partidária. O déficit de liderança se transferiu para dentro do partido, empurrando-o cada vez mais para a esfera governamental, onde se imaginava compensar a ausência de quadros. O partido

inchou, mas perdeu capacidade de formulação, de dinamização interna e de ação cultural. Além do mais, foi invadido por práticas carreiristas, de ascensão social e distinção, que com o tempo foram corroendo o que havia de coesão interna, tanto nas bases como nos grupos dirigentes. A manutenção de uma retórica de “luta de classes” serviu tão-somente para revelar quanto o partido se mostrava limitado no campo das alianças e se afastara do reformismo em sua prática governamental.

Traumas e recomposições

Impeachments são traumáticos: recurso que se deve empregar com cuidado e em situações especiais, ou quando há excesso ilícito de governo ou quando não se tem governo. Justamente por isso, promovem choques e costumam ser seguidos por períodos de melhoria ou oxigenação.

O pedido de afastamento de Dilma foi uma manobra política. Não feriu a Constituição, nem explorou caminhos hostis à legalidade jurídico-política. Foi sendo processado por dentro das instituições e com a vigilância ativa do STF. O envolvimento nele de um personagem nefasto como Eduardo Cunha foi em boa medida acidental: ele estava no meio da estrada, fazendo política sem escrúpulos e luvas de pelica. Terminou por ser partícipe de algo que o ultrapassou e que implicará sua defenestração.

O *impeachment* de Dilma pode ser o que for, mas teve sua própria dinâmica. Foi impulsionado por cálculos partidários, por interesses políticos que se sentiram prejudicados, por uma sociedade civil excitada e cindida ao meio. Confundiu-se com a emergência de um ordenamento social mais fluído e de um capitalismo turbinado. Refletiu uma máxima da política: quando um governo perde seus apoios e se isola, deixa de conseguir governar e se expõe às manobras dos adversários.

Dilma e o PT poderiam ter evitado o processo, até mesmo porque não tiveram contra si uma oposição política articulada. Foram devorados pela falta de base parlamentar e pelo fisiologismo que patrocinaram intensamente. Tiveram dificuldades enormes para buscar um entendimento político com as forças de centro e centro-esquerda, mostrando que não estavam preparados para agir em termos de “grande política”. Não conseguiram formar um governo de unidade com pegada republicana, a partir do qual pudessem emprestar maior eficácia à governança, reerguer a economia e promover uma retomada efetiva da reforma política.

O pós-*impeachment* é um enigma. Não há nada certo, garantido ou seguro. Tudo pode acontecer, até mesmo o vazio, um acordão infame, o prolongamento radicalizado da

crise ou a formação de um bloco de forças reformadoras que areje o país. Os defensores do impedimento sabem o que não querem (a continuidade de Dilma), mas ainda não disseram o que farão ao vencerem.

Por isso, mais importante do que falar em golpe e buscar formas de “resistência” a ele, é descobrir os espaços e as pessoas que poderão imprimir nova qualidade à política nacional, formando um polo magnético que incorpore as diversas forças do mundo político e social – partidos, sindicatos, movimentos, cidadãos, empresários e trabalhadores – em uma obra de recomposição que exigirá empenho e muita capacidade de diálogo.

A recomposição política do país será mais bem sucedida quanto mais cumprir três requisitos básicos: reformar a política, promover o nascimento de uma nova esquerda, moderna e democrática, reaproximar e unificar os progressistas, facilitando o diálogo entre eles.

A postura que denuncia o “golpe de Estado” não contribui para que se dê qualquer passo à frente. Nesta medida, ela é um equívoco político que afasta parte importante da esquerda dos centros propulsores da democracia brasileira. Seus defensores veem a si próprios como formando uma brigada em defesa de direitos sociais e da democracia, sem levar em conta que direitos sociais e democracia estavam a ser problematizados pelas próprias opções governamentais petistas no plano fiscal, em termos éticos (clientelismo, corrupção, fisiologismo) e na política econômica.

Por isso, em primeiro lugar, a insistência nessa postura não ajuda a que se compreenda o ciclo petista, com seus acertos e desacertos, posto que transfere para terceiros (os “golpistas”) a dinâmica do processo político e, portanto, todas as culpas e responsabilidades. Não facilita a que o próprio PT, e seus simpatizantes, avaliem criticamente o que transcorreu de 2003 para diante ou entendam as transfigurações “transformistas” (Gramsci) do próprio partido.

Em segundo lugar, não colabora para que se reforcem as posições de esquerda na política nacional, na medida em que as empurra para uma gruta retórica que fomenta “resistência”, mas não “protagonismo”. Pela maneira histriônica e impositiva que a retórica do golpe tem sido posta em circulação, ela emerge na cena pública com doses inadequadas de autoritarismo, de recusa ao diálogo e às regras do jogo democrático. Não contribui para que a esquerda – a petista, sobretudo, mas também as correntes que satelizam o PT – reveja a si própria, livre-se de seus andrajos e se atualize teórica, política e ideologicamente.

Por fim, a denúncia do golpe em nada ajuda a que se compreenda a crise política que desde 2013 se arrasta no país. As revoltas de junho daquele ano (NOGUEIRA, 2013) e, depois, o processo eleitoral de 2014 fizeram com que a situação política nacional se deteriorasse, a ponto de tornar improvável que, no curto e médio prazo, se possa ter no país bons governos e boa vida, ou seja, ação estatal virtuosa e reorganização socialmente justa da sociedade, com o equacionamento de seus focos de perversão, de seus gargalos estruturais e de suas potencialidades.

Enquanto se agitarem as bandeiras da “resistência” ao golpe, as correntes democráticas e progressistas permanecerão criando falsas contraposições entre elas, deixando escapar pelos dedos as chances de formação de um bloco reformador vigoroso, ao passo que o regressismo amadurece, à vista de todos, como uma possibilidade.

Há muita fumaça no ar, expelida não só pelo poder e pelo sistema, que, como sempre, se protegem e se legitimam mediante atos tirânicos, seduções e ocultamento. Venenos e toxinas, que poluem e nos roubam oxigênio, são liberados também pelo mundo da vida e pela sociedade civil, em parte ingenuamente, quase sem querer, e em parte deliberadamente, por gente que sabe o que faz e que imagina navegar melhor por entre brumas e cerração. No fundo, a fumaça não beneficia ninguém, mas é particularmente prejudicial para quem almeja carregar a tocha da liberdade, da democracia, da igualdade e da justiça social. Para este setor, que tem pressa, quanto mais brilhar a luz da razão crítica, melhor.

Os produtores de fumaça – tanto os do sistema quanto os da sociedade civil –, seguem impávidos o caminho que lhes foi dado trilhar. Carregam nas tintas, fornecem provas e mais provas de que são senhores da verdade e se sentem realizados quando percebem que seus feitiços produzem efeito e encantam multidões. O aumento da confusão, a ilusão e a auto-ilusão, a retórica inflamada e indignada, o anúncio bombástico do apocalipse, a vitimização, são ferramentas e recursos usuais, e deles não se pode esperar aumento da razão ou esclarecimento.

O quadro brasileiro corresponde a uma época paradoxal: brilhante e opaca, participativa e improdutiva, de muita movimentação e poucos resultados positivos, de sofrimento organizacional, excitação e mal-estar, de vida líquida, flutuante e instável. Essa, porém, é a nossa época, e teremos de saber lidar com ela se quisermos cogitar de transformá-la.

[Junho de 2016.]

Referências bibliográficas

- Boletim de Conjuntura Brasil*. (2015). Brasília, Fundação João Mangabeira, nº 4, junho.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GRAMSCI, Antonio. (2000). *Cadernos do cárcere*. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 3.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. (2004). *Em defesa da política*. São Paulo, Editora Senac.
- *As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. (2013). Brasília/ Rio de Janeiro, Contraponto.
- OLIVEIRA, Francisco. (2003). *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- QUADROS, Waldir (2015). “Está em curso um retrocesso social em cascata”, entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, 10/6/2015. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/541562>. Acesso em junho de 2016.

Entrevista

Renato Janine Ribeiro “Crise Política”

Entrevista concedida a Rafael de Paula Aguiar Araújo¹

Ex-ministro da Educação e professor titular de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo, Renato Janine Ribeiro aceitou conversar com a Revista Ponto-e-Vírgula. Nos recebeu em sua casa, no dia 10 de junho de 2016, em pleno desenrolar da crise política brasileira. Um conjunto de dez questões foram formuladas e encaminhadas previamente, serviram apenas de inspiração para a conversa que ocorreu livremente. Nas páginas que se seguem, Renato Janine relata sua opinião sobre a crise política pela qual passamos no Brasil e no mundo, além de lembrar momentos de sua passagem pelo ministério. Trata-se da perspectiva de quem conhece profundamente a política pela teoria, mas também de quem a vivenciou na prática, como parte do primeiro escalão do governo.

Ponto-e-Vírgula: Você é bastante conhecido pelas importantes pesquisas realizadas sobre a obra de Thomas Hobbes, autor fundamental para o debate sobre a soberania de Estado. Você acredita que vivemos hoje, especialmente a partir da crise do petróleo da década de 70 e a emergência do neoliberalismo, uma crise de soberania de Estado?

Renato Janine: Vivemos, sim, uma crise de soberania do Estado nacional, sem dúvida. O Estado nacional perdeu muito do peso que tinha para decidir, tanto que a mais importante iniciativa política das últimas décadas parece ser a União Europeia, que é supra-estatal. A União Europeia reduziu a soberania dos seus componentes, mas conseguiu ser um *global player*, podendo dialogar com Estados Unidos e com China, por exemplo. Isso é incompleto, porque ela não tem uma política externa conjunta, mas fica claro que aqueles

¹ Professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP. Editor da Revista Ponto-e-Vírgula. E-mail: rafa77@uol.com.br

países que eram poderosos perderam seu poder individual. Grã Bretanha e França, que estiveram entre os vencedores da segunda guerra mundial, não podem hoje ombrear-se com China, Estados Unidos, e, no tempo dela, com a União Soviética. E quando lemos os textos do entre guerras, vemos, por exemplo, que o encontro entre o ditador da Alemanha, o ditador da Itália, o primeiro ministro da França, e o da Inglaterra em Munique para sacrificar a Tchecoslováquia, reunia quatro potências importantes. Afinal, os Estados Unidos estavam isolados e a União Soviética estava isolada. Hoje, quem pensaria na Itália como potência global? A capacidade de um governo atuar é limitada, e as eleições na Europa têm mostrado isso. Têm mostrado que quando o governo adota uma política que vai contra o fundamento do Euro ou contra outros fundamentos, ocorre uma espécie de intervenção branca, como a chamada *troika*, que na prática governou Portugal durante alguns anos. A soberania reduziu-se muito. Mas estamos falando “a soberania nacional reduziu-se”, e o essencial é que foi uma redução também na soberania popular. São dois conceitos diferentes, mas que, no caso, estão ligados.

Ponto-e-Vírgula: A ideia de publicarmos um dossiê sobre crise política parte desta sensação de que o Estado-nação está em crise. Eu conheço as suas pesquisas sobre Thomas Hobbes. Gostaria de saber o que pensa sobre as ideias de Antonio Negri e Michael Hardt presentes na obra *Império*. Há ali uma análise de que o conceito de soberania, centrado em um território e uma população específica, se fragilizou por conta de uma multiplicidade de fatores que atuam sobre o processo decisório de um governante. O conceito de *Império* parte de uma multiplicidade de poder. E isso corresponde também a uma mudança nos governados, que deixariam de ser uma massa homogênea e passam a ser uma multiplicidade que os autores chamam de *multidão*. Eu tenho a impressão que os movimentos que têm eclodido ao longo do globo, pelo menos desde 2011 com a Primavera Árabe, são uma espécie de materialização desses conceitos, embora tenham escrito o livro antes e publicado em 2000. Você acha que falar em crise política tem a ver com essa quantidade de forças que passam a atuar sob o processo decisório, ou entende que são coisas distintas?

Renato Janine: Primeiro, a soberania nacional e popular nunca foi para todos. A quantidade de países efetivamente soberanos é pequena. Estados Unidos, China, não há muitos mais. Talvez você consiga soberania se tiver muito poder, como é o caso desses dois países, ou se tiver uma grande aliança, caso da União Europeia, mas que está em

forte crise; ou se você se isolar muito, o que talvez seja o caso do Butão. É difícil falar em soberania nacional. A soberania popular, que eu acho que é a grande questão, porque estamos partindo aqui de um ideal de democracia, nunca foi muito bem vista. E, desde que começa a haver Estados mais ou menos democráticos, com frequência se constitui um Senado. O que é o senado? É uma câmara revisora, eleita de forma diferente, às vezes vitalícia ou com um mandato mais longo, para evitar que a massa, o povão, as classes pobres tenham poder. Se em 1900, antes da reforma da Câmara dos Lordes, que reduziu seu poder, se elegeisse uma Câmara dos Comuns de esquerda no Reino Unido, a Câmara dos Lordes barraria tudo. Isso só foi superado quando o primeiro ministro, mais à esquerda, ameaçou inundar a Câmara dos Lordes com novos lordes, mais progressistas. Só assim os Lordes aceitaram perder seu poder de veto. Isto foi em 1911. Então, em primeiro lugar, há essas formas institucionais de conter a vontade do povo.



Em segundo, o bem conhecido poder econômico. No Brasil, temos um terceiro turno que dura quatro anos. Ou seja, terminadas as eleições, o governo precisa se dar bem com as forças econômicas. Se não o conseguir, haverá uma crise grande, como a atual, que é mais complexa do que o capital atacando o PT, mas que mostra um pouco isso: a soberania não se expressa de uma vez por todas nas urnas. Há uma multiplicidade de fatores atuando sobre a soberania. Vou me apropriar de um conceito que Althusser utilizava muito – um autor que teve um momento importante, mas hoje um tanto esquecido – ele fala em *sobredeterminação*. Há um conjunto de forças, mas uma é mais forte e *sobredetermina* as outras. Essa *sobredeterminação* se joga entre o econômico e o político. O econômico tem um peso forte, ele *sobredetermina*, mas o político em certos momentos consegue contrapor-se ao econômico, limitá-lo, reduzir seu peso. Não fosse assim, não teríamos tido o avanço da social democracia que basicamente é uma grande limitação à

economia capitalista por valores externos, em certos momentos até contrários, aos valores capitalistas.

Quanto à Primavera Árabe, mencionei-a num artigo sobre as manifestações de 2013² no Brasil. Quis discutir essas manifestações que começam em maio de 1968 e que não tem causa aparente. Quer dizer, seja na ciência política, seja na sociologia ou na história, costuma-se estudar o *processo* que leva a um determinado resultado. Vemos o PT e o MST crescendo, despontando, os defensores do *impeachment* crescendo, é possível notar um processo acontecendo. Mas há acontecimentos que são totalmente inesperados. Por que o fato de um homem pôr fogo em si próprio, na Tunísia, leva à queda do regime e a uma sucessão de mudanças no mundo árabe? Não há explicação. Não é essa a causa suficiente, porque ninguém via isso acontecendo. Pode ser uma falha de análise? Pode ser que os observadores não tenham percebido um processo em andamento? Pode até ser. Mas também pode ser o inesperado. Há fenômenos inesperados: Brasil de 2013, Bulgária 2013, Turquia 2013. Foram situações marcadas por esse tipo de eclosão que vai além do que a ciência política estuda. Têm um elemento forte de *happening*, um elemento forte de vida pessoal. Maio de 68 é um grande exemplo porque, quando eclode, a tendência das lideranças de esquerda, ou à esquerda do partido comunista é: “Vamos fazer a revolução”. Alain Krivine, Alan Geismar, todos eles eram trotskistas, maoístas etc., querendo fazer a revolução. O movimento deu errado na tomada do poder e deu super certo na reconfiguração das afetividades e da política no mundo todo. Criou-se uma marca diferente. Dou mais importância a essas eclosões do que a uma análise sociológica ou política tradicional. Não havia a ideia de processo, até o século XVIII. Antes de Durkheim, antes dos grandes sociólogos, antes de haver a sociologia, antes de haver as Ciências Sociais, veríamos quase todos os acontecimentos como surpresas, como acasos. Talvez, Montesquieu. O que há são acasos, acidentes. Voltaire conta que houve quase uma guerra por causa da posição das carruagens dos embaixadores em uma cerimônia em Paris: não lembro que país desfilou depois de outro e daí quase se chegou a uma guerra. Não levaríamos hoje a sério uma explicação – ou um acontecimento – destes. Quando surge a ideia de processo, ela dá maior seriedade aos acontecimentos. Se houve a Revolução Russa, houve um processo que levou a ela.

A Primeira Guerra Mundial é um grande problema, talvez, por ser uma situação entre o acidente e a necessidade. Por um lado, a Europa era um barril de pólvora, bastava

² O Brasil e a democracia de protesto, acessível em <http://www.revistas.usp.br/matrizas/article/viewFile/82933/85969>.

uma centelha para atear fogo em tudo. Mas se um maluco não tivesse matado o arquiduque, talvez não acontecesse nada. E para falar um pouco de relações internacionais, a maior façanha da diplomacia no século XX foi ser capaz de evitar que acidentes, desvarios, descontroles arreventassem o mundo. Do contrário, já estaríamos na vigésima guerra mundial, em apenas um século. Mas o imprevisto voltou a acontecer na história – ou voltamos a enxergá-lo. Esse imprevisto não volta à grande política, matando arquidques, mas à interface entre o vivido e a política. Por exemplo, a pancadaria da polícia de Alckmin nos manifestantes em 2013, que as fortaleceu, o senhor que se matou na Tunísia e por aí vai.

Ponto-e-Vírgula: Estudando esses recentes movimentos que se apropriam da tecnologia como meio de organização, e observando a análise que faz Manuel Castells, é possível identificar que há um mínimo denominador comum entre todos eles, o *Occupy Wall Street*, a *Primavera Árabe*, os *Indignados*, e mesmo aqui, com as *Jornadas de Junho*. Podemos dizer que haveria uma crise de representatividade e a ausência de um líder formal. Você concorda com isso? Teria uma outra causa? Eu gostaria que você falasse sobre isso, sobre o conceito de representação. Sobre o que levou a essa crise.

Renato Janine: Vamos ligar as duas coisas. Na questão do líder, vamos analisar o estadista. O estadista é um líder muito específico. No século XX, eu reconheço quatro: Roosevelt, de Gaulle, Churchill e Mandela. Por que esses? Três deles, não por acaso, são os vitoriosos do lado democrático na segunda guerra mundial. Veja Churchill, um sujeito totalmente errado, que só tinha feito bobagem na vida, entre elas a criação artificial da monarquia do Iraque, que deu no que deu. Se esse homem, beirando os 70 anos, não tivesse afirmado fortemente que era preciso enfrentar Hitler, talvez o resultado fosse diferente. Roosevelt metendo-se na guerra, e De Gaulle, em 1940, mantendo o estandarte da França livre, e em 1958 reconfigurando a França, são grandes figuras. Mandela é outro tipo. É um herói mais estilo Gandhi, fazendo intervir na política um elemento muito humano, que os outros três não têm, que é o perdão. Quando assume o poder na África do Sul, o normal seria mandar a elite exploradora branca embora, como foi feito na Rodésia, atual Zimbábue. Não seria injusto. Mas o resultado para o Zimbábue foi catastrófico: desagregou o país e colocou um ditador horroroso no poder. O resultado para a África do Sul não pôs fim à miséria e à alta criminalidade, mas evitou um massacre. É um país aprendendo a conviver. O hino nacional tem quatro estrofes com trechos em cinco das

onze línguas nacionais. Para cantar o hino, precisa saber pelo menos um pouco de cada língua.

Mas o estadista é um líder que vai muito além do usual.

No Brasil, reconheceria como estadistas Getúlio Vargas e Lula. Eles reconfiguraram o país de maneira notável e progressista. Tivemos outros governantes bons: admiro Fernando Henrique Cardoso, mas ele mexeu no Estado, nas empresas, não mexeu na sociedade tanto como Vargas e Lula. Um dos traços que caracterizam um “hiper líder”, um estadista, é enxergar além dos representados. De Gaulle, em 1958, fala aos colonos franceses da Argélia, que depuseram um governo legítimo para colocá-lo no poder: “*Je vous ai compris*” – “Eu compreendi vocês”. Eles entendem “eu compreendi o que vocês querem”, é verdade, mas também é “Eu vos englobei”, “Eu vos anexeí”, “Eu coloquei vocês sob as minhas asas”. E, gradualmente, ele vai adotar políticas que eles não queriam, e assim vai salvar a França, apesar do milhão e meio de franceses brancos que viviam na Argélia, que terão problemas sérios por suas decisões. Rifou os colonos brancos da Argélia, mas salvou a França, bem maior que eles. Mas essa capacidade de enxergar longe é crucial. Em certos casos, a liderança supõe uma quebra com o representado. Em certos casos, mas sobretudo nos casos muito bem sucedidos. Se você consultar o povo para cada coisa, pode até ter pena de morte para homossexual...

Mas, além desses casos brilhantes e de exceção, de modo geral os representantes não representam bem os representados. Há uma queda extraordinária na qualidade dos representantes ou líderes. Na Europa Ocidental, talvez só Angela Merkel tenha perfil de líder. François Hollande, os espanhóis, os ingleses, os italianos não têm ninguém com esse nível. Vamos aprofundar este ponto. Líder, afinal, é sinônimo de *Führer*, de *Duce* ou, para lembrar o ditador fascista da Romênia, de *conducator*. Líder é quem conduz. A diferença dos nomes que mencionei para os “condutores” fascistas é que os primeiros conduzem democraticamente. Precisam ter farol alto, precisam persuadir e não apenas mandar. O líder deveria ser *mais*, mas o que temos hoje é que eles são *menos*. Vemos isso no Brasil. Tivemos um esvaziamento do poder executivo, a partir do momento em que Dilma descumpriu as promessas eleitorais de 2014 de maneira flagrante. Ela se enfraqueceu terrivelmente. Quem se fortaleceu nesse vazio foi Eduardo Cunha. Mas o relativo fortalecimento dele enfraqueceu o Congresso, com a desmoralização da Câmara que ele dirigia. Chegamos, em 2015, a ter os dois poderes eleitos no Brasil, os dois poderes propriamente democráticos, sem condições de liderar ou mesmo de representar a sociedade. Podemos repetir lugares comuns, dizer que foram eleitos sim, que nos

representam, que somos responsáveis. Concordo que foram eleitos. Mas acrescento: não representam. São mais fracos, menos interessantes, menos ricos, menos fecundos do que a sociedade que representam. Isso acabou, aliás, levando a Procuradoria Geral e o Supremo a preencher seu vazio. E para completar, como o próprio STF deixou de tomar decisões importantes – por exemplo, tardou cinco meses a afastar o presidente da Câmara – seu vácuo foi preenchido pelo juiz Sergio Moro. De onde vem a popularidade do responsável pela Lava Jato? Antes de mais nada, do fato de que age. A sociedade tem a sensação de que só ele tem a velocidade e a eficiência que se espera de todos, sem exceção, todos os atores públicos, mas que só ele demonstra. Vale a frase de Aristóteles, “A natureza abomina o vazio”, mudada para “A política abomina o vazio, o vácuo”.

Há uma fraqueza gigantesca, das instituições ou das lideranças, a ponto de muitos quererem Moro, como antes quiseram Joaquim Barbosa, como um possível presidenciável – papel que Barbosa recusou e Moro diz recusar também. Mas sua popularidade vem do fato de agirem. O que me preocupa é que essa escolha de juízes de pulso firme como líderes demonstre um desejo autoritário. Note bem, não estou dizendo que os dois juízes mencionados sejam autoritários, estou dizendo que há uma demanda por isso.

O Brasil é curioso. Por um lado, temos certa informalidade, com o carnaval por exemplo, mas por outro acreditamos que uma pessoa arbitrária, autoritária, que pratique até mesmo absurdos, possa salvar a pátria. Admiramos gente arbitrária, às vezes mal humorada, que destoa do brasileiro cordial, mas que justamente nos salva da condescendência, da irresponsabilidade que o coração traz. Aqui está o nó da crise da representatividade. Num momento como este, as saídas mal humoradas e autoritárias ganham em popularidade. É como se disséssemos: somos um fracasso como sociedade, cordiais em excesso que somos, por isso precisamos de uma transcendência, de uma intervenção, de uma prepotência que nos salve de nós mesmos. Precisamos de um Estado que nos proteja da sociedade fracassada que somos. Essa é a forma aguda que toma, no Brasil, um problema que hoje é mais ou menos mundial, porque a representatividade está em crise no mundo.

Fora do Brasil, veja o que sucedeu numa das três grandes democracias originais: quando Hollande sucede a Sarkozy na França, há um fraco sucedendo a um fraco. No Brasil, é pior ainda. Temos bastante corrupção e pouca eficiência no setor público, na sociedade temos uma pobreza que não existe mais nos países ricos. nossa situação é de emergência. Como conquistar a representatividade diante disso tudo? Isso, sabendo que esse congresso não votará nada que melhore a situação.

Ponto-e-Vírgula: Quando formulei a pergunta, pensei no Rousseau quando diz que a representatividade é impossível, que não se pode transferir a vontade ao representante. Trata-se de um procedimento que viabiliza a política, mas um representante não pode atuar em favor da vontade de milhões, exceto pela vontade geral. Para entender esse processo, é preciso cultura política e essa me parece ser uma peça nessa equação. Haveria então uma falta de cultura política, que eu diria que não é exclusividade do Brasil, e não é uma coisa que você possa fragmentar por diferentes classes e extratos sociais. Acho que é uma realidade geral da nossa época, e acho que seja um fator primordial para pensarmos a forma como a população muitas vezes descaracteriza os processos políticos, inclusive com cobranças muitas vezes irreais. Eu não sei se concorda que a ausência de cultura política é um fator importante e se enxerga outras causas além dessa que causam o esvaziamento do sistema representativo. Por exemplo, você mencionou o fato da Dilma ter feito promessas que ela não cumpriu. Se pensarmos bem, não poderíamos exigir que um candidato cumprisse o que ele prometeu em campanha independentemente de qualquer outro fator. Por quê? Pressupõe-se que uma vez eleito, ele irá discutir isso com seus pares e equipe e que outros pontos de vista irão surgir e que devem ser considerados no processo decisório.

Renato Janine: Mas se ele é do Poder Executivo, quem são os seus pares? Isso que você disse vale para deputado e senador, mas para presidente da República, quem são os pares? Você não está falando dos presidentes estrangeiros, você está falando dos outros atores da política brasileira, os outros grandes atores.

Ponto-e-Vírgula: Sim, uma vez que o representante ocupa o cargo para o qual foi eleito, ele passa a ter acesso a outras informações que talvez impeçam uma promessa de ser cumprida e, às vezes, isso deva ser levado em consideração. Agora, obviamente que isso pressupõe uma compreensão do processo de governabilidade que a população nem sempre tem.

Renato Janine: Sim. Vamos pensar, a esse respeito, em Lula e Fernando Henrique Cardoso. Os dois deixaram de cumprir coisas que prometeram, pelo menos não cumpriram na mesma velocidade. Fernando Henrique citava Weber, dizia que há a ética de princípios e a ética de resultados, os políticos precisam cuidar dos resultados e nem sempre esses princípios podem ser seguidos à risca. É engraçado que este discurso tucano, que relativiza

a ética dita de princípios, não seja utilizado contra o PSDB justamente nesse momento em que este acusa o PT de antiético. Mas é um discurso persuasivo. Até perguntei a FHC uma vez sobre as formas dele e de Lula de persuadirem, e ele respondeu: “a diferença entre mim e o Lula é que ele é mais afetivo e eu, mais racional” e agregou, “racional, apenas no nível do senso comum”. Eu vi Lula falando em Porto Alegre no Fórum Social Mundial, logo depois de sua posse. Disse àquele povo de esquerda que ia para Davos. Mas acrescentou: “Vou a Davos defender tais e tais pontos”: todas as suas promessas seriam cumpridas, mas não na velocidade em que gostaria. Foi o momento em que ele fez a metáfora da jabuticaba, que demora dez anos para que os frutos nasçam.

Os dois sabiam, um com Weber outro com a jabuticabeira, explicar que o governante não pode cumprir tudo o que prometeu. Então o que faz? Fala. Explica. E Dilma? Não falou nem explicou. Supondo que não soubesse, no momento da eleição, do tamanho da crise, ela deveria ter vindo a público e feito um pedido de desculpas. “Desculpem, não foi por mal, sou uma pessoa de bem, sou honesta”. Ela não sabia o tamanho da crise. “E peço a ajuda de vocês, peço a colaboração de vocês. Ao todo nós tivemos doze anos de avanços e um ano ou dois em que entramos em crise”. Isso deveria ter acontecido e esse era o discurso que eu tinha quando fui ministro.

Uma cobrança muito grande veio dos movimentos sindicais das universidades federais, especialmente de um sindicato majoritário entre os professores, e que queria que cortasse verba da educação básica para dar para eles. É uma coisa quase escandalosa, mas o governo não quis fazer uma contra-campanha. Eu queria expor isso e mostrar o caráter absurdo de uma reivindicação dessas, elitista. Mas não se formou, ao longo dos anos e anos de avanços sociais, gente capaz de perceber que esses avanços tinham sido frutos de políticas públicas e que em certos momentos talvez seja preciso ter que parar ou até recuar um pouco. Houve uma recusa de compreensão por parte da, assim chamada, esquerda. E faço questão do “assim chamada”. Porque ela queria continuar ganhando vantagens em um momento que não havia dinheiro, e se recusava a organizar alternativas dentro do possível. Isso, somado à falta de explicação presidencial, debilitou o governo Dilma.

Podemos dizer que o *impeachment*, no momento em que estamos (para começar o julgamento feito pelo Senado), decorre de um golpe conduzido pelas oposições. Mas é preciso dizer que os flancos foram escancarados para isto. O jornalista José Roberto Toledo uma vez escreveu que a confiança no governante era paralela ao crédito nas compras a prazo. Aumenta o crédito para as compras a prazo, aumenta a confiança no governante. Peguei essa ideia e mostrei que as duas palavras têm o mesmo significado. Crer, confiar,

acreditar, é tudo a mesma coisa. O que é confiar ou acreditar? É não ter certeza absoluta, mas ter crença. A confiança no governante, esses últimos anos, foi função, em parte, dos créditos a compras a prazo, foi fruto do consumo que o governante proporcionava. Não que esse consumo seja mero consumismo. Por exemplo, o governo Lula ampliou a linha branca. Eu diria que a linha branca, geladeira, fogão, máquina de lavar, é um direito humano hoje. Certo nível de acesso a bens duráveis faz parte da dignidade, só que isso não deve ficar no lugar da política. Daí, a crítica: não houve uma politização disso. Em São José dos Campos quando a presidente Dilma entregou as novas residências do Pinheirinho (eu estava lá para uma palestra), que tinha sido devastado pelo governo tucano de São Paulo, ela disse: “Vocês não devem isso a ninguém se não a vocês mesmos”. Está errado. Isso reforça a ideia de que o esforço individual conquista tudo, se possível com a benção de Deus, ao invés de se resolver as coisas coletiva e politicamente. A falta de cultura política do povo vem mais ou menos junto com um processo pelo qual um país carente entendeu que as questões se resolviam suprindo a carência, e não refletindo, pensando, meditando, questionando a carência. E isso vale de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff. Houve menos política com ela. Mas nenhum dos três trabalhou de modo consistente para formar a cultura política, seja do lado do governo, educando, seja do lado da sociedade, organizando-se.

Ponto-e-Vírgula: Você acha que essa lacuna poderia ser suprida por um líder político? Um dos fatores dessa crise seria a ausência de líderes políticos hoje no país?

Renato Janine: Um líder político, nessa situação, corre muito o risco de se tornar um tutor. Quando a sociedade mostra um tal nível de iletramento, ou mesmo de analfabetismo político, o líder exerce o papel de quem diz às pessoas de que elas precisam. E não penso que isso seja tão bom. Aqui, penso no papel de Marina Silva. Ela seria uma das poucas profissionais da política, hoje, que poderia comandar uma reflexão diferente sobre a política. Não digo que seria uma reflexão suficiente. Há insuficiências no que ela propõe. Mas está acima de todos os outros profissionais da política que conheço, em capacidade de refletir. É pena que ela não assuma esse papel. Já a critiquei por isso, com todo o respeito que tenho por ela, mas isso se repete: em 2013 ela precisava assumir um papel, um discurso, talvez uma liderança. Ela me disse que ela e seu grupo tinham antevisto essas manifestações, do que duvido, porque o próprio desses protestos é serem imprevisíveis, e acrescentou que não queria ser oportunista, anexando os protestos a si.

É curioso, parece que “caem no colo” as chances para ela, mas ela não as aproveita. Na candidatura de 2014, ela mais defendeu o Banco Central independente, do que falou sobre aquele que seria seu grande tema, a sustentabilidade na economia. Como tinha vários economistas ex-tucanos do lado dela, podia acrescentar, ao que eles dissessem, que tem de haver uma economia sustentável. Por exemplo, uma economia que nunca mais permita que ocorra o desastre ambiental em Mariana. Mas ela, por alguma razão, não ocupa o lugar que lhe está escancarado.

Ponto-e-Vírgula: Faltou virtude diante da fortuna.

Renato Janine: É fortuna sem virtù. Nossa saída, hoje, não é pensar nos líderes que já estão na política. Nossa saída é abrir um espaço grande de discussão política que não se resuma no dueto PT-PSDB, tendo o PMDB como o grande beneficiário de tudo. Que não se limite a discutir se é contra ou a favor do *impeachment*. O Brasil ficou num maniqueísmo que não ajuda em nada. O erro dos petistas na campanha contra o *impeachment* foi ignorar a necessidade do crescimento econômico. Sem crescimento econômico não há políticas sociais, ou seja, sem crescimento econômico não há PT. Do lado do PSDB e PMDB, há um descaso pelas políticas sociais por vezes assustador. Deixam isso tão em segundo plano, pensam no arrocho sem colchões, que preocupa. E ainda o tema da sustentabilidade, mas que não chega à sociedade, embora o lugar esteja todo aberto para ele. Então o que temos que fazer? A sociedade tem que criar esse debate. E esse é também um papel dos intelectuais desde que não se metam na bobagem *gramsciana* de serem intelectuais orgânicos, ou seja, porta vozes de interesses políticos, cegos à realidade.

Ponto-e-Vírgula: Então teríamos de assumir a falência dos partidos políticos para criar novos fóruns de deliberação?

Renato Janine: Falência eu não sei, mas temos que passar por um período que não é curto, talvez não se resolva até 2018, mas é um período de repensar o Brasil. Precisa haver desenvolvimento econômico, mas não pode ser só *commodities* e não pode destruir o meio ambiente. É preciso priorizar, como efeito do desenvolvimento econômico, políticas sociais. Mas as políticas sociais não podem ser benesses dadas sem contrapartida. É preciso estabelecer contrapartidas. É preciso tornar o ensino público realmente público.

As pessoas fazem uma confusão lamentável entre público e gratuito. Ensino público se resume, na voz da maior parte das pessoas que o defendem, em ensino gratuito. Não é isso. Ensino público é o ensino para o bem da sociedade. Se temos hoje cerca de 20% dos estudantes universitários em universidades públicas, não vemos a menor chance de ampliar esse número para 100%, aliás hoje nem para 30%. Talvez daqui a alguns anos. Teremos ensino universitário privado ainda por muitas décadas. Ora, o importante é que o ensino público forme um médico, um engenheiro, um advogado, conscientes de sua responsabilidade social. Não temos isso. Nossos estudantes universitários privatizam o diploma. Ganham o diploma e vão tentar ganhar o máximo de dinheiro possível com ele. É pior que nos Estados Unidos. O estudante norte-americano sabe que deve alguma coisa à sociedade, e à universidade, inclusive. Eles doam. No Brasil, é raríssimo doar à universidade. É uma privatização extremamente ruim, pior que a privatização de uma universidade. Temos centenas de milhares de estudantes saindo da universidade pública todo ano, e uma maioria esmagadora deles vai fazer um uso privatizante do que aprendeu. Não pensa em devolver para a sociedade. Isso faz parte da falta de cultura política. É o “cada um por si”. É um individualismo em um grau elevado. O Brasil tem sua sociabilidade alegre, cordial, mas mostra um individualismo feroz na apropriação dos bens que deveriam ser públicos, como o conhecimento e a educação.

Ponto-e-Vírgula: Isso parece ser um paradoxo. Porque todo o desenvolvimento das democracias contemporâneas parece ocorrer dentro da ideia de um individualismo, como previu o Tocqueville. A ideia de você ter um mundo do trabalho que empurra as pessoas para projetos pessoais e que relegue as questões coletivas ao político profissional. Parece haver no projeto liberal uma valorização do anonimato, do individualismo. Seria preciso pensar como viabilizar hoje a recuperação, parafraseando Benjamin Constant, daquela liberdade dos antigos.

Renato Janine: Mais ou menos. Eu concordo até certo ponto, mas as sociedades que conheço melhor, a francesa e a norte-americana, têm também uma forte organização coletiva. Na França, toda vez que algo é percebido como injustiça, se constitui um *comité de soutien*, um comitê de apoio. Funcionam em alguns casos, por exemplo, contra a expulsão de uma pessoa, contra a destruição de alojamentos sociais etc. Nos Estados Unidos, há a preocupação de doar ao coletivo, existe um vastíssimo setor que chamam de filantropia, e há o elemento individualista, mas temperado por valores fortes. Esse

é o valor da república na França, o valor dos direitos humanos, enquanto nos Estados Unidos os valores são mais difusos, às vezes até religiosos, mas implicam um nível de solidariedade. não é tão individualista assim.

No Brasil esses valores que rumam para o público são fracos. Não conseguimos converter nosso individualismo em empreendedorismo ou em espírito de empresa. Usarei termos que não são de Constant ou Tocqueville. Democracia, até hoje, é um regime que só existe no capitalismo. Um de seus ingredientes é um individualismo empreendedor. Uma liberdade de escolha, inclusive na área do trabalho, de geração de riqueza, de geração de renda. No Brasil, esse lado é fraco, e o lado do individualismo predatório é forte. Democracias consolidadas conseguiram civilizar o individualismo por meio de valores. Ele é menos predatório que o nosso. Até porque nosso individualismo predatório é em grande parte infecundo. Não gera uma economia próspera, não gera uma democracia bem-sucedida.

Ponto-e-Vírgula: Quando falei da falência dos partidos políticos, eu pensei em um autor de quem gosto bastante que é o Bernard Manin. Ele fala sobre a substituição dos partidos políticos e sindicatos, como instituições de mediação entre governantes e governados, pelos meios de comunicação. Mas um meio de comunicação tradicional não pode cumprir com o mesmo papel que um partido político porque ele não é uma instância de debate. Ele tem uma verticalidade na comunicação, então funciona como um *gatekeeper*, um filtro nesse diálogo entre governantes e governados, e isso facilitaria então processos de dominação. Ocorre que, de uns tempos para cá, a própria mídia tem se reconfigurado pela presença da internet. Então, quando a gente mencionou aqui a ideia de se ter a criação de novos espaços para debate, será que a internet poderia ser esse lugar? Esse fórum de discussão?

Renato Janine: Considero essa análise dos partidos políticos equivocada. O partido político no Brasil, e vou frisar, no Brasil, não é um espaço de debate, ao contrário da França e dos Estados Unidos. Nossos grandes partidos políticos se mantêm, um à custa de ser uma pluralidade sem projeto que é o PMDB, e outros que só escolhem candidatos pelo “dedaço”, são PT e PSDB. Não temos vida partidária, nem discussão partidária.



Ponto-e-Virgula: Só para esclarecer: a análise do Bernard Manin não é sobre o Brasil, mas sobre as democracias ocidentais em geral.

Renato Janine: Entendi, mas estou querendo notar que aqui isso não se aplica. E, à volta desses três partidos centrais, há o que Alberto Carlos Almeida chama de “todo mundo tem direito de ter um partido para chamar de seu”. Ou seja, se nós dois estivermos num partido, mesmo pequeno, se eu e você brigarmos, não iremos a uma convenção resolver isso, como ocorre na disputa norte-americana para decidir o candidato. Criaremos um ou dois novos partidos. Daí que nossa vida partidária seja tão fraca. Mesmo os maiores partidos não têm debate algum.

A hipótese de o Lula ser o provável candidato de salvação do PT em 2018, quase 40 anos depois de ele ter fundado o partido, é um risco para a vida do partido. Mostraria sua cabal não renovação. Em suma, nossa experiência com partidos é de uma verticalidade pronunciada, diferente da França e dos Estados Unidos. Eles conseguem algo que no Brasil é difícil: debates até mesmo ásperos, mas sem a destruição do outro. No Brasil, um debate bem menos tenso do que Obama-Hillary ou Hillary-Sanders levaria a uma ruptura de partido, mesmo que depois eles fizessem uma coligação – só que entre partidos diferentes e marcada por algum oportunismo. Esse é um sério problema da nossa cultura política: dificuldade de fazer um debate produtivo. Nosso debate é ofensa, é agressão. Nossa estrutura é muito vertical.

O jornalista Cristian Klein mostrou, no Valor Econômico, o volume extraordinário de diretórios municipais de partidos criados por intervenção da executiva nacional. No PV (Partido Verde), por exemplo, eram quase todos. Os partidos que tinham mais diretórios

eleitos eram o PT e o PMDB. Então PT e PMDB eram partidos mais *grass-roots* do que o PSDB, e o PV nem se fala. Por isso, a substituição do partido pela mídia não tem o mesmo sentido que em outros países do mundo. Não é um mecanismo que funcionava bem e está entrando em crise, certamente também por seus vícios de origem. Já não funcionava bem. A mídia tem uma importância grande, mas há dois problemas. Primeiro, o interesse. Os grandes jornais têm cada vez menos leitores. A mídia televisiva ou de rádio, quando fala de política, é de maneira superficial. Praticamente não debate. Há programas na Globo News, em que participam apenas pessoas que pensam igual. Qual o interesse de assistir a isso? Aí entra a internet, mais plural em diversidade de veículos, mas não é plural dentro do mesmo veículo (ou portal ou blog). O *Facebook* tem um algoritmo que faz você só ler quem pensa parecido com você. Dentre meus quatro mil e tantos amigos, devo ter gente que defende estupro, ditadura, tortura. Nunca os vejo e eles nunca me veem. Esse fenômeno de narcisismo, de só ver quem é parecido, do ponto de vista político, é infecundo e esterilizante. A maior parte de meus conhecidos no FB é de esquerda, então tenho amigos que postam 30, 40 vezes por dia atacando a direita, e alguns outros postam igual número atacando o PT. Bom gosto, mau gosto, verdade, mentira: tem de tudo. O que penso quando vejo essas pessoas é que não convencem ninguém que já não esteja convencido. O *Facebook* virou um gigantesco aparelho de fidelização. O único objetivo é não deixar que você saia da linha certa. Quando alguém destoa, pouco que seja, vem uma multidão de patrulheiros.

Há pouco tempo uma mulher me disse que às vezes digo coisas que são “perigosas”, ou que eu não sou uma pessoa firme na defesa das ideias que eu deveria ter, segundo ela. Eu havia dito que o sucesso de Temer dependia de ele trazer resultados econômicos logo. Aí, quase todos responderam: “O Temer não é legítimo”. Mas, legítimo ou não, sinto muito, vai ter poder quem melhorar o bolso dos brasileiros. Só que aparece quem não entende nem isso – quem quer fidelização, quer partidarização, mas tem horror de discussão.

Ponto-e-Vírgula: E a internet como meio de mobilização?

Renato Janine: Funciona, mas funciona para os que já estão persuadidos. Por exemplo, aquela revolução do *Twitter* na Moldóvia, em 2009. O que aconteceu? O governo roubou as eleições descaradamente. Pelo *Twitter* foram convocadas manifestações que reuniram verdadeiras multidões. O governo reprimiu-as com violência mas acabou tendo

que convocar novas eleições, nas quais perdeu a maioria. Mas como 140 caracteres mobilizam? Cento e quarenta caracteres não possibilitam uma reflexão, mas mexem com centenas de milhares de pessoas, desde que estejam convencidas de uma coisa. Aí é só colocar fogo na pólvora.. Mas, fora raros casos, não sei se alguém se convence pela internet, ou pelo *Facebook* especificamente.

Ponto-e-Vírgula: Concordo totalmente com o que você está dizendo.

Renato Janine: Estamos falando de rede social, não estamos falando da internet no geral, certo?

Ponto-e-Vírgula: Sim, são as Tecnologias de Informação e Comunicação, incluem-se também os blogs. Considere a internet pelo seu potencial de transformar o emissor da comunicação em receptor. Com isso, algumas informações que talvez nunca fossem divulgadas passam a ser públicas.

Renato Janine: Isso sim é fabuloso. É possível desmontar mentiras, reduzir o desequilíbrio do discurso político. Tudo isso é muito positivo da internet. Apenas usando um computador, um indivíduo tem um poder de aceno grande. Por exemplo, eu tinha 25 mil seguidores quando fui nomeado ministro, passei a 50 mil nas primeiras semanas, hoje tenho 102 mil seguidores. Não quer dizer que 102 mil pessoas me sigam realmente, mas quer dizer que é um horizonte razoável de pessoas que podem ter acesso ao que eu publico. Porque nem todos veem as postagens das pessoas que estão seguindo.

Mas o que você disse vale para desmentir certos fatos, mas bate numa barreira muito alta, que é a barreira dos valores que as pessoas têm. Esses são quase intransponíveis. Acho muito difícil convencer pelo *Facebook* – ou pela Internet ou por qualquer veículo de mídia – um petista fanático de que a política econômica da presidente Dilma Rousseff foi ruim, ou convencer um antipetista absoluto de que os programas sociais do PT foram a melhor coisa que se fez no Brasil, em termos de política. Nesse sentido o debate político não avança. Mas é possível desmentir. Por exemplo, quando eu era ministro a TV Globo divulgou uma reportagem em que uma bolsista atacava o programa “Ciência sem Fronteiras”³. Era uma mentira: na verdade, ela elogiou o programa, mas suas declarações

³ A estudante de Medicina Amanda Oliveira usou a sua página pessoal no Facebook para desmentir uma reportagem exibida pela TV Globo sobre o programa Ciência Sem Fronteiras. A matéria do ‘Bom Dia Brasil’ tratou do problema no repasse de dinheiro para alunos que estão nos Estados Unidos.

foram editadas de modo a parecer o contrário. Ela denunciou prontamente o caso e isso bombou na internet. No dia seguinte, a Globo teve que colocar seu principal âncora para fazer um desmentido na TV. Isso seria provavelmente impossível sem a internet.

Ponto-e-Vírgula: Olhando o caso brasileiro e a crise política pela qual estamos passando agora, será possível identificar elementos de semelhança entre o atual momento que vivemos e o golpe de 64?

Renato Janine: A grande semelhança é mostrar que o peso do conservadorismo no Brasil continua forte e que ele tem a hegemonia. Essa é a grande semelhança. Em decorrência disso, o governo eleito, mesmo que eleito com base em promessas não cumpridas, foi retirado do poder para dar lugar a uma política francamente derrotada, sem haver uma nova eleição. Essa é a grande semelhança. O fato de não haver uma forte presença militar é uma grande diferença. Porque as pessoas que comparam os dois momentos às vezes não compreendem o que a repressão militar significou em termos de opressão as liberdades. A repressão às liberdades de expressão, de organização tem sido pequena. É claro que a situação pode se agravar, mas não vejo um cenário de volta dos militares ao mando. Essa é uma diferença importante. Uma segunda diferença é que as formas constitucionais foram todas respeitadas, quer dizer, há vários pontos contestáveis, mas a letra da constituição foi respeitada. Podemos discordar quanto ao espírito, mas a letra foi obedecida.

O grave é que, no fundo dessa crise, ocorre um racha entre pessoas comprometidas com os direitos humanos. Esse é um problema sério. Desde 1993, temos a grande oposição entre PT e PSDB. Isso foi bom porque nenhum candidato de direita ou de extrema-direita foi viável à presidência desde então. Passamos 20 anos tendo candidatos melhores que a média anterior. As pessoas podiam não gostar de algum deles, mas dizer, como já ouvi de alguns, que a eleição de um petista ou tucano seria uma ameaça à democracia é ignorar o que é democracia. É entender que só é democracia quando o seu lado ganha. Sumiram protagonistas como o Maluf e ACM, e isso foi bom. Tínhamos duas lideranças de certa qualidade.

O ruim é que essas lideranças foram se contaminando, por aliados que não eram preocupados com seus valores. E o pior foi esse resultado final, essa guerra civil verbal entre PT e PSDB, briga tão mortal que leva um terceiro a assumir o poder no lugar deles, que é o PMDB. Eu não diria que todos os que defendem o *impeachment* são contra os

direitos humanos, isso é um absurdo. Entre os defensores do *impeachment*, há petistas decepcionados, um fenômeno que precisa ser muito mais estudado do que já foi. É preciso compreender como foi a decepção com o PT. Na classe média, na classe acadêmica, como foi a decepção com ele? Uma decepção, sobretudo, ética. Há também pessoas que ficaram horrorizadas com a crise econômica e com a atitude de Dilma Rousseff em relação a ela. Não há um racha exatamente como o de 1964. Mas o terrível é que esse processo desmoralizou a política e desmoralizou o Brasil. O Brasil, internacionalmente, ficou desmoralizado.

O *impeachment* vai ser julgado quase ao mesmo tempo que os Jogos Olímpicos. É difícil um chefe de Estado estrangeiro vir para cá prestigiar isso correndo o risco de que a presidente Dilma seja absolvida e de que ele tenha queimado as relações com o Brasil por conta de um presidente provisório. Isso ainda que a maior probabilidade, devo dizer, seja que Michel Temer continue. Derrubar o *impeachment* não vai ser fácil. Mas Temer fica em situação parecida com a dos governantes do Paraguai e de Honduras depois de seus respectivos golpes. Golpes constitucionais, devo lembrar: nos dois golpes foram cumpridas as constituições, a paraguaia e a de Honduras. O que fizeram os demais países? Colocaram os países na geladeira. Não romperam relações, mantiveram negócios, reconheceram as eleições organizadas por estes novos governantes e restabeleceram relações plenas quando tomou posse o novo governante. Não defenderam os governantes derrubados a ponto de romper relações, mas tampouco prestigiaram quem os substituiu.

O Brasil é muito importante para ser isolado do mundo. Mas não acredito que nos próximos anos tenhamos uma política diplomática em velocidade alta. A própria indicação do senador José Serra para o Itamaraty aponta que o interesse principal será o comércio, porque é isso o que dá para esse governo fazer, e por sinal isso é importante. Agora, iniciativas maiores, como esse sonho que temos desde FHC de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança, podemos esquecer e, talvez, para sempre. Projetar o Brasil no Terceiro Mundo, como Lula e Celso Amorim fizeram, o novo governo não quer. Já do ponto de vista interno, a crise política passa a ideia de que, se o cidadão não está satisfeito com o resultado eleitoral, não tem razão para aceitá-lo. Ou seja, desmoralizam-se as regras do jogo, que são fundamentais na vida social, e em especial, na democracia. Por exemplo, depois que líderes petistas foram insultados em restaurantes, como se pode dizer que é errado escrachar um líder golpista em um avião? Deixou de ser. Condutas erradas foram aceitas e até incentivadas. Este é o ponto terrível a que nós chegamos. Muito ruim.

Ponto-e-Vírgula: Você disse que acredita que o governo Temer permanece. Você acredita na hipótese dele sofrer *impeachment* também por conta do processo no Tribunal Superior Eleitoral ou algum desdobramento da Operação Lava Jato?

Renato Janine: Desde que começou esse movimento para tirar a presidente Dilma Rousseff, tive uma convicção absoluta: não se tira Michel Temer do poder. O PMDB não cai. Por isso nunca acreditei no processo de cassação da chapa pelo Tribunal Superior Eleitoral, porque o processo no TSE tiraria Temer. O PMDB é articulado com todas essas estruturas de poder pelo país, montou boa parte delas. Outro ponto seria a ideia de *Diretas Já*, que Dilma propôs recentemente. Aqui se dividem os *facebookers* de esquerda, que são contra, e o PT, que oscila.

Mas Dilma e o PT demoraram muito, e isso por quê? Em agosto de 2015, quando eu era ministro, soube da ideia de colocar Lula como ministro, ou seja, de passar a ele a direção do governo. Naquela ocasião, quando os empresários eram contra o impeachment e admiravam Lula por sua histórica capacidade de negação, teria sido uma saída. Não ocorreu, porém. Quando ele realmente aceitou, em março de 2016, era tarde demais. O espantoso é que essa crise está aí há quase dois anos sem ter havido um esforço forte de negociação. Consta que Fernando Henrique Cardoso se recusou a receber emissários do governo. Ouvi isso de fonte não petista, longe disso. Dilma Rousseff também não tem feito conciliador. Quando ganhou a eleição, Aécio Neves a cumprimentou e ela não retribuiu a gentileza no discurso da vitória. Perderam-se inúmeras oportunidades.

A falta de negociações entre os lados, como disse antes, vem junto com um fato: paira sobre todos os atores o espectro do judiciário, do mundo jurídico, do TSE, do TCU. Tão pequena foi a vontade de negociar, que surgiu ainda um medo de negociar: o receio de, no meio do processo, um ator importante ser preso. Depois de se prender um senador em exercício de mandato, de suspender o mandato do presidente da Câmara dos Deputados, a única coisa que podemos saber que o Supremo não fará será prender o presidente da República ou o do próprio Supremo. Poderá prender o chefe do Poder Legislativo? Não creio, mas tudo se torna possível. É uma situação em que os atores não sabem o que negociar. Por isso, minha tese é que temos que discutir muito, e temos que discutir muito um projeto para o Brasil. Sairemos mal da crise se continuarmos só no jurídico. Confinar toda essa discussão ao jurídico tem um lado de mentira. Os senadores não votam por teses jurídicas. Votam por interesses políticos.

Ponto-e-Vírgula: Como você avalia o atual governo do presidente interino Michel Temer? Quais as perspectivas que você visualiza para o desenrolar da atual crise política no Brasil?

Renato Janine: Temer compôs uma equipe econômica séria, competente. E isso independentemente do mérito das políticas. A área econômica foi blindada. Mas, para blindar, fez um restante de governo que é duvidoso. Tanto que substituiu dois ministros em dias. Corre o risco de ter ministros presos. É um governo fraco nesse ponto. Todas as suas fichas estão na economia. Se conseguir uma retomada econômica razoável, estará salvo. Se conseguir que o *impeachment* seja julgado logo, enquanto tem um esboço de lua de mel, pelo menos com o capital, ficará no poder. Mas, como o preço das medidas econômicas é um arrocho, vai propiciar maior desemprego e menor poder de compra, portanto, sua popularidade pode cair bastante.

Já, se a presidente Dilma continuar fazendo esse *Brazil tour*, que tem sido bem sucedido, pode conservar o mandato e acabar o governo Temer. Esse seria o pior cenário possível pra ele e para a direita. O problema é que Dilma não desperta confiança nos investidores e na maior parte da população. Por isso, sua volta também não representa uma solução. É por isso que digo, faz tempo, que nem o *impeachment* nem a derrota do *impeachment* são soluções. As soluções teriam que vir com novos projetos, talvez com novos atores, mas sobretudo com algum acordo político, que não fosse só jurídico. Acho importante dizer que não presenciei um protagonismo empresarial do *impeachment*. Pode ser que tenha havido. Houve empresários envolvidos com o *impeachment*. Mas o principal líder empresarial envolvido no *impeachment*, Paulo Skaf, já não é empresário. Vendeu sua indústria. Faz uso político da FIESP. O presidente da CNI, Robson de Andrade, apoiou Dilma quase até o último momento. O banqueiro Roberto Setúbal também era contra o *impeachment*, para não falar em Kátia Abreu, presidente licenciada da Confederação Nacional da Agricultura, que apoiou Dilma até depois do fim. Mas nas últimas semanas, quando percebeu que não havia mais jeito, a maior parte do PIB foi para o lado de Temer – exceto Kátia Abreu. Mas, até esse momento, a preferência era outra. Por quê? Porque creio que o capital precificou a turbulência que poderia acompanhar o governo Temer. Só desistiram quando viram que o PT não tinha nenhum projeto para esse lado. Na entrevista de Thomas Traumann, ex-ministro de Dilma, à BBC, ele critica a comunicação dela Dilma, e termina dizendo: “É possível mudar? Agora é tarde”. Esse é o maior problema. O PT está sabendo lutar na retranca, mas não soube manter a ofensiva. Está sabendo

agora marcar uns pontos. A questão é saber se é tarde ou se ainda consegue algo. Qual o horizonte que oferece? O horizonte Dilma não é um horizonte popular.

Ponto-e-Vírgula: Recentemente você ocupou o cargo de ministro da educação. Como foi a experiência de participar do primeiro escalão do governo? O filósofo político, conhecedor das principais teorias de Estado, pôde identificar em seu cotidiano de ministro os elementos que apontavam para o agravamento da crise ou até mesmo para a derrocada do governo Dilma?

Renato Janine: De fato, para quem pensa a política, a oportunidade de exercer um cargo político é importante, eu diria, devia ser quase mandatória. Ela tira você do *blá-blá-blá*. Uma coisa que me impressiona, sobretudo nos grupos que se dizem mais radicais, é a ignorância. É muita ignorância. Eles não sabem como as coisas funcionam. Há um velho mote da esquerda que é: “precisa ter vontade política”. Vontade política geralmente quer dizer: Não tem dinheiro nem votos, mas a vontade política vai fazer milagres. Tanto que uma coisa que a esquerda adota como mantra toda vez que está perdendo votos é: “tem que radicalizar”. Mas, quando você exerce um cargo, percebe o quão difícil é tudo. A dificuldade é enorme. A equipe era boa, mas o diálogo com a presidência, inexistente. A presidente me recebeu três vezes no mês de junho, quando conversamos bem, mas não chegamos a conceber políticas. Foram as únicas audiências que tive com ela, tendo assumido em 6 de abril e tendo deixado o cargo no começo de outubro. Diálogo, às vezes, ocorreu com o ministro Aloizio Mercadante, mas foi rápido, sumário. Políticas do Ministério de Educação não foram passíveis de se discutir num plano mais alto. O tema do ano todo de 2015 foi a falta de dinheiro. O tempo todo havia a notícia de mais uma falta de dinheiro. O MEC deve ter uns R\$ 130 bilhões de orçamento por ano, dos quais uns R\$ 40 bilhões são discricionários. O restante é, na maior parte, a folha de salário, não há como cortar. Dos R\$ 40 bilhões é possível cortar, mas eles incluem bolsas. Incluem todo o custeio das instituições que pertencem ao MEC, então não há como parar de pagar água, luz, telefone, bolsa para pós-graduando, para aluno de iniciação científica. Você pode, quando muito, adiar algumas despesas, como construção, mas a discricionariedade não é tão grande. Dos R\$ 40 bilhões, R\$ 28 bilhões foram gastos e R\$12 bilhões foram cortados. Depois que eu saí, para este ano (2016), o orçamento propunha R\$ 26 bilhões. Depois de uma inflação de quase 10% ao ano, o orçamento discricionário caía mais dois bilhões de reais – e, se considerarmos a inflação, caía quase 5 bilhões.

Este problema da falta de dinheiro acabou tomando conta de todo o resto. Tentei, e achava que este era o ponto em que eu poderia melhor agir, fazer um discurso de persuasão, abrir um espaço de discussão e um dos pontos era esse: Houve 12 anos de avanços notáveis, mas durante um ano é preciso apertar os cintos, vamos utilizá-lo para aprimorar a qualidade dos programas existentes e escalonar o que não se pode gastar para quando a economia voltar a crescer . . Parar obra tem um custo, é preciso lacrá-la, não é uma coisa boa. Nós adotamos critérios de que o que estava 70% construído seria completado. Mas começou a faltar dinheiro até para isso.

Outra coisa que aprendi: a educação tem muitos *players* no Brasil. Há *players* que se entendem: a União, Estados e municípios, secretários estaduais, secretários municipais, se entendem razoavelmente. Claro que a União era mais cobrada para dar dinheiro para eles. Tinha cobrança, mas um certo entendimento. Existem, vamos dizer, os *players* que dão dinheiro e os *players* que gastam. Com esses é mais difícil, e vai das universidades públicas federais, até os sindicatos de professores e funcionários. É muito difícil porque aí sempre se ouve um discurso de demanda e muito dificilmente um discurso de economia. Em certos momentos eu me perguntava: “o que Churchill faria?”. O que ele faria numa situação como aquela? Porque senti que o Brasil estava entrando em uma economia de guerra. Uma economia em que é preciso cortar inúmeras coisas, mas muitas mesmo.

Essa consciência as pessoas não tinham – ou não queriam ter. Era impressionante. Só em setembro parece que meus interlocutores perceberam que havia de fato uma crise. Antes disso, literalmente eu tinha a impressão de que as pessoas não se informavam. Ou talvez acreditassem que havia dinheiro escondido. A demanda era só essa: dinheiro. E era uma coisa preocupante, pois se tratava da relação com o dinheiro público. Porque dinheiro público não é para ser desperdiçado. Infelizmente, mesmo muitos dos que se consideram progressistas e de esquerda têm uma relação com o dinheiro público que é de desperdício.

Por exemplo, ar condicionado, luz acesa. Essas coisas que a gente aprende, ou pelo menos que aprendi quando criança: não deixar todas as luzes da casa acesas. Em prédio público, tudo fica aceso. Havia uma passagem do meu gabinete para outro lugar que tinha um vidro e essa passagem ficava o tempo todo com a luz acesa. Todo dia eu chegava e apagava. É uma bobagem, são 100 *watts*, mas durante um dia dá mais de um *quillowatt*. Essa despreocupação com o bem comum é espantosa. Veja este exemplo que dou, do desperdício de luz, calculando mais de 200 campi que temos, entre universidades federais e os institutos federais, seria possível economizar dinheiro para fazer algo significativo.

Não resolveria o problema da educação, mas teria efeitos reais e também pedagógicos. A questão é que se tem pouca noção do valor do dinheiro público. Este é mais um caso em que o compromisso coletivo me pareceu baixo.

E constituíram-se feudos. As políticas do PT para a educação foram muito boas, mas constituíram feudos mais ou menos intocáveis. Veja o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), bolsa voltada para a formação de docentes, uma iniciativa inteligente do ministro Fernando Haddad. O PIBID tinha um número alto de bolsas, eram 97 mil no ano de 2016. O PIBID melhorou a qualidade da formação de docentes em quase todos os pontos, êxito festejado. O ponto que deu menos certo é que os formados pelo PIBID não foram dar aula na rede pública. Apenas 18% deles. Falhou no que era seu objetivo mesmo. O presidente da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que eu nomeei, Carlos Nobre, descobriu que 18% vão para a rede pública, os outros não. Provavelmente os salários da rede pública não bastavam para atrair os melhores alunos, e isso embora o governo Lula tivesse criado um piso nacional mínimo para a docência na rede básica dos Estados e municípios. Ou seja, havia um problema na aplicação. Isso o que mostra é que as soluções não são simples. Muito se conseguiu, mas o ajuste entre as várias medidas não é trivial, e requeria, como há de requerer, medidas adicionais, que precisavam do apoio e da adesão de todos os que trabalham com a educação – educadores, funcionários, alunos. Isso não era fácil.



Pois bem, nessa ocasião o coordenador do PIBID na CAPES mandou uma circular a todo o seu *mailing list* dele, milhares talvez de coordenadores de cursos, dizendo que a CAPES iria cortar todas as verbas do PIBID, mais que isso, todas as bolsas, parar de pagar tudo, de um momento para o outro. Isso foi em julho. Essa pessoa que fez isso, eu mandei demitir. Mas veja a irresponsabilidade. Há um tipo de cultura que é a seguinte:

durante anos o MEC teve dinheiro, que foi bem gasto de modo geral. Mas isso significava que a oferta de dinheiro, de bolsas, deixava todo mundo feliz. E na hora das dificuldades, o que se fará? As pessoas mais aptas a saber o que era prioridade, o que não era, o que podia ser cortado com menos danos, eram justamente as que tinham, nos anos anteriores, distribuído os recursos. É fácil, nessa hora, sair de cena atirando. É fácil desfrutar do prestígio do dinheiro público abundante e recusar a responsabilidade quando esse mesmo recurso falta.

Por isso mesmo, em cargos como o que ocupei, o político acaba tendo um certo êxito. Ele tem, por experiência, um estômago de avestruz. Quando você é acadêmico, como me perguntou da minha experiência, é mais complicado. Porque coisas assim te revoltam. Você considera injusto agir deste modo.

Por exemplo, no meu primeiro fim de semana como ministro, li uma mentira a meu respeito na *Folha de S. Paulo*, escrita pelo correspondente em Belém do Pará, que afirmou que eu voei de jatinho de Brasília para São Paulo para passar o fim de semana, violando uma regra da presidente Dilma. Era mentira, porque eu tinha vindo na sexta-feira de manhã para trabalhar. E a mentira continuava, dizendo que a *Folha* tinha tentado me procurar. Eles têm meus telefones e e-mail há décadas. Essa dupla mentira causou em mim um incômodo que um político não teria. Com seu estômago mais preparado, ele pede para retificar e pouco se importa. Apesar disso, não tenho grandes queixas da imprensa. Houve alguma maldade, mas pequena, se comparada com outras pessoas. No fim, como acadêmico, fui muito mais respeitado do que os políticos costumam ser. Mas paradoxalmente o acadêmico tem um nível de exigência mais forte. O mundo dos valores acadêmicos é diferente desse mundo mais duro da política. Não esqueça, aliás, que a obra de Weber tão citada por Fernando Henrique contrasta os valores do político, sim, mas não com os valores do indivíduo privado, mas com os do cientista. Cientistas, acadêmicos, intelectuais têm esse nível diferenciado.

A política não é um mundo fácil, nem para quem a estudou teoricamente existe. Você tem que jogar, aprendi a jogar e teria continuado jogando esse jogo. Eu pensava que no ano passado, depois de tantos anos criando programas sociais voltados à educação, era o momento de costurar os programas existentes. Na verdade, pensava que a presidente Dilma deveria ter feito isso desde o primeiro ano de mandato. O presidente Lula foi extremamente audacioso, beneficiando-se do *boom* das *commodities*, mas aplicando o dinheiro obtido com critério. Criou muita coisa nova, mas era preciso rever falhas, articular melhor o que não dialogava bem entre si. Pensei que a presidente Dilma, com a

fama de gestora, fosse fazer essa articulação toda. Dei o exemplo do PIBID, que deveria ser avaliado por seu resultado na formação do corpo docente da educação básica. Então, começamos a fazer essa avaliação. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), uma das maiores iniciativas de Dilma, também precisava ser avaliado. No Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi onde pude fazer a melhor mudança. Em 2014, no ano eleitoral, ele dobrou, e em 2015 voltou mais ou menos à série histórica. Apesar do corte que houve, caiu para um número que não era tão distante do de 2013.

Mas o FIES era atribuído sem o critério da natureza ou da qualidade dos cursos. Era entendido como um direito do aluno, não como uma coisa boa para o Brasil. Para ter uma ideia, o aluno custa R\$ 10 mil por ano, em termos de financiamento. Ou seja, a União paga para a faculdade R\$ 10 mil por ano, exceto medicina, que é quatro vezes isso. Já o aluno de uma universidade pública custa mais que isso. O FIES sai mais barato. Mas é preciso garantir duas coisas: primeira, que o curso seja útil para o país, por isso priorizei a engenharia, o professorado e a saúde; segunda, que o curso seja bom. Por isso priorizei os cursos com nota 5, que é a máxima, nota 4 e pedi para reduzir os com nota três, que é a nota mínima para participar do programa. Priorizei também as regiões de maior necessidade, como Norte, Nordeste, Centro-Oeste. O ministro Mercadante substitui esse conceito pelo de microrregiões, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que foi um aprimoramento. Porque o Recife está melhor do que, no Sudeste, o Vale do Ribeira, o Jequitinhonha... Esses critérios foram bons, e foram aceitos. Isso porque o FIES é muito dinheiro – mas, se os cursos forem bons, é mais barato que a universidade pública.

Ponto-e-Vírgula: Você não acha que o FIES acabou virando uma forma de financiamento de algumas universidades privadas, que criaram uma espécie de dependência em relação ao programa?

Renato Janine: Um centro universitário tinha de 90 a 95% dos alunos inscritos no FIES, ouvi dizer. Eles diziam fazer uma obra social importante, focados na população carente. Não conheço detalhes, mas isso cria deformações grandes. Porque, quando a turma toda é de FIES, não precisa haver aluno pagante. pode aumentar a mensalidade o quanto quiser, que foi a queda de braço que tivemos em 2015. Mas, se estabelecer um limite (“30% no máximo é do FIES, o resto tem que ser pagante”), o reajuste ganha

uma âncora. A instituição não pode reajustar além do razoável. O próprio mercado evita excessos. Outra mudança que ocorreu: as pessoas se matriculavam no primeiro curso que viam, sem fazer uma análise. Tinham que correr contra o relógio, entrando no primeiro curso que vissem disponível, sem sequer refletir muito. O que mudei também é que o FIES passou a ser competitivo em função da nota no ENEM. Então isso significava que o FIES ficava aberto por três dias, no meio do segundo se divulgava a nota de corte, e se o aluno não tirava a nota suficiente para o curso que desejava, dispunha de tempo para mudar para outro curso de acordo com sua nota. Por exemplo, pelo sistema anterior, vamos dizer que um estudante queria Enfermagem. Procurava Enfermagem, à meia-noite as vagas já estavam preenchidas, então ia, digamos, para Serviço Social. Ou para outra cidade. Mas não gostava de Serviço Social, ou não podia se sustentar em outro lugar. Era um mecanismo de financiamento que tinha falhas. Pudemos melhorá-lo.

Ponto-e-Vírgula: A política pública precisa de um tempo para ser avaliada, e talvez o FIES não tivesse tido tempo suficiente para que essas falhas fossem identificadas. Você assumiu a pasta num momento em que isso foi possível.

Renato Janine: Por um lado sim, mas por outro, o gestor público tem que fazer simulações em um programa antes de adotá-lo. No FIES, antes destas mudanças, eram 16% da verba destinadas para cursos de Direito, o que é desproporcional. Há no Brasil um problema claro: 35% dos alunos universitários, dados de 2013, estão distribuídos entre os cursos de Direito, Administração e Pedagogia. O Brasil tem mil e duzentas faculdades de Direito, que é o maior número no mundo. Então muitos alunos são ruins, e a média de reprovação no exame da Ordem dos Advogados na primeira tentativa é de 90%. Acaba passando mais gente, mas não creio que muito além de 20%. Você tem 80% que não vão ser advogados, assim como, na Pedagogia e na Administração, há um número grande de pessoas formadas que nunca vão exercer a profissão. Então 35% dos estudantes estão em cursos que demandam pouco equipamento, os chamados “cursos de giz”, em que a própria biblioteca não precisa ser tão cara quanto as de áreas que requerem outro tipo de bibliografia. Pela minha conta, 80% destes 35% não vão exercer a profissão, você tem 28% dos estudantes universitários acreditando que vão ter uma profissão, porém que nunca vão exercer. Isso é ruim. O Brasil pode dar a eles alternativas melhores. Um curso como os bacharelados interdisciplinares, que sem profissionalizarem exatamente confere porém um letramento cultural e científico, será bem mais útil para quem vá exercer uma das muitas profissões que não dependem de diploma específico.

Há *lobbys* poderosos a serem enfrentados. O setor privado está fazendo uma coisa interessante que precisa ser mais bem estudada. Ele está investindo em tecnologia, em métodos de ensino que melhoram a formação. Estas grandes empresas privadas não querem ficar com a nota 3. Querem subir, estão lutando por isso. Não sei se formam pessoas com espírito crítico, mas cada vez mais vão formar pessoas para exercer as profissões. Parece que esses grandes conglomerados aprenderam com a avaliação, que têm que competir por uma nota melhor.

Ponto-e-Vírgula: As avaliações da CAPES nos programas de pós-graduação também surtiram esse efeito. Eu vejo as universidades correndo atrás de exigências que o MEC fez e que efetivamente melhoram o ensino e a pesquisa no médio prazo.

Renato Janine: Esta foi uma grande coisa da gestão do ex-presidente Lula. Essas instituições compreenderam que não era possível só objetivar o lucro. Entenderam que tinham de apresentar resultados e fazer investimentos. Foi um êxito. Lembro um reitor que vivia brigando com a CAPES. Aí contratou uma professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC), pessoa muito capacitada, que fez emplacar um mestrado, um doutorado, um mestrado profissional, e aí ele realmente se reconciliou com a CAPES. Começou a fazer proposta boa. E isso a avaliação permite. E ainda há outra questão complicada, um *lobby* das faculdades de educação defendendo a manutenção do que já existe, de cursos que não ensinam a ensinar, cursos mais de formação política e crítica do que do ensino da matéria. Isso vira uma grande briga, porque eles alegam que é para ensinar espírito crítico, mas os professores saem sem saber ensinar história, ensinar filosofia, ensinar sociologia, ensinar matemática, e aí tudo fica muito faltoso.

